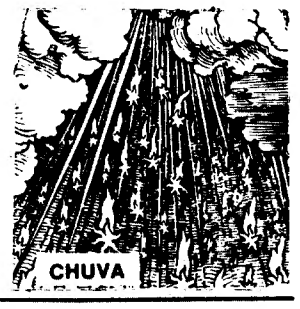
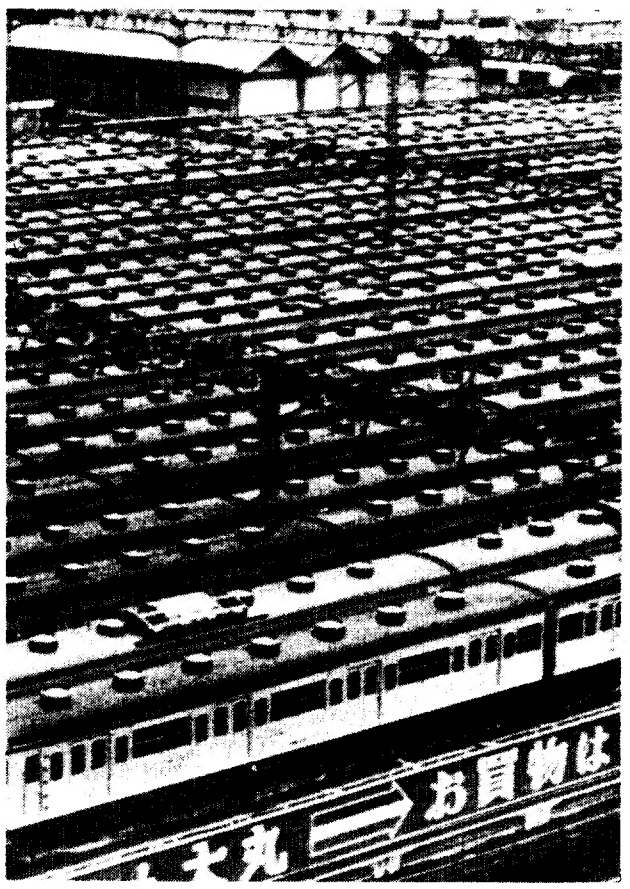
Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS

SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1973 — N.º 18083 — ANO 53.º — PREÇO 1$50



PARALISAÇÃO



Comboios que servem a grande cidade de Tóquio aguardam o termo de uma paralisação de 72 horas que ontem começou. Esta paralisação, única no género no Japão, atinge os comboios de todo o arquipélago e inscreve-se na agitação nos meios do trabalho. O pessoal dos correios, das docas e das telecomunicações encontra-se também parado. (Telefoto UPI/Telimprensa/DL)

Câmara Municipal do Porto: grave situação financeira

PORTO, 27 — Sob a presidência do eng. Nuno Vasconcelos Porto, reuniu a vereação da Câmara Municipal do Porto, à qual foi submetido o respectivo relatório da gerência referente ao ano transacto.

Através da leitura do extenso documento (87 páginas dactilografádas) deu o presidente do Município a conhecer a **gravidade da actual situação das finanças municipais,** referindo-se ao **novo agravamento proveniente da prometida melhoria das remunerações do funcionalismo,** e acrescentando que **maiores dificuldades advirão à gestão camarária, a não ser — frisou — que lhe sejam facultadas novas fontes de rendimento, para além da resultante da actualização das rendas do seu património privativo, em conformidade com a resolução da Câmara tomada na reunião de 20 de Fevereiro último.**

Prosseguindo nas suas considerações, afirmou ainda: «**as grandes realizações indispensáveis à cidade terão de ser forçosamente financiadas por empréstimos, mas a juro o mais baixo possível, e por comparticipações do Estado, com justa consideração pelass camadas populacionais que nela vivem ou trabalham, e atendendo ainda à posição peculiar do Porto, como pólo de atracção e desenvolvimento de todo o norte do País pois os recursos próprios da Câmara manter-se-ão insuficientes para atingir os objectivos em vista**».

A actividade financeira da Câmara Municipal do Porto, em 1972, pode resumir-se da forma seguinte:

Receita (em referência à previsão): Aumento da receita própria ordinária em 12.442 contos; Regressão da receita própria extraordinária em 9404 contos.

Em referência ao ano anterior: incremento da receita própria ordinária de 921 contos; acréscimo da receita própria extraordinária de 494 contos; diminuição de 12.905 contos na receita total extraordinária.

Despesa (em relação à previsão): diminuição da despesa própria ordinária em 36.220 contos; quebra de 146.280 contos na despesa extraordinária.

Em relação ao ano anterior: acréscimo de 20.736 contos na despesa própria ordinária; diminuição de 71.498 contos na despesa extraordinária; expansão de 9947 contos nos encargos gerais e de 15.329 contos nas despesas com o pessoal; incremento de 8882 contos nos encargos globais com empréstimos; aumento de 9158 contos nos encargos com empréstimos da própria Câmara; realizadas despesas extraordinárias, no valor de 10.954 contos, à custa de receitas ordinárias e do saldo de gerência

Continua na pág. 24

GRANDE PRÉMIO DE PUBLICIDADE "DIÁRIO DE LISBOA" 1970/71

O Grande Prémio de Publicidade «Diário de Lisboa», criado em 1968 para incrementar o gosto pela qualidade publicitária em Portugal, é um êxito. Ontem à tarde, com a presença de mais de uma centena de convidados, na sede do Clube Português dos Publicitários, o director do nosso jornal dr. António Ruella Ramos, fez a entrega dos galardões aos concorrentes vencedores de 1970/71. Na foto, o sr. Francisco Agarés, representante da «Ciesa», recebe o «Grande Prémio», que foi atribuído, por unanimidade do júri, a um anúncio publicado por aquela firma publicitária, intitulado «Tramagal lavra o futuro». Outra das grandes premiadas foi a «Latina», que viu distinguidos nada menos que dez trabalhos seus, tendo, com um deles, conquistado o 3.º Prémio.

Emergência no Hawai após um terramoto

HONOLULU, 27 (R.) — Encontra-se hoje em vigor o estado de emergência no Hawai, a maior das ilhas do arquipélago do mesmo nome, após um abalo telúrico que causou imensos estragos em toda a área.

O «mayor» da ilha, Shunichi Kimura, impôs o estado de emergência e ordenou, também, que zonas da cidade do Hilo, a maior de Hawai ficassem isoladas até que os prejuízos pudessem ser avaliados.

O sismo ocorreu às 10 e 30 locais e foi sentido em todo o arquipélago, embora não fossem anunciados estragos senão na ilha do Hawai.

Cientistas do Observatório de Vulcanologia do Hawai comunicaram que o terramoto registara uma magnitude de seis na escala de Ritcher. Inicialmente pensou-se que o sismo tivesse o seu epicentro no interior da ilha, altamente vulcânico, mas, posteriormente, os cientistas comunicaram julgar que o centro do abalo de terra fosse no oceano, a Leste da ilha.

Em Boulder, no Colorado, o Centro Nacional de Sismologia comunicou uma leitura de 6,2 graus na escala de Ritcher, a mesma registada em Hong-Kong.

A estrada para Hilo foi cortada por três desmoronamentos de terras, que deixaram isoladas cerca de 25 pessoas, dentro dos seus automóveis, na via. A Polícia da ilha de Hawai disse que essas pessoas estavam a ser evacuadas de helicóptero.

VIOLENTAS EXPLOSÕES NO ALGARVE

As explosões que ontem se fizeram sentir em grande extensão da costa do sotavento algarvio, acompanhadas de abalos violentos que provocaram alarme na população, foram registados nos sismógrafos existentes no aeroporto de Faro, não sendo, no entanto, possível determinar, até à hora em que fechamos esta edição, a sua intensidade.

Todas as informações levam a crer que o fenómeno, de origem ainda desconhecida, se terá verificado por volta das 14 e 30, prolongando-se por alguns minutos. Dada a existência de explosões, que de resto nos foi confirmada do Centro de Instrução de Sargentos Milicianos de Infantaria, em Tavira, chegou a ser admitida a hipótese de se tratarem de exercícios desta escola militar. Tal origem foi no entanto desmentida, sucedendo mesmo que o acontecimento não provocou qualquer reacção ou investigação junto das autoridades militares deste estabelecimento.

Uma outra versão admitia a hipótese de se tratar de exercícios efectuados por navios da NATO, possivelmente ao largo de Cádis, mas também não obteve confirmação ou desmentido. Tal falta de informações fez que fossem admitidas outras hipóteses, algumas de índole política, havendo uma que respeitava à deflagração de um conflito em grande escala, entre o Egipto e Israel.

A população reagiu fugindo rapidamente para a rua, em grande extensão do litoral algarvio: Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Fuseta, Castro Marim, etc.. O pânico gerou-se quando as pessoas pensaram que se trataria de um abalo sísmico, já que as paredes tremeram à semelhança do que tinha acontecido em 1969.

36 PÁGINAS INCLUINDO "MESA REDONDA"

Diálogo em Paris sobre o Vietname

PARIS, 27 — (R) — Altos funcionários americanos e norte-vietnamitas avistam-se hoje nesta capital para discutir o periclitante acordo de paz no Vietname e abrir caminho para conversações entre o emissário de Hanói, Le Duc Tho, e o enviado da Casa Branca, dr. Henry Kissinger.

Os principais interlocutores das conversações de hoje são o categorizado funcionário do departamento de estado americano, William Sullivan, e o subsecretário norte-vietnamita dos negócios estrangeiros, Nguyen Co Thach.

O tópico principal das suas discussões é a deterioração gradual da situação militar no Vietname do Sul. O tom do diálogo foi dado pela Casa Branca, que afirmou que as conversações não tinham como propósito fazer recriminações por causa de violações.

O colectivo primordial, disse a Casa Branca, era encontrar meios pelos quais os dois lados poderiam aderir mais rigidamente ás condições do acordo de paz.

DL/NACIONAL

EDUCAÇÃO E CONTAS

ASSEMBLEIA DIA A DIA

TORQUATO DA LUZ

Mais algumas bases da proposta de lei de reforma do sistema educativo foram aprovadas na sessão de ontem da Assembleia Nacional, que, por outro lado, iniciou, em seguida parte da sua ordem do dia, a apreciação das Contas Gerais do Estado — Metrópole e Ultramar e da Junta de Crédito Público.

A sessão foi longa e monótona, repetindo-se, quanto a cada base a votar, o processo iniciado no dia anterior: o deputado Veiga de Macedo presta longas e exaustivas informações sobre os motivos das alterações preconizadas pela comissão parlamentar a que preside (Educação), após o que o plenário aprova.

No período da noite, para além de um extensíssimo discurso do deputado Alberto Alaracão (mais de trinta páginas dactilografadas) sobre os gastos com a Educação, intervieram os deputados Roboredo e Silva, Ferreira Forte e Ribeiro Veloso.

Antes da ordem do dia, falaram seis parlamentares: Camilo de Mendonça, a propósito da recente reforma judiciária do território; Nunes Mexia, acerca das alterações agora introduzidas no despacho de fomento pecuários de 24 de Abril do ano passado; Coelho Jordão, sobre a necessidade da criação de uma escola do ensino secundário polivalente em Oliveira do Hospital; Leal de Oliveira, para um «apelo a toda a Nação» no sentido da defesa do seu património monumental e artístico e o pedido ao Governo da «compra imediata» dos terrenos em que se situam as ruínas de Milreu, no Algarve; Ribeiro Veloso, a propósito de vários diplomas legislativos respeitantes ao Ultramar publicados ultimamente, e Vaz Pinto Alves, acerca do desenvolvimento turístico do distrito de Viseu.

Em resposta a uma nota de perguntas oportunamente apresentado pelo deputado Moura Ramos, a Secretaria de Estado do Comércio informou que, com as importações, se constituira um «stock» de batatas que, adicionado às existências do produto nacional, assegura o abastecimento a nível de preços considerado razoável até à próxima colheita.

NOTA — Por lapso, ontem esta secção saiu assinada por A. Pereira da Silva, tendo sido escrita por Torquato da Luz. Aqui fica a rectificação.

«O Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista, entregando ao Dr. Anibal de Abreu, Director da Agencia Abreu, o prémio da melhor Agência de Viagens do ano, durante a recepção comemorativa do 5.º aniversário de Piubituris».

Profissionais de telecomunicações

A terceira sessão da assembleia geral extraordinária do Sindicato Nacional dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão destinada a deliberar sobre o aumento de quotas decorre esta noite nas instalações do Sindicato Nacional dos Caixeiros.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Eusébio Ferreira Carvalheiro — MARINHA DAS ONDAS

REUNIÃO DA UNIVAS EM MADRID

Reuniu-se recentemente em Madrid a Assembleia das Agências de Publicidade do grupo UNIVAS, que constitui o grande núcleo europeu da rede International Needham UNIVAS, das mais proeminentes associações mundiais de Agências.

O grupo UNIVAS que realizou em 1972 um «chiffre d'affaires» de 190 milhões de dólares, reúne 19 agências europeias, entre as quais a HAVAS Conseil, a maior agência da Europa Continental. Este valor e facturação, com o da associada inglesa KMPH/Pemberton, ascendeu no mesmo ano a 251 milhões de dólares, o que representou um crescimento de 20 por cento. Fora da Europa, a associada Needham Harper Steers realizou um «billing» de 205 milhões.

Foram abordados ainda problemas específicos sobre o tratamento de contas internacionais, bem como de contas nacionais e regionais com possibilidades de exportação, o que para Portugal, como tantos outros países, na nova era da C.E.E. tem um relevante interesse, que terá desde já de se basear no lema da reunião de Agências a que nos vimos referindo — «Think International.»

Sindicato dos Operários da Panificação

O presidente da mesa da assembleia geral do Sindicato Nacional dos Operários e Empregados da Inústria da Panificação do Distrito de Lisboa foi intimado pelo Tribunal de Trabalho a convocar, no prazo de dez dias, a ssembleia geral eleitoral do organismo para uma data que permita todo o processo de verificação das condições de elegibilidade dos candidatos das duas listas concorrentes. Bem assim, o mesmo dirigente deverá nomear, com antecedência de 50 dias, em relação à data da assembleia eleitoral, a comissão de verificação das condições de elegibilidade dos candidatos.

Rui Patrício vai a Espanha

..O dr. Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros, visitará oficialmente o país vizinho entre os dias 4 e 8 do próximo mês, a convite do seu homólogo espanhol Gregório Lopez Bravo — informa uma nota oficial daquele Ministério, a qual acrescenta: **Esta visita insere-se no quadro dos contactos periódicos e amistosos entre os dois Governos, previstos no protocolo adicional ao Tratado de Amizade e Não-Agressão entre Espanha e Portugal, assinado em Madrid em Maio de 1970.**

FILMES LUSOMUNDO

MELVILLE DELON MELVILLE DELON MELVILLE DELON MELVILLE DELON MELVILLE DELON MELVILLE DELON MELVILLE DELON

ALAIN DELON
CATHERINE DENEUVE
MICHAEL CONRAD
CAI A NOITE SOBRE A CIDADE
um filme de JEAN PIERRE MELVILLE

HOJE, ESTREIA
21,45
Berna

EASTMANCOLOR GRUPO D 18 anos

"Cães de Palha" é um feito brilhante de cinematografia. A actuação de Dustin Hoffman é superior.

TIME

FILMES CASTELLO LOPES 50 apresenta

DUSTIN HOFFMAN

no filme de

SAM PECKINPAH

CÃES DE PALHA
(STRAW DOGS)

SUSAN GEORGE

Música de JERRY FIELDING Argumento de DAVID ZELAG GOODMAN e SAM PECKINPAH Produção de DANIEL MELNICK

Um filme ABC distribuido por 20th Century-Fox

É uma estreia memorável que o

TIVOLI

apresenta HOJE

COLORIDO GRUPO D – 18 ANOS

estúdio 444

Dois estranhos, sob o mesmo tecto, no mesmo leito, pela mesma estrada!

FILMES OCIDENTE

A ALIANÇA

Anna KARINA

Jean-Claude CARRIERE

2ª SEMANA

um filme de
CHRISTIAN de CHALONGE
(o realizador de «O SALTO»)

GRUPO C • 14 ANOS

EASTMANCOLOR

DL/OPINIÃO

QUANDO O MAQUINISMO FUNCIONA

Quantos portugueses têm o hábito (ou, em plano diferente, a necessidade cultural) de frequentar as salas de cinema? A quantos terá interessado a recente agitação do sobe-e-desce dos bilhetes de entrada, cujo preço de repente subiu e agora de repente desceu? A resposta a estas perguntas logo se vê que tem mais que ver com os habitantes de Lisboa do que com o resto do País: tirando uma ou duas cidades principais, ficam alguns largos milhões de pessoas que, ou não foram nunca ao cinema nem sabem o que seja, ou fizeram-no festivamente, em data que para todo o sempre ficou assinalada. E neste caso pode-se apostar que uma problemática necessidade cultural ficou forçosamente insatisfeita, pois os filmes que correm essa província só por acidente ou equívoco participam da cultura ou são veículos dela: para a província vai, como já mil vezes foi apontado, o refugo da produção cinematográfica, o subproduto, o anestésico, a canção de embalar, o estímulo gratuito ou, pelo contrário, evidentemente interessado...

Posta assim a questão (e cremos tê-la apresentado com as cores apropriadas, embora de maneira forçosamente simplificada), torna-se evidente que o sobe-não-sobe do preço dos bilhetes pouca importância tem para a esmagadora maioria da população, já que cuidadosamente se obstará a que suba o preço nessas salas-barracões que se arrogam o título de cinemas... Nem este comentário se propõe averiguar da justiça das pretensões dos exibidores aqui ou em qualquer outro lugar, aldeia, vila ou cidade do País: faltam-nos elementos suficientes de apreciação, além de que quase seriamos tentados a encolher os ombros fatalisticamente perante as tabelas superlativas que de súbito surgiram, tão geral é o movimento de subida de preços, tão explicado ele tem vindo a ser por quem da matéria supostamente sabe, tão corrente é avalizar com o nome de inflação todo e qualquer aumento, o qual, na prática imediata, só tem uma consequência: a de deixar mais e mais vazia a bolsa do cidadão... Ficará, pois, para outra altura ou para outra competência a averiguação do mérito das causas em juízo.

Mas como este comentário, cuja raiz já ficou exposta, tem com certeza um fito, vejamos aonde irá dar a nossa recusa em dar o parecer que provavelmente se esperaria. E o caso que, como abundantemente foi noticiado com inquéritos em cima da hora, entrevistas, reportagens, por todas as vias praticadas pela Imprensa, o mecanismo de fiscalização destes controversos preços funcionou de uma maneira que provavelmente mereceria o nome de exemplar. Aumentaram os exibidores os bilhetes (com razão ou sem ela, não vem ao caso, repetimos), mas não tardou que as diversas entidades com parte na responsabilidade de sancioná-los entrassem no jogo dos contactos bilaterais ou múltiplos, na discussão meticulosa dos motivos, desta maneira apresentando o sempre reconfortante espectáculo de uma máquina fiscalizadora que efectivamente funciona e, tendo julgado, vai decidir. Foi assim, e só porque tudo isto se fez (com conhecimento do público, não esqueçamos), que, em última instância, foi resolvido reconduzir os irrequietos preços ao nível autorizado em Maio de 1972, embora fosse declarado pelo presidente da Comissão de Preços da Secretaria de Estado do Comércio que «se entretanto surgirem razões fortes que levem as entidades interessadas a propor aumentos de preços, é evidente que estamos aqui abertos a qualquer exposição que nesse sentido se faça»... Ser-nos-ia impossível não prever que, em curto prazo, irão surgir as razões fortes, a exposição, e, quiçá, o aumento agora recusado...

Mas onde finalmente queremos chegar é a outra simples verificação, em que qualquer habitante deste País pode acompanhar-nos e certamente o fará: perante os aumentos de preços de toda a espécie, os tais que afectam a população inteira e não só uma parte privilegiadamente citadina, não temos assistido ao funcionamento igualmente impecável dos maquinismos fiscalizadores daquele mesmo departamento do Estado. Ou deveremos considerar justificados e justos, em todos os casos, os sucessivos agravamentos do custo de vida que vamos sofrendo?...

Presos políticos no Vietname do Sul

Monsenhor Gumbleton, bispo auxiliar da cidade de Detroit, nos Estados Unidos, entregou à Imprensa estrangeira em Saigão uma declaração sobre os presos civis no Vietname do Sul. O documento é assinado pelo bispo e pelo secretário, padre Robert Manning, que acabam de visitar discretamente o Vietname do Sul — indicam de fonte informada.

Segue-se o texto da declaração: «Viemos ao Vietname do Sul para apreciarmos no local a questão dos presos políticos».

O general Nguyen Van Thieu, na viagem que fez recentemente aos Estados Unidos, declarou que, no Vietname do Sul, não há presos políticos. Há apenas detidos de direito comum. Disse também que as portas das prisões estão abertas a quem deseje informar-se».

Assim, «entregamos no ministério do Interior um pedido para que nos autorizassem a visitar um determinado número de presos políticos e algumas prisões. Mas remeteram-nos para as calendas gregas» — afirma o texto.

«Conseguimos obter provas irrefutáveis de que Ngo Ba Thanh, o advogado Nguyen Long, o professor Tran Tuan Nham, o estudante Nguyen Xuan Ham, os dirigentes nacionais da JOC (Juventude Operária Católica) do Vietname do Sul, Nguyen Viet Tuan, Doan Khac Xuyen, Nguyen Van Hau, etc., são dos presos políticos entre várias dezenas de milhares de outros de que possuimos a lista».

Conseguimos, entretanto, falar com alguns presos políticos recentemente libertados pelo governo de Saigão. Todos eles estão doentes. O regime penitenciário do Vietname do Sul é verdadeiramente desumano» — prossegue a declaração do bispo de Detroit.

«Vamos informar o povo americano, sobretudo o povo cristão, do que se passa actualmente no Vietname do Sul. O povo sulvietnamita sofreu demasiado e sofre ainda enormemente por nossa causa. É preciso que os presos políticos sejam imediatamente libertados e sem condições.»

«É preciso que as liberdades democráticas sejam restabelecidas no Vietname do Sul, de acordo com o artigo 11 do acordo de Paris. Enquanto os presos políticos não forem libertados, enquanto os direitos fundamentais do homem não forem reconhecidos, não haverá paz nem reconciliação nacional possível no Vietname do Sul».

«Cabe aos vietnamitas lutar pelos seus direitos à vida — Conclui a declaração datada de 26 do corrente e assinada por monsenhor Gumbleton, bispo auxiliar de Detroit e pelo reverendo Robert Manning.

Carne de cavalo nos EUA

Um talho que vende apenas carne de cavalo — uma raridade nos Estados Unidos — abriu em Haddon, no Estado americano de New Jersey, atraindo dezenas de clientes que fizeram bicha, bem como alguns manifestantes que protestavam.

A manifestação não afectou porém o negócio do talho. Em consequência do elevado preço da carne de vaca, de porco e de carneiro as donas de casa americanas começam agora a interessar-se pela carne de cavalo, muito mais barata, por enquanto e nos últimos tempos abriram em algumas cidades talhos que apenas vendem carne de cavalo.

Serviço do correspondente JOSÉ GABRIEL VIEGAS

A TENSÃO SOCIAL EM FRANÇA

FÁBRICAS RENAULT: reabertura das negociações

PARIS, 27 — A discussão na Assembleia Nacional da «Lei Debré» sobre o serviço militar, por um lado, a reabertura da fábrica Renault de Flins e o recomeço das negociações com os sindicatos, por outro lado — tais são os elementos marcantes da actualidade francesa, depois das férias e do longo fim-de-semana de Páscoa.

Depois de um debate bastante animado, qualificado pelos comentadores de **muito positivo**, ficou patente que, se o Governo tenciona manter a lei sobre o serviço militar, lhe acrescentara um certo número de correcções e emendas. Ao longo do debate, notou-se sobretudo uma real vontade de compreensão da parte dos deputados e mesmo uma certa humildade, reconhecendo que o parlamento se pode enganar, votando uma lei que está longe de ser ideal. Em Setembro voltarão a discutir essa mesma lei, as novas propostas e emendas, devendo vota-la antes da próxima incorporação.

Essas provas de interesse, a maior elasticidade prometida quanto ao problema dos adiamentos, chegarão para desanuviar o clima tenso do ensino? Hoje é difícil dizê-lo. Em várias Universidades e Institutos, foi votada a recondução da «greve», enquanto que nos liceus e escolas técnicas os alunos se apresentavam, mas efectuando reuniões e assembleias gerais, de onde ainda não saíram resoluções definitivas. Só no sábado, depois das grandes assembleias gerais a que são convocados os alunos dos liceus, se saberá que feição to-

Continua na pág. 6

CRÓNICA INTERNACIONAL NUNO VIEIRA

O SIGNIFICADO DE WATERGATE

À medida que se avoluma o escândalo, o significado do caso Watergate torna-se mais claro. Da espionagem eleitoral passa-se rapidamente para a corrupção política em Washington e a Casa Branca acha-se definitivamente no centro da questão. Entre os colaboradores do presidente supostamente envolvidos no assalto ao quartel-general do Partido Democrático conta-se não só Bob Haldeman, um dos funcionários mais chegados a Richard Nixon, como ainda John Mitchell, velho amigo do chefe do executivo.

A extensão da importância do caso Watergate pode ser também avaliada à luz do facto de Mitchell ser o ministro da Justiça na altura dos factos que presentemente estão a ser investigados e a espionagem eleitoral à custa dos democráticos ter tomado a forma de espionagem electrónica, só por si suficiente para suscitar o receio de sabotagem dos direitos individuais na terra que rigiu uma estátua à Liberdade. Mas por detrás disso há ainda o receio de que a preferência de Nixon por métodos discutíveis, a qual se supunha pertencer ao passado, não desapareceu totalmente com o êxito eleitoral de 1968 e a reeleição em 1972.

Há quem compare a actual crise com os momentos difíceis sofridos no ano passado pelo candidato democrático George McGovern quando sossobrou a candidatura do seu primeiro companheiro de equipa, Thomas Eagleton. Contudo, as situações são muito diferentes e o actual escândalo cresce precisamente quando Nixon procura reforçar a sua autoridade num confronto talvez decisivo com o poder legislativo e enfrenta outras duas crises: a guerra que prossegue no Sueste Asiático, apesar dos acordos de paz de Paris, e o estado da economia americana, internamente ameaçada pela inflação e pela escassez de energia e internacionalmente pelo embate com os novos concorrentes japoneses e europeus ocidentais nos mercados. Por outro lado, o problema do Médio Oriente volta a estar na ordem do dia, com a aceleração dos preparativos egípcios para nova guerra e a decisão israelita de se antecipar aos ataques palestinianos. E, no processo, os EUA, devido ao seu apoio a Israel, poderão ser afectados num dos seus pontos mais vulneráveis, ou seja a sua depedência do petróleo árabe, que países como a Líbia estão dispostos a utilizar como arma contra Washington.

Cenário do célebre caso Watergate

O escândalo de Watergate verifica-se igualmente quando Nixon procura alicerçar uma nova ordem internacional, em que se inscrevem as suas iniciativas de aproximação e cooperação económica com Moscovo e Pequim e a proposta de uma nova Carta do Atlântico, apresentada sob a forma de balão de ensaio pelo conselheiro presidencial Henry Kissinger. Efeitos de Watergate já se fazem sentir no que diz respeito à popularidade do presidente. Uma desagregação do prestígio de Nixon poderá por outro lado reflectir-se desfavoravelmente na sua capacidade em política externa.

DL/GERAL

Ministro Rui Sanches em Viana do Castelo

VIANA DO CASTELO, 27 — O ministro das Obras Públicas e Comunicações, eng.º Rui Sanches começou nesta cidade uma visita de dois dias ao distrito, tendo presidido hoje a sessões de trabalho em Viana do Castelo, de manhã e em Ponte de Lima e Valença à tarde.

Esta visita, aguardada com grande interesse neste distrito para a resolução dos mais prementes problemas da região, iniciou-se às 9 e 50, com a chegada daquele membro do Governo, que se fez acompanhar do seu secretário, dr. Magalhães Pacheco.

Recebido no edifício da Câmara Municipal, pelo Governador Civil e presidente do Município de Viana do Castelo, vereadores, directores-gerais e outros técnicos dos referidos departamentos, o ministro Rui Sanches após breve saudação proferida pelo presidente da Câmara deu começo aos trabalhos da sessão, onde se procedeu ao estudo de diversos empreendimentos pendentes, despachando favoravelmente um apreciável volume de projectos que dizem respeito à construção e reparações de arruamentos, estradas e caminhos municipais e outros melhoramentos para os quais foram cedidas largas comparticipações e subsídios.

Os problemas apresentados foram em número de vinte e os respectivos orçamentos andam à volta de vinte mil contos.

Terminada a reunião o ministro e comitiva visitou a igreja da Misericórdia e depois na Junta Autónoma do Porto de Viana do Castelo ouviu uma exposição do eng.º Manuel Fernandes Matias, director-geral de Portos, sobre a situação do porto daquela cidade. Após a visita ao campo de jogos do S. C. Vianense, o ministro Rui Sanches esteve na estrada da Papanata, na zona das Azenhas D. Prior e no novo edifício do Governo Civil.

Findo o almoço, no hotel Afonso III, o ministro das Obras Públicas seguiu para Ponte de Lima e dali para Valença, em cujos concelhos presidiu a reuniões de trabalho.

Em Ponte de Lima visitou obras em curso e os terrenos onde será construída a nova escola da vila, que terá 12 salas e ainda a estância de Santa Maria Madalena.

Amanhã, segundo dia de trabalhos, o ministro Rui Sanches presidirá a reuniões nos concelhos da Cerveira e Caminha seguindo de passagem por Vila Praia da Âncora.

O GUARDA-NOCTURNO ESTAVA ATENTO

O guarda-nocturno em serviço na Rua Maria Luísa estava atento e não permitiu que, esta madrugada, o pedreiro Esteves, de 28 anos, levasse a bom termo a **limpeza** que já iniciara aos interiores de um automóvel estacionado naquela artéria.

Na altura em que foi detido, Esteves já tinha em seu poder três cassetes e toda a ferramenta do veículo, mas, segundo confessou na esquadra, pensava também apoderar-se do auto-rádio e de vários maços de cigarros. O jovem **rato** será ainda hoje remetido para a Judiciária.

Soldado morto em Moçambique

..O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas comunica que morreu em combate, no Estado de Moçambique, o primeiro-cabo n.º 025969/71, Vítor Pacheco Branco, natural de S. Miguel (Açores), filho de José Raposo Branco e de Belmira Pacheco Branco.

Realizações turísticas no Algarve

FARO — Foi tornado público pela Comissão Regional de Turismo do Algarve o programa das realizações previstas dentro do âmbito turístico para o período de Maio a Outubro deste ano.

Em Maio: dia 1, festa da Fonte Grande (Alte); dia 5, coro universitário no hotel da Balaia (Albufeira); dias 5 e 6, feira da moeda (Portimão); dia 15, inauguração das exposições «Fotografias sobre o Algarve» e «O Algarve visto pelas crianças» (Posto Turismo — Faro); dia 31, festa da espiga (Salir).

Em Junho: dia 1, inauguração da exposição de louças regionais de Porches (Posto de Turismo — Faro); dia 10, tourada (Vila Real de St.º António); dias 12, 13, 18, 23, 24, 28 e 29, festas populares (Olhão); dias 23, 24, 28 e 29, festas populares (Tavira); dia 24, grupo de bailados Verde Gaio (Faro) e festas populares (Monchique).

Em Julho: dia 14, tourada (Vila Real de St.º António); dias 15 e 16, feira e festas de Nossa Senhora do Carmo (Faro).

Em Agosto: dia 4, tourada (Vila Real de St.º António); dias 6 a 15, III Festival Internacional de Cinema Amador (Portimão); dias 14 e 15, festa de Nossa Senhora dos Mártires (Castro Marim); durante a 2.ª semana, festas populares (Tavira); dia 18, tourada (Vila Real de St.º António); de 18 a 20, festas da Fuseta, festas de St.ª Catarina (Portimão) e feira de Amostras; dia 25, tourada (Vila Real de St.º António).

Em Setembro: I Mostra Medalhística Internacional do Algarve (Faro); dia 10, festa de Nossa Senhora da Piedade (Lagos); de 13 a 15, festas de Alcoutim.

Em Outubro: de 19 a 26, feira de St.ª Iria (Faro); dia 27, festa de S. Gonçalo (Lagos).

REUNIÃO DE TANATOPRAXISTAS

PODE-SE EMBELEZAR OS MORTOS

Na Biblioteca Nacional, em Lisboa, reunir-se-á, a partir de amanhã, uma convenção de técnicos tanatopraxistas, ou seja, **tratadores do corpo humano** ou, mais propriamente, neste caso, **embelezadores da morte**. São dezasseis os países representados e a Convenção prosseguirá nos seus trabalhos até ao dia 2 de Maio.

Mas o que são os embelezadores da morte?

Por meio de uma injecção arterial, neutraliza-se, por um período de duas a quatro semanas, o perigo de decomposição. O morto, quem quer que ele seja, apresentará então um aspecto em que não se aperceberão os sinais mais perturbadores da morte: a cor, a aparência, a ausência de cheiros, como que lhe dão um ar de corpo ainda **vivo**. Mesmo que se trate de vítimas de desastres violentos, a tanatopraxis compõe-nos, permite às famílias uma última e menos sofredora visão do ente querido.

Há países, como a Inglaterra, que usam o processo desde há vinte anos. A França há dez. O preço da operação nem sequer se pode dizer que é caro: à volta dos dois mil escudos. Um técnico necessita de um estágio de oito meses para se preparar convenientemente. Portugal vai ter em breve os seus primeiros tanatopraxistas por intermédio da Agência Barata.

APREENDIDOS 5000 LITROS DE VINHO

Foram descobertos cinco mil litros de vinho num depósito subterrâneo, concelho da Lourinhã e cuja entrada estava coberta de areia.

As autoridades julgam estar em presença de mais um caso de falsificação e já se deslocou ali uma brigada da Inspecção-Geral das Actividade Económicas, que colheu uma amostra para análise laboratorial na Junta Nacional do Vinho.

Naquela região vai-se intensificar a vigilância, pois há suspeitas de mais casos de falsificações, particularmente nas regiões de Torres Vedras, Bombarral, Obidos e Caldas da Rainha.

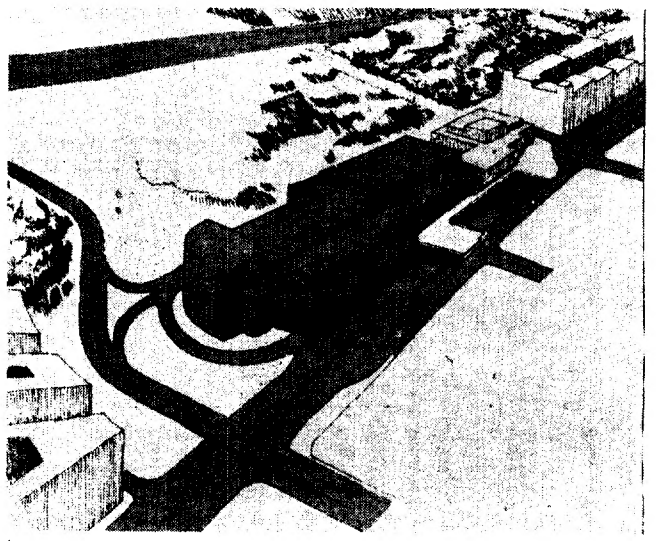
FURTADOS 70 CONTOS EM JÓIAS

Aproveitando a ausência dos locatários, assaltantes introduziram-se, esta madrugada, por meio de chave falsa, numa residência da Rua da Igreja, 3, 1.º, onde furtaram diversos artigos em oiro e prata, avaliados em cerca de setenta contos.

Menos audaciosos mas igualmente eficazes, foram os gatunos que, em idêntico período e por arrombamento da montra, estiveram num estabelecimento de electrodomésticos da Rua António Feijó, 1, levando dois rádios portáteis, dez cassetes com coluna e um auto-rádio, tudo no valor de vinte contos.

A Polícia Judiciária investiga.

Grande centro comercial



No dia 12 do próximo mês de Julho realizar-se-á na Câmara Municipal de Lisboa o concurso público para a construção de um grandioso centro comercial no lote de terreno municipal n.º 1.616 situado entre as Avenidas António Augusto de Aguiar, Sidónio Pais e a Rua do Engenheiro Canto Resende.

O referido terreno tem a área aproximada de 8.300 m2 e a sua ocupação é autorizada por 70 anos em regime de direito de superfície.

O bloco a construir terá 10 pisos ficando 2 abaixo do nível da Avenida António Augusto de Aguiar.

O conjunto terá múltiplas funções, incluindo salas de espectáculo, «boite», galeria de exposições, unidades comerciais (pequenas e médias), supermercado ou hipermercado, escritórios, restaurantes, parques de estacionamento etc.

O centro comercial ficará dotado de passagens desniveladas havendo ainda acessos directos ao Metropolitano.

As condições foram publicadas no Diário Municipal n.º 11.429 de 17/3/73 e encontram-se patentes nos Paços do Concelho — Repartição de Património.

BLACK SABBATH

ESPECTÁCULOS CANCELADOS

Lamentamos informar, que devido à doença de um dos músicos, conforme foi largamente noticiado, não se efectuarão os espectáculos marcados para 27 e 28 de Abril em Cascais. Contra a entrega dos bilhetes nos locais onde foram adquiridos será restituída a respectiva importância.

VÁ AO TEATRO !!!

VASCO MORGADO recomenda os seus espectáculos

TEATRO Tel. 32 60 17

VARIEDADES

39.ª SEMANA

Grupo C M/ 14 anos

ÚLTIMOS DIAS

com JOSÉ VIANA

no protagonista

SUA EXCELÊNCIA O VENDEDOR

com

DORA LEAL (revelação da temporada 72-73), Henrique Viana, Luís Santos, Manuela Cassola, Rita Nobre, Vítor de Sousa, Luís Pinhão, Cândido Mota, Carlos Rosa, Joaquim Miranda, António Semedo, Ana Le Mattre, Jorge Nascimento e a colaboração de MARIA PAULA

Todas as noites: 21.45 h.

2.ª feira, excepcionalmente, descanso da companhia

Sábado: 2 sessões: 20.45 e 23 h.

Domingos, 16 e 21.45 h.

Dia 9 — Estreia no Sá da Bandeira — PORTO

TEATRO Tel. 86 47 56

LAURA ALVES

RUA DA PALMA

Hoje: Às 21.45

Grupo C M/ 14 anos

ELENCO

(por ordem de entrada em cena) Costa Ferreira, Marília Gama, Amílcar Botica, Jacinto Ramos, José Carlos, M.ª Helena Mattos, Beatriz Vaz, Madalena Braga, Adelaide João, Leonor Poeira, Luís Mata, José Braz

2.ª feira, descanso da C.ª

ÚLTIMOS DIAS

TEATRO Tel. 32 74 93

CAPITÓLIO

19.ª SEMANA

Grupo D M/ 18 anos

Uma comédia inglesa com FLORBELA QUEIROS

No elenco: IRENE ISIDRO, Carlos Duarte, Jorge de Sousa Costa, Norberto de Sousa, Fernanda Franco, Mariano, Fátima Miranda e, pela primeira vez em comédia, OCTÁVIO DE MATOS

Todas as noites: 21.45 h.

4.ª feira, descanso da C.ª

SÁBADOS, 2 SESSÕES: 20.45 e 23 H.

DOMINGO

«Matinée» às 16 horas e à noite às 21.45 h.

BREVEMENTE: **«O DIA EM QUE RAPTARAM O PAPA»**

um novo estilo de comédia — M/ 14 anos

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Serviço de Informações Fiscais

IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS

O serviço de informações fiscais lembra aos possuidores de automóveis ligeiros de passageiros ou mistos, de barcos de recreio e de aeronaves de uso particular que, no ano corrente, o Imposto sobre Veículos deverá ser pago até 30 de Abril.

A partir de 1 de Maio de 1973, a circulação ou o estacionamento na via pública de automóveis sem a aposição do respectivo dístico, fará incorrer os responsáveis nas penalidades legais.

TV-DL/ESPECTÁCULOS

AS SÉRIES FORA DE SÉRIE -MAIS SÉRIES

O pequeno e inofensivo senhor Rossi transforma-se num excelente criminoso de excelente qualidade, tudo por via do automóvel que compra para andar dentro da cidade. O pequeno senhor Rossi pretendeu gozar os benefícios da civilização e do progresso; zação e do progresso. Criminoso mental, embora. Rejeitado pela cidade, rejeitado pela selva, o pequeno sr. Rossi transforma-se no pirata capaz de todas as ignomínias para se vingar na cidade. Uma vinganzazinha pessoal. Recusado pela cidade mas incapaz de lutar pela sua transformação, o pequeno senhor Rossi cai no delírio, na vertigem. O pequeno senhor Rossi dá espectáculo público da sua loucura.

A história precede o programa de Tony Bennett incluído no festival «Rosa de Ouro» de Montreux, vocês sabem, a do hóquei em patins. Tony é um grande senhor. É o grande senhor Tony Bennett. Na selva das canções de série, Bennett tripula, por exemplo, um *Jaguar*, pode circular na cidade, sem qualquer perigo. Faz abrir muitas bocas de admiração. Uma canção de série, interpretada por ele, nem parece uma canção de série. O que não impede de continuar a ser uma canção de série. O que não impede que o senhor Bennett seja um excelente intérprete de canções de série.

Não se esperaria que da Suiça nos viesse outra coisa.

Por MÁRIO CASTRIM

Esperava-se já que da Suiça nos viesse um relógio de série mas um bom relógio, em excelente apresentação. Tony Bennett foi ainda uma peça no espectáculo — espectáculo onde brilhou uma orquestra de série, mas uma excelente orquestra formada por várias orquestras e dirigida por um homem, o Syd Lawrence, outro homem-espectáculo por excelência. Bennett não podia estar só. Bennett exige os grandes cenários, os conjuntos de estadão, músicos (muiiiitos) de excepcional qualidade mecânica e criadora, naquele ramo. Bennett não vem trazer nenhuma espécie de inquietação, não nos vem trazer a Palavra. Nem sequer nos vem trazer palavras. As palavras que ele diz não interessam nem ninguém está ali em Montreux para as ouvir.

Não vamos desejar um Tony Bennett acompanhado a si próprio, ou por um companheiro, à viola. Um tipo que chega até nós, nestas condições, despreza riquezas que possam ocultar a maior riqueza: as suas palavras, aquilo que tem para nos dizer. A simplicidade de meios encaminha-nos para nós próprios, neste género de música. Ao passo que o grande espectáculo, ao serviço de um conteúdo de ninharia, procura tapar-nos os olhos, pôr-nos em estado de hipnose, desorientar-nos no luxo de ouropel. Está claro que só mesmo nessas condições é possível organizar grandes espectáculos: consumível pelas plateias de carteira recheada e com cabeça despreocupada, o seu poder há-de ser reforçado com bastantes elementos exteriores.

Tony Bennett acontece em Montreux e, aqui perto de nós, o que acontece? Acontecem várias coisas, entre elas a tristeza de uma grande riqueza chamada serra de Arrábida. Abandonada, violentada, frustrada, queimada: acontece ao pé de nós o milagre e não damos por ele. Vem um, rebenta pedreiras; vem outro, abre estradas; vem outro, faz; vem outro, acontece. Fogueiras, lixo, automóveis debaixo das árvores, para se defenderem do sol.

Miguel Ramalho, em «Há só uma Terra», vem lançar o grito de alarme: *Se não defendermos a serra da Arrábida, ela estará perdida...*

Outras destruições sem conta, ao longo do mar, desde a Caparica até à Fonte da Telha. Destruições algumas das quais nem sequer foram afloradas na emissão de ontem.

No entanto, o Tony Bennett, com a sua bela voz, canta-nos canções estandardizadas. Virão outros, e outros e outros oferecer-nos canções estandardizadas.

Estreia do "Jovem Leão"

Toda a gente conheceu o valor político e militar de Winston Churchill; muito poucos porém são conhecedores dos seus primeiros passos, das suas primeiras aventuras e dos seus primeiros amores...

A estreia (de gala) do filme «Jovem Leão» (baseado na sua vida) realiza-se no dia 2 de Maio às 22 horas no cinema Mundial. Assiste o sr. Presidente da República e a receita destina-se à Cruz Vermelha e aos Lares de Boa Vontade.

Novo hospital em Coimbra

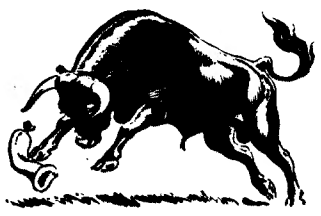
COIMBRA, 27 — Sem qualquer cerimónia a registar o acontecimento, começa hoje a funcionar o Hospital Geral Central da Colónia Portuguesa do Brasil, instalado na Quinta dos Vales, ocupando o antigo edifício do Hospital-Sanatório da Glória Portuguesa no Brasil.

O novo hospital pertence ao Centro Hospitalar de Coimbra, do qual fazem parte, também, a obra de Assistência Materno-Infantil dr. Bissaia Barreto, Hospital Pediátrico de Coimbra (em obras de adaptação), o Centro de Neurocirurgia, instalado no Hospital Sobral Cid e o Hospital Ortopédico de Recuperação, na Gala (Figueira da Foz).

A comissão instaladora teve o cuidado de aproveitar, para adaptação dos pavilhões que constituiam o antigo sanatório, o mais possível do existente quanto à sua construção primitiva, procurando-se, sobretudo, a transformação do que foi arquitectado para um tipo de assistência hospitalar de então para a feição actual e funcional dos novos hospitais.

Nos serviços que abrem hoje, incluem-se, como já foi anunciado: Consultas externas de Medecina geral, dias úteis, das 9 ás 11 e das 17 ás 19 horas; Cardiologia, segundas e quintas-feiras, das 9 ás 11 e das 17 ás 19; Diabetes, quartas-feiras, das 9 ás 11 e das 17 ás 19; Cirurgia Geral, dias úteis, das 9 ás 11 e das 17 ás 19 e Urologia, dias úteis, das 9 ás 11 e das 17 ás 19 horas.

M/ 6 anos



MONUMENTAL de
CASCAIS
Domingo, 29 de Abril
às 17,00 horas
INAUGURAÇÃO
DA TEMPORADA
GRANDE CORRIDA DE TOIROS
À PORTUGUESA
Cavaleiros:
David Ribeiro Telles — José Maldonado Cortes Alfredo Conde
Forcados Amadores de Lisboa de Nuno Salvação Barreto
6 lindos toiros para estreia da ganadaria espanhola de Vicente Caldera

Todos os caminhos se encontram no Banco Totta & Açores

Estamos onde Você estiver.
No Continente.
Nas Ilhas. No Ultramar.
Somos uma organização em dia
com quadros jovens
e especializados
para a resolução de cada caso.
Actuamos com total
transparência de processos.

BANCO TOTTA & AÇORES
Num mundo novo o Banco Novo

PENTA BTA 1/72

DL/ESPECTÁCULOS

CRÍTICA DE CINEMA

Lauro António

Uma aliança francesa

TÍTULO: A ALIANÇA (L'Alliance)
REALIZAÇÃO: Christian de Chalongue, 1971 (França)
INTÉRPRETES: Anna Carina, Jean-Claude Carrière, etc..
DISTRIBUIÇÃO: Filmes Ocidente;
ESTREIA: Cinema Estúdio 444 (21-4-1973)
TÍTULO: PARIS, MANICÓMIO DO AMOR (Elle Court, Elle Court, La Banlieue)
REALIZAÇÃO: Gerard Pirès, 1972 (França)
INTÉRPRETES: Martha Keller, Jacques Higelin, Nathalie Courval, Victor Lanoux, etc..
DISTRIBUIÇÃO: Rank Filmes;
ESTREIA: Cinema S. Jorge (21-4-1973)
TÍTULO: A CASA DOS DESEJOS (Docteur Popoul)
REALIZAÇÃO: Claude Chabrol, 1972 (França)
INTÉRPRETES: Jean Paul Belmondo, Mia Farrow, Laura Antonelli, Daniel Ivernel, etc..
DISTRIBUIÇÃO: Sonoro Filmes;
ESTREIA: Cinema Vox (10-4-1973)
TÍTULO: SEGUE-ME, QUERIDO (Follow-Me)
REALIZAÇÃO: Carol Reed, 1972 (Inglaterra)
INTÉRPRETES: Mia Farrow, Topol, Michael Jayston, Margareth Rawlings, etc..
DISTRIBUIÇÃO: Sonoro Filme;
ESTREIA: Cinema Tivoli e, depois, Berna

1. **A Aliança**, filme de realismo fantástico, que ficará como um dos mais belos momentos de cinema francês visto em **écrans** de Lisboa nos últimos tempos, é, curiosamente, o segundo trabalho de fundo de Christian de Chalongue, o autor de **O Salto,** obra de características profundamente diversas. Enquanto, em **O Salto,** Chalongue optava por um estilo de quase documentarismo sobre a emigração portuguesa em França (servindo-se, para tanto, de uma figura central, tida como exemplar, que guiaria dramaticamente a obra), em **A Aliança** adapta um argumento de Jean-Claude Carrière, segundo métodos ficcionistas bastante diferentes, o que acaba por tornar a película muito mais fiel (ou coerente) com a anterior obra de Carrière, de que com os inícios de carreira de Chalongue. Na verdade, se se souber que Jean-Claude Carrière foi, durante largos anos, colaborador íntimo de Luis Buñuel e de Louis Malle (com este trabalhou, por exemplo, em **Viva Maria!**) e que fora o autor de uma curta metragem notável **(O Corta-Unhas)**, logo se perceberá onde irá entroncar o estilo de realismo fantástico de que **A Aliança** é um magnífico exemplo.

O clima da obra é de profunda inquietação e vai-se adensando lentamente, ao longo do seu desenrolar: um veterinário casa com uma rapariga, através de uma agência matrimonial, e essencialmente em virtude desta possuir uma vasta casa, onde lhe é permitido exercer clínica e dar livre curso às suas investigações. Os animais vão, assim, preenchendo o espaço de suspeita e dúvida que entre os cônjuges se estabelece. De forma insidiosa e quase imperceptível, os pequenos animais que o veterinário mantém em investigação, enclausurados no seu laboratório, acabam por dominar o ambiente, criando um clima de irrespirável tensão, prenunciando uma qualquer catástrofe.

«Em pequeno, eu e meu pai, quando víamos um formigueiro, dávamos-lhe um pontapé e fartávamo-nos de rir — conta o veterinário. — **Será que nós também não estamos a ser observados por outros seres, tal como as formigas o eram por mim e por meu pai?»** Esta pequena historieta dá o tom a **A Aliança**, constituindo, de certo modo a chave para a sua compreensão, conferindo-lhe, na sequência derradeira, uma patética **nuance** de desesperança cósmica: quando, finalmente, marido e mulher estabelecem uma autêntica comunicação, uma sapatada, vinda do exterior **(de outros seres que nos observam a nós)** destrói a felicidade possível.

Jean-Claude Carrière, para além de argumentista e dialogista, é também o intérprete principal de **A Aliança,** contracenando com a bela e misteriosa Anna Karina. Ambos sustentam inteligentemente um equívoco diálogo de ressonâncias insuspeitadas, contribuindo definitivamente para o interesse real desta magnífica obra que se recomenda vivamente.

Também francês, trazendo a assinatura de Gerard Pirès (que dirigira **Erotíssimo** e **Americaníssimo**), é **Paris, Manicómio do Amor**, uma comédia de tons suaves, que nos conta a desventuras diárias de um jovem casal de parisienses que, depois de casados, foram viver para uma das muitas cidades satélites da superpovoada capital francesa. Extraída de um romance **«Quatre Heures de Transport par Jour)** DE Brigitte Gross, a película de Pirès satiriza com alguma agudeza certas situações quotidianas de quem passa mais de quatro horas por dia em variadíssimas formas de transporte, para ir de casa ao emprego, e vice-versa. Este percurso entre dois centros, acaba por constituir um tormento que se repercutirá não só na eficiência e produtividade do emprego como, sobretudo, na sua própria vida privada.

Gerard Pirès aponta alguns aspectos desta realidade nova que a macrocefalia das grandes cidades impiedosamente impõe em quase todos os países, não indo, contudo, tão fundo quanto seria para desejar. De qualquer forma, **Paris, Manicómio do Amor** (título que pouco, ou quase nada, tem a ver com o filme) poderá justificar uma visita.

O mesmo se poderá dizer de **A Casa dos Desejos**, igualmente francês, igualmente comédia, esta assinada por Claude Chabrol, sobre argumento e diálogos do seu velho amigo Paul Gegauff (que, por sua vez, adaptava ao cinema um romance de Hubert Montheilet). Antes de mais nada, contudo, haverá a dizer ser este um dos mais inconsequentes (e apesar de tudo, complacentes) dos últimos filmes de Chabrol. A sua violenta crítica à sociedade burguesa da V República, que culminara com obras como **A Mulher Infiel**, **Requiem para um Desconhecido**, **O Carniceiro**, **Ruptura** e **Remorso**, cede agora o lugar a uma toada de cabotinismo desenfreado, onde todos os tiques e todas as «piscadelas de olho» ao espectador são permitidas e abusivamente aproveitadas. O que não quer dizer que **A Casa dos Desejos** (porquê também este título?) não seja um filme extremamente bem construído, com um desenvolvimento de acção por vezes brilhante, jogando criteriosamente com os valores mais seguros da sociedade burguesa e pondo a descoberto o seu convencionalismo. Neste aspecto, o volteface final (de uma intriga que se não descreve, para que o leitor mantenha limpa de suspeitas torpes o «modelo de virtudes»), é, efectivamente, uma jogada de mestre, tanto mais que no plano derradeiro, tudo se conjuga para bem da sociedade e sobrevivência da casta. Jean-Paul Belmondo e Mia Farrow (sobretudo o primeiro) enquadram-se rigorosamente no estilo de cabotinismo que Chabrol consente e favorece, não perdoando ao espectador o mínimo efeito. Com a certeza da fórmula, Chabrol não falha. Os seus últimos dois filmes, todavia, ficam muito aquèm do que seria de esperar de uma progressão de títulos como a que atrás mencionámos.

Finalmente, um pequeno apontamento sobre o último filme de Carol Reed (sir) que se chamou **Segue-me, Querido...** (Follow Me) e se baseava numa peça teatral de Peter Shaffer **(The Public Eye)**. Se da obra se excluir o desempenho turbulento de Topol (descido já do **telhado**, onde se encontrara com o **violino**, de Jewisson), nada mais restaria, tal a chateza e a monotonia do empreendimento. A ideia básica daria, deu, dá um **boulevard**, nada mais: um «auditor» inglês, de muito trabalho e grande clientela, suspeita que a mulher lhe é infiel e contrata um detective particular para lhe seguir os movimentos. A mulher era-lhe fiel, mas o detective cai apaixonado e, a partir daqui, tudo se complica. Enfim... Carol Reed, mais **flou**, menos **flou**, mostra-se perfeitamente à altura do acontecimento. Longe vão os dias que dele fizeram um nome reputado: **Casa Cercada** (1947), **O Ídolo Caído** (1947) ou **O Terceiro Homem** (1948)

A TENSÃO SOCIAL EM FRANÇA

Continuação da pág. 3

mará a crise.

Entretanto, nas fábricas Renault, confirma-se a tendência do regresso ao trabalho. Afirmando que 88 por cento dos operários tinham comparecido na fábrica de Flins, a direcção da Renault que se anunciam espinhosas, devido, nomeadamente, as ameaças de despedimento que pesam sobre 26 grevistas. E apesar da actividade ter recomeçado, foi numa atmosfera de mal estar e certa confusão que esse regresso ao trabalho se efectuou. O descontentamento persiste numa parte dos assalariados, mas domina também o sentido de que é agora a direcção que tem a iniciativa e o contrôle da situação.

Para a direcção da Renault, a reabertura de Flins constitui a prova de que a estratégia escolhida era mais eficaz. Estratégia que consistia, essencialmente, em recusar as negociações sob pressão, deixando «apodrecer» a greve, e em opôr às interrupções de trabalho localizadas o encerramento de unidades ou fábricas inteiras. Correndo, é certo sérios riscos, como a extensão ou aparecimento de novos conflitos — o que sucedeu em parte — ou mesmo uma explosão geral. Mas com dois elementos a facilitar a sua posição.

Em primeiro lugar, o carácter espontâneo e localisado das greves, a falta de coordenação entre os movimentos que iam surgindo à medida que outros cessavam, a inexistência de uma atitude comum a todas as categorias profissionais, apesar das tentativas feitas pelo sindicato para unificar á acção. Em segundo, mais importante do que pode parecer à primeira visfa, o momento escolhido para retomar a iniciativa, entre dois grandes fins-de-semana, o da Páscoa e do primeiro de Maio. Um período de dispersão, durante o qual os delegados sindicais têm dificuldade em organizar grandes reuniões, em fazer circular informações e avaliar as possiveis reacções.

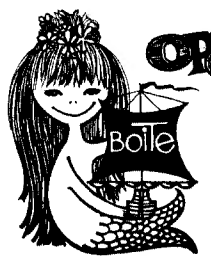
Sem esquecer que as férias de Verão se acercam. Férias que para muitos começam em Junho, ou se começam a preparar em Junho. Uma proximidade que permite sempre o recurso, se esta iniciativa falhar de voltar à actual situação — continuando os conflitos a serem arrastados até à reabsorção, por morte natural.

O que é válido para as fábricas Renault, é o também para os outros sectores da indústria em crise. E ainda para o ensino: perante a comissão cultural do senado e na assembleia, Joseph Fontanet, ministro da Educação, não deixou de salientar que se entrava no terceiro trimestre, o dos exames, e depois vêm as férias, três meses de férias.

Nos dois sectores, social e ensino, dir-se-ia que o Governo pretende ganhar tempo. Tempo de prepreparar as reformas que — ninguém o ignora — serão inevitáveis, tempo para encontrar os meios de as tornar efectivas. E também a escolha do momento oportuno, em posição de força e sem dar a impressão de ter cedido.

Ao contrário, para outro lado, o tempo urge. Os sindicatos têm que agir ràpidamente e talvez a nível mais generalizado, se não querem sair enfraquecidos da crise.

O desfile do primeiro de Maio, organizado pela C.G.T. a C.F.D.T. e a Federaração da Educação Nacional, ao qual se associam todos os partidos de esquerda e talvez as organizações de estudantes, terá sobretudo, um valor simbólico.



M/21 anos

1.ª Classe — c/ utilidade turística
Rua Pinheiro Chagas, 1-1.º
Telef. 51 501 — LISBOA

Comemorando dois anos de sucesso absoluto, de nova gerência, RUY CASTELAR apresenta durante 8 dias, um sensacional show

A partir de Sexta-Feira, dia 27, à 1.00 hora

A Extraordinária Cantora Inglesa

HAZEL SCOTT

(directamente do Hilton Hotel do Brasil)

Música para dançar até de madrugada, com o maior organista do Brasil

IZIO GROSS

(da TV TUPI do Rio de Janeiro)

Ainda o espectacular conjunto **«OS JETTERS»**
e ALTA-FIDELIDADE «GRUNDIG»
APENAS OITO DIAS

CINEMA NO MUNDO

CINEMA PORTUGUÊS EM ESPANHA — Com a apresentação da película «A Canção da Terra», de Jorge Brum do Canto, principiaram as projecções cinematográficas da Semana de Portugal em Barcelona, que continuam com «Verdes Anos», de Paulo Rocha, e terminam hoje com um «Uma Abelha na Chuva», de Fernando Lopes.

DIANA ROSS — A actriz negra norte-americana Diana Ross, que actualmente triunfa nos Estados Unidos com a película «Lady Sings the Blues», acaba de ser contratada para outro filme, que o realizador descreve como «Um Drama em Música».

A ITÁLIA NO FESTIVAL DE CANNES — Quatro filmes vão representar oficialmente a Itália no próximo Festival de Cannes, que se efectua de 10 a 25 de Maio: «Bisturi Para a Mafia Branca», de Luigi Zampa, «Filme de Amor e de Anarquia», de Lina Wertmuller, «Um Hamlet a Menos», de Carmelo Bene, e «Nós Queremos Coronéis», de Mário Monicelli.

LOLA FLORES DIZ SER A SUCESSORA DE ANNA MAGNANI — Lola Flores vai estrear-se como actriz dramática. A propósito, declarou, entre outras coisas, que teria podido fazer papéis interpretados por Liz Taylor e que não vem longe o dia em que sucederá a Anna Magnani.

OUTRO FILME DE RONET — Maurice Ronet, que ainda há pouco terminou dois filmes, intitulados «Crazy Capo» e «Vers L'ile des Dragons» vai realizar uma película com argumento da sua autoria, de parceria com George Keller e Napoleon Murat, «Les 6.000 Marches».

Ronet, que é simultâneamente um dos intérpretes, declarou a propósito: **«Trata-se de uma evocação onírica. Uma jovem ciosa da verdade conduz um inquérito sobre o seu próprio marido e cunhado, que se faz passar por louco. No final de uma longa intriga a heroína é devorada pelas chamas. Qual será a moralidade desta rábula? Isso não me preocupa, porque o cinema é feito para mostrar, não para demonstrar».**

UM FILME DE ALTITUDE — Treze alpinistas bascos e navarros propõem-se rodar o filme completo da sua expedição ao Everest, preparada para o próximo ano. Algumas toneladas de material serão instaladas numa plataforma natural a 8.000 metros de altura e a sua filmagem será realizada em tecnioscópio.

DL/ESPECTÁCULOS

NOTÍCIAS DE TEATRO

PETER BROOK LEVA SHAKESPEARE À AUSTRÁLIA — «A Midsummer Night's Dream», de Shakespeare, numa produção de Peter Brook, que a Royal Shakespeare Company levou em digressão pelos Estados Unidos e a seguir representará no Japão, permanecerá nove semanas nos palcos da Austrália, onde se encerra esta longa «tournée». Adelaide, Melburna e Sydney são as cidades para as quais está programada a sua apresentação. A companhia conta regressar à Inglaterra em 5 de Agosto.

«GASPAR» NO VILLARET — Segundo José Luis Gómez, a peça de Peter Handke, «Gaspar» — que aquele actor espanhol vai apresentar no Teatro Villaret — poderia intitular-se «Tortura verbal», acrescentando: **«Gaspar» apresenta-se como uma investigação das estruturas da linguagem, uma penetração nos significados lógicos e ideológicos que integram essas estruturas. Handke incide na problemática dos «mass-media», na forma como o homem recebe uma série de comunicações que geralmente mascaram e deformam a realidade.**

ÊXITO DO T. E. C. EM BARCELONA — Na sua segunda intervenção nos diversos pontos da Semana de Portugal em Barcelona, o Teatro Experimental de Cascais apresentou — na capela do antigo Hospital da Santa Cruz — a peça «Ivone, Princesa da Borgonha», de Witold Gombrowicz, encenada por Carlos Avilez.

A obra de Gombrowicz, enquadrada no teatro do absurdo, teve um tratamento muito dinâmico por parte dos actores do TEC, com intervenção destacada de Zita Duarte, que fez o papel da feia Ivone, bem como de Santos Manuel, Isabel de Castro, Filipe la Féria e Fernando Barreira.

Com as dificuldades de um espaço cénico excessivamente estreito e com poucas possibilidades técnicas, a direcção de Carlos Avilez destaca-se — no dizer dos críticos presentes — pela expressividade que soube dar ao conjunto da obra, bem apoiada no cenário concebido por Espiga Pinto.

No fim da representação, o numeroso público premiou com os seus aplausos a interpretação e montagem, consideradas magníficas.

Robert Bolt dirigindo uma cena

O primeiro filme de Robert Bolt

Depois do êxito mundial do filme de Fred Zinnemann «A Man for all Seasons», as películas de carácter histórico têm estado constantemente presentes na indústria cinematográfica inglesa. Presentemente o autor do argumento desse filme, tal como de «Lawrence da Arábia», «Dr. Jivago» e «A Filha de Ryan» para David Lean, acabou de realizar o seu próprio filme.

«Lady Caroline Lamb» é a história de uma mulher vivaz, exuberante e voluntariosa que deslumbrou a sociedade londrina nos começos do século XIX. Sob muitos aspectos é uma figura contemporânea. Viveu com intensidade os seus sentimentos, ignorando muitas vezes as normas e tradições da sua época e tomando as atitudes mais apaixonadas e teatrais. Casou-se com William Lamb, um jovem político que viria a ser mais tarde o primeiro-ministro favorito da Rainha Vitória, mas cedo se deixou arrastar num escândaloso «affair» amoroso com o poeta Lord Byron.

BUÑUEL:

"NÃO VOLTAREI A FILMAR EM ESPANHA"

SARAGOÇA — **Não voltarei a filmar na Espanha** — afirma Luís Buñuel ao inteirar-se pela Imprensa dos cortes que fizeram ao seu filme «O Discreto Encanto da Burguesia», com que conseguiu recentemente o «Oscar» de Hollywood para o melhor filme estrangeiro.

O realizador aragonês, em declarações ao «Heraldo de Aragon», observou que não entende o critério dos cortes: **Em muitos países, «O Discreto Encanto da Burguesia» é uma película tolerada. Na Espanha está proibida aos menores de dezóito anos, com cortes e tudo... Posso compreender, ainda que não a aceite, a censura. Mas o que não entendo, nem compreendo, é a arbitrariedade. É absurdo que os cortes obedeçam a uma mentalidade envelhecida pelas apreensões de algumas pessoas.**

ESPECTÁCULO DE MÚSICA PARA A JUVENTUDE — Os serviços de acção cultural do Centro Universitário do Porto, de colaboração com a Juventude Musical Portuguesa, organizam na próxima segunda-feira, pelas 18 e 15, no cinema Trindade, um espectáculo musical destinado à juventude do Porto. Colaboram no espectáculo José Atalaia, Maria José Morais (piano) e Anabela Chaves (violeta).

«PARSIFAL» NO SÃO CARLOS — A temporada de ópera do S. Carlos termina amanhã com a representação da ópera de Wagner, «Parsifal». A mesma ópera será representada em récita popular no Coliseu, no próximo dia 2 de Maio.

NO ESTRANGEIRO

MORREU ALBERT JEANNENREY — O compositor e poeta suíço Albert Jeannenrey, irmão do arquitecto Le Corbusier, faleceu ontem com a idade de 87 anos.

Amigo de Stravinsky e Honneger, Jeannenrey criou várias orquestras infantis para as quais compôs diversas obras para o seu instrumento. Em Paris fundou a Escola Francesa de Rítmica e Educação Corporal.

MÚSICA

MÚSICA POPULAR

FESTIVAL DE FOLCLORE ALENTEJANO — A Casa do Alentejo, em continuação das comemorações do seu 50.º aniversário, vai realizar amanhã, pelas 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, um festival de folclore alentejano com a participação do grupo coral Os Ceifeiros de Cuba, o grupo coral Os Mineiros de Aljustrel, o grupo coral de Reguengos de Monsaraz, os grupos corais (masculino e feminino) de Castro Verde, o grupo de Majorettes de Reguengos de Monsaraz, o grupo infantil de Reguengos de Monsaraz, a Banda Infantil de Reguengos e alguns artistas alentejanos residentes em Lisboa.

ELEIÇÃO DO «REI» E DA «RAINHA» DA CANÇÃO, EM GAIA — Os Bombeiros Voluntários de Valadares vão organizar, pela segunda vez, no concelho de Gaia, a eleição do «rei» e da «rainha» da canção do ano em curso. A iniciativa começa em 26 do próximo mês e termina em 9 de Junho. Podem inscrever-se jovens a partir dos 14 anos. As inscrições terminam no dia 15 de Maio.

NO ESTRANGEIRO

SLY E AS DROGAS — Sylvester Stewart, mais conhecido por Sly, componente do grupo de música «pop» Sly and the Family Stone vai comparecer em tribunal por posse de marijuana e de cocaína.

Stewart, de trinta anos, foi preso em dois de Fevereiro, depois de, numa rusga efectuada à sua residência, terem sido encontradas 315 gramas de marijuana e treze gramas de cocaína.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Maria Leonor Penhasco Pardo Miranda — CASTELO DE VIDE

DEFINITIVO:
OS "BLACK SABBATH"
JÁ NÃO VÊM

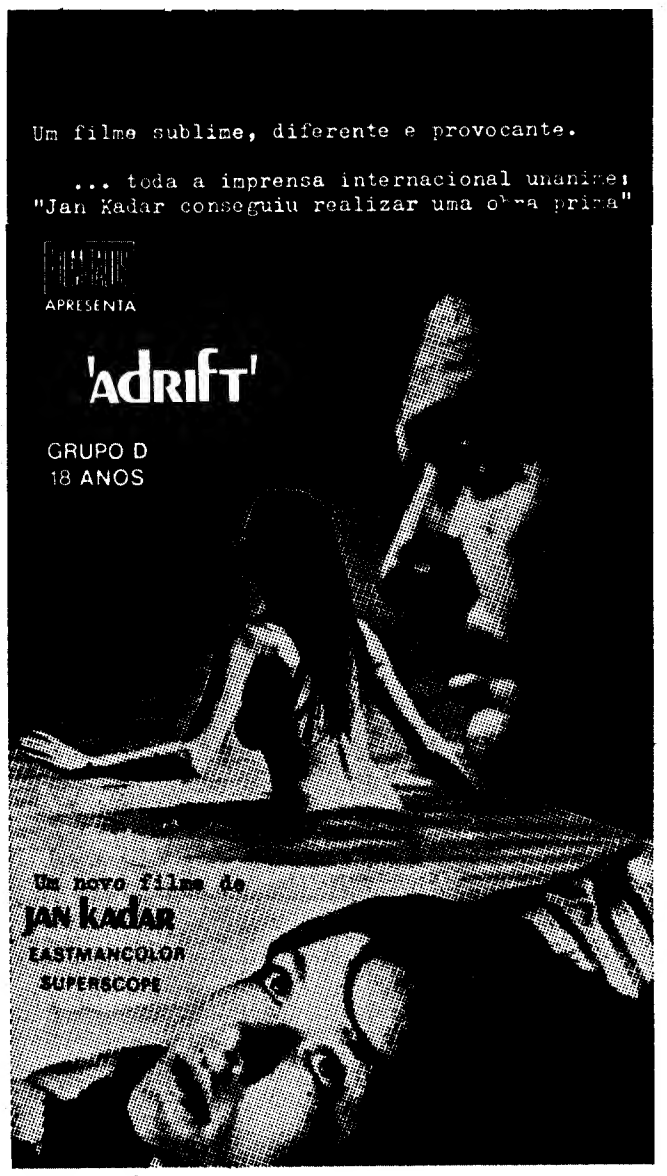
A organização que pretendia trazer até nós os Black Sabbath, anuncia que resolveu cancelar os concertos do grupo, que já haviam sido adiados por doença e hospitalização do viola baixo do grupo. Em princípio, os dois concertos tinham sido adiados para os dias 1 e 2 de Junho deste ano mas, em consequência do relatório do médico sobre o estado de saúde do músico hospitalizado, que não se responsabilizou por qualquer data, em relação à saída do viola-baixo dos Sabbath do hospital, os organizadores resolveram, pura e simplesmente, cancelar os concertos. Assim, todos os que já adquiriram bilhetes para os espectáculos do grupo podem, a partir de agora, levantar o seu dinheiro no local onde compraram a entrada.

não pode tomar leite?
DIESINE é a solução
ALIMENTO LÁCTEO

rico em proteínas, cálcio e fósforo de que você e seus filhos necessitam. Elementos de saúde. Mas a sua saúde ganha ainda, porque toda a gordura e sal foram eliminados.

EM TODOS OS SUPERMERCADOS E BOAS CASAS DE ALIMENTAÇÃO

hifen



MULHER À DERIVA
3.ª SEMANA
estúdio

ATENÇÃO

DEVIDO AO GRANDE ÊXITO
ÀS 6.as-FEIRAS E SÁBADOS
TAMBÉM SESSÕES ÀS 00,15

NACIONAL

O HOMEM, A FLORESTA, O FOGO E A TÉCNICA

Três helicópteros e nove aviões, olhos vigilantes no mais alto da serra, constituirão, a partir de Junho, ao principais armas de defesa da floresta nacional contra um ataque do fogo que que eventualmente venha a verificar-se.

Mas, para que o fogo não lavre, necessário é, pelo menos, não ficar de braços cruzados. Os especialistas são de opinião unânime: incêndios haverá sempre — com o sacrifício de bens e gente o pavor, a avaliação final de prejuízos e a certeza de que alguns nem sequer são avaliáveis. O aperfeiçoamento dos métodos de detecção e de combate ao fogo correspondem, em todo o mundo, aos esforços para tornar o mal menor.

PREVENIR O IMPREVISÍVEL?

Certamente sugestionados pelo que se passou em Vale do Vouga em Agosto do ano passado, os Serviços Florestais começaram a intensificar as medidas preventivas, não no sentido directo de «evitar o incêndio», mas criando condições para que o risco de incidente seja menor e para que, a verificar-se, o combate seja mais rápido e eficaz.

Segundo nos informou um funcionário da Repartição de Conservação dos Serviços Florestais, essas medidas incluem a intensificação da vigilância e a limpeza e abertura da rede divisional.

Os postos de vigia, instalados nos locais mais elevados, têm estado a funcionar, praticamente, sem interrupção. Entretanto, um programa de abertura de caminhos, eliminação de mato e limpeza de povoamentos está em curso, devendo ficar concluído até fins de Maio, nas regiões serranas dos distritos do Porto, Vila Real, Coimbra, Aveiro e Viseu — «onde o problema dos incêndios se coloca com mais acuidade».

Ao mesmo tempo, procura-se ampliar quantitativamente os meios de combate aos incêndios, através do aumento de brigadas e meios técnicos. «Em qualidade, os meios que possuímos são suficientes, isto é, são adequados para qualquer caso de emergência» — garantiram, ainda, naquela Direcção Geral.

As brigadas de combate a incêndios florestais, instaladas em quartéis constituídos propositadamente são constituídas por 25 homens e estão sempre prontas a actuar durante a época de incêndios. Além destas, exigem as brigadas móveis, constituídas por 6 homens e destinadas a reforçar a vigilância nos perímetros florestais e matas nacionais com interesse turístico. As viaturas em que se deslocam, equipadas com sistemas de radiocomunicações, transportam entre diverso material, o pó químico que serve de base ao combate de indêndios florestais.

E OS PEQUENOS ?

A utilização dos meios aéreos — aviões e helicópteros — vai ser este ano intensificada, quer na vigilância quer no combate de incêndios, se tanto for necessário (e presume-se que sim). Os aparelhos (e pessoal técnico) pertencem a companhias particulares, com as quais a Direcção Geral dos Serviços Florestais estabeleceu um contrato de prestação de serviços. As pistas a utilizar situam-se no Cabeça da Rainha (Sertã), Lousã, Santo António das Neves, Viseu, Minhéu (Planalto do Alvão) e Cerval — justamente os pontos estratégicos para espreitar o fogo, que de início é sempre de reduzidas proporções e corre o risco de destruir extenções enormes, se não for rápidamente dominado. Tal utilização, devido às despesas que comporta (a verba para combate a incêndios estabelecida no Plano de Fomento é apenas de 8 500 contos) só se fará, no entanto, a partir de Junho, ou seja, durante a época normal de incêndios».

Entretanto, o próprio Verão se vai antecipando a a todas as previsões, com o seu fogo inesperado.

Mais inesperado do que surpreendente para os especialistas, pois «pode estar tudo a postos e dar-se uma ocorrência a que ninguém consegue deitar mão, porque ultrapassa os limites de todas as probabilidades».

Além disso, há a mata particular, desprotegida, a cuja sombra vivem pequenos proprietários, contribuintes, que daí tiram todos os seus rendimentos e que não podem custear os seus próprios meios de defesa.

A menos que se associem.

Unidades industriais em Mafra?

-Um problema e uma resposta

Cerca de três meses são passados sobre a data em que o «Diário de Lisboa» publicou, em primeira mão, a notícia de que estaria em vias de ser instalada mais uma unidade fabril, no concelho de Mafra. Esta fábrica de luvas que, segundo a notícia publicada no dia 30 de Janeiro, empregaria cerca de 200 pessoas na confecção de luvas, já teria, à data, terreno destinado e a autorização indispensável,. A Câmara, segundo se anunciava, garantia **«as necessárias facilidades para uma rápida concretização do empreendimento»**.

Entretanto, o semanário «O Jovem», de Mafra, publicou um fundo em que se insinuariam determinados entraves à instalação de novos postos de trabalho, dada a existência de uma outra unidade no concelho. A propósito, os administradores da FOC, a unidade em questão, enviaram uma carta àquele nosso colega em que se pode ler:

«Com alguma supresa, e não menor preocupação, lemos no número 118 de «O Jovem» algumas insinuações a hipotéticos entraves à montagem, em Mafra, de novas actividades industriais, a incluir, ao que parece, no mesmo tenebroso saco, as Autoridades Administrativas do Concelho, por um lado, e a nossa empresa pelo outro.

Surpresa, porque a inocência total tem o direito de se surpreender, mesmo quando sabe que no mundo maldoso em que vivemos, também a inocência, por vezes, deve ser crime; preocupação, fundamentada no reconhecimento da impunidade — e talvez de aplausos — com que num jornal se abordam, por demagógica insinuação, problemas sérios da vida de uma empresa, no propositado fomento de mal estar social.

Ninguém nesta terra terá o direito, se falar verdade, de afirmar que a defesa de interesses particulares, ou quaisquer outros, tivéssemos criado o menor obstáculo à instalação, em Mafra, fosse de que indústria fosse. Muito pelo contrário, sempre temos defendido, em termos calorosos a reconhecida necessidade de um maior número de indústrias para o concelho.

Várias têm sido as nossas tentativas para aliciar outros interesses, industriais e agrícolas, a fixarem-se aqui, não obstante a distância de Lisboa e as conhecidas dificuldades de acesso. Por outro lado, que estultícia e maldade insinuam desinteresses e obstáculos por parte dos responsáveis da Câmara de Mafra à instalação de novas indústrias? O entusiasmo manifestado «desta vez pelos responsáveis do nosso Município» foi e será, certamente, igual ao proporcionado a outras oportunidades reais ou possíveis. Naturalmente, nunca esteve, nem nunca estará, ao alcance dos nossos dirigentes municipais, trazer para Mafra a «FIAT», uma fábrica de produtos químicos ou a «KRUP», se estas empresas nunca estiveram, de facto, interessadas na sua instalação no concelho. Quando aqui aparecemos nessa intenção, todas as facilidades possíveis nos foram concedidas e, por certo, foram recusadas a ninguém».

E, depois, acrescenta-se na carta, relativamente ao mesmo «fundo» de «O Jovem»:

«Vejamos agora a tortuosa insinuação, única finalidade do artigo, quando se afirma: «outras opiniões ainda resultam do facto de se dizer que em Mafra há tendência, devido à pouca indústria, salvo a empresa FOC, de se poderem manejar um tanto à vontade os salários de todo o operariado».

«Se o fazedor do artigo tivesse procurado documentar-se, antes de lançar ao papel a sua mentira, descuidado do conselho sábio e antigo, «uma mentira é igual a um monte de penas atirado aos ventos; o arrependimento dela, quando as quiser encontrar todas, sempre lhe faltará alguma», nem teria tido grande dificuldade».

Para desmentir a afirmação inserta naquele nosso colega, os administradores da FOC transcrevem elementos do Instituto Nacional de Investigação Industrial, que demonstram ser a empresa em questão uma das que melhor pagam aos seus operários, independentemente do facto de se situar numa zona de difíceis acessos. «Este estudo, executado por engenheiros do INII vem demonstrar que a FOC paga os salários mais elevados do seu sector, em relação a todo o País».

E mais adiante: «Todo o conjunto da FOC preocupa-se muito seriamente, desde há vários anos, na sua organização, com a construção de novos edifícios e automatização do seu equipamento, em termos de poder proporcionar, aos que nela acreditam, condições de vida económica e social, em tudo semelhante à dos mais desenvolvidos industriais da Europa».

Evidentemente que a resposta não nos diz directamente respeito. No entanto, não conseguimos entender porque se preocupa a administração da FOC com estes problemas, quando a Câmara de Mafra, também envolvida na notícia, e na autorização, não se indispôs nem fez qualquer comentário. Por outro lado, não compreendemos qual o motivo porque haveria de ser a empresa a criar fosse que tipo fosse de dificuldades à construção de novas unidades industriais no concelho de Mafra. Já que, logicamente, a hipótese se não coloca, o repúdio é descabido.

Quanto ao problema dos salários não há que ter medo. Se a FOC vai na vanguarda, de qualquer modo há-de querer manter-se nessa posição. Por isso tanto faz que haja, ou não, maior número de fábricas na região.

74 427 contos de lucros no primeiro exercício do BIP

Criado o ano passado, pela fusão de duas casas bancárias, o Banco Intercontinental Português logo se impôs como um dos nossos primeiros institutos bancários, pela importância dos capitais próprios e pelo dinamismo da gestão.

O primeiro exercício do Banco Intercontinental Português foi dominado pelas preocupações e os trabalhos suscitados pela incorporação das duas casas bancárias que lhe deram origem. Nem por isso deixou de proceder à abertura dos primeiros centros de uma rede de agências que deverá vir a cobrir todo o país: Valpaços, Coimbra, Funchal, Ribeira Grande e Arouca vieram juntar-se, logo neste primeiro exercício, a Matosinhos, Porto e Lisboa. Já no início deste ano, o Banco Intercontinental Português abriu uma agência em Cascais e uma nova dependência em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, e completou a remodelação da agência de Matosinhos. E anuncia para breve a abertura de uma outra dependência em Lisboa.

Também com o propósito de fomentar o desenvolvimento económico do país, o Banco Intercontinental Português prestou apoio a numerosas iniciativas e empreendimentos, nomeadamente no campo das actividades dirigidas para a exportação. Merece referência especial, pela importância do empreendimento e pelo volume dos capitais que mobilizará a participação do Banco Intercontinental Português no estudo e início de concretização da rede de auto-estradas.

Os capitais próprios do Banco Intercontinental Português somavam em 31 de Dezembro 569 mil contos, cabendo ao capital social 370 mil contos. Os depósitos situavam-se na ordem dos 5 milhões e 300 mil contos, seja um aumento de mais de 2 milhões de contos durante o exercício. A conta de lucros e perdas apresentava um saldo positivo de 74.427 contos. Distribuído aos accicionistas o dividendo de 7 por cento do valor nominal das acções, a quase totalidade do remanescente do saldo do exercício foi levado à conta de reserva.

O relatório do conselho de administração do Banco Intercontinental Português sublinha que, perante os dados disponíveis, a economia portuguesa deverá ter experimentado em 1972; uma taxa de crescimento superior à do ano anterior. Refere que a recuperação e a expansão exigiram uma política dirigida à incentivação do investimento e do acréscimo do produto. Recorda que a alta dos preços constitui preocupação dominante dos responsáveis do país, «que declararam ser objectivo basilar da sua política a luta anti-inflacionista «sem pôr em causa a indispensável dinamização do processo de crescimento económico». Aponta o prosseguimento da expansão do volume global dos meios de pagamento internos, em resposta ao ritmo de aumento das reservas de ouro e cambiais do Banco de Portugal, acompanhado por um natural crescimento do volume de crédito concedido pelo sistema bancário. Por fim, depois de evocar as providências adoptadas em Dezembro passado pelo Ministério das Finanças, o conselho de administração do Banco Intercontinental Português afirma: «Injusto seria não realçar a importância das medidas formuladas ou deixar de ajuizar, à sua luz, do acréscimo de sacrifícios que a nova disciplina vem impôr à actividade dos bancos».

Festa da Primavera em Alte

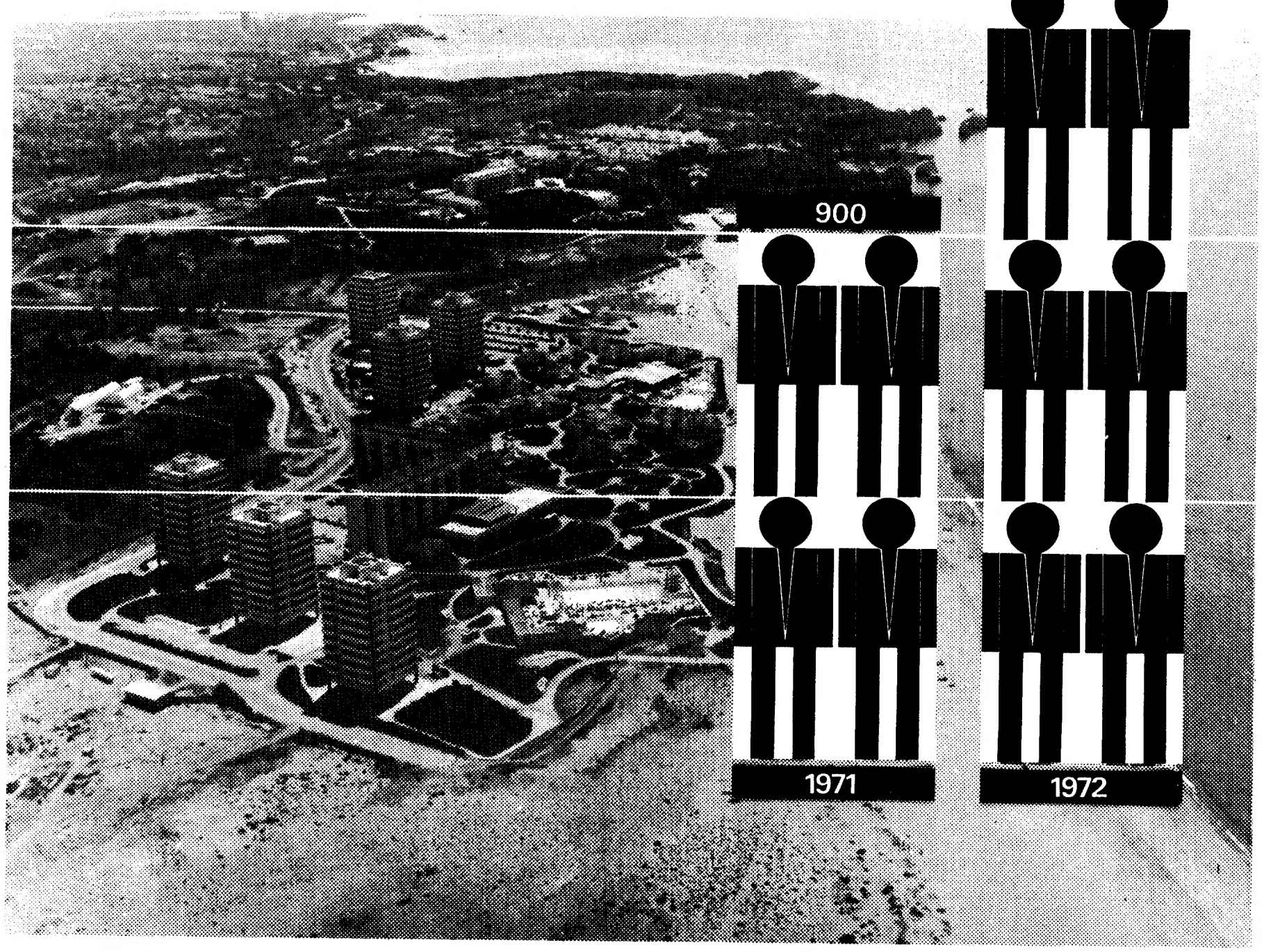
A aldeia algarvia de Alte leva a efeito, no dia 1 de Maio, a conhecida Festa da Primavera, no local da Fonte Grande. Do programa das festividades constam o mercado de artesanato, cortejo de oferendas, festival de folclore pelos grupos «Mar Alto», da Nazaré e «Educacion y Descanso», de Sevilha, além de um concerto musical pela Banda Artistas de Minerva, de Loulé. As carreiras de transportes colectivos com Loulé e Messines estão asseguradas.

a+p T-13-73

duplicamos o Numero de Empregos

O crescimento da nossa empresa
permitiu que aumentassemos substancialmente
a oferta de emprego.
No espaço de um ano
duplicamos o número de empregos na indústria
hoteleira dando mais trabalho à mão
de obra nacional,
propondo-nos melhorar
a sua qualificação profissional
e proporcionando-lhes melhores perspectivas
de ascenção no quadro do nosso contínuo
desenvolvimento.
Cumprimos, assim,
uma das funções sociais que,
desde o princípio, assumimos.

TORRALTA
UM LUGAR PARA SI UMA SOCIEDADE PARA TODOS



GRANDE PRÉMIO DE PUBLICIDADE DO "DIÁRIO DE LISBOA"

Os galardões de 70/71 foram ontem entregues

Como representante da ARP, o artista Artur Henriques recebe o 1.º Prémio

Num ambiente o mais informal e de franca cordialidade, foram ontem à tarde entregues, no decorrer de um «cocktail» que teve lugar na sede do Clube Português dos Publicitários, os galardões do Grande Prémio de Publicidade do «Diário de Lisboa» referentes aos anos de 70 e 71.

A anteceder a entrega desses galardões, o nosso director, dr. António Ruella Ramos, pronunciou umas breves — e também informais — palavras, com o que agradeceu a colaboração do Clube Português de Publicitários ao ceder simpaticamente as suas instalações para o acto e referenciando com satisfação a presença de todos os convidados. Entre estes, que ultrapassavam a centena, viam-se os directores ou representantes de muitas das empresas que se dedicam à actividade publicitária, artistas gráficos ligados ao ramo, jornalistas, o director comercial do «Diário de Lisboa», sr. Plácido do Souto e António Gomes da Costa, chefe do departamento de publicidade do nosso jornal. O nosso director, anunciou ainda a abertura do concurso da modalidade para os trabalhos realizados durante o ano de 1972.

O momento em que o nosso director, dr. Ruella Ramos, entrega ao sr. James Williamson, director da empresa publicitária Lintas, o Prémio Especial da Cor

O VALOR DUMA INICIATIVA

O júri para o Grande Prémio de Publicidade «Diário de Lisboa» foi, desta vez, constituído por: dr. Duarte Boiça, dos corpos gerentes do Clube de Publicitários; sr. António Tolo Duarte, publicitário; Sebastião Rodrigues, artista gráfico; Luís Filipe Abreu, e Vítor Silva, ambos professores da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

Como já aqui fora dito, longe de ser um factor de encarecimento do produto, como por vezes se pretende demonstrar, a publicidade é, ao contrário, um elemento dinamizador dos processos de desenvolvimento económico.. Criando mercados, estimulando iniciativas, descobrindo e fazendo descobrir novos produtos, permite o aumento da produção e, consequentemente, baixa o preço dos mesmos até aos níveis de acessibilidade das condições económicas das grandes massas.

Para que a maioria das indústrias possam expandir-se até aos escalões mínimos da rentabilidade efectiva é necessário que, perante o público consumidor, se apresentem os estímulos que conduzem ao conhecimento do produto e, logo, à sua compra. Só assim se compreende que países com a mais diferenciada estrutura económica e política encarem a publicidade como uma verdadeira indústria ao serviço do publico.

Reconhecendo o valor da publicidade no mundo moderno, o «Diário de Lisboa» pretendeu, ao por em prática esta singular iniciativa, dar às actividades artísticas e criativas de um sector que conta já com centenas de elementos de elevado nível profissional, uma valorização real simbolizada nos prémios outorgados segundo um critério lúcido.

A DISTRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS

Criado em 1968, com o objectivo de distinguir os melhores anúncios publicados na Imprensa, tendo em vista a sua qualidade artística e gráfica, impacto junto do público, valor criativo e mensagem publicitária, o Grande Prémio de Publicidade do «Diário de Lisboa» não só registou a adesão dos sectores profissionais e artísticos ligados a esta importante actividade, como incentivou as empresas a uma maior representação qualitativa.

O Grande Prémio 70-71, coube ao anúncio intitulado «TRAMAGAL LAVRA O FUTURO», publicado pela Ciesa, recebido pelo seu representante, sr. Francisco Agarés. O 1.º Prémio, pertenceu ao anúncio «A INTIMIDADE ENCONTRADA», da ARP, representade pelo artista Artur Henriques. o 2.º Prémio, «TANTO ESPAÇO PARA NADA», levou-o a Latina, representada pelo sr. Acácio Santos. O Prémio Especial da Cor, «CONFORTO VANTAJOSO», foi ganho pela Lintas e recebeu-o o seu director, James R. Williamson. Depois foram entregues: Menção Especial à campanha de publicidade, intitulada «MAIS SEGURO, MAIS FUTURO», levada a cabo pela Latina; e as Menções Hongosas, «20 ANIVERSÁRIO», da ARP, «QUE PENSA O SEU CARRO DESTE BURACO?», da Flumen, «A PENSAR EM SI», da Grifa, «NÃO VALE APENA PREGAR NO DESERTO», «O MEU PAI E FORMIDAVEL», «O QUE FAZ MOVER MARIONETTE?», e «A SEGURANÇA DA SUA FAMÍLIA», todos da Latina, «NOVOTIPO», da Grafidec, «DAR E A MELHOR FORMA DE RECEBER», da Hifen, «NINGUEM NASCE POR ACASO» e «TANTO ESPAÇO PARA NADA», da Latina.

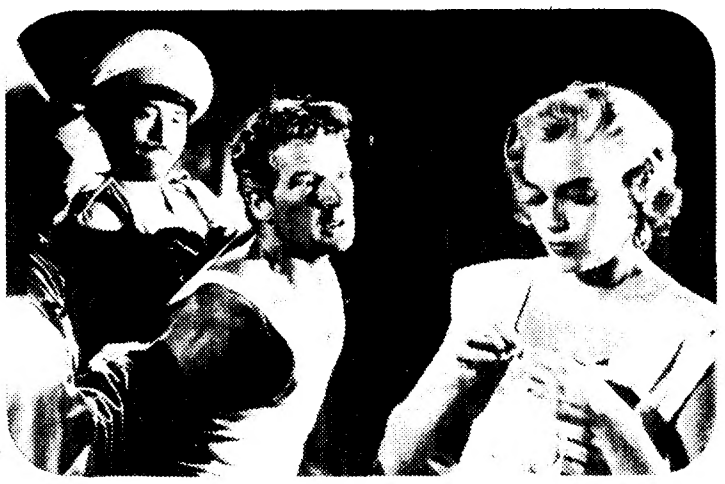
ENTUSIASMO PARA O PRÉMIO 72

Terminada a entrega dos prémios e sempre dentro do ambiente de cordialidade que foi apanágio da reunião, trocaram-se entre os presentes algumas impressões sobre a utilidade destes concursos e o que de importante eles podem trazer para a publicidade em si mesma, a qual, sendo uma indústria, não deixa, no entanto, de se caracterizar muito particularmente pelo facto de recorrer à arte da palavra e à arte plástica.

De resto, o grande número de concorrentes e o cuidado posto nos trabalhos apresentados, demonstra claramente como foi compreendida esta iniciativa do «Diário de Lisboa». A publicidade, deixando de ser um luxo ou um simples acessório da indústria e do comércio, transformou-se num catalisador do progresso e tornou possível uma mais eficiente e dinâmica extensão dos mercados, tónico revigorante a desfazer a inércia que durante tanto tempo afectou os modos de vender e expôr.

Espera-se, pois, um ainda maior entusiasmo à volta do Grande Prémio de Publicidade relativo ao ano de 1972, cujo concurso, como atrás dissemos, foi, ontem, anunciado pelo dr. Ruella Ramos.

ALVALADE
GRUPO C • 14 ANOS
HOJE ÀS 21.45 H.
um filme de LUIS BUÑUEL
(o realizador de "O ENCANTO DISCRETO DA BURGUESIA" - OSCAR 1973)



um elenco excepcional
SIMONE SIGNORET * MICHEL PICCOLI
GEORGE MARCHAL * CHARLES VANEL
labirinto infernal
FILMES OCIDENTE

4ª SEMANA
AVIS POLITEAMA ROMA
GRUPO B • 10 ANOS
continuaram a chamar-me Trinitá
TERENCE HILL BUD SPENCER

FILMES OCIDENTE

DL/GERAL

Exposição para cegos no Museu de Arte Antiga

No Museu Nacional de Arte Antiga, às Janelas Verdes, inaugura-se hoje, pelas 16 horas, com a presença de várias individualidades ligadas à Educação e muito especialmente aos centros de recuperação de deficientes visuais, a 1.ª exposição **para cegos.** Do catálogo da exposição, retiramos este parágrafo: **Seria para desejar que nos principais museus do País houvesse salas para cegos, onde lhes fosse possível estabelecer contacto directo com objectos de valor cultural, dispostos segundo um programa de carácter educativo.**

A escultora Maria Francisca Diniz, explica-nos os objectivos da ideia que em tão boa hora criou e impulsionou

A sugestão não deixa de ser bem acolhida. Resta ter a certeza de que será aproveitada. Porque, no aspecto estético-didáctico, parece que quase nada se tem feito para formar e informar os que carecem desse extraordinário sentido que é ver. Ou saber ver. De tal modo, que do mesmo catálogo e segundo o que nele escreveu a impulsionadora no certame, a escultora Maria Francisca Diniz, ainda se pode ler: **No decorrer do meu estudo sobre «Normalização dos deficientes visuais por processos museológicos» foi-me dado verificar, através dos diversos contactos que pude estabelecer, quer a insuficiente informação de que as escolas e centros de recuperação dispõem acerca dos museus, quer o insuficiente conhecimento existente dentro dos museus acerca dos problemas relacionados com os cegos e a cegueira, o que pressupõe a necessidade de ambos colaborarem mais estreitamente na ampla tarefa dessa normalização.**

Parece que estas palavras, só por si, demonstram claramente duas coisas: a necessidade de fomentar este género de iniciativas e a pouca atenção que se tem dado ao capítulo da formação estética do diminuído visual.

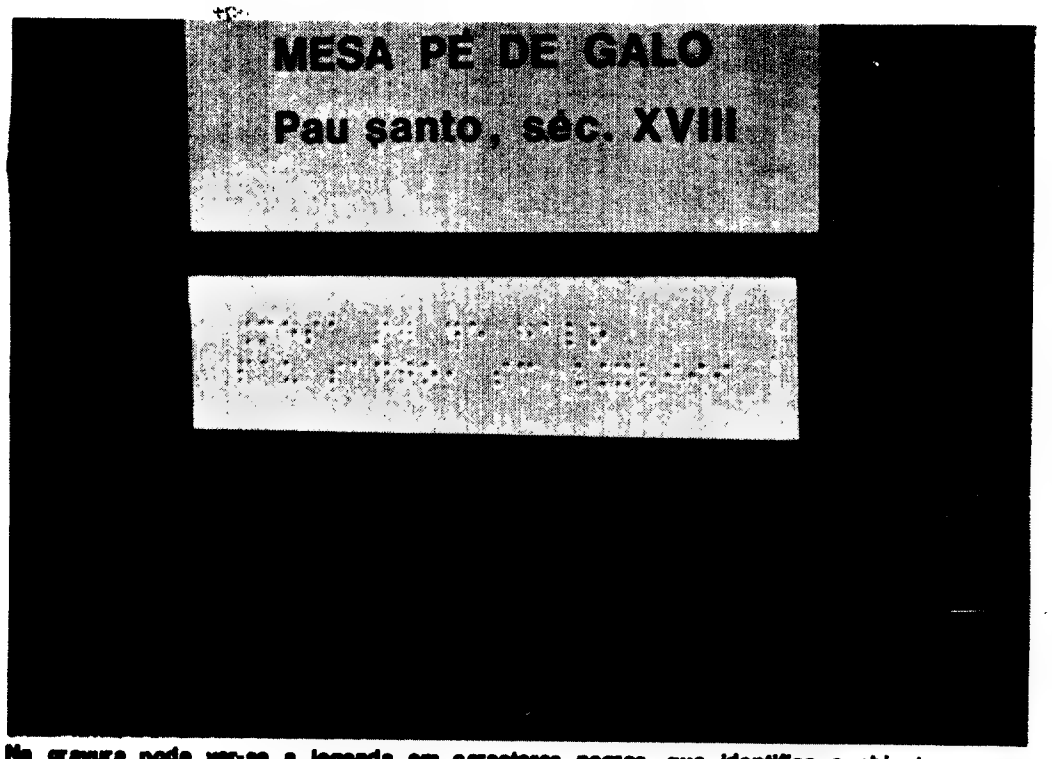
A exposição é dedicada, não só a deficientes visuais, como também a técnicos da educação visual e de recuperação, propondo-se experimentar os modos possíveis de colaboração do Museu (e porque não dos museus?) na formação daqueles deficientes. Foram seleccionadas, das colecções do museu, algumas peças (englobando escultura, mobiliário, luminária, têxteis, vidros, cerâmicas e galvanoplásticas) susceptíveis de serem apreciadas através do sentido do tacto e fornecendo alguns dados sobre a maneira de pensar e de viver do século XV ao século XVIII.

As visitas guiadas podem marcar-se com oito dias de antecedência, não devendo os grupos de visitantes exceder dois cegos totais, juntamente com dois a três amblíopes (cegos parciais) com monitora, e com os seguintes horários: de terça a sexta-feira, das 10 às 17 horas, podendo, em casos excepcionais, serem feitas marcações para sábados de manhã e domingos à tarde.

Nos dias e horas indicadas funcionará um pequeno **atelier** de modelação para os visitantes que queiram exprimir-se plasticamente. Há também máquinas de Braille e de escrever para que os deficientes possam apreciar criticamente a exposição.

O serviço educativo encontra-se igualmente à disposição dos professores de educação especial para encontros informais de discussão versando a utilização do museu dentro dos programas de recuperação. Nas actividades de divulgação ligadas à exposição haverá ainda sessões de cinema com filmes cedidos pelo Instituto de Tecnologia Educativa e pelo Centro Infantil Hellen Keler, as quais serão comentadas por pessoal especializado.

Houve igualmente a preocupação de criar aos visitantes de cegos condições de auto-suficiência através de uma planta da exposição em relevo, para apreciação táctil; de um esquema de percurso dentro da sala, muito simples e devidamente pontuada por uma passadeira, que conduz sem esforço os deficientes aos objectos expostos; e da colocação de etiquetas em Braille junto de cada uma das peças.



Na gravura pode ver-se a legenda em caracteres negros, que identifica o objecto para os deficientes visuais não totais e, ao lado, colocada no rebordo da mesa, a legenda em Braille, que dá a possibilidade aos cegos totais de, com a mesma facilidade, lerem o indicativo que os elucidará

Um recanto do salão do Museu, mostrando alguns objectos da exposição

"Um deus na palma da mão" de Josué da Silva

Josué da Silva, um escritor veemente, apaixonado, por vezes truculento, publicou já vários livros de ficção saudados pela crítica com entusiasmo ou com indignação, o que se nos afigura altamente importante, como prova de que as suas obras são, antes de mais, vivas, polémicas, comunicativas — e ousadas.

Dentro de dias o autor de «Salto no Vácuo», «Espaço e Tempo», «O Lodo e o Lótus» e «Estrada para Sodoma» vai dar à estampa novo romance: «Um Deus na palma da mão», o que, após oito anos de silêncio, se reveste de particular interesse. Nesse considerável lapso de tempo Josué da Silva amadureceu necessariamente as virtualidades que já se encontravam nos trabalhos anteriores. «Um deus na palma da mão» é um denso volume de 350 páginas, pouco ortodoxo na feitura, mas decerto importante no aspecto testemunhal, seja qual for a reacção do público às técnicas adoptadas. Começa a sua acção por volta de 1927 e vem até aos nossos dias, através de uma narração e de uma análise da vida privada, que não excluem o onírico e a mais inesperada reflexão sobre a relação espaço - tempo. A terceira parte do romance inclui um relato entroncado no corpo da estória e na sua textura, mas decididamente fantástico, um pouco à Lovercraft. Em todo o livro se afirma uma decidida tomada de posição frente à intolerância e à mentalidade autocrática. Acima de tudo, um romance que respeita profunda e apaixonadamente ao povo português.

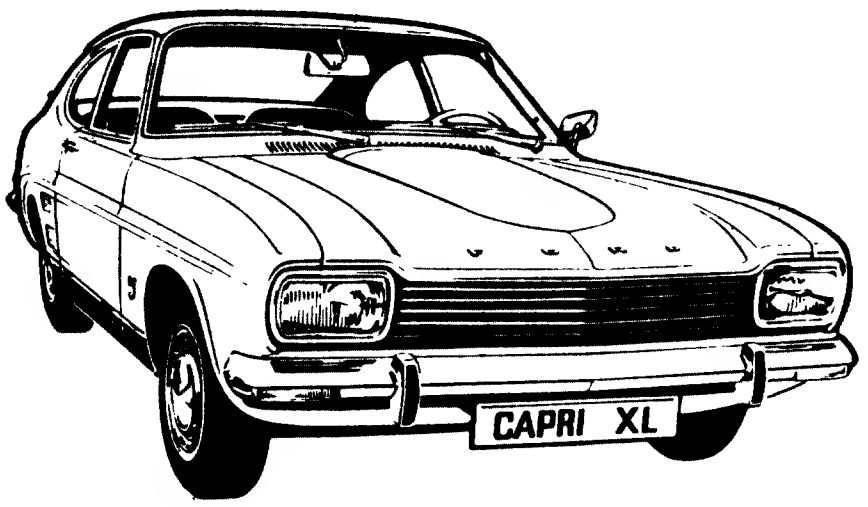
Biblioteca Itinerante nos Olivais

A Biblioteca Municipal Itinerante n.º 4, que funcionava na primeira e na quarta sextas-feiras de cada mês na Praça do Areeiro, passa a estacionar, nos mesmos dias, a partir de hoje, no fim da Rua Cidade de Quelimane, no Bairro dos Olivais, correspondendo assim ao interesse manifestado pelos habitantes da zona, que dispõem já dos serviços da mesma Biblioteca no centro comercial (Olivais Norte) — todas as primeiras e terceiras segundas-feiras de cada mês — e na Praça Cidade de Luso (Olivais-Sul) — todos os primeiros e terceiros sábados de cada mês.

Os poucos leitores da referida Biblioteca na Praça do Areeiro poderão utilizá-la na Praça de Londres, nas primeiras e terceiras quintas-feiras de cada mês — no Alto do Pina (Fonte Luminosa) nas primeiras e terceiras terças-feiras de cada mês.

LONDRES
10 DIAS
DESDE
ESC. 2.490$
2 DE MAIO
ÚNICA PARTIDA EM MAIO
INCLUINDO:
TRANSPORTES EM AVIÃO A JACTO GIGANTE DC-10 IDA E VOLTA * ALOJAMENTO E PEQUENO ALMOÇO * ASSISTÊNCIA E TRANSFER'S DE CHEGADA E PARTIDA * VISITA À CIDADE COM GUIA.
PARTIDAS SEMANAIS DURANTE O VERÃO E NOS FERIADOS DE JUNHO
CONSULTE-NOS
NORTUR / PM TURISMO
PORTO - Rua José Falcão, 82 - Telef. 27587
LISBOA - Rua Barata Salgueiro, 8 - Telef. 58722

NOVA GAMA CAPRI 1973



EM EXPOSIÇÃO EM CONJUNTO COM OS DEMAIS MODELOS FORD NA
AUTOSOL CONCESSIONÁRIOS FORD
Ford à frente!
AV. FREDERICO ULRICH — CASCAIS — TELEF. 280 531
AV. D. FRANCISCO DE ALMEIDA, 1 — SINTRA — TELEF. 980 096

O CASO DA HER

O ambiente vai-se descontraindo na sala do 1.º Juízo Criminal, presidido pelo Juiz Corregedor dr. Bernardino de Sousa, à medida que o advogado de António Champalimaud, dr. Manuel João da Palma Carlos, dilucida, com lógica facilmente apreensível, toda a matéria em discussão no processo, e vai desmantelando, ponto por ponto, e servindo-se de cerrada argumentação, os factos de que o seu constituinte é acusado.

Já no final das suas alegações de ontem, — na 409.ª sessão de julgamento — o dr. Palma Carlos faria considerações de ordem prática sobre o verdadeiro funcionamento dos nossos Tribunais, invocando a sua própria experiência como funcionário judicial.

Começou o dr. Palma Carlos:

Depois de na véspera ter feito a demonstração de que a carta de Henrique Araújo de Sommer foi conhecida e acatada pelos seus sobrinhos e pela generalidade das pessoas ligadas à família daquele e às suas empresas, — através da citação de numerosos depoimentos —, o dr. Palma Carlos começou as suas alegações de ontem, na apreciação de dois depoimentos prestados por parte da acusação:

O de uma cunhada de Henrique Sommer — D. Maria Isabel Brazão de Sommer — e o de um advogado de Henrique Champalimaud — dr. Serafim da Silva Garcia.

Relativamente a D. Maria Isabel Brazão de Sommer, afirmou o dr. Palma Carlos:

D. MARIA ISABEL BRAZÃO DE SOMMER

Na análise frontal, a cuja efectivação procedia na sessão de julgamento de ontem — análise frontal da prova produzida pela acusação — detinha-me eu sobre a personalidade de D. Maria Isabel Brazão de Sommer quando chegou o momento de ser decretada a suspensão da audiência.

Mais não pude fazer, portanto, do que chamar a atenção de V. Exas para o flagrante contraste da posição assumida pelas duas cunhadas de Henrique Sommer, uma, esposa de Afonso, D. Adelaide Themudo de Sommer, cheia de aprumo, de dignidade e sinceridade no seu depoimento, e a outra, D. Maria Isabel Brazão de Sommer, casada que foi com Fernando Sommer, estranha figura que aqui esteve presente, produzindo o seu testemunho em termos de paixão tal, que esta só por si mesma, conduziria à invalidação de quanto ela afirmasse.

D. Maria Isabel Brazão de Sommer confessou estar de relações cortadas com António Champalimaud desde 1957.

Está também de relações cortadas com sua filha D. Maria Helena, conforme igualmente confirmou.

D. Maria Isabel Brazão de Sommer aparece chamada ao julgamento em 24 de Julho de 1970.

Não se percebe bem como chegou ao Tribunal, visto que ela compareceu na sessão de julgamento de 24 de Julho de 1970 e do final da acta da sessão anterior — de 22 de Julho de 1970 — vê-se só ter sido notificado o declarante Carlos Champalimaud para comparecer na sessão imediata.

Do início da acta da sessão de 24 de Julho de 1970 consta que o Tribunal, por sua iniciativa, a mandou comparecer nessa sessão. Os autos também não dão notícia da forma como é que esta ordem do Tribunal foi executada.

Foi a senhora notificada directamente?

Mesmo sem mandado?

Como se explica então que, quando estava a ser interrogada pelo advogado que está no uso da palavra, o Tribunal não tivesse conseguido a sua comparência para que o meu interrogatório prosseguisse?

Deduz-se que ela deve entretanto ter aparecido pela mão de seu sobrinho Carlos, já que iniciou as suas declarações, afirmando que na véspera lera uma cópia das declarações que prestara na Polícia Judiciária, e que Carlos a pedido da declarante lhe fornecera. E confessa mesmo, a pergunta do sr. dr. Sidónio Rito, e a fls. 9692 que trocara impressões na véspera, antes das suas declarações, com o seu sobrinho Carlos Champalimaud.

Mas ela veio a Tribunal, para poder produzir a afirmação final que dela se esperava:

«Ao tempo em que estes factos se passaram, e que deixa expostos, nunca viu nem nunca ouviu falar a quem quer que fosse na existência da carta de seu cunhado Henrique e a que se tem aludido neste julgamento.»

E produzindo esta afirmação, foi dizendo também aquilo mais, para que o julgamento fora chamada:

« — Que sua própria filha, Maria Helena, mentira a fls. 6840 dos autos, quando dissera que a toda a família ouvira dizer que as acções da Empreza de Cimentos de Leiria ficaram para as tias, conforme desejo do tio Henrique expresso numa carta.

— Que tais declarações de sua filha são inteiramente falsas, tratando-se de um recado ou sermão que lhe foi encomendado.

— Que sua filha era considerada como a louca da família, e que não era portanto à louca da família que se ia dar conhecimento de factos como aqueles sobre o que ela depusera.

— Que sua filha estava comprada pelo António.

São estas afirmações que V. Exas. encontram reproduzidas pela D. Maria Isabel a respeito da sua própria filha.

Na subsequente sessão de julgamento em 27-7-1970 — D. Maria Isabel reafirma:

«Nega que sua filha tenha assistido a quaisquer conversas havidas entre a declarante e seu falecido marido acerca da carta, e isso pelas razões já referidas por si na anterior sessão.»

Uma dessas razões — como acabo de referir a V. Exas. — é a de que sendo a louca da família não se tinham perante ela determinado tipo de conversas, não se lhe é dado conhecimento de determinados factos.

E evidente que D. Maria Isabel produziu esta afirmação, para contrariar o depoimento prestado por D. Maria Helena, em acção cível que correu entre António e Carlos Champalimaud, e em que D. Maria Helena afirmou:

«E do seu conhecimento ter seu tio Henrique deixado uma carta na qual declarava que as acções da Empreza de Cimentos de Leiria eram para as tias da depoente, D. Luisa de Sommer e D. Albana e que tudo foi cumprido conforme ele deixou escrito.»

Entretanto a sra. D. Maria Isabel, que vinha produzindo estas afirmações destinadas a infirmar aquelas que sua filha tinha produzido, tinha já dito na Polícia Judiciária, em 10-12-1959, confirmara ter visto, ela própria, a carta de Henrique Sommer:

«Em dada altura cuja data certa não pode precisar, ao ir de visita a casa de sua cunhada dona Maria Luisa, isto durante a noite, ela, em dado momento, levou-a ao seu quarto de cama — e ali, confidencialmente, lhe mostrou uma carta que atribuia a seu irmão, o falecido cunhado da declarante Henrique Araújo Sommer, carta que a declarante leu com dificuldade à luz dum candeeiro eléctrico de pouca intensidade, e na qual viu que na verdade se referiam a umas acções mas cujo teor a declarante não fixou visto estar de completa boa fé e muito longe de pensar que viria a desencadear-se a questão que se arrrasta entre a família.»

Quando o Tribunal, inquirindo oficiosamente a declarante, sra. D. Maria Isabel a ouviu dizer o que já atrás se transcreveu, sobre o seu desconhecimento da carta de Henrique Sommer, não se preocupou em localizar no tempo a data em que lhe tinha sido mostrada a carta.

O INSPECTOR COMEÇOU AOS MURROS NA MESA

O que lhe foi permitido — a D. Maria Isabel — foi que deixasse logo nos autos, a sua queixa contra o Inspector da Polícia Judiciária, que presidira à sua inquirição, e em relação ao qual afirmou que:

«O sr. inspector começou aos murros na mesa.»

O inspector era o sr. dr. Araújo e Sa.

VERÃO DE 1944

Assim, o assunto só lhe veio a ser perguntado pelo ilustre magistrado do Ministério Público, com a isenção, a dignidade, a altura que sempre caracterizam as suas intervenções neste julgamento, declarando então:

«Pensa haver tido lugar a leitura da carta que efectuou com dificuldade à luz de um candeeiro eléctrico de pouca intensidade em casa de D. Maria Luísa, no seu quarto de cama, no Verão de 1944, dizendo isto porque fazia então muito calor».

Cheio de justeza, mostrou-lhe o ilustre magistrado do Ministério Público, a sua estranheza pelo facto de poder precisar, em Junho de 1971, a data que não pudera concretizar em Dezembro de 1959.

Logo explicou D. Maria Isabel:

«Que talvez não tenha sido interrogada com tanto pormenor e com tanta tranquilidade como agora o é».

Porém, de 2 para 4 de Junho — data da subsequente sessão de julgamento — D. Maria Isabel deve ter sido alertada pelo carinhoso Carlos Champalimaud, que a acompanhava ao Tribunal, e aí não a deixava sozinha um só instante — sobre a inconveniência do que afirmara a respeito da data em que vira a carta de Henrique Sommer, pelo que, na referida subsequente sessão de 4 de Junho, por sua iniciativa, resolveu dizer:

«Não é rigorosa a notícia que prestou na sessão antecedente relativa à data ou época em que procedeu em casa de D. Maria Luísa à leitura de uma carta que por esta era atribuída a seu irmão Henrique de Sommer; com efeito, depois de melhor haver pensado e raciocinado, acabou por concluir não poder afirmar como o fez na antecedente sessão que essa leitura teve lugar no Verão de 1944, podendo agora e em definitivo noticiar que essa leitura foi feita num tempo em que estava muito calor, consequentemente talvez na época estival, não podendo no entanto precisar se o ano terá sido o de 1944, 1945 ou 1946, pois tem a impressão que para além de 1946 não terá sido, concluindo por dizer 'mas não sei, não sei, não posso precisar'; o que posso com certeza referir é que foi antes de 1949 ano em que se matrimoniou minha filha Maria Helena».

D. Maria Isabel **leu a carta** — como se vê perfeitamente das respostas que produziu a perguntas do sr. dr. Eridano de Abreu:

«durante a leitura da carta a sua cunhada Maria Luísa não fez qualquer comentário e nem mesmo disse o que quer que fosse».

«Não ligou importância à carta cuja leitura lhe foi facultada».

Acrescentou ainda que:

«Nesse momento estava de boa fé e com grandes preocupações por causa da saúde de sua filha».

Realça-se este pormenor, porque a leitura da carta feita por D. Maria Isabel tivera efectivamente lugar — isso resultava esclarecidamente da conjugação da afirmação dela — no Verão de 1944.

Na verdade, ela afirmara isso ao Ministério Público: que a leitura tivera lugar no Verão de 1944.

Mas dissera, por outro lado, a perguntas do Tribunal,

«Que sua filha começou a ser tratada pelo dr. Elísio de Moura, em Coimbra, em 1944, creio que em Agosto ou Setembro desse ano».

Confirmara ao dr. Eridano de Abreu que quando procedera à leitura da carta «estava com grandes preocupações por causa da saúde da sua filha».

Ainda quando interrogada pelo Ministério Público, afirmara, embora tal não houvesse ficado consignado, que o ano em que tivera lugar a leitura da carta — e por isso fixara essa leitura no Verão de 1944 — fora aquele em que pela primeira vez sua filha fora tratar-se a Coimbra.

Daí, que a defesa tenha inquirido a declarante sobre essa sua afirmação anterior e ela tenha efectivamente confirmado a afirmação que produzira ao Ministério Público, nos termos que atrás se deixam descritos:

«Perguntada à declarante sobre se o ano em que lhe foi mostrada a carta de Henrique Araújo de Sommer, por D. Maria Luísa, teria sido aquele em que sua filha pela primeira vez se foi tratar a Coimbra, respondeu que efectivamente já declarou isso neste Tribunal».

Quando de uma sessão para a outra, vem modificar o que com base numa certa razão de ciência afirmara, dizendo ter «pensado e raciocinado» — já não dá qualquer razão de ciência, e limita-se a escusar-se, em afirmações perfeitamente imprecisas, e que a ninguém podem merecer o mais ligeiro crédito.

D. Maria Isabel portanto, teve perfeito conhecimento da carta de Henrique Sommer, e de que as suas acções da Empresa de Cimentos de Leiria tinham ficado para as irmãs dele logo no Verão de 1944, ou seja, logo no próprio ano da morte de Henrique Sommer, no ano em que toda a gente o soube — todos os familiares, todos os irmãos, todos os mais próximos colaboradores de Henrique Sommer, a generalidade dos seus amigos, os funcionários superiores das empresas, etc., etc.

O conluio com os assistentes, que trouxe D. Maria Isabel a este julgamento, não permite que seja atribuído nenhum crédito às suas afirmações.

E tanto assim que, feita a pergunta a D. Maria Isabel, e produzida a resposta antecedentemente transcrita, na sessão de julgamento de 11-6-71, D. Maria Isabel não comparece na subsequente sessão de 14 de Junho, e não aparece mesmo mais, como V. Ex.as têm perfeita memória.

Não obstante ter sido notificada em 11 de Junho para comparecer em 14 — entendeu o Tribunal, no dia 14, face à sua ausência, e à insistência da defesa quanto ao prosseguimento da sua instância:

«A declarante Maria Isabel Brazão de Sommer tem a sua residência fora da Comarca de Lisboa, pelo que o Tribunal não pode tornar obrigatória a sua comparência em audiência de julgamento. Consequentemente não tem a mesma que justificar a sua falta nem lhe é aplicável qualquer sanção».

A DECLARANTE FOGE ÀS INSTÂNCIAS DA DEFESA

A verdade é que D. Maria Isabel foi inquirida pelo Ministério Público, foi inquirida pelo ilustre advogado dos assistentes, foi ouvida por V. Ex.as. E a defesa, tendo-lhe feito umas escassas perguntas em que, como já vou referir a V. Ex.as, ela contrariava manifestamente a verdade, a sr.ª D. Maria Isabel, foge pura e simplesmente.

A sr.ª D. Maria Isabel não quis efectivamente ser confundida em relação ao interrogatório que pela defesa lhe podia ser feito:

Ora, em face disto, ela não concluiu as suas declarações.

Umas declarações em que a declarante só respondeu integralmente à acusação — o Ministério Público e assistentes — em que fugiu às instâncias da defesa, não pode ter validade nem considerado em nenhum dos seus aspectos.

É tal e qual como o depoimento de uma testemunha, que tendo respondido à parte que a ofereceu, foge depois, à instância, e impede que esta se efective.

O entendimento contrário, conduziria a situações inqualificáveis, pondo à mercê de pessoas sem escrúpulos, através do impedimento ou o entrave das instâncias, a honra e a liberdade dos indivíduos.

Uma prova que não seja contraditória, como referiu o ilustre Magistrado do Ministério Público nas suas alegações finais, não tem efectivamente dignidade de prova.

A sr.ª D. Maria Isabel, independentemente de quaisquer outros aspectos de que o seu depoimento enferma, não prestou nenhumas declarações com dignidade de prova, porque fugiu à conclusão das suas instâncias.

E notem V. Exas. este pormenor, que a defesa de António Champalimaud deseja ver sempre realçado, porque mostra, na verdade, a isenção, a altura, com que António Champalimaud sempre agiu.

Não foi a defesa que se arreceou das declarações da acusadora D. Maria Isabel.

Foi D. Maria Isabel que — sem oposição do tribunal — se arreceou de ver a defesa esboroar as suas falsidades.

Travou-se neste momento diálogo entre o presidente do Tribunal e o dr. Palma Carlos, findo o qual, retomando a linha das suas considerações, o dr. Palma Carlos prosseguiu.

Dizia eu, um depoimento que não é concluído, umas declarações que não são concluídas, ficam reduzidas a zero, não têm dignidade própria, não têm valor probatório.

Mas que a sr.ª D. Maria Isabel tinha mentido flagrantemente resulta doutros aspectos e ainda puderam, efectivamente, no dia em que eu tive ocasião em ouvi-la, ser desmentidos.

DOIS EPISÓDIOS REVELADORES

Eu lembro a V. Exas. dois episódios, porque efectivamente na medida em que o Tribunal ainda pudesse valorar o mínimo que fosse as declarações por ela prestadas, estes dois apontamentos que eu vou produzir ao Tribunal em rememoração de coisas que constam autenticamente no processo, não pode deixar de fazer o Tribnal ponderar que o contexto dele não merecia a mais ligeira credibilidade.

Referiu D. Maria Isabel que seu cunhado João Osório, quando se encontrava às portas da morte, sendo visitado por Henrique Sommer, tomou a mão de sua mulher Albana e voltando-se para Henrique Sommer disse: «Entrego-ta».

Acrescentaria ainda, a pergunta minha, que a morte de João Osório ocorreu um ou dois dias depois da referida cena.

D. Maria Isabel produziu essa afirmação, para dela concluir que, sendo Henrique Sommer o chefe da família, metera pouco depois da descrita cena, D. Albana na Casa Sommer na qualidade de quotista.

Mentira comprovada por dois factos:

— João Osório faleceu em 22 de Março de 1931.

— D. Albana, como já referi a V. Exas., entrou para a casa Sommer como quotista, em 22 de Fevereiro de 1923; mais de oito anos atrás.

Mas a sr.ª D. Maria Isabel, num outro ponto, digamos, foi flagrantemente apanhada. Neste ponto, queria ela dizer que tinha havido uma transmutação de chefia familiar da pessoa de Henrique Sommer para António Champalimaud.

Relata a declarante, a propósito do que antes disse sobre a chefia que seu sobrinho António exercia na família, o seguinte episódio:

«Pouco tempo depois de terminada a última conflagração mundial e como a vida fosse encarecendo, manifestou um dia a seu marido que, para ser mantido o trem da vida de que ele gostava, era necessário um acréscimo nas importâncias que todos os meses pelo mesmo lhe eram entregues; ele que «lá em baixo — querendo referir-se à casa Sommer — só recebia 2500$00.

Algum tempo depois, encontrando-se a declarante com seu sobrinho António e estando a conversar com ele que na altura a rodeava de muitas amabalidades, aproveitou o ensejo para lhe dizer: «Vamos a coisas práticas, achas natural que um gerente de uma casa como é a casa Sommer receba apenas 2500$00?» — seu sobrinho António respondeu-lhe: «Vou pensar».

Logo no mês imediato seu marido entregou-lhe para despesas domésticas, além daquilo que costumava entregar, mais um determinado acréscimo, perguntando-lhe a declarante se tinha sido aumentado na casa Sommer.

Como ele não desse resposta frontal referiu-lhe a conversa que havia tido com António Champalimaud, facto que o levou a referir que tinha sido aumentado para o dobro.

Perguntando-se à declarante quem é que tinha aumentado o vencimento do seu marido, foi respondido: «Por quem é que havia de ser? — Pela pessoa que mandava naquilo tudo. Por António».

Perguntando-se à declarante se António Champalimaud terá consultado alguém para ter aumentado, nas circunstâncias relatadas, o vencimento de seu marido, foi respondido: «Que ideia! o meu sobrinho António era lá pessoa para consultar alguém».

Ora efectivamente, V. Exas. encontram nos autos, a acta do conselho de gerência da firma Sommer & Ca. Lda., da qual efectivamente se vê que, depois de breves palavras sobre a referida proposta — uma proposta de aumento de vencimento — ficou resolvido de comum acordo que as remunerações a atribuir aos sócios-gerentes fossem as seguintes: a Henrique tanto, a Fernando Araújo de Sommer 5000$00. V. Exas. vêem que efectivamente o ordenado de Fernando Sommer foi elevado para o dobro.

Mas quando, srs. Juízes?

V. Exas. recordam-se das palavras de D. Maria Isabel: «Depois de findar a 2.ª Guerra Mundial, por pedido a António, por ordem e influência de António é que lhe deu o ordenado, António é que mandava naquilo tudo». Ora a acta é de 18 de Fevereiro de 1944, em vida de Henrique Sommer, com a assinatura de Henrique de Araújo Sommer!

Que valor pode revestir, portanto, o declarado por uma D Maria Isabel, cujo retrato eu deixo assim descrito, contra o declarado pela sr.ª D. Adelaide Themudo de Sommer, que sempre manteve com todos os familiares de Sommer — e principalmente com este e suas irmãs — as melhores relações de amizade, até o falecimento de qualquer um deles, e em cujo depoimento não se encontra uma só falta de respeito pela verdade?!

A MÃE DOS ACUSADORES E DO RÉU

Mas há mais.

É à própria mãe dos intervenientes neste processo, a mãe do arguido António, a mãe dos assistentes Henrique, Carlos e Maria Ana, que veio aos autos através de uma carta afirmar expressamente, confirmando que as acções da Empresa de Cimentos de Leiria em causa eram de

RANÇA SOMMER

suas irmãs D. Maria Luísa e D. Albana, e que os seus três filhos, queixosos nos autos, necessariamente mentiam.

D. Ana de Sommer Champalimaud, senhora pacífica por excelência, mão necessariamente sofredora, em presença da indigna luta, conduzida por Carlos, Henrique e Maria Ana contra o também seu filho António, manteve-se sempre alheada da questão, no pesar e na dor, que as quezílias desencadeadas naturalmente lhe causavam.

Mas não pôde deixar, ao aperceber-se do desvario dos seus três filhos mais novos, não pôde deixar, dizia eu, de vir trazer aos autos a notícia, que a carta revela, de que suas irmãs D. Maria Luísa e D. Albana sempre lhe haviam dito:

«Que as acções eram delas e ultimamente até que as deixariam ao António que era o único que as merecia.»

Isto foi dito, senhores juízes, pela própria mãe dos assistentes e do réu neste processo!!

Poderia fechar estas minhas considerações sobre o reconhecimento público da transmissão das acções de Henrique Sommer para suas irmãs, com as afirmações que referi, produzidas pela sr.ª D. Ana de Sommer Champalimaud.

UM COMPORTAMENTO REPROVAVEL

Porém, não desejo que se diga, sobre esta matéria, que eu esqueci a afirmação produzida por pessoa que podia ser testemunha qualificada, se como testemunha se tivesse oferecido e inquirido à respectiva matéria — mas que veio a ter em Juízo um comportamento, que não hesito em classificar de reprovável, seja como pessoa, seja como advogado.

Trata-se do dr. Serafim da Silva Garcia, a quem os assistentes recorreram como pretensa tábua de salvação, quando viram naufragada toda a sua contraprova, tendente a afirmar que havia sido do conhecimento geral, que a vontade de Henrique Sommer, expressa na carta de 20/10/1942, tinha sido acatada e que, consequentemente, as acções da Empresa de Cimentos de Leiria que ele possuía, haviam sido transmitidas a suas irmãs.

Encaixaram o dr. Silva Garcia nos autos a pretexto de testemunha na contradita contra Cruz Silva — testemunha recebida ilegalmente como de contradita — visto que esta visa a abalar a credibilidade do depoimento, quer por afectar a sua razão de ciência, quer por diminuir a fé que ela possa merecer e não comprovar, através de depoimentos não oportunamente oferecidos, se as afirmações que ela produziu foram verdadeiras ou falsas —, não podendo, por isso, ser o dr. Silva Garcia instado pela defesa.

Esta subversão de regras elementares de produção de prova, já é, em si mesma, muito má.

Contra ela se protestou, e, incansavelmente se protesta.

E a pretexto do n.º 10 da mesma contradita — número em que se havia alegado que:

«O sr. dr. Octávio de Brito revelou a um dos seus maiores amigos, o dr. Serafim da Silva Garcia, que Henrique Sommer havia deixado as acções dos Cimentos aos sobrinhos e, por isso, é falso que fosse dizer o contrário à testemunha José Cruz Silva».

V. Exas. conhecem perfeitamente as regras legais pertinentes à dedução do incidente da contradita.

Quando se deduz uma contradita procura invalidar-se o valor probatório da testemunha, mas em função de qualidades pessoais que lhe sejam inerentes, em função de factos que lhe digam pessoalmente respeito e que possam permitir supor que ele veio a Juízo mentir.

Não se pode deduzir uma contradita contra uma testemunha com base na acusação de que outra pessoa produziu — uma afirmação contrária.

Pois não obstante não ser matéria de contradita, o sr. dr. Garcia encaixou nos autos a história que interessava aos assistentes, com vista a alicerçar a sua abalada tese, e o sr. dr. Garcia prestou-se a produzir a afirmação de que em contactos com o dr. Octávio de Brito, acidentalmente, perguntou-lhe para quem ficaram as posições dos Cimentos da Empresa de Cimentos de Leiria que a Henrique Sommer pertenciam, respondendo o dr. Octávio de Brito que tinham ficado para os sobrinhos.

Esta afirmação foi produzida ao Exmo. presidente do Tribunal.

Ora é evidente que tal afirmação produzida por uma testemunha em matéria de contradita nunca pode ser considerada quanto à matéria respeitante ao fundo dum processo.

Voltamos sempre ao mesmo problema: ao problema da dignidade da prova.

Só pode ser considerada como prova digna, só pode ser admitida como prova dum processo, aquela que é produzida contraditoriamente. Aquela em que, para o apuramento dela, é concedida a mesma igualdade às duas partes em litígio.

O sr. dr. Silva Garcia, inquirido sobre a matéria da contradita exclusivamente pelo Tribunal, como a lei regula, o sr. dr. Silva Garcia não podia produzir afirmação que tivesse o mais ligeiro reflexo sobre a matéria do fundo da causa.

O facto de ter o sr. dr. Silva Garcia produzido a afirmação de que o sr. dr. Octávio de Brito lhe tinha dito uma determinada coisa, não pode ser aproveitado por V. Exas., sem violação dos mais elementares princípios legais, sem violação dos princípios mais elementares que regem a dignidade da prova, não pode ser aproveitado por V. Exas. para nenhum fim nem nenhum efeito.

V. Exas. poderão, em face do que disse o sr. dr. Silva Garcia, dizer que a testemunha José Cruz Silva merece ou não crédito a V. Exas. Não pode é valorar de alguma maneira essa afirmação produzida não contraditoriamente, para chegarem a qualquer conclusão sobre o destino das acções de Henrique Araújo Sommer.

Mas, mesmo independentemente desses aspectos jurídicos que eu acabo de referir, eu lembro a V. Exas. os seguintes factos respeitantes ao sr. dr. Silva Garcia:

O sr. dr. Silva Garcia foi e é advogado de Henrique Champalimaud.

Representou Henrique Champalimaud num calunioso processo contra José Cruz Silva e outros pelo pseudo crime de falso testemunho, processo esse no qual José Cruz Silva foi absolvido na 1.ª Instância, na Relação e no Supremo, tendo sido arbitrada a este a procuradoria (a título de indemnização, portanto) de 1500$00 na 1.ª Instância, e 1000$00 na Relação.

E ainda hoje o sr. dr. Silva Garcia é advogado de Henrique Champalimaud pelo menos num substancioso processo cível, em que a parte contrária é precisamente António de Sommer Champalimaud.

Mas há ainda mais grave: neste processo encontra-se um requerimento assinado por Henrique Champalimaud, contendo declarações deste, que ele próprio classifica de «úteis para o esclarecimento da questão e resultam duma cuidada apreciação dos factos...».

Como se a assinatura de Henrique Champalimaud não bastasse para garantia da palavra dada, 10 dias depois da junção daquele requerimento, o mesmo «acusador» confirmou perante o inspector da Polícia Judiciária, dr. Amâncio Ferreira, o conteúdo do requerimento, reiterando as afirmações nele produzidas.

Mas nós sabemos que, efectivamente, para os acusadores deste processo, a palavra diz-se e desdiz-se como quem muda de camisa. A assinatura de nada vale.

Por isso, a 27 de Julho de 1966 — quase 4 anos depois — o acusador Henrique Champalimaud, agora perante o inspector «especial» da Polícia Judiciária, dr. Manuel Fernandes, veio desdizer as anteriores declarações, afirmando com criminoso à-vontade que as declarações prestadas naquele requerimento «e na medida em que possam contrariar as restantes declarações, **não tem valor testemunhal ou identificação com os factos reais**, dado que foram produzidas com o único objectivo de facilitar a solução por arbitragem sem recurso aos processos penais».

UM CRIME DE FALSIDADE A TROCO DE MIL CONTOS

Quer dizer: Henrique Champalimaud, por essa forma categórica, como confessou, mentiu. Cometeu um crime de falsas declarações, e confessou essas falsas declarações.

Mas neste momento só me interessa salientar que as declarações que o próprio Henrique disse serem falsas, **foram elaboradas pelo seu advogado;** e que esse advogado é o dr. Serafim da Silva Garcia, o mesmo que se apresentou aqui no Tribunal para servir de testemunha na contradita de uma testemunha de defesa.

Foi Henrique Champalimaud que confirmou isso, e confessou-o o próprio sr. dr. Silva Garcia na Polícia Judiciária e confessou-o perante este Tribunal.

Em resumo: o advogado dr. Silva Garcia, que na sua carta junta aos autos escreveu que o dr. Octávio de Brito «era incapaz de promover, de colaborar ou até de consentir» que o seu nome fosse usado numa simples e vulgar simulação fiscal, confessou expressamente que colaborou numa simulação em processo penal e não hesitou mesmo em envolver nessa criminosa manobra um nome que lhe devia merecer o respeito que a todos merece, ou seja o nome impoluto do meu muito querido e saudoso colega dr. Heliodoro Caldeira.

Mais: o dr. Silva Garcia não hesitou mesmo — a serem verdadeiras as declarações do seu constituinte Henrique Champalimaud e as suas próprias — em colaborar na prática de um crime de falsidade.

E um crime de falsidade, confessou-o também o sr. dr. Silva Garcia, cometido a troco de mil ou de mil e cem contos que Henrique Champalimaud tinha necessidade imperiosa de receber para solucionar situações que derivavam da sua actividade industrial numa sociedade denominada UNISOTRA.

O sr. dr. Silva Garcia não veio, pois a Juízo, nem produziu as afirmações a que eu fiz referência, na qualidade de advogado, — cuja voz, como tal poderia ser escutada.

Veio como dependente e serventuário de Carlos e Henrique Champalimaud como aliado deles, num esforço desesperado da acusação para entroncar numa absoluta falência de prova, uma afirmação que nem todos se prestariam efectivamente a produzir.

E se eu utilizo a expressão «serventuário» porque é a mesma que os assistentes utilizaram em relação ao dr. Octávio de Brito, num requerimento que produziram o processo.

Se alguma vez, ocasional e incidentalmente, como se referiu, falou ele com o dr. Octávio de Brito sobre o destino das acções de Henrique Sommer — facto de que me permito duvidar por que não se encontra perante Carlos e Henrique Champalimaud numa situação de independência — ou não terá entendido o que lhe disseram ou ouviu mal.

Tudo desmente que alguns dos interessados alguma vez ou uma vez só, durante 15 anos, tenham posto sequer em dúvida que as acções da empresa de Cimentos de Leiria que haviam sido de Henrique Sommer, houvessem passado para suas irmãs!

E, se o dr. Silva Garcia tivesse ouvido ao sr. dr. Octávio de Brito a afirmação que diz que lhe ouviu, eu pergunto a V. Exas.: então porque é que teriam sido omitidas no inventário, pelo dr. Octávio de Brito, as 3950 acções que traduziam a diferença entre aquelas que foram relacionadas e aquelas que Henrique Sommer deixara?

O dr. Octávio de Brito nunca podia ter produzido ao dr. Silva Garcia aquilo que ele em conversa acidental este diz ter-lhe ouvido, — por que o dr. Octávio de Brito foi exactamente quem deu ao inventário a orientação que, representando embora uma simulação processual, assegurou aos interessados seus constituintes, maiores interesses e vantagens, poupando-lhe onerosos encargos.

ÚLTIMAS RECOMENDAÇÕES DE HENRIQUE SOMMER

Para encerrar o presente capítulo das minhas alegações, — que poderja epigrafar sob o título «Do conhhecimento da existência da carta de Henrique Sommer, seu acatamento e respeito de vontade através dela manifestado» — não quero deixar de referenciar outros factos, inteiramente documentados, e comprovativos, de que a vontade manifestada por Henrique Sommer na carta de 20 de Outubro de 1942, não foi acatada apenas na parte em que traduzia benefícios para as senhoras D. Maria Luísa e D. Albana; mas foi-o, também, durante o tempo todo e também com o conhhecimento de todos, no cumprimento dos encargos nela consignados.

Efectivamente, V. Exas. recordam-se que, na carta de Henrique Araújo Sommer, havia um pedido formulado às senhoras D. Maria Luísa e D. Albana para continuarem a proteger a **Maria Amélia França Ribeiro;** a manterem a mesada às **primas de Ovar;** e a distribuirem pelo Natal:

— 2 contos à sopa dos Pobres da freguesia dos Anjos se ainda existir, ou então à Conferência de S. Vicente

— 2 contos à **Conferência de S. Vicente da Macieira**

— 2 contos à Conferência de S. Vicente de S. João da Praça (Lisboa) ou à mais próxima

— 2 contos à **Fundação da Família Sommer** na Macieira

Ora, todos estes encargos foram, efectivamente, acatados e religiosamente cumpridos.

O dr. Palma Carlos procedeu então a uma demonstração, com largo recurso a numerosos documentos, de que desde a morte de Henrique Sommer até à morte de suas irmãs Maria Luísa e Albana, sempre estas, no cumprimento da carta de Henrique Sommer, pagaram os encargos nesta referidos.

E dando balanço às alegações, disse o causídico:

Snrs. Juízes: permitam-me V. Exas que equacione as proposições que considero demonstradas até esta altura, para poder passar à apreciação de um novo aspecto factual do processo:

1.ª — Que Henrique Sommer manifestou a sua vontade quanto ao destino das 9996 acções, refridas na pronúncia, pondo-as em contas solidárias com D. Maria Luísa, ou fazendo-as guardar em nome delas e de sua referida irmã, quer em Bancos quer em «Sommer», endossando em branco os títulos nominativos e escrevendo a carta de 20-10-1942;

2.ª — Que Henrique Sommer deu essa carta a guardar a sua esposa D. Palmira, para que por sua morte a entregasse a D. Maria Luísa; 3.ª — Que foi D. Palmira quem fez efectivamente entrega da carta a D. Maria Luísa logo a seguir à morte de seu marido.

4.ª — Que estes factos foram do conhhecimento genérico de todos os interesados tal como publico e conhecido foi que as acções da empresa de Cimentos de Leiria, que haviam sido de Henrique Sommer, este as transmitiu para suas duas irmãs D. Maria Luísa e D. Albana.

Passarei agora à análise do processo instaurado por óbito de Henrique Sommer, do seu valor e do seu significado.

PROCESSO DE INVENTÁRIO DE HENRIQUE SOMMER

Falecido, pois, Henrique Sommer, recebida por D. Maria Luiza de mãos da sua viúva, D. Palmira a carta que Henrique Sommer em poder dela deixara, para por sua morte a entregar a suas irmãs destinatárias dela, havia que legalizar o destino de seus restantes bens, por força do testamento que ele outorgara em 18 de Janeiro de 1943.

O que havia a legalizar, portanto, através dum inventário — já que a idade de, pelo menos uma das menores beneficiadas, D. Maria Ana, era apenas de quinze anos de idade, não consentia que fosse evitado o inventário através da sua emancipação — era a adjudicação e transmissão dos restntes bens de Henrique Sommer.

Visto que não se podia recorrer à solução que naquela família tanto era apreciada, de, sempre que fosse possível, se evitar a instauração de processos.

Se V. Exas. rememoriarem determinadas escrituras repetantes, por exemplo, à consituição inicial de Sommer, ainda no século passado, V. Exas. veriam que de todas as escrituras constaram cláusulas tendentes a alcançar soluções que evitassem o recurso a juízo.

Portanto, se à data da morte de Henrique Sommer, D. Maria Ana não tivesse apenas quinze anos, o que impedia a sua emancipação, tornando o inventário obrigatório, (embora D. Maria Helena tivesse já dezanove anos), procurar-se-ia naturalmente, através de uma emancipação, evitar a instauração do inventário.

Mas em tal hipótese — na de não ter havido inventário — não existiria a força de uma sentença em processo judicial, que é aquela em que os assistentes, escudam aliás a sua posição, e a propósito da qual o sr. dr. Figueiredo Dias formula considerações que só podem ser explicadas pelo facto de provirem de um douto mas teórico investigador encerrado nos seus gabinetes de estudo e de trabalho, mas afastada por isso mesmo das realidades da vida.

Porque tudo deriva de no inventário então processado, aparecerem, no entanto, relacionadas, descritas e atribuídas 6024 acções da Empresa de Cimentos de Leiria das que haviam pertencido a Henrique Sommer.

Como explicar tal facto?

Como conciliar a afirmação que se tem por segura de que todos os interessados conhecram a vontade de Henrique Sommer e aceitaram e acataram a passagem das suas acções para a propriedade de suas irmãs D. Maria Luiza e D. Albana, com o conhecimento da existência do inventário, com a relacionação descrição e adjudicação nele de acções da Empresa de Cimentos de Leiria?

O assunto foi longamente debatido no processo e vai dar-se agora sobre ele o balanço final.

O inventário por óbito de Henrique Sommer, foi instaurado a requerimento de D. Palmira Diogo da Silva Sommer, sua viúva, que para tal efeito conferiu procuração com poderes especiais em 22 de Abril de 1944, ao advogado dr. Octávio de Brito, que era das relações pessoais, da estima e da confiança de Henrique Sommer — o qual no uso de tais poderes apresentou a respectiva petição em Juízo em 26 do mesmo mês.

Foi aqui referido pelo próprio e suspeitíssimo Constantino Sobral, numa das audiências, que «quando iniciou a catalogação de documentos no dossier herança — contactou diversas vezes com o dr. Octávio de Brito, por saber então que tinha sido este advogado que tinha tratado de legalizar a situação relativa à herança de Henrique Sommer, nomeadamente num processo de inventário e no campo fiscal».

Eu extracto esta expressão «legalizar» porque ela deve necessariamente considerar-se sinónimo de formalizar: não se tratava de efectivar uma partilha, tratava-se só de dar uma satisfação legal a exigências legais, na subjacência da vontade manifestada por Henrique Sommer.

O DR. OCTÁVIO DE BRITO E A SIMULAÇÃO DO INVENTÁRIO

V. Exas. não conheceram provavelmente o dr. Octávio de Brito.

Eu conheci-o.

V. Exas. recordam-se de a testemunha Reixa Galveias, quando depunha aqui, se lembrar de um processo em que eu tinha tido posição processoal contrária ao sr. dr. Octávio de Brtio.

Na verdade, conheci-o ainda, com ele trabalhei, com ele contactei pessoalmente, e recordo-me ainda de termos almoçado algumas vezes.

Só quem não conheceu o dr. Octávio de Brito, as suas qualidades de honradez e de aprumo, a sua dignidade — só quem não o conheceu, ou só quem não se importe de difamar seja quem for na prossecução de reprováveis interesses, como sucede com os assistentes — pode alguma vez admitir que o dr. Octávio de Brito pudesse conscientemente prejudicar uns em benefício de outros, ou pudesse praticar conscientemente actos deontologicamente reprováveis.

Por vezes, há interesses que colidem, no exercício da profissão de um advogado: os interesses do Estado e os interesses próprios dos clientes.

Acontece com frequência, que o advogado, para minorar encargos aos clientes, lhes facilita soluções que diminuam os benefícios do Estado.

Todos nós sabemos que numa altura em que a sisa era liquidada em função do valor matricial dos prédios unicamente se o valor declarado não fosse superior, se faziam constantemente escrituras de compra e venda em que se ocultava o verdadeiro preço

Continua na pág. 17

1 SEMANA em LONDRES
PARTIDAS:
TODOS OS DOMINGOS
Abril 23 e 29
Maio 6, 13, 20 e 27
Junho 3, 10, 17 e 24
PREÇO EXCEPCIONAL 3050$
INCLUINDO:
• VIAGEM EM AVIÃO A JACTO
• ESTADIA NO HOTEL
• TRANSPORTES EM TERRA
• VISITA TURÍSTICA DE LONDRES
• TAXAS HOTELEIRAS
• ASSISTÊNCIA DE GUIA abreu
PREÇO PARA JOVENS 2750$
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
FUNDADA EM 1840
LISBOA — Av. Liberdade, 160 Telef. 320021 (13 linhas)
PORTO — Av. dos Aliados, 207 Telef. 37921 (13 linhas)
COIMBRA — Rua da Sota, 2 Telef. 27001/27002

DL/ESTRANGEIRO

O caso Watergate: Magruder demite-se

WASHINGTON, 27 — (UPI-ANI) — Demitiu-se das suas funções Jeb Stuart Magruder, que desempenhava o cargo de vice-secretário do Comércio e que tinha sido conselheiro da Casa Branca e uma das figuras centrais no caso Watergate, nome por que é conhecido o assalto e colocação de aparelhos de escuta na sede do Partido Democrático norte-americano — anuncia-se em círculos ligados ao Governo de Washington.

Acrescenta-se nos mesmos círculos que Magruder apresentou ontem a sua demissão e que ela vai hoje ser aceite.

Magruder, de 36 anos, foi um dos primeiros organizadores da campanha eleitoral de Nixon em 1972 e tornou-se depois vice-director da campanha. Segundo se afirma nos mesmos círculos, Magruder revelou, ao que parece, aos investigadores federais o modo como a Casa Branca esteve implicada no caso Watergate e confessou-se envolvido também na operação de espionagem.

Nos depoimentos foi revelado que Magruder tinha contratado Gordon Liddy para fazer parte da campanha presidencial de Nixon. Liddy foi considerado durante o julgamento o «cérebro» da operação.

Embora a Casa Branca tivesse anunciado ontem que não tinham sido recebidos quaisquer pedidos de demissão relacionados com a investigação ordenada por Nixon ao caso Watergate, circulam rumores de que está iminente uma grande remodelação entre o pessoal ligado à Casa Branca.

"Grande limpeza" na Casa Branca desejada por republicanos

WASHINGTON, 27 (R) — As relações já difíceis do presidente Nixon com o Congresso caminham hoje para uma situação ainda pior, a não ser que o chefe de Estado proceda a uma «grande limpeza» entre o seu pessoal na Casa Branca, como acreditam alguns republicanos proeminentes.

O escândalo Watergate fez aparecer à superfície ressentimentos latentes entre os republicanos do Congresso, os quais são de opinião que, no passado, colaboradores importantes da Casa Branca foram desnecessariamente arrogantes e poucos cooperativos.

H. R. Haldeman, o chefe do pessoal do presidente, que tem estado ligado ao caso Watergate, foi escolhido por alguns republicanos em conversas privadas como a figura principal da fricção entre o Governo de Nixon e membros do Congresso.

«Haldeman comandou a guarda do palácio que arranjou sarilhos a Nixon. Ele e todo o seu pessoal deveriam ser corridos, a fim de se arranjarem as coisas» — declarou uma fonte republicana altamente colocada no Senado.

Alegou ainda que não seria de qualquer utilidade substituir apenas Haldeman. «Os seus subordinados devem acompanhá-lo, também, ou sentirão a sua substituição como uma punhalada nas costas» — acrescentou essa fonte num tom que reflectia a amargura cada vez maior entre os republicanos.

Alguns dos ressentimentos datam dos primeiros dias de Governo, após o presidente Nixon ser investido em Janeiro de 1969. Muitos republicanos destacados, especialmente os que pertencem à comissão de relações externas, viram-se incapazes de conseguir acesso até ao presidente Nixon, embora lhes fosse relativamente fácil chegar ao presidente Johnson.

Um senador republicano queixou-se uma vez de que o pessoal da Casa Branca em mesmo tomava nota das chamadas telefónicas que para lá se faziam — uma indelicadeza ostensivamente propositada.

«Quem pensam que são esses ordinários?», disse aos jornalistas um republicano proeminente da comissão de relações externas.

Em votações muito disputadas que se realizaram depois, a Casa Branca perdeu o sufrágio desse senador.

Os ressentimentos e suspeitas da Casa Branca chegaram até ap pessoal. Círculos republicanos afirmam que o Governo passara tempos difíceis ao recrutar empregados entre o pessoal de mebros derrotados ou aposentados do Congresso, que são habitualmente o principal recurso quanto a mão-de-obra.

Guernica vai pedir "Guernica" à viúva de Picasso

GUERNICA, 27 — (FP) — O presidente da Câmara de Guernica, pequena cidade basca que a aviação alemã aliada às tropas nacionalistas de Franco destruiu em 26 de Abril de 1937, pensa que o quadro «Guernica» de Picasso deveria estar no museu da cidade mártir.

Gervásio Guezuruga tenciona escrever à viúva do pintor para lhe pedir que dê ao seu município a obra encomendada a Picasso pelo partido republicano e que desde 1939 se encontra «provisoriamente» exposta no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque.

«O lugar da «Guernica» é aqui — disse Guezuruga ao correspondente da AFP. Não deixou de salientar que «a obra de Picasso atrairia muito naturalmente inúmeros turistas». O conservador do museu da cidade também não se opõe: «Pode-se ser comunista ou anarquista e ao mesmo tempo ser-se um grande pintor» — disse, pois «a arte não tem cor e além disso as ideias políticas de Picasso não me interessam».

Garante o presidente que os habitantes de Guernica esqueceram já as quatro horas de bombardeamentos, a cidade transformada num braseiro.

Hoje, a lembrança «física» dos bombardeamentos alemães reside em umas quantas ruínas encontrados por acaso. A cidade que no tempo da guerra civil tinha 4.500 habitantes tem agora 15.000 e foi totalmente reconstruída.

SERÁS BOM GUARDA-LIVROS se confiares no prof. Lourenço de Carvalho.
Condições especiais para quem sabe Contabilidade
Ensino individual e por correspondência.
Av. Praia da Vitória, 13 - Lisboa - T. 532880

Desejo receber, grátis e sem nenhum compromisso, o folheto elucidativo
NOME .....
MORADA .....

COMUNICADO

Em 15, anunciámos a provável vinda de Steve McQueen e Ali MacGraw baseados no seguinte telegrama de 13 de Abril

«WILL DO EVERYTHING IN OUR POWER TO TRY TO ARRANGE VISIT LISBON BY STEVE MCQUEEN ANDOR ALI MACGRAW ON OCCASION RELEASE THE GETAWAY AT MONUMENTAL CINEMA»

«FAREMOS TODO O POSSÍVEL OBTER VISITA LISBOA STEVE MCQUEEN E/OU ALI MACGRAW POR OCASIÃO ESTREIA THE GETAWAY NO CINEMA MONUMENTAL»

Em 25, recebemos o telegrama que se segue

«REGRETFULLY MUST INFORM STEVE MCQUEEN ALI MACGRAW UNABLE TO ATEND GETAWAY OPENING MONUMENTAL DUE TO COMMITMENTS ABROAD»

«LAMENTAMOS INFORMAR STEVE MCQUEEN ALI MACGRAW IMPOSSIBILITADOS ASSISTIR ESTREIA GETAWAY MONUMENTAL DEVIDO COMPROMISSOS ESTRANGEIRO»

Lamentamos portanto não ter sido possível concretizar as diligências que fizemos.

SOFILMES, LDA.

Lisboa, 27 de Abril de 1973

ÚLTIMAS EDIÇÕES

A MULHER E O SEXO
David R. Reuben
Esta obra foi especialmente escrita para o sexo feminino, a quem os problemas nele versados interessam sobremaneira para uma melhor compreensão de todos os fenómenos relacionados com o sexo. Tradução de Rosa Sarmento.
Preço: 65$00

O MEDALHÃO PERDIDO
Nicholas Blake
Um romance que empolga o leitor mais indiferente, com todos os ingredientes da Psicologia e da arte do «suspense»...
Colecção VAMPIRO (policial) — Livro de Bolso
Preço: 15$00

A VIDA QUOTIDIANA NA RÚSSIA NO TEMPO DO ÚLTIMO CZAR
Henri Troyat
Nova edição de uma obra que se impôs à consideração e ao estudo de milhares de leitores no nosso país.
Colecção VIDA QUOTIDIANA
Preço: 40$00

À VENDA NAS LIVRARIAS E TABACARIAS
edições LIVROS DO BRASIL
Rua dos Caetanos, 22 — LISBOA-2
Rua de Ceuta, 80 — PORTO

ALOÍSIA CORDOVILA LOBO

PARTICIPAÇÃO E MISSA DE 8.º DIA

Sertório Crisólogo Lobo, Ivo Francisco Lobo e família, Arnaldo Jesus Lobo e família, Silvia Maria do Céu Lobo, Raul Francisco Sertório Lobo, participam o falecimento em Goa, no dia 21 do corrente da sua querida mulher, mãe, sogra e avó, e que pelo seu eterno descanso será celebrada missa, amanhã, sábado, pelas 11,30 horas, na Igreja de Fátima (Capela de N.ª Sr.ª da Piedade), agradecendo desde já a todos que se dignarem assistir a este piedoso acto.

P. N. A. M.

«AUTO-TÁXIS ABADIA, LIMITADA»

3.º Cartório Notarial de Lisboa a cargo do Notário Licenciado em Direito, Henrique de Brito Câmara

CERTIFICO para efeitos de publicação que por escritura de 6 de Abril do ano corrente exarada de folhas 54 v. a folhas 56 do livro E-8 das notas deste Cartório, JOSÉ DOS SANTOS PIRES ANTÃO e FRANCISCO EUGÉNIO CABRAL BAPTISTA, como únicos sócios que fiacaram sendo da sociedade em epígrafe e de comum acordo alteraram o pacto social da mesma quanto aos seus art.ºs 3.º e 5.º que passaram a ter a seguinte redacção:

3.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos diversos valores sociais, é de 60 000$00, representado por duas quotas de igual valor de 30 000$00, pertencendo uma a cada um dos sócios, José dos Santos Pires Antão e Francisco Eugénio Cabral Baptista.

5.º — A gerência e administração da sociedade e a sua representação, pertence a ambos os sócios, que continuam gerentes, com dispensa de caução, sendo necessária a intervenção conjunta de ambos os gerentes para que a sociedade se considere validamente obrigada nos seus actos e contratos.

§ único: — Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência, mediante procuração, mesmo em pessoa estranha à sociedade, mas com o acordo do restante gerente.

Está conforme, declarando-se que na parte omitida da escritura nada há além ou em contrário do que se transcreve ou narra.

Lisboa, 11 de Abril de 1973

O ajudante do 3.º Cartório Notarial

José dos Santos Ramos

Engenheiro Manuel António Soares Zilhão

PARTICIPAÇÃO E MISSA DO 7.º DIA

Os Corpos Gerentes da S. T. E. T. — Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S. A. R. L. participam o falecimento, no passado dia 22, do seu Presidente do Conselho Fiscal e que no próximo sábado, dia 28, pelas 11 horas, na Igreja de S. João de Deus, será rezada missa pelo seu eterno descanso.

DL/ESTRANGEIRO

EXERCÍCIOS

Ocultação de luzes parcial no Cairo

CAIRO, 27 — (R) — Uma ocultação parcial de luzes será imposta no Egipto a partir da noite de hoje. Trata-se de outro exercício para preparar o país para uma possível guerra com Israel.

As ruas do Cairo ficarão inicialmente às escuras em cerca de 25 por cento. A ocultação de luzes aumentará, depois, gradualmente até se tornar total, segundo revela o «Al Ahram».

O vice-primeiro-ministro e ministro do Interior, Mamdouh Salem, ordenou uma série de exercícios de defesa civil e ataques aéreos simulados contra pontes e outras zonas estratégicas, a realizar na próxima semana.

Um total de 25 comissões foi também criado no Cairo para cumprir a ordem governamental, no próxima quinzena, exigindo que proprietários de edifícios forneçam abrigos contra ataques aéreos.

Os planos para treinar combatentes da resistência popular foram também completados e espera-se que voluntários se alistem amanhã em várias repartições governamentais e esquadras da polícia de todo o país.

Contra-ataque no Camboja com apoio aéreo americano

PHNOM-PENH, 27 (R.) — As tropas governamentais cambojanas, apoiadas pelos bombardeiros americanos B-52, lançaram um contra-ataque para tentarem repelir as forças comunistas que cercam a capital.

As explosões das bombas lançadas pelos B-52 a poucos quilómetros de Phnom-Penh fazem estremecer as janelas aqui, enquanto as tropas governamentais, ao romper do dia, se lançaram ao ataque das posições entrincheiradas que os comunistas ocupam na margem leste do rio Mekong, mesmo em frente da capital.

As forças terrestres foram lançadas na tentativa para desalojar os comunistas porque a aviação cambojana não o conseguiu até agora, apesar dos seus ataques sucessivos.

Nas últimas horas, porém, as forças rebeldes que cercam Phnom-Penh dispararam apenas dois foguetões contra o aeroporto de Pochentong, não causando quaisquer estragos. Mas na noite anterior tinham desencadeado uma grande barragem de foguetões que atingiram aquela base e os bairros da lata periféricos, causando 24 mortos e 55 feridos.

Entretanto, no sul do país a guarnição de Takeo, uma capital de província, continua a resistir ao cerco comunista e nas últimas 48 horas travaram-se ali violentos combates.

Segundo anunciou o comando militar, nesses combates os comunistas perderam 75 homens e as tropas governamentais tiveram nove mortos e dez feridos.

Na cidade de Tram Khnar a guarnição continua também a resistir nas instalações do comando regional, embora os rebeldes dominem o resto da cidade.

O presidente Lon Nol falou pela rádio para lamentar a morte dos 24 civis no ataque a Pochentong e disse que o Vietname do Norte era o responsável pelos prejuízos causados pela guerra no Camboja.

VOO DE RECONHECIMENTO

WASHINGTON, 27 — (R.) — Um segundo voo de reconhecimento foi feito esta semana sobre o Vietname do Norte por um avião-espião norte americano, anunciava ontem o Washington Star-News.

O jornal, citando fontes do Departamento da Defesa, dizia que o voo não levantou protesto de Hanói. O primeiro voo, desde o cessar-fogo em Janeiro, foi efectuado na semana passada, tendo o Norte protestado imediatamente.

O Departamento da Defesa não fez comentários à notícia do «Star-News».

O avião-espião — um SR-71, capaz de realizar reconhecimentos a mais de 80 000 pés, fora do alcance de qualquer arma do Vietname do Norte — poderá fornecer informações acerca de quaisquer actividades que possam estar em preparação para uma renovada ofensiva, acrescentava o jornal.

ESTADOS UNIDOS

O aumento de preços pode provocar novas medidas

WASHINGTON, 27 (R) — O presidente Nixon convocou para amanhã os seus principais conselheiros económicos, desencadeando especulações de que novas medidas estão a ser planeadas para combater o aumento de preços e para abrandarem a expansão económica que se está a desenvolver com demasiada rapidez.

O secretário para a Imprensa da Casa Branca, Ronald Ziegler, informou que durante a reunião serão passados em revista todos os aspectos da situação económica nacional, mas «sem intuito de se tomar uma decisão».

Durante a reunião, o presidente conferenciará com o secretário do tesouro, George Shultz, com Herbert Stein, presidente do conselho dos conselheiros económicos, e com John Dunlop, director do conselho do custo de vida.

O recente aumento de preços, particularmente nos alimentos essenciais, levou a apelos do Congresso para se instaurarem medidas de controle mais rígidas, ao passo que a rapidez de expansão na economia levou já a pedidos para não se concederem tão altos créditos.

EM ESTADO SATISFATÓRIO CINCO GÉMEOS NASCIDOS EM PORTLAND

PORTLAND (Oregon), 27 (R.) — Cinco gémeos aqui nascidos ontem — três rapazes e duas raparigas — encontram-se em estado satisfatório e por enquanto os médicos estão convencidos de que todos sobreviverão.

Os gémeos pesavam cerca de 1400 gramas cada um aos nascerem, prematuros de sete meses, e foram colocados em incubadoras.

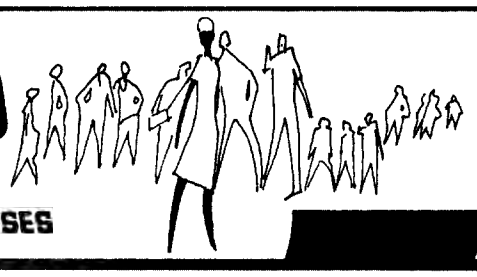
Segundo o informador, as crianças têm problemas respiratórios, normais nos prematuros, mas parecem estar a reagir bem.

A mãe, que deu à luz no dia em que fazia 28 anos, encontrava-se no hospital há um mês, embora o nascimento das crianças estivesse previsto apenas para 24 de Junho, porque anteriormente tinha perdido todos os filhos por aborto natural e os médicos desta vez decidiram tomar todas as precauções para que a gestação chegasse a bom termo.

O pai dos gémeos, Eric Anderson, de 28 anos, é vendedor de uma firma metalúrgica e quis assistir ao nascimento dos filhos, pois sabia-se já que eram gémeos.

O hospital tinha tomado todas as precauções e a senhora Anderson foi assistida por dois obstetras, ao mesmo tempo que os gémeos eram confiados aos cuidados de quatro pediatras e cinco enfermeiras especializadas.

TAP TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES



Pretende admitir:

ELECTRICISTAS

— Curso das Escolas Industriais de Electricistas.
Muita prática de Electricidade de Automóveis.

Outros requisitos:

— Nacionalidade portuguesa
— Serviço militar cumprido ou dele isento
— Menos de 36 anos de idade

Para inscrições e demais esclarecimentos dirigir-se até ao dia 4 de Maio próximo à Divisão do Planeamento do Pessoal — Edifício 25, 1.º andar — Aeroporto de Lisboa.

auto-alarme
GANSO evita o roubo do carro e dos acessórios
1 ano de garantia assistência ilimitada
montagem GRATIS (só buzinas)

350$00
à venda nas casas da especialidade

Parede: Casa Paco — Avenida da República, 60

BAPAL - R. Capitão Ramires, 6B LISBOA

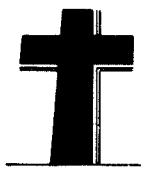
CORONEL DE ENGENHARIA
MANUEL ANTÓNIO SOARES ZILHÃO

PARTICIPAÇÃO E MISSA DO 7.º DIA

Adélia de Sequeira Soares Zilhão, Brig.º João Soares Zilhão e demais família, participam o falecimento no passado dia 22 de seu querido Marido, Irmão e Parente, e que será celebrada missa pelo seu eterno descanso, amanhã, às 11 horas, na igreja de S. João de Deus.

P. N. A. M.

AGÊNCIA BARATA



Albertina Adélia Gomes Ferreira Galrão da Costa Casanova

Missa de 1.º Aniversário

Maria Inês Sequeira da Costa e Casanova, seus filhos José Maria Casanova da Silva, sua mulher e filhos, Maria Inês Casanova da Silva Antero, seu marido e filhos, Laura Gomes Ferreira Galrão da Costa Gameiro e mais família participam que amanhã, dia 28, pelas 12,15 horas, na Igreja de S. Jorge de Arroios, será celebrada missa pelo eterno descanso da Alma de sua querida mãe, avó, bisavó, irmã e parente, agradecendo desde já a todas as pessoas que se dignarem assistir a este piedoso acto.

P.N.A.M.

AGÊNCIA MAGNO
Telef. 534167

"Não há estatutos especiais de desobediência para os jornalistas"

Um despacho do ministro do Interior

Com data de 12 de Abril, a Direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas enviou ofícios ao Presidente do Conselho, ao ministro do Interior ao secretário de Estado da Informação e Turismo, com o seguinte teor:

«A Direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas vem junto de Vossa Excelência apresentar o seu veemente protesto pelo facto de terem sido apreendidos ao jornalista, sócio deste organismo, David d'Almeida, a máquina fotográfica e o filme já impressionado com as imagens colhidas em Aveiro, durante os acontecimentos da manhã de domingo, dia 8 de Abril.

A Direcção deste Sindicato não pode deixar de considerar aquele acto de autoridade policial como uma grave limitação ao livre exercício da nossa actividade profissional.»

A Direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas, ao tomar conhecimento do protesto formulado pelos seus colegas estrangeiros, a propósito da agressão de que alguns foram vítimas por parte das forças policiais, quando, em missão profissional, procediam à cobertura do III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, vem associar-se àquela tomada de posição, em face do que considera um grave atentado ao livre exercício da nossa actividade profissional.

Como é, por certo, do conhecimento de Vossa Excelência, durante os acontecimentos ocorridos naquela cidade na manhã do último domingo, foram espancadas por agentes da Polícia de Segurança Pública duas jornalistas — da imprensa suiça e alemã — e o enviado especial do Jornal italiano «Il Giorno». Ao mesmo tempo, foi apreendido a este jornalista — bem como ao enviado especial da agência «Prensa Latina» — o material que utilizavam, na reportagem fotográfica, o que este Sindicato reputa tão condenável como a agressão física, pelo que significa de grave limitação ao princípio da liberdade de Imprensa.

Para melhor conhecimento de Vossa Excelência, junta-se o texto do referido protesto, de que são signatários dez dos jornalistas estrangeiros presentes».

Em resposta recebeu do Gabinete do Ministro do Interior, com data de 17, um ofício no qual se transcreve o despacho que o assunto exposto mereceu àquele membro do Governo.

«Está há muito determinado, ao meu Gabinete, que os protestos não têm resposta. Registam-se para os efeitos considerados convenientes.

Neste caso, porém, parece-me necessário mostrar ao Sindicato Nacional dos Jornalistas o equívoco em que labora quando afirma que estamos perante «um grave atentado ao livre exercício da actividade profissional».

Sempre que os agentes da autoridade são forçados a pôr em acção meios de repressão violenta, não podem ser estabelecidos estatutos especiais de desobediência.

A intervenção da Companhia Móvel foi determinada por um nítido desafio à autoridade do Governador Civil de Aveiro, consumado na desobediência colectiva a uma ordem legítima dessa autoridade, devidamente publicada e conhecida.

As pessoas que se colocaram em situação de ser atingidas pela intervenção da Força Pública não têm razões para protestar pois quem, naquela emergência, estava no uso do seu direito e, mais do que isso, no estrito cumprimento do seu dever, era a Polícia de Segurança Pública.

O Sindicato Nacional dos Jornalistas tem interesse em saber que a Polícia poderá proceder do mesmo modo sempre que se verifiquem idênticas circunstâncias, para o efeito de, por seu lado, prevenir a repetição de situações paralelas que consideramos indesejáveis e que sinceramente lamentamos.

Os jornalistas que depois deste esclarecimento quiserem ocupar posições nos lugares onde se desobedece à autoridade pública, correm realmente um risco profissional que a Polícia não poderá cobrir, por maior boa vontade que tenha, e tem, de facilitar a sua missão.

As imagens recolhidas nestas ocasiões têm de ser objecto de controle policial, por ser evidente a possibilidade de integrarem matéria delituosa.»

APARENTEMENTE NÃO HÁ NENHUMA RELAÇÃO ENTRE UM POLÍCIA INGLÊS E UMA FOTOCOPIADORA

3M

PARA NÓS HÁ!
EQUIPÁMOS AS 180 ESQUADRAS DA POLÍCIA METROPOLITANA DE LONDRES COM FOTOCOPIADORAS 191

Envie-nos este cupão. Será visitado por um dos nossos Vendedores para uma demonstração gratuita e sem compromisso.

MINNESOTA (3M) DE PORTUGAL, LDA.
R. do Conde de Redondo, 98-102 — Tel. 53 55 36 - 53 66 09/20
LISBOA - 1
Alameda Eça de Queirós, 82 r/c — Tel. 49 81 04 — PORTO

Nome .....
Companhia .....
Morada ..... Telefone .....

— Copia livros, documentos, objectos, etc.
— Simples de utilizar;
— Executa matrizes para Offset;
— Corta ao tamanho do original;
— Produz cópias em frente e verso e em papel de cor.

3M

Moreira Baptista em Barcelona

O secretário de Estado da Informação e Turismo seguiu hoje para Barcelona, onde vai assistir ao encerramento da Semana Portuguesa. Às cerimónias estarão também presentes, o embaixador de Portugal na Espanha, dr. Manuel Rocheta, e o embaixador de Espanha em Portugal, conde de Navezquez, que são hoje esperados em Barcelona.

FALECIMENTO

Na Igreja de S. João de Deus é rezada amanhã missa do 7.º dia por alma do coronel de engenharia Manuel António Soares Zilhão, que faleceu no passado dia 22, mas por vontade expressa do defunto a sua morte não foi comunicada.

O extinto foi combatente da I Guerra Mundial e possuia bastantes condecorações, entre as quais o Oficialato da Ordem de Torre e Espada com palma e o Grande Oficialato da Ordem Militar de Avis.

Eleições no Sindicato dos Profissionais de Seguros

Decorrem hoje, a partir das 18 e 30, as eleições dos corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros para o triénio 1973-75.

Às eleições — que chegaram a estar marcadas para o passado dia 30 mas foram adiadas por motivos de ordem burocrática — concorre apenas uma lista, apresentada pela direcção cessante. Fazem parte dela Gilberto Cardoso (presidente da assembleia geral), Leonardo Gonçalves de Freitas e António da Silva Santos (secretários); para a direcção efectiva estão indigitados os nomes de Filomeno José Carlos dos Santos, João Luís Ferreira Martins, Manuel João Roupa e Maria Margarida Vicente Cigarrilha.

Continuação da pág. 13

O CASO DA HERANÇA SOMMER

e se atribuia à venda o valor matricial.

Evidentemente, não é o advogado que aconselha a prática dos actos nessas condições, mas é evidente também que não deduz oposição se os interessados estão dispostos a correr os riscos de uma tal actuação, que às vezes até nem existem.

Mas há outra matéria em que efectivamente a intervenção do advogado muitas vezes se produz, sem que se possa considerar reprovável: é exactamente a dos inventários orfanológicos.

V. Exas. não podem negar que o inventário de natureza orfanológica, com carácter obrigatório, redunda a maior parte das vezes em prejuízo dos menores e não em benefício deles, isto em função das custas e até porque os seus interesses não são muitas vezes devidamente acautelados.

E assim sucede também nos inventários que, através do ajuste particular de contas, através de licitações extrajudiciais, através composição fictícia de quinhões, através a atribuição ou quitação de tornas meramente fictícias, se adjudicam os valores a partilhar, não pelos valores reais deles, mas sim pelos valores mínimos que possam ser indicados para a descrição.

As partes garantem-se pela sua própria honorabilidade e evitam as despesas de custas.

Eu não considero que, perante o interesse das partes, e perante medidas obrigatórias que protegem menos essas partes, que a composição particular, a intervenção do advogado seja reprovável.

A TESTEMUNHA INVOCA O SEGREDO PROFISSIONAL

Mais adiante, o dr. Palma Carlos criticou vivamente o facto de o Tribunal não ter diligenciado ouvir um dos advogados que interveio no discutido processo de inventário de Henrique Sommer, o dr. Jorge Pinto Basto, que recebera substabelecimento do dr. Octávio de Brito, este último falecido antes do presente pleito ter sido instaurado.

Sobre o tema, disse o dr. Palma Carlos:

O dr. Jorge Pinto Basto, se o não houvessem amedrontado, e se tivesse perfeita consciência da contribuição que o seu testemunho podia trazer à averiguação destes factos — poderia ter esclarecido tudo isto.

O Tribunal, tendo meios para o fazer, ao abrigo do art.º 443 do Código do Processo Penal, recusou fazê-lo.

Os assistentes, esses, aos quais não interessava nem interessa o esclarecimento de nada, pois a verdade só os prejudica e o que exactamente lhes interessa é aquilo que possa ser esclarecido o não seja — aplaudiram e apoiaram essa decisão, que não consentiu a notificação do dr. Pinto Basto para vir aqui prestar declarações.

Eu lembro a V.Ex.as, sinto-me com direito e autoridade para o lembrar;

Quanto insistiu a defesa de António Champalimaud, para alcançar a efectiva vinda do dr. Jorge Pinto Basto, a Juízo!?

O dr. Pinto Basto — já o disse atrás — fora objecto de intimidação por parte de Carlos Champalimaud.

Já contei em passo anterior das minhas alegações, que o sr. Carlos Champalimaud, em determinado dia — narrou-o aqui perante V.Ex.as — vendo o dr. Jorge Pinto Basto, atravessou a rua, para efectivamente o intimidar, dizendo-lhe que se ele viesse aqui produzir algum testemunho teria muita coisa a dizer dele.

O que é certo é que o Tribunal — fundamentando-se numa declaração inserida num requerimento da defesa, em que esta, aditando algumas testemunhas de fora da Comarca, declarava que apresentaria as testemunhas, querendo referir-se apenas e obviamente, em acatamento do disposto no parágrafo único do art.º 384.º do Código do Processo Penal, às testemunhas de fora da Comarca — entendeu que a declaração respeitava a todas as testemunhas oferecidas, e recusou mandar efectuar a notificação de qualquer uma delas.

Também já expus a V.Ex.as a minha tese de que, sendo um processo penal de interesse e ordem pública, sendo a averiguação da verdade dever e obrigação dos tribunais não pode o Tribunal aceitar sequer que as partes se comprometam a apresentar testemunhas a Juízo. Tem obrigação de fazê-las notificar.

Mas o que é certo é que, em face do entendimento do Tribunal, o dr. Jorge Pinto Basto não pôde ser notificado como testemunha e não apareceu.

Eu tentei.

Foi então que, dando notícia ao Tribunal, que as matérias sobre que seria inquirido o dr. Pinto Basto, não estavam abarcadas por segredo profissional, insisti em que ele fosse chamado, ao menos, a prestar declarações.

A defesa considerava importante, não tinha receio do depoimento do dr. Jorge Pinto Basto; achava importante que ele viesse aqui esclarecer os pontos que o Tribunal tivesse em dúvida.

O Ministério Público, com a liberdade de actuação que sempre revelou em todo o decurso do julgamento, não rejeitou a possibilidade de o Tribunal «entender dever ouvir o dr. Pinto Basto nos termos do art.º 443.º».

Só os assistentes, mais uma vez, como sucedia em relação a todas as diligências que visassem alcançar o esclarecimento de factos que aos assistentes convinha que se mantivessem confusos, só os assistentes, esses é claro, propugnaram o «inteiro indeferimento» da pretensão da defesa.

Mas quando é que aos assistentes interessou alguma vez o esclareçimento dos factos?

Aliás, o dr. Jorge Pinto Basto tinha muita coisa efectivamente que explicar.

PRESIDENTE E ADVOGADO DIALOGAM

A propósito da atitude do Tribunal para com o dr. Jorge Pinto Basto, travou-se diálogo entre o presidente do Tribunal e o advogado:

O presidente objectou que o dr. Jorge Pinto Basto tinha sito peremptório, em requerimento que apresentou no Tribunal, de que não prestaria depoimento, por se considerar vinculado ao segredo profissional e que em face dessas razões, entendeu o Tribunal que não deveria compeli-lo a prestar declarações, como aliás procederia para com qualquer outro advogado, como, por exemplo, o dr. Palma Carlos.

Respondeu então o causídico:

Em primeiro lugar não me amedrontava como ele se amedrontou; em segundo lugar, teria de chegar aqui para ver que perguntas me formulava para saber se estava ou não estava vinculado pelo segredo profissional.

Se me perguntassem: «O sr. conhece fulano tal», eu diria: «conheço sim senhor».

«Sabe se o dr. fulano de tal foi jantar a Cascais?» Eu respondia.

Se fizessem perguntas respeitantes à minha matéria profissional não respondia.

Essa é que é a minha discordância com V.Ex.as,tomando uma posição de princípio, aceitando como boa uma declaração do dr. Jorge Pinto Basto, que nem sequer correspondia à realidade.

E eu dei notícia a V.Ex.as que ia perguntá-lo, não sobre matéria em que ele estivesse vinculado ao segredo profissional, mas sobre matéria em que ele não podia estar vinculado ao segredo profissional. Tragam-no aqui, em face das perguntas que lhe forem formuladas, ele dirá ou não se está sujeito ou não está sujeito a segredo profissional.

Quer dizer, a meu ver — permitam-me V.Ex.as que o diga com a simpatia em que este colóquio se trava — o Tribunal errou, na medida em que efectivamente tomou antecipadamente uma decisão, sem me permitir ouvir o sr. dr. Jorge Pinto Basto para, aqui, em face das perguntas que concretamente lhe fossem formuladas, verificar ou não se ele tinha razão na escusa que apresentasse.

Prosseguindo a sua análise do processo do inventário disse o dr. Palma Carlos:

O que é certo é que a relação de bens só foi apresentada em Juízo em 2/10/1944, e a essa data já os interessados — desde D. Palmira a Carlos e Henrique Champalimaud — deviam ter concertado, com o dr. Octávio de Brito, a forma de efectivação da partilha.

Forma de partilha de harmonia real com a vontade dos interessados, de harmonia com o respeito pela vontade real manifestada por Henrique Sommer.

O dr. Octávio de Brito, como técnico, dar-lhe-ia a forma jurídica.

Ora, qual era o principal objectivo dos interessados, objectivo manifestado, em primeiro lugar, pelo próprio Henrique Araújo de Sommer, quer na carta, quer no testamento?

Qual era o objectivo que Henrique Sommer tinha em vista pelas razões que nas duas últimas sessões de julgamento eu já traduzi a V. Exas.?

Diminuição de encargos fiscais; redução numa maior quantidade possível de quaisquer encargos no inventário.

Só veio a ser possível alcançar esse objectivo, através das simulações que no inventário tiveram lugar.

Os assistentes, no seu memorial de fls. 7700 a fls. 7807 estranham, e dada a justeza dessa observação, dela querem tirar proveito, a celeridade com que o inventário foi processado, desde a data da apresentação da relação de bens de fls 27 e seguintes — 2/10/1944 — até à data em que foi proferida a sentença homologatória das partilhas.

Abstenho-me de ler, por fastidioso, essa parte do seu mencionado memorial, chamando apenas a atenção de V. Exas. para o facto de os assistentes, mesmo ali, relatando factos constantes de um processo, facilmente lidos e visíveis, não terem, mesmo assim, podido passar sem lançarem a sua «mentirinha» sobre factos comprovados no inventário.

A CELERIDADE DO PROCESSO DE INVENTÁRIO

O dr. Palma Carlos passou então a comentar a rapidez com que o processo de inventário se processou na sua parte final, em Outubro de 1944, rapidez que os assistentes tinham atribuído a manobras do próprio arguido.

A este propósito, o dr. Palma Carlos teceu considerandos à forma como funcionavam àquela data as secretarias judiciais e aos «estímulos» que teriam levado os funcionários a processar rapidamente o processo.

Falando de «estímulos», o dr. Palma Carlos leu ao Tribunal a lista das gratificações pagas pelo dr. Octávio de Brito, que, ao que parece, só por si teriam explicado a velocidade por que se tramitou o processo.

Disse o causídico:

Evidentemente, que eu não vou dizer a V. Exas.: levou-me muito tempo a processar o inventário. Pois claro que não levou!

A relação de bens foi apresentada em 2 de Outubro, a sentença foi proferida dias depois. Portanto, o inventário processou-se na fase que mediou entre a apresentação da relação de bens e a data em que foi proferida a sentença homologatória das partilhas, processou-se até com uma celeridade pouco vulgar.

Mas o caso não é virgem na vida dos tribunais. Ai de nós se fôssemos levantar suspeições a todos os processos que se resolvem depressa!

Temos visto acções ordinárias, em que sendo o prazo para a contestação só por si de 20 dias, se alcança sentença em tempo não superior a um mês, contado da data da instauração da acção.

Mas isso só é provável quando ao interesse de um advogado, pela celeridade do processo, se consegue aliar o interesse dos funcionários, e a boa vontade dos magistrados.

A boa vontade destes, mesmo quando são íntegros como era o juiz do inventário, o dr. João Bernardino de Sousa Carvalho, que morreu conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, compreende-se, se o seu mais célere despacho lhe é pedido, para um processo em que, juntamente com a relação de bens, lhe são apresentadas procurações recém-passadas — as de fls. 44 e 45 dos autos têm as datas de 20 a 23 de Setembro de 1944 — conferindo ao advogado os mais amplos poderes de representação e decisão, exactamente para aquele processo, de cuja pendência os interessados tinham perfeito conhecimento, citados como todos haviam sido, pessoalmente e em citações perfeitamente regulares.

Não se podia negar — a não ser que o juiz não pudesse por razões de serviço, ou por qualquer outra razão — não é de espantar, não é de excluir, que o juiz amavelmente tenha dito:

«Sim, senhor, vou acelerar o processo, posso marcar para amanhã essa diligência da licitacão.»

E V. Exas. não têm, na vossa vida prática dos tribunais, conhecimento de como se operam as licitações nos processos?

Em quantas licitações V. Exas. não estiveram efectivamente presentes e, no entanto, elas se processaram à mesma no Tribunal?

E que inconveniente advinha para as partes disso?

Nós não sabemos quantas vezes essas diligências se fazem nas secretarias dos tribunais, enquanto os magistrados estão nos seus gabinetes...?!

Isso constitui efectivamente alguma irregularidade?

O que é que se fazia num Juízo assoberbado, como nesse tempo, com três ou quatro secções?

Cada juiz podia estar, ao mesmo tempo, nas múltiplas diligências?

Quem é que tomava as declarações ao cabeça-de-casal, como ainda hoje se toma muitas vezes?

Toma-se o juramento e depois vai prestar as declarações para a respectiva secção.

Que incoveniente há nestas coisas?

Certamente isto é da vida corrente do Tribunal.

E nós vivemos e conhecemos as regras que se praticam quotidianamente e não podemos estar a pretender a criação de regras ideiais de conduta.

Mas... isto é possível por parte dos juízes.

OS «ESTÍMULOS» DA CELERIDADE

Os funcionários de Justiça, esses também tinham um estímulo diferente.

Vivia-se ainda então, na verdade, no regime dos emolumentos, durante os meses de férias judiciais estes praticamente não existiam, e o aceleramento do processo, em Outubro, com a consequência de as custas serem pagas nesse mesmo mês, mormente num inventário em que tais custas, pelo alto valor do mesmo, atingiram cifra elevada, permitir-lhes-ia o recebimento, no fim de Outubro, de importância compensadora.

As custas, efectivamente, importaram em 56.540$00 e foram pagas em 24/10/1944.

O sistema de pagamento aos funcionários judiciais, então em vigor, era, efectivamente o estabelecido pelo Código das Custas Judiciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30.688, de 26/8/940.

Segundo tal diploma, eram garantidos aos funcionários judiciais vencimentos mínimos mensais (Art. 187.º).

Mas esses mínimos mensais apenas eram liquidados **trimestralmente** (mesmo Art. 187.º), através do Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça, que funcionava sob a administração e fiscalização do Conselho Superior Judiciário.

Enquanto os **vencimentos mínimos mensais** não fossem **completados,** os funcionários de Justiça recebiam tão-somente, através do cofre da Secretaria respectiva, o **correspondente à receita mensal desse cofre,** abarcando apenas uma parte do Imposto de Justiça (41 por cento), emolumentos avulsos e a percentagem da tesouraria.

No caso concreto, portanto, o mês de Outubro era o primeiro mês do último trimestre de 1944. A Secretaria, por ser o mês que se seguia imediatamente às férias judiciais, não devia estar necessariamente abonada, e a entrada das custas correspondentes a um processo de valor razoável, naquele mesmo mês de Outubro, não podia deixar os funcionários desinteressados: 41 por cento do liquidado imposto, sobre 55.388$00, correspondiam a 22.709$00, e esta quantia não era obviamente para desprezar, no magro vencimento dos funcionários, que preferiam naturalmente partilhá-lo logo entre si no fim de Outubro, do que aguardar o pagamento dos complementos através do Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça, que só lhes viria a ser entregue em princípios de Janeiro do ano imediato.

Isto não é um estímulo?!

INESPERADO APONTAMENTO BIOGRÁFICO DO DR. PALMA CARLOS

Revivendo, com certa ironia, um já longínquo momento da sua vida, embora ainda bem presente na sua memória, traria o dr. Palma Carlos a sua própria experiência:

Então, srs. juízes,

Eu, que recebia no mês de Junho os meus ordenados, tendo no princípio de Julho o complemento do 2.º trimestre, que, depois durante as férias não recebo nada, que gasto em férias, para ver se consigo descansar os meus últimos tostões, que venho para cá, tenho um inventário bom para acabar, e não vou acabá-lo em Outubro, só porque parece mal que um inventário acabe demasiado depressa? E vou esperar depois que me paguem em Janeiro?

E até lá continuo a sustentar a família e os filhos com o pãozinho que vou roubar ao padeiro da esquina?

E evidente que nós temos de viver em realidades!

Não sei se V. Exas. sabem que eu fui chefe da secretaria judicial, quando efectivamente o Conselho de Ministros resolveu interditar que eu não podia ascender à carreira, onde seria hoje um humilde colega de V. Exas.

Fui para uma secretaria judicial, onde estive a beneficiar deste esplêndido tratamento, a receber, de três em três meses, um complemento, dos meus vencimentos (isso também não era nada, 1080$00 por mês!).

Quanto ao advogado, se parece patente que quando apresentou as relações de bens, já tinha antes acordado com os interessados a forma como a partilha se efectivaria **formalmente,** independentemente das realidades de facto que a mesma cobriria — quanto mais cedo despachasse o processo, melhor. Também ele próprio, mais cedo, perceberia os seus vencimentos, ou pelo menos, podia pedir substancial provisão, tendo, na verdade, entre 2 e 20 de Outubro, recebido 125 contos.

E os honorários do dr. Octávio de Brito ainda foram num montante de 160 contos, quantia nada pequena para a época — considerando ainda que o dr. Jorge Pinto Basto foi pago à parte cobrando 60 contos pelos seus serviços quase praticamente só de procuradoria —, conforme tudo se vê da respectiva conta de honorários.

Acentue-se ainda que foram pagos à parte os funcionários do dr. Octávio de Brito que colaboraram no processo: João Galveia, 500$00; ordenados, 4000$00; Galveia, por ter estado doente, mais 1013$60.

Mas quem não podia ter intervençao directa, de nenhuma espécie, nessa celeridade processual, era qualquer um dos próprios interessados no inventário.

Não era, com certeza, a pedido deles, que o processo se processaria mais rapidamente: só, e sim, através os pedidos e o prestígio do advogado.

Só este prestígio, por um lado, e o interesse da própria secção judicial na rápida ultimação do processo, por outro lado — só esses factores, dizia, explicam que o próprio escriturário da secção, onde estava pendente o inventário, pudesse ser referido pela testemunha Francisco Reixa Galveias —, que era ao tempo, e desde 1942, empregado do sr. dr. Octávio de Brito — que foi esse próprio escriturário «quem tratou do processo», esclarecendo que o mesmo escriturário, «no decurso do inventário, foi várias vezes ao escritório do dr. Octávio de Brito», e que «o viu entrar sempre para o gabinete do dr. Pinto Basto», indo lá «tratar certamente de coisas do processo».

Ora, um olhar, mesmo superficial, para uma das peças mostradas a Reixa Galveia — o termo de citação de fls. 18 — mostra que a letra da respectiva peça, é do próprio chefe secção judicial que subscreve o termo, e não portanto do sr. Borges.

Este limitar-se-ia, portanto, a servir de intermediário entre o sr. dr. Octávio de Brito e o escrivão do processo, e é a este último, exactamente, que no apontamento das «contas sr. Sommer», (que acham ligadas às contas do dr. Octávio de Brito), se vê ter sido paga uma gratificação de 30.000$00 (independentemente de uma lembrança para os filhos dele, que originou uma despesa de 612$00. O oficial de diligências do processo, também levou 2000$00. O contador — necessariamente para acelerar a elaboração da conta de custas — ganhou 1000$00. O sr. Borges é que se não vê que tenha recebido seja o que fôr, — e daí a razão do por mim atrás afirmado, de que devia limitar-se a ir ao escritório do dr. Octávio de Brito, falar com o dr. Pinto Basto, mas de conta e ordem do sr. escrivão dos autos.

Mas não foi, obviamente, da celeridade da fase final do processo, que resultaram as simulações, facilmente constatáveis no mesmo inventário.

Tudo tinha de estar já necessariamente acordado, quando essa fase final dos autos se processou.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por José Baptista Pingo, R. da Misericórdia, 17-B — CAMPO MAIOR

EM ABRIL O SEU DINHEIRO VALE MAIS

NA COMPRA DE UM FATO FEITO a preço incrível

de confecção esmerada nos mais recentes padrões com modelos actualizados

oferecemos (é mesmo de borla)

UM BERBEQUIM Black & Decker

EM TODA A ORGANIZAÇÃO dos armazéns do CONDE BARÃO que vale 499$

ABSOLUTAMENTE DE BORLA

DL/GERAL

AUTOMOBILISMO-NOVOS MODELOS

O Renault 5 apresentado em Portugal

Numa reunião efectuada ontem no Hotel Sheraton as Indústrias Lusitanas Renault S.A.R.L., apresentaram aos órgãos de Informação o Renault 5, a viatura mais pequena da gama daquela marca francesa, que em breve vai ser lançada no mercado português. Trata-se de um dos modelos de maior êxito comercial da Renault, que assim entrou abertamente no campo dos «minis» em concorrência directa com os construtores ingleses, italianos e japoneses. Comercializado em França há cerca de um ano, o R-5 conquistou rapidamente um lugar de evidência no mercado, graças às suas características de pequena viatura concebida para o tráfego difícil das cidades mas, ao mesmo tempo, capaz de corresponder com êxito, em performamces e comodidade, às exigências de longos percursos em estrada.

Muito espaço interior para passageiros e bagagens, um motor nervoso e de suficiente potência, tudo isto aliado a uma admirável «tenue de route» são as características essenciais do Renault 5 que lhe permitiram entrar com vantagem numa classe de viaturas em que, aparentemente a última palavra já tinha sido dita. Com o R-5 a Régie Renault demonstrou que sobre a concepção dos «minis» com tracção dianteira e motor transversal ainda havia muitos pormenores importantes a tratar.

O R-5 está equipado com um motor de 956 cc com 47 HP S.A.E.. A tracção é como já referimos dianteira e o motor está colocado transversalmente. A caixa é de 4 velocidades sincronizadas e, ao contrário dos modelos construídos em França, a alavanca de velocidades está colocada no piso. A suspensão dianteira é de rodas independentes com barras de torsão longitudinais e amortecedores hidráulicos telescópicos. Atrás é também de rodas independentes com barras de torsão transversais e amortecedores hidráulicos telescópicos. Os travões são de disco à frente e tambor atrás e possuem um repartidor de travagem sensível à carga no eixo detrás para evitar a blocagem das rodas traseiras.

O preço do Renault 5 não está ainda fixado mas prevê-se que seja um pouco superior a 80 contos.

Militares condecorados

Foram louvados e condecorados por serviços no Ultramar os seguintes militares: capitão-de-mar-e-guerra Nuno Ximenes Teixeira de Aragão (Moçambique), medalha de ouro de serviços distintos com palma; e com a mesma medalha de prata: tenente-coronel João Mário de Sampaio e Castro (Moçambique), majores António de Castro Soares Branco (Angola) e Carlos Manuel de Azeredo. Pinto Melo e Leme (Guiné); capitães pilotos aviadores Manuel Rosa da Silva Barata e Vítor Marques de Sousa (Angola) e capitão piloto aviador Arlindo José Dias Ferreira, medalha da cruz de guerra, de 2.ª classe (Angola); alferes miliciano pára-quedista Vasco Manuel Pires de Veiga (Guiné), medalha de prata de serviços distintos, com palma; e marinheiros fuzileiros especiais Gilberto Baptista Sobral e Manuel António Gonçalves (Guiné) a mesma medalha, de cobre.

Política científica

. Por iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian e da Embaixada de França, vem a Lisboa no dia 3 de Maio para progerir uma conferência sobre «Opções de uma política científica», o prof. Pierre Bauchet.

O prof. Pierre Bauchet é o director dos Estudos da Escola Nacional de Administração, director científico no Centro Nacional de Investigação e presidente do Comité Consultivo da Investigação Científica e Técnica dita dos «Doze Sábios».

«A experiência francesa de planificação» e «Propriedade Pública e planificação» são alguns dos trabalhos publicados do prof. Bauchet.

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.° do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.° 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o proc.° 8/49624, para o estabelecimento na Quinta Lagoas, freguesia de Amora, concelho do Seixal, da modificação da linha para o posto de transformação n.° 4 de iluminação dos Acessos Sul à Ponte sobre o Tejo, incluindo a mudança de tensão, de 6 para 15 kV, e passando a derivar do apoio n.° 20 da nova linha LI 15-23 Sobreda-Fogueteiro, e a ter o comprimento total de 32 m (parte aérea, com 17 m, e parte subterrânea, com 15 m).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 18 de Abril de 1973.

O Engenheiro Chefe,
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

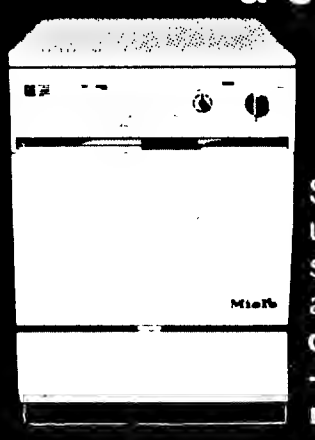
Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.° do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.° 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o proc.° 8/49820, para o estabelecimento na Quinta do Cruzeiro, freguesia de S. Sebastião, concelho de Setúbal, de uma linha mista a 30 kV, com 60 m parte aérea com 8 m e parte subterrânea com 52 m, do poste n.° 40 da linha Cachofarra-Curralinhos ao posto de transformação da Companhia Moagem Lisbonense em Quinta do Cruzeiro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 17 de Abril de 1973.

O Engenheiro Chefe,
Guilherme Martins

Máquina de lavar louça G 500 "de luxe"



Só MIELE pôde ultrapassar-se a si própria com a sua máquina de lavar louça - - a mais vendida na Europa.

Miele

Agente Oficial :

J. F. S. ROMEIRAS PALMA

Rua da Escola Politécnica, 27
Telef.: 370806 — LISBOA

YOGURTE GRANDE PONTO

Tecnicamente o mais bem fabricado e o melhor para a saúde.

YOGURTE GRANDE PONTO

em troca de 50 BOIÕES OFERECE UMA LINDA BOLA DE PRAIA

RECEBA

1900$00

Pelo seu TELEVISOR usado na troca do novo PHILIPS a pronto ou em 24 mensalidades.

CASA M. L. FERREIRA — Rua de D. Estefânia, 48-A

MANHÃ NA PRAÇA

Os legumes ao preço do oiro

Quando se quer comer em casa porque restaurantes e tascas estão cada vez mais caros, e se tem o dia ocupado a trabalhar, a praça é um local inacessível onde os preços oscilam à nossa margem. É preciso recorrer aos supermercados, se os há à mão, aos lugares que ainda restam, às mercearias que, numa desesperada tentativa de sobrevivência se vão tornando cada vez mais parecidas com as «vendas» de província que vendem um pouco de tudo. Assim, em zonas «fortes» da cidade, onde a qualidade é ainda um factor preponderante na escolha dos produtos para alimentação, os últimos preços registados nas lojas eram, nas hortaliças e legumes os seguintes: **feijão feijão verde** a 40$00 (32 na praça), **tomate** a 30 (26 na praça), **pepino** a 20 (tem estado a 30), **cebola** a 17 (a 15 na praça), **alho** a 40 (a 35 na Ribeira), **couve-flor** a 12$50 (a 10 na praça), **ervilha** a 10, **ervilha torta** a 13, **nabiças** a 10, **alface** 2$50 — 3$50, **fava** a 5$00, **cenoura** a 5$00, **nabos** a 1$50 cada, **alho francês** a 12$50 o molho, **couve portuguesa** a 4$00 cada (variando o preço com o tamanho) **couve merceana** a 7$50, **limão** a 7$50 o quilo.

Sem que se tenham registado grandes alterações dos preços da carne **(acém redondo, vazia, lombo** de vaca a 90$00 o quilo, **rim** limpo a 60, **bife de porco** a 68, **costeletas** a 63$80, **rim** e **fígado** de porco a 59$80, **salsichas frescas** a 52$00) ou no **peixe** já suficientemente caro, a fruta suspendeu-se a um nível quase proibitivo. **Pêros** a 18 e a 15 escudos, **laranjas** a 12, **bananas** a 13, **pêras** a 20 escudos (17 na praça), **morangos** a 25, **nesperas** a 15 e **maçã reineta** a 22 escudos (na Ribeira a 17).

Diminuiu a investigação no Ultramar

Foram despendidos 245 milhares de contos em investigação no sector público nos territórios africanos de administração portuguesa durante o ano de 1970. Segundo informa a Comissão de Planeamento de Investigação e Tecnologia. As verbas despendidas provieram em 98 por cento dos casos dos próprios orçamentos locais, e incidiram em mais de metade das despesas no sector da agricutura, sivicultura, pecuária e pescas. Logo a seguir regista-se que o sector mais contemplado com a investigação foi o da construção e habitação e o do estudo do meio e dos recursos locais. A saúde e higiéne mereceu 11,5 por cento dos tais 245 milhares de contos, e as indústrias transformadoras com 0,9 por cento.

Estas actividades de investigação, que (espelho de onde se pode tirar uma imagem do nível de desenvolvimento e das prioridades registadas naqueles territórios), ocuparam em 1970 o equivalente a 249 indivíduos com formação universitária, 242 com curso médio e 1608 com funções auxiliares e administrativas. Regista-se que 46 por cento dos investigadores e 56 por cento da mão-de-obra total estiveram ligados ao sector da agricultura e pecuária.

O montante de 245 milhares de contos em 1970 representa um decréscimo de 17 mil contos em relação a 1967.

AS "MAJAS"

Estas são as 13 candidatas ao concurso «Maja Internacional», organizado pelas revistas «Crónica Feminina» e «Plateia». Condições exigidas às concorrentes: o 5.º ano dos Liceus (ou equivalente) e, no mínimo, um metro e sessenta de altura. A eleição realiza-se amanhã na adega da Torralta (no Algarve). Júri: Perdigão Queiroga, Vitoriano Rosa, Mário Clemente, Rodrigues Lima, Valério Silva e Baptista Rosa. As «majas» estiveram no Mercado da Primavera a convite da Direcção-Geral de Turismo, que lhes ofereceu um jantar. Em representação do Secretariado de Estado, Informação e Turismo esteve o dr. Francisco Avilez.

II Salão de Arte Fotográfica em Faro

De 1 a 6 de Junho, realiza-se em Faro o II Salão de Arte Fotográfica, promovido pela F. N. A. T.. Cada concorrente poderá apresentar um máximo de 4 trabalhos em cada uma das classes, respectivamente preto e branco e diapositivos, não sendo admitidos trabalhos que tivessem sido enviados ao I Salão. Os trabalhos dos concorrentes deverão ser enviados como impressos à Delegação da F. N. A. T. em Faro, Travessa Castilho, 35 - 2.º, até ao dia 27 de Maio.

Mortos em combate

O serviço de Informações Públicas das Forças Armadas comunica que faleceram em Moçambique, em resultado de combates, o soldado R. E. n.º 73755072, José Joaquim Fendas, natural de Bragança, filho de António José Fendas e de Maria Cândida Oliveira e o soldado R. E., n.º 73553572, Amada Sousa, natural da Beira filho de Sousa Amada e de Maria Carmo; e, na Guiné, o soldado milícia, n.º 047365, Mamadeu Faliu Jaló, natural de Gabu, filho de Cherno Samba Jaló e de Maimuna Bari, casado com Julta Jaló.

MAIS CARNE MENOS LEITE

Um despacho agora publicado no Diário do Governo, e assinado pelo ministro da Economia e pelos secretários de Estado da Agricultura e do Comércio, introduz alterações no anterior despacho, de 5 de Maio de 1972, que regulava o regime dos subsídios e preços de venda da carne de vaca e vitela.

«Perante uma conjuntura internacional, geralmente conhecida, de oferta escassa deste tipo de carne, há que, além de uma diversificação, a que serão destinadas providências a publicar em futuro breve, dirigidas a outras espécies, levar ao extremo limite as possibilidades da produção nacional, reduzindo progressivamente a zona do consumo interno, que só o recurso a importações tem permitido satisfazer». Tal é a fundamentação do despacho que vem modificar os critérios de atribuiçãode subsídios e dotações de fomento «por forma a premiar as explorações em função da sua eficiência e rendimento, conseguindo-se assim uma mais intensa utilização das fêmeas na função reprodutora.»

As principais alterações consistem na substituição do subsídio único de 3 escudos ao novilho por uma escala de subsídios diferenciados por pesos e idades, bem como num sistema de incentivo para a substituição da produção de leite pela de carne.

Saneamento do meio

Encontra-se em Lisboa o eng. Walter Engrácia de Oliveira, prof. catedrático de saneamento do meio e director da Faculdade de Saúde Pública de S. Paulo, para realizar uma série de conferências acerca do saneamento no Curso de Saúde Pública e MedicinaTropical, que funciona no Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

O prof. Engrácia de Oliveira permanecerá em Lisboa cerca de dez dias, proferindo diariamente lições naquele instituto.

Governadores ultramarinos

. O inspector administrativo do quadro comum dos Serviços de Administração Civil das Províncias Ultramarinas, dr. António Lopes Henriques de Oliveira foi reconduzido no cargo de governador de distrito do Estado de Moçambique.

O SIMBOLISMO

. Acaba de regressar dos Estados Unidos, o prof. Jacinto do Prado Coelho, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que apresentou uma comunicação sobre «O simbolismo na Literatura Portuguesa» no colóquio internacional sobre o simbolismo que se efectuou na Universidade de Nova Iorque.

O prof. Prado Coelho vai agora redigir um texto sobre o mesmo tema, destinado a uma manobra de conjunto sobre o «O simbolismo nas literaturas europeias», na qual se incluirão trabalhos de especialistas franceses, irlandeses, suiços e húngaros.

Passeio da Primavera

O Clube Português dos Publicitários promove, no próximo dia 29 o «Passeio da Primavera». A concentração dos participantes far-se-á às 11 e 15 desse dia, em Setúbal, no cais de embarque dos «hovercraft», de onde partirão para Tróia. Depois do chamado «Banho da Primavera» nas salsas ondas da barra setubalense, (só para os mais afoitos), segue-se uma visita, «com guia especializado, que até fala português», às instalações da Torralta. Por fim, terá lugar o almoço, tão prometedor, que se aconselha lealmente os interessados a prevenirem-se com «alkaseltser» ou sais de frutos.

Inquilinato

. A direcção da Associação Lisbonense de Proprietários examinou atentamente na última reunião, o sistema encontrado para determinar a paralisação de rendas de casa em Lisboa e Porto.

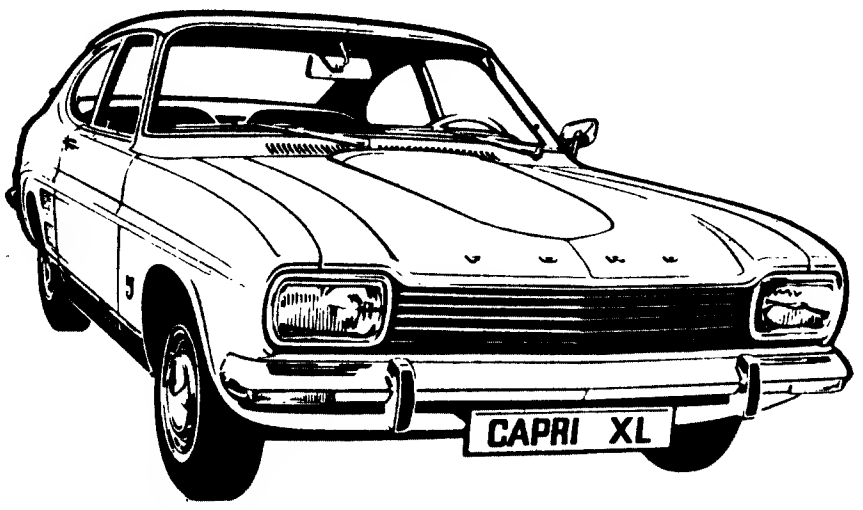
Recentemente o dr. Joaquim Pepe proferiu no Instituto da Propriedade, uma conferência subordinada ao tema «inquilinato-realidade, demagogia e carências».

Antigos alunos de Beja

. BEJA — Está a decorrer a V Festa de Confraternização dos Antigos Alunos do Liceu de Beja, que se prolongará até ao próximo domingo e na qual se inscreveram mais de oitocentos antigos estudantes de Beja, muitos dos quais vieram de vários pontos do país e do estrangeiro.

A confraternização começou com o içar da bandeira na Associação dos Antigos Alunos de Beja, havendo depois a apresentação de comprimentos ao actual reitor, dr. Manuel de Brito Colaço. Discursou na altura o antigo aluno. dr. Jacinto de Brito Lança, que em determinada altura sublinhou a necessidade da criação da Universidade do Atentejo.

NOVA GAMA CAPRI 1973



EM EXPOSIÇÃO EM CONJUNTO COM OS DEMAIS MODELOS FORD NA

Ford à frente!

AUTO RALI S. A. R. L.

AV. ALMIRANTE REIS, 130 - A/E — LISBOA

DL/DESPORTOS

OS CASTIGOS AO UNIÃO DE TOMAR

JOÃO CARLOS CONTESTA A PUNIÇÃO SOFRIDA

Numa altura em que o União de Tomar luta desesperadamente para se manter na primeira divisão, três dos seus jogadores são punidos duramente, reduzindo de forma drástica o já não muito numeroso «plantel» da equipa.

Assim, e por injúrias à equipa de arbitragem, João Carlos está suspenso por cinco jogos e Fernando por quatro, enquanto que o médio Manuel José também fica afastado da equipa, mas apenas por um jogo, por discutir decisões do árbitro. Dutante o encontro com o Atlético, cada um destes elementos recebeu o seu aviso com cartão amarelo, o que porém nunca seria motivo para tantos castigos. A haver injúrias com a gravidade que os castigos pressupõem, seriam motivos de expulsão imediata, o que o árbitro não fez. Portanto, apenas resta a hipótese de os factos sucintamente narrados no comunicado da Federação se terem passado depois do jogo.

Mas, contactados os jogadores em Tomar, eles desmentem essa possibilidade, declarando João Carlos, nomeadamente:

Depois do encontro não tornei a falar com o árbitro e nem me despedi dos jogadores do Atlético. Fernando e Manuel José sairam com o resto da equipa e eu sózinho. Não vejo motivo para os castigos. A única coisa que aconteceu foi uma entrada mais dura sobre o Raimundo, que o árbitro puniu e que eu aleguei não ser falta. O árbitro mostrou-me o cartão amarelo (com Fernando aconteceu mais ou menos a mesma coisa) e mais nada. Não me podem ter castigado desta maneira por falta tão leve.

Inconformado, João Carlos ainda adianta, depois de garantir que não se dirigiu ao árbitro depois do jogo nem o ter injuriado:

Mas, durante o jogo o árbitro mostrou-se nitidamente favorável ao Atlético, tratando os jogadores de Lisboa sempre de modo diferente e com palavras muito mais amáveis. Estas suspensões foram propositadas para deitar o União de Tomar na II Divisão.

O árbitro era Melo Acúrsio (do Porto) e, das duas uma: ou Jão Carlos não conta toda a verdade do que se passou ou o árbitro errou claramente. Primeiro: porque as faltas confessadas não justificam tal punição. Segundo: porque a haver injúrias graves durante o jogo elas devem ser punidas com a imediata expulsão. Para que a opinião pública seja esclarecida, a Federação não pode elucidar sobre este problema?

AGOSTINHO COLADO A MERCKX NA "VUELTA" À ESPANHA

Joaquim Agostinho, o ciclista da «Bic» e do Sporting, proporcionou uma surpresa ao alcançar o segundo posto, apenas a três segundos do grande favorito (o belga Eddy Merckx) na etapa inicial da «Vuelta».

Enquadrado presentemente na equipa francesa (cujo chefe é o espanhol Luís Ocaña) Joaquim Agostinho realizou uma prova extraordinária, a demonstrar claramente a sua classe e o facto de ter vindo para a «Vuelta» cheio de força e muito bem preparado.

O percurso, com uma primeira parte a subir, foi o ideal para Agostinho: precisamente nessa parte é que conseguiu sacar uma grande vantagem e um tempo só superado depois por Merckx.

Agostinho já declarara à agência noticiosa «Efe» que veio com esperança de ganhar a «Vuelta». Está em grande apuro de forma e o seu mês de preparação, com a participação em cerca de uma dezena de corridas curtas, fê-lo atingir um ponto em que é um dos ciclistas com quem se pode contar, muito embora seja Luís Ocaña o «chefe de fila» na equipa dirigida por Maurice De Muer.

Agostinho (porém) não foi o único ciclista português a brilhar na etapa preliminar, pois Fernando Mendes e José Martins tiveram igualmente muito boas actuações.

PALMAS PARA FERNANDO MENDES

Mendes conseguiu o 11.º lugar, juntamente com Rossiers (um dos companheiros de equipa de Agostinho), apenas a 12 segundos do vencedor. A sua corrida foi uma prova de força e de inteligência. O mesmo se pode dizer acerca de José Martins, que também fez um bom percurso, terminando na 17.ª posição.

O mais importante é que estes dois corredores lusitanos podem, como declarou o seu director técnico, tornar-se os animadores da prova, devido à sua combatividade: e os seus desejos podem proporcionar alguma «partida» aos favoritos. Agostinho, todavia, foi a grande «estrela», sob o céu de Calpe, pois o seu segundo lugar, ao superar outros especialistas do contra-relógio, confirma que está num bom momento e cheio de vontade.

Espanhóis que correm no conjunto Benfica-Coelima (José Luís Galdamez e Pascual Fandos) ficaram respectivamente no 27.º e no 75.º lugar, com os tempos de 7 m 51 s e 8 m 25 s.

PRIMEIRA TABELA

Classificação oficial do prólogo da «Volta» à Espanha, disputado num circuito de 6 km, em Calpe:

1.º, Eddy Merckx, 7.26; 2.º, Joaquim Agostinho, 7.29; 3.º, José António Gonzalez Liñares, 7.30; 4.º, Luís Ocaña, 7.32; 5.º, Ferdinand Bracke, m.t.; 6.º, Bernard Thevenet, 7.34; 7.º, Javier Elorriaga, m.t.; 8.º, Jesus Manzaneque, m.t.; 9.º, José Pesarrodona, 7.37; 10.º, Vicente Lopez Carril, m.t.; 12.º, Fernando Mendes, 7.38; 17.º, José Martins, 7.43; 29.º, Venceslau Fernandes, 7.52; 32.º, Fernando Ferreira, 7.56; 41.º, José Pereira, 7.59; 49.º, Orlando Alexandre, 8.06; 69º, João Pinhal; 80º, Van Lancker, 9.06 (último)

PRÉMIOS

A etapa foi pequena em quilometragem e em prémios: só os três primeiros classificados têm prémio monetário, que, aliás, em relação aos classificados nesses lugares nas etapas normais, é pequeno. Desse modo, Eddy Merckx (pelo seu primeiro lugar na etapa) recebe 5 000 pesetas, enquanto Joaquim Agostinho recebe 1 500 e José António Gonzalez Liñares (primeiro classificado dos ciclistas espanhóis) pelo seu terceiro lugar, tem a receber 1 000 pesetas (peseta igual a 45 centavos).

A 48 À HORA

Mais uma vez, o belga Eddy Merkx, que participa pela primeira vez nesta prova, impôs-se incontestavelmente com uma média de 48,430 km/h. O campeão do Mundo da hora envergou, portanto, esta manhã, a camisola de condutor da «Volta» para disputar a primeira tirada Calpe-Murcia (187 km). Este percurso, que decorre em terreno palno, não apresenta (à primeira vista) nenhuma dificuldade especial.

Em todo o circuíto de Calpe aglomerou-se ontem uma enorme multidão que «torceu» quase toda pelo campeoníssimo belga, vendo-se enormes dísticos onde se podia ler: «**Glória a Eddy Merckx, o rei dos reis em bicicleta**».

OCAÑA

Peritos em ciclismo, reunidos em Calpe, são de opinião (embora esta seja um pouco sofisticada) que o espanhol Ocaña não tem muito interesse em ganhar a «Vuelta», estando mais interessado em arranjar «endurance» e quilómetros nas pernas para a «Volta à França», que se realizará em Julho.

MERCKX E AGOSTINHO

Depois da primeira prova da «Vuelta», o famoso Merckx não se mostrou muito satisfeito com aquilo que fez, e disse **«Iniciei a corrida da pior forma e isso fez com que perdesse alguns segundos».** Logo a seguir, Merckx perguntou qual o tempo de Ocaña no contra-relógio: e pareceu ter ficado irritado ao ouvir que só conseguirá 6,4 segundos a menos em relação ao seu grande rival espanhol.

Quanto a Agostinho, foi desta vez igual a si próprio, fazendo lembrar aquele extraordinário contra-relógio final de uma «Volta à França» em que chegou a aguentar a embalagem de Merckx, ficando também nessa altura na segunda posição. Veremos, contudo, o que esta «Vuelta» ainda poderá «dizer»...

«QUERO SER PRIMEIRO»

Segundo o «nosso» Joaquim Agostinho, a «Vuelta» será um duelo entre o seu companheiro de equipa Luis Ocaña e o belga Eddy Merckx:

«Não sei quem vai ganhar. Mas o meu desejo é que seja Luis Ocaña» — afirmou Agostinho. E, acrescentou que as ordens que têm os restantes componentes da equipa são proteger e ajudar Luis. O ciclista português também declarou desejar não ter a desgraça do ano passado, altura em que sofreu fractura da base do crânio na etapa entre Vinaroz e Tarragona.

«Vim com ilusões para a «Vuelta». Pode ser outro o triunfador, mas também tenho desejos de envergar a «camisola amarela» — declarou, a sorrir, o campeão português, que realmente pensa ganhar a «Volta» à Espanha e também o «Tour» de França e a «Volta a Portugal».

Para além de Ocaña e de Merckx, o homem de Brejenjas crê que há outros que podem ganhar a prova: como os espanhóis Tamames, Linares, Abilleira, Manzaneque e Pesarredona, e os estrangeiros Thevenet, Van Springel, Bracke e Pingeon.

Joaquim Agostinho não conhece o traçado da «Vulta» e não pode, pois, fazer considerações a seu respeito. Mas, crê que é mais fácil e menos duro do que o ano passado.

«A grande ameaça para Ocaña e Merckx será a equipa espanhola da «Kas» que, embora sem ter um homem de muito relevo nas suas fileiras, conta com todos os elementos em forma e muito compenetrados no triunfo» — observou.

O hóquei português perdeu em Espanha

Em Réus disputou-se o encontro «internacional» de hóquei em patins entre Portugal e a Espanha, que serviu para assinalar a despedida de Juan Sabater, ««capitão» da selecção do país vizinho. Ao intervalo, já a turma portuguesa perdia por 4-1, não conseguindo impôr a sua capacidade actual. O resultado final, de 4-3, aceita-se plenamente, dada a forma superior como os espanhóis actuaram, no decorrer da primeira parte. Livramento e Cristiano (2) marcaram os golos da nossa equipa, enquanto que Vilallonga e Villacorta (3) alcançavam os tentos da Espanha.

Sob a arbitragem do suiço Theiler as turmas alinharam:

PORTUGAL — Ramalhete, Rendeiro, Garrancho, Casimiro, Livramento, Cristiano, Jorge Vicente e Chana.

ESPANHA — Garcia, Edo, Pont, Villa, Vilallonga, Villacorta, Chiercoles, Nogué, Sabater e Trufols.

A partida assinalou (igualmente) a inauguração do Palácio Polidesportivo de Réus, com capacidade para 3.500 espectadores.

TRANSUL

HORÁRIO DA CARREIRA N.º 39

Almada-Lisboa (Praça de Espanha)

EM VIGOR A PARTIR DE 1/5/73

Partidas de Almada			Partidas de Lisboa (P. Espanha)		
0.15 b)	11.45	18.00 a)	0.45 b)	12.15	18.30 a)
7.15 a)	12.15 a)	18.15 a)	7.45 a)	12.45 a)	18.45 a)
7.30 a)	12.45	18.30 a)	8.00 a)	13.15	19.00 a)
7.45	13.15 a)	18.45	8.15	13.45 a)	19.15
8.00 a)	13.45	19.00 a)	8.30 a)	14.15	19.30 a)
8.15 a)	14.15 a)	19.15 a)	8.45 a)	14.45 a)	19.45 a)
8.30 a)	14.45	19.30 a)	9.00 a)	15.15	20.00 a)
8.45	15.15 a)	19.45	9.15	15.45 a)	20.15
9.00 a)	15.45	20.00 a)	9.30 a)	16.15	20.30 a)
9.15 a)	16.15 a)	20.15 a)	9.45 a)	16.45 a)	20.45 a)
9.45	16.45	20.45	10.15	17.15	21.15
10.15 a)	17.15 a)	21.15 a)	10.45 a)	17.45 a)	21.45 a)
10.45	17.30 a)	—	11.15	18.00 a)	—
11.15 a)	17.45	—	11.45 a)	18.15	—

a) - Não se efectuam aos domingos e feriados nacionais equiparados.

b) - Só se efectuam às 2.as - feiras e dias seguintes a feriados nacionais equiparados.

A quem deve servir o treinador?

Toda a gente sabe que na nossa terra, em matéria de futebol, os chamados clubes grandes costumam entregar toda a responsabilidade da sua equipa principal, ao técnico que para tanto é pago a peso de oiro. Deste modo, ninguém interfere no seu raio de acção, nem ninguém lhe vai pedir explicações desta ou daquela preferência.

Deste princípio, já alguns clubes tiraram algumas proveitosas experiências, como sendo o caso de Ronnie Allen que decidiu, só por si, afastar o massagista Manuel Marques de junto dos jogadores mais significativos do clube de Alvalade.

No que diz respeito ao Benfica, Hagan costuma jogar muito nas simpatias pessoais, recalcando penosa e demoradamente com todo aquele que lhe sorri condescendente, ou que não lhe faz a vontade totalmente. Hagan (todos o sabem) é um teimoso por excelência, tendo já por diversas vezes feito asneiras que a todos espanta... menos a ele.

Poderíamos falar dos casos de Toni (a época passada) de Artur Jorge (já este ano) ou de Matine. Todos, exemplos que estão na boa lembrança de todos, porquanto (quando isso for necessário), saltaram do banco dos suplentes para a equipa representativa do país.

No último domingo, não foram poucos os que estranharam a ausência de Toni no meio campo do clube já campeão: tanto mais que o excelente médio não estava lesionado, ao contrário do que acontecia com o seu substituto (Jaime Graça) que vinha de uma longa e penosa convalescença.

Não queremos de modo algum afiançar que Hagan tenha preterido Toni em favor de Jaime Graça, por mera simpatia pessoal: o que pretendemos é dar o alerta para o que está a acontecer muito amiudadamente com os clubes grandes, que entregaram aos seus técnicos toda a responsabilidade do sector que empresta ao clube toda a sua grandeza e projecção. Mas, pelos antecedentes, tudo leva a crer que Toni tenha caído novamente na desgraça de Hagan. Por não se ter esforçado contra o União de Tomar? Mas nesse jogo, houve quem jogasse bem pior do que ele... (vidé classificação «Somelos Helanca», em «A Bola» de 16 do corrente.

É por isso que a pergunta cabe aqui: afinal, a quem servem os treinadores com todos os poderes? Os clubes (ou as massas associativas que os sustentam) ou as suas simpatias ou melindres pessoais?

No caso de Toni, julgamos que o caso tenha ficado encerrado numa única semana: porque o jogador, desta feita, tem uma «sorte» dos diabos. A sorte de estar à porta o Bulgária-Portugal, desafio onde a presença de Toni é imprescindível.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

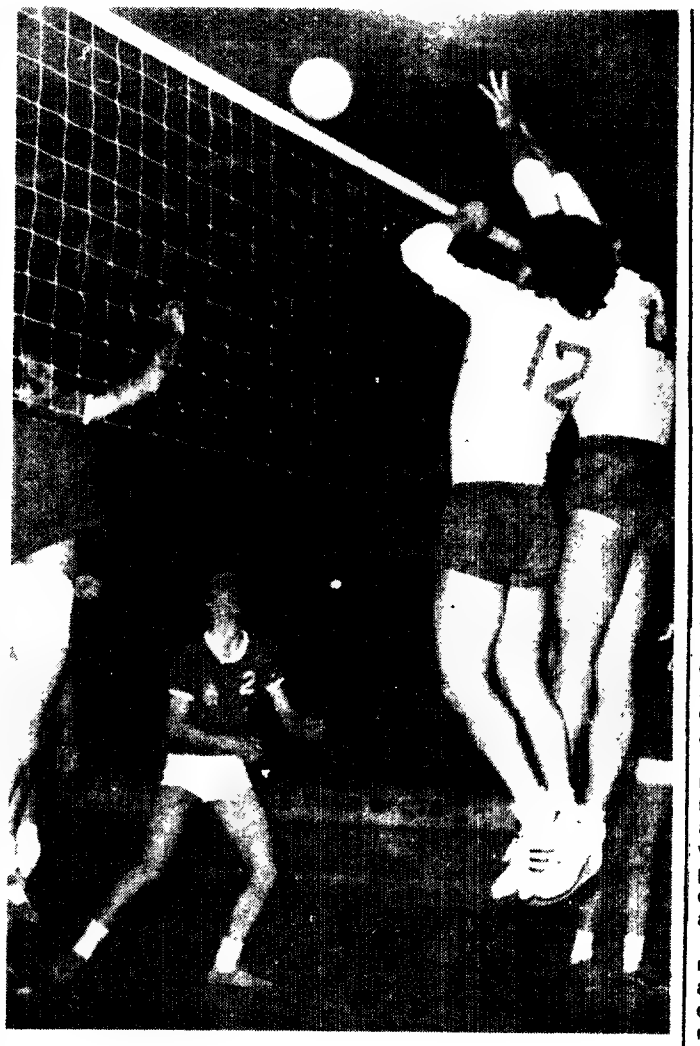
DIRECÇÃO-GERAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Admissão de Pessoal

Conforme aviso publicado no «Diário do Governo», 2.ª série, de 20 de Abril de 1973, está aberto concurso para terceiros-oficiais desta Direcção-Geral entre indivíduos dos dois sexos, de idade não inferior a 20 anos nem superior a 35 anos, que possuam pelo menos o 2.º ciclo liceal ou habilitação equivalente.

Os interessados deverão apresentar o seu requerimento, que poderá ser feito em impresso próprio a fornecer pela Repartição do Expediente desta Direcção-Geral, o qual será acompanhado do certificado de habilitações.

Para mais informações dirigir-se à citada Repartição, na Rua da Alfândega.



O voleibol vestiu a "camisola das quinas"

No Porto, em Braga e em Barcelos disputaram-se, no último fim-de-semana, três encontros «internacionais» de voleibol, entre as selecções de Portugal e do Luxemburgo. Tanto na categoria de seniores (2 jogos) como na de juniores, a supremacia dos nossos jogadores foi evidente e o resultado final de 3-0, em cada uma das partidas, diz bem da ausência de réplica por parte dos visitantes. Ausência de réplica, claro, a ponto de se considerarem benéficos estes contactos. Estamos em crer, que só a realização de jogos com equipas de países onde o voleibol atinge nível superior ao nosso, poderá levar a modalidade à fase de progresso por que tanto se esforça a Federação Portuguesa. De qualquer modo, porém, esta série de jogos com os luxemburgueses (de que apresentamos uma imagem com o «bloco» português em situação de aparente vantagem) pode muito bem ter consituído o início das «grandes coisas» por que esperam os quase desiludidos voleibolistas do país.

SOBRE FUTEBOL

AS SELECÇÕES EM ESTÁGIO

As selecções de futebol, das categorias, de «Esperanças» e AA, reunidas por José Augusto, ultimam a sua preparação sob o signo da chuva. A escassos seis dias dos jogos com a Búgaria (o grupo A em Sofia, a contar para a eliminatória do campeonato do Mundo; as «Esperanças» no Porto), a chuva impediu a realização de dois treinos individuais, obrigando o seleccionador a mudar um pouco o plano de preparação e a substituir o treino individual por «footing» e exercícios de manutenção de «forma».

Para a tarde de hoje, no Estádio Nacional (a partir das 16 horas) está marcado um treino de conjunto entre os seleccionados dos dois grupos, dependendo no entanto a sua realização do ambiente circunstancial que podia motivar alguma alteração de última hora.

De qualquer modo, o treino mais importante é o do próximo domingo de manhã, quando as «Esperanças» já tiverem voado para o Porto e o grupo principal defrontar uma equipa dos arredores de Lisboa, no apronto definitivo.

A base continua a ser logicamente a equipa do Benfica, agora com a vantagem de Toni e Humberto já haverem recuperado das lesões que os impediram de actuar em Coventry, contra a Irlanda.

Aos jogadores campeões nacionais devem juntar-se um ao outro do Vitória (estão concentrados Rebelo, José Mendes e Jacinto João), o portista Pavão, e Alhinho ou Quaresma.

No Hotel Praia-Mar (em Carcavelos) estão reunidos, para a selecção A: José Henrique e Damas (guarda-redes); Rebelo, Artur, Humberto, Alhinho, José Mendes e Adolfo (defesas); Toni, Quaresma, Simões e Pavão (médios); Nené, Eusébio, Artur Jorge, Jacinto João e Abel (avançados). Logo, são 17 jogadores, tendo ainda José Augusto prevenido outros cinco (Conhé, Murça, Freitas, Chico e Dinis) para qualquer eventualidade e para que não tenha depois de andar à procura de elementos, como aconteceu antes do jogo com a Irlanda.

A selecção parte na 2.ª feira para Sófia, para jogar na quarta.

Quanto às «Esperanças», que partem amanhã para Ofir, onde estagiam até ao jogo das Antas, estão concentrados: Conhé e Tibi (guarda-redes); Rodolfo, Pietra, Barros, Esmoriz e Laranjeira (defesas); Vítor Martins, Matine, Vítor Pereira e Vala (médios) e Jordão, Chico, Manuel Fernandes e Vítor Manuel (avançados).

Peres Bandeira, técnico do grupo com «menos de 23 anos», pensa fazer um treino de conjunto, com o F. C. do Porto, domingo, nas Antas.

O GUIMARÃES NO LUXEMBURGO

Pelas 20 horas de hoje, o Vitória de Guimarães efectua o seu primeiro jogo da digressão que empreendeu por Luxemburgo e França, defrontando o Avenir Beggen, da 1.ª divisão luxemburguesa. Depois de amanhã, os minhotos jogam em Saint Maur, na França, (contra uma selecção de jogadores portugueses) e no dia 1 de Maio em Orleans (contra Gourges, da 2.ª divisão francesa).

Seguiram viagem os direigentes Belminro Jordão, Damião Silva e Hermes Pereira, o médico dr. Macedo Antunes, o massagista José Ribeiro, o treinador Mário Wilson e os jogadores Rodrigues, Costeado, Manafá, José Carlos, Osvaldinho, Ernesto, Custório Pinto, Silva, Romeo, Tito, Ibraim, José Maria, Artur, Romão, Rodrigo e Nino.

Entretanto, notícia-se que o Vitória de Guimarães faz segunda digressão no mês de Junho, mas desta feita para jogar cinco ou sete jogos nos E.U.A.

TORNEIO DE CANNES

Os organizadores do torneio internacional de juniores de Cannes decidiram convidar, a partir do próximo ano, oito selecções nacionais. Até agora a inscrição neste torneio era aberta a 4 equipas de clubes e a 4 selecções nacionais.

OS «BONS» DIRIGENTES

Tiros, pancadaria, gases e destruições foi o resultado de uma reunião da direcção do clube de futebol argentino Boca Juniores, sem que no entanto tivesse havido vítimas.

A reunião começou em bons termos. O presidente do clube (Alberto Armando) tomou a palavra e depois de algumas considerações preminares leu a lista da nova direcção para 1973. Como se previa, o segundo vice-presidente (Manuel Zappini) foi relegado para sexto vogal. Aqui acabaram as boas maneiras e começou a violência. Os partidários dos dois dirigentes envolveram-se em desordem, partiram mobiliário e até se ouviram alguns tiros, que não se sabe se foram disparados do interior ou do exterior da sala...

O incidente só acabou 20 minutos depois com a intervenção da Polícia, que teve de utilizar gás lacrimogéneo para impor a ordem. No final, a sala tinha o aspecto de um campo de batalha.

CAMPEONATO DO RIO DE JANEIRO

Foram disputados dois encontros da nova jornada do campeonato de futebol do Rio de Janeiro, com os seguintes resultados: Vasco da Gama-Bangu, 1-0 e Fluminense-Portuguesa, 2-0.

Depois desta jornada, a classificação dos cinco primeiros é a seguinte: Vasco da Gama e Flamengo, 16 pontos de nove jogos; América, 14/9; Botafogo, 12/8; Fluminense, 11/9 e Olaria, 10/9.

NA VENEZUELA

As equipas de futebol profissional da Portuguesa e do Anzoategui empataram a zero golos, em partida correspondente à «Taça da Venezuela».

Depois deste encontro, é a seguinte a classificação geral (todas as equipas disputaram onze jogos): Portuguesa, 15 pontos; Estudiantes de Merida, 13; U. D. Canárias, 13; Desportivo Galícia, 12; Aragua, 11; Anzoateguia, 9; Desportivo Itália, 7.

TORNEIOS EUROPEUS

As datas e os locais das finais das provas europeias de futebol desta época estão indicados. Taças dos Campeões, a 31 de Maio, em Belgrado: Ajax de Amsterdão (actual campeão) contra o Juventus, da Itália.

Taça dos vencedores das taças a 16 de Maio, em Salónica: Leeds United (da Inglaterra) contra o A. C. Milan (da Itália).

Taça da UEFA a final é disputada em duas mãos, nos dias 9 e 23 de Maio): Liverpool (da Inglaterra) contra Borussia Moenchegladrach (da Alemanha Ocidental).

AMÉRICA DO SUL

Num encontro internacional de futebol disputado em Guayaquil, as selecções do Equador e do Chile empataram a uma bola. Ao intervalo os chilenos venciam por 1-0.

MENISCO

Faro, defesa-central do Recreativo do Caála, vai ser operado ao menisco pelo dr. Silva Rocha, médico de «Os Belenenses» e da Selecção Nacional.

BRASIL EM ANGOLA?

E muito provável que a selecção de São Paulo de «Esperanças» jogue em Luanda nos últimos dias de Maio . revela o matutino «A Província de Angola». O mesmo jornal acrescenta que esteve em Luanda o empresário brasileiro Samuel Ratinof, responsável pela digressão que aquele seleccionado anda a fazer pelo continente africano, e que ali tratou com o empresário Lopes da Costa das possibilidades da exibição em Luanda.

NOTÍCIAS E FACTOS

BASQUETEBOL: As equipas de oito países (Alemanha, Bélgica, Finlândia, Grécia, Hungria, Inglaterra, Turquia e Portugal) começarão, em 6 de Maio, a disputar, numa cidade austríaca, o Campeonato da Europa de seniores da Classe B. A turma nacional estreia-se no primeiro dia da competição, defrontando a Hungria

TAÇA DE PORTUGAL: Realizam-se amanhã os jogos correspondentes à Zona Sul do torneio, organizado pela Federação Portuguesa da Basquetebol. São eles: Académica de Santarém-Académica da Amadora, Internacional-Ateneu, Barreirense-Luso, C. D. Vitória de Setúbal, Cruz de Abradense-Moscavide, Universitário-Educação Física, Belenenses Algés e Técnico-Montijo.

ESGRIMA: Já está na Alemanha a equipa do C.D.U.L. que hoje começa a disputar a «Taça dos Campeões Europeus». A competição termina no domingo.

TALAÍDE: O Grupo Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde resolveu considerar como «Dia do Clube» o próximo jogo com o União Povoense, a disputar no dia 6 de Maio.

CICLISMO: A 36.ª Volta a Portugal em Bicicleta começará em 5 de Agosto (domingo) com um contra-relógio no Estádio de Alvalade No mesmo local se encerrará a grande prova, no dia 19 de Agosto após uma etapa disputada (também em contra-relógio) entre Sintra e Lisboa

HIPISMO: Começa amanhã a disputar-se no hipódromo do Campo Grande o Concurso Nacional de Saltos e Obstáculos que se prolongará até ao dia 6 de Maio.

GINÁSTICA: Realiza-se no proximo domingo, pelas 9.30 horas, no Pavilhão Gimnodesportivo de Cascais, a «Taça de Portugal» destinada a atletas de todas as categorias (juvenis, juniores e seniores) masculinos e femininos. Estão inscritos 72 ginastas em representação de dez clubes.

ATLETISMO: Amanhã e no domingo terão lugar na pista do Estádio Nacional, as 3.ª e 4.ª jornadas dos Campeonatos de Lisboa. Simultâneamente, disputar-se-á a primeira jornada dos Campeonatos Nacionais de Juvenis (masculinos e femininos). As provas de sábado iniciar-se-ão às 16.45 horas e as de domingo pelas 9.30

RÂGUEBI: Recomeça no domingo o Campeonato Nacional da I Divisão com a partida Benfica-Técnico, marcada para as 15.30 horas no campo do Palmense.

BILHAR: Jorge Pinto, em representação do Benfica, venceu o Campeonato de Lisboa de primeiras categorias a uma tabela, que se realizou na sede da Associação Lisbonense dos Amadores de Bilhar

MADEIRA: O Clube Internacional de Bridge leva a efeito nos dias 4, 5 e 6 de Maio, o IV Enncontro daquela modalidade. O primeiro prémio é constituído por uma viagem a Valden (Austria) para participação num festival internacional.

BRASIL: Em São Paulo, realiza-se de 1 a 5 de Maio o sétimo Torneio Internacional dos Campeões, em basquetebol, no qual participam o Ignis Varese da Itália, o Yugoplastica, da Jugoslávia, o Marathon Oil, campeão dos Estados Unidos, o Sírio, de São Paulo e o Baniamon, de Porto Rico.

XADREZ: João Cordovil irá a Lourenço Marques para tomar parte num torneio, patrocinado por um estabelecimento bancário local.

Outros mestres europeus americanos e sul-africanos estarão igualmente nesse torneio que se realiza em Outubro proximo

EDUCAÇÃO NACIONAL: a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, concedeu já, para o corrente ano, através da Direcção-Geral da Educação Física e Desportos e do Fundo de Fomento do Desporto, os seguintes subsídios destinados ao desporto federado: Rendas de casa e administração das sedes de federações e de associações regionais, 2774 contos; actividades normais de Federações. Associações regionais e arbitragem 5429; actividades **extraordinárias** de Federaçãões. Associações regionais e clubes 918; Intercâmbio com o Ultramar (Federações), 695; Actividade internacional (subsídios extraordinários) de federações e clubes, 982; Soma: 10 799 contos

«RECORD»: Um desportista da Nova Gales do Sul proclamou ter batido um novo «máximo» mundial de resistência ao jogar continuamente ténis de mesa durante 70 horas. Alan Nock, um jogador de râguebi de Queanbeyan, perto de Camberra, jogou sem interrupção (à parte intervalos para descansar de hora a hora) e afirmou ter batido por duas horas o anterior «record» do mundo. Nock, que angariou 700 dólares (cerca de 26 contos) para obras de beneficência e derrotou a maior parte dos adversários, não continuou a jogar, decorrido aquele tempo, por causa de uma lesão num ombro.

TEM PRÉDIO?
TEM CARRO?
ENTÃO TEM DINHEIRO
CONSULTE-OS A
ORCOSI
Tels. 367444/323172
Rua 1.º de Dezembro, 45

PAPELARIA FERROS

Com um vasto sortido de artigos de escritório, livros de escrita e agendas de vários modelos, a conhecida PAPELARIA FERROS vem de há muitos anos servindo com eficiência a sua numerosa clientela. Antes de renovar os livros da sua escrita consulte a Papelaria Ferros — Rua de S. Julião, 64-66.

FUNDOS DE ESTADO

	Efect.	Compra	Venda
Cons 2 3/4 %	463$	463$	–
Cons 3 %	512$	512$	–
Cons 3 1/2	–	593$	–
Centenários	1 329$	1.329$	–
Tes 5 % 57	1.005$	–	1.005$
Tes 5 % 59	–	1.005$	–
Exter 1ª s	.	639$	–
Extern 1ª c		641$	–
Extern 3ª s		710$	–
Extern 3ª c		–	–
Caut 3ª s			–

FUNDOS PÚBLICOS

	Efect.	Compra	Venda
A Lx 6 %		920$	
C M L 5 3/4 %		1.000$	1.030$
C P 5,5 % 67			930$
C P 5,5 % 68	–	912$	–
C P 5,5 % 69	–	–	–
Corr 5 3/4 %	–	–	930$
Metr 5 3/4 %	–	–	990$
Tur 5 3/4	–	–	1 020$
C P 63/4	–	1.030$	–

ELECTRICAS

	Efect.	Compra	Venda
G 5% 58	–	800$	–
G 5% 59	800$	790$	810$
G. 5% 62	–	–	–
G. 5% 63	–	–	–
G. 5% 64	–	–	–
G. 5% 65	–	–	–
G. 6% 67	–	960$	–
G. 6% 69	–	960$	–
G. 7%	1.035$	1.035$	–
H E A A. 5%	–	805$	–
H. E. C. 5%	–	–	–
H. E. C. 6%	–	–	940$
H. E. D. 5%	750$	750$	–
H. E. D. 6%	940$	–	940$
H. E. N. P. 5%	–	–	–
H. E S. E. 5%	–	950$	–
H. E S. E. 6%	–	–	940$
H. E Z. 5% 57	–	–	–
H. E Zêz 6%	–	–	–
N. Elec 5%	–	755$	–
N. Elec. 6%	–	–	–
Termoel. 5%	–	–	750$
U. E. P. 5% 60	–	–	–
U. E. P 5% 63	–	–	–
U E. P 6%	–	–	940$
U. E P. 7%	–	–	1.000$

DIVERSAS

	Efect.	Compra	Venda
A P T 5 % 56	–	–	–
A P T 5 % 58	–	–	–
Lisnave 6 %	–	–	–
Nitratos 60	–	–	–
Pet 2ª e 3ª %	–	–	–
Sacor 7 %	1.040$	1.035$	–
Sacor 5 % 54	–	–	–
Sacor 5 % 60	–	–	880$
Sid 5 % 2ª	–	–	–
Sid 5 % 3ª		–	710$
Sid 5 % 4ª		–	–
Socel 5 %		–	–
U Fabril 67	–		920$
U Fabril 68	927$	925$	930$

ULTRAMARINAS

	Efect.	Compra	Venda
Carbonil 5 %	–	–	–
Rev 5 % 57		–	–
Rev 5 % 59/60	–		
Moçamb 5 %	–	–	600$
Sonefe 5 %	–	820$	

ACÇÕES

De Bancos

	Efect.	Compra	Venda
Agricultura	7.000$	–	7.000$
Algarve	4.000$	4.000$	–
Alentejo	3.750$	3.700$	3.800$
Angola	7.000$	–	7.000$
Borges & Irmão	10.550$	10.500$	10.550$
Crédito Predial	6.500$	6.450$	6.500$
Espírito Santo	17.000$	16.900$	17.000$
Fomento	6.600$	6.500$	6.600$
F.&Burnay	81.000$	–	82.000$
Intercontinental Português	30.700$	–	30.700$
N.Ultramarino-m.	8.600$	8.500$	8.700$
N.Ultramarino-c.	12.000$	12.000$	–
Pinto&SottoMayor	–	19.000$	19.200$
Portugal-n.	6.000$	6.000$	–
Portugal-p.	–	–	10.000$
P. Atlântico	18.000$	17.500$	18.400$
Totta&Açores	11.500$	11.400$	11.600$

Banco Borges e Irmão
Indice da cotação das acções (Base: Dez. 65=100)

	18-4-73	23-4-73	25-4-73
GERAL	329,6	333,9	**377,1**
METROPOL	343,8	348,0	**395,1**
ULTRAM	225,6	230,9	**245,3**

De Seguros

	Efect.	Compra	Venda
Alentejo	–	–	
Bonança	–	–	
Império	–	–	–
Mundial	–	–	–
Soberana	–	–	–
Tranquilidade			–

Eléctricas

	Efect.	Compra	Venda
C P E p	1 300$	1.270$	1 310$
C P E n			1 250$
E Beiras	1 900$	1 900$	
G Elec c	400$	390$	400$
H E A A	210$	–	210$
H E N P	–	–	–
H E S E	–		1.780$
U E P		–	–

Ultramarinas

	Efect.	Compra	Venda
Ag Cassequel	–	–	–
Ag Incomati	–	–	–
Ag S T e P	–	–	–
Aç Angola	–	–	–
Alg Angola	–	–	–
Ang Agric	–	–	–
Boror	–	–	–
Boror Com	–	–	–
Buzi	–	–	–
Cabinda	–	–	–
Com Lobito	–	–	–
D A T 100	–	–	–
H E Revué	–	–	–
I do Princ	–	–	–
Moçambique	–	–	–
Sonefe n	–	–	–
Sonefe p	–	–	–
Zambézia	–	–	–

Diversas

	Efect.	Compra	Venda
Ag.Lx.-ant.	–	–	–
Ag.Lx.—34	1.000$	950$	1.000$
Ag.Lx.—36	–	–	–
Cel.Guadiana	5.400$	–	5.400$
C.Leiria-p.	29.300$	29.300$	–
C.Tejo-p.	58.000$	57.500$	58.000$
F. Ramada	1.960$	1.960$	–
Fornos Eléctricos	550$	550$	600$
P.Celulose	7.800$	–	8.000$
Siderurgia-p.	12.000$	11.800$	12.100$
Siderurgia-n.	6.000$	6.000$	–
Socel	5.800$	–	5.800$
Cidla	–	–	–
C.U.F.	–	–	–
Intar	–	–	–
Nitratos	–	–	–
Petroquímica	–	–	–
Sacor	–	–	–
Tab.Portugal	–	–	–
Tabaqueira	–	–	–
U.F.Azoto	–	–	–
Empor	–	–	–
Ind. Aliança	–	–	–
I. P Colónias	–	–	–
Nacional Navegação	–	–	–
Navegação(Col)	–	–	–
P Pesca	–	–	–
Matur	5.450$	5.450$	–
R Marconi	3 950$	3.950$	4.000$
T.A P	1.870$	1.870$	
Compal	–	–	–
Salvor	–	–	–
Penina	–	–	–
Grão-Pará	–	–	–
Lisnave			–

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

	Efect.	Compra	Venda
Atlântico			
F. I. D. E. S.		246$6	254$

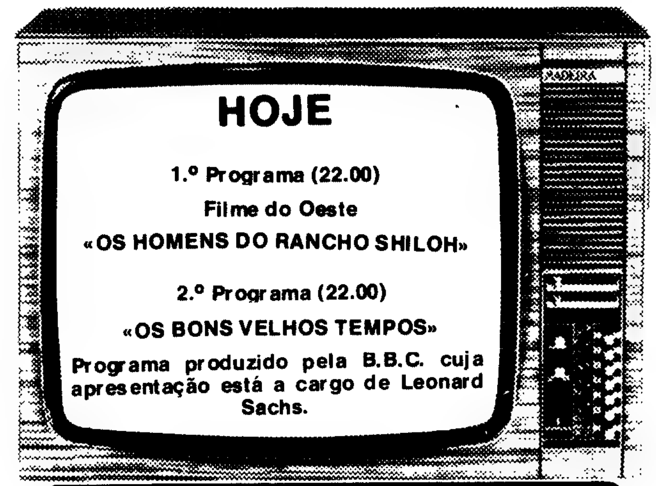
COTAÇÕES

PAÍSES		COMPRAS	VENDAS
Africa do Sul	Rands	30$00	33$00
Alemanha	Marco	8$80	9$10
América			
Dollars de 1 a 2		24$50	25$30
Dollars de 5 a 20		24$80	25$60
Dollars de 50 a 1000		25$10	25$90
Argentina	Peso Novo	—$—	—$—
Austria	Schiling	1$22	1$28
Bélgica	Franco	$62,5	$65,5
Brasil	Cruzeiro	3$60	4$40
Canadá	Dólar	24$70	25$50
Dinamarca	Coroa	4$00	4$30
Espanha	Peseta	$43	$455
França	Franco	5$40	5$70
Holanda	Florim	8$50	8$80
Inglaterra	Libra	63$00	66$00
Itália	Lira	$041	$045
Marrocos	Dhran	—$—	—$—
Noruega	Coroa	4$15	4$45
Suécia	Coroa	5$45	5$80
Suiça	Franco	7$70	8$05
Ouro			
Inglaterra	Libra Isabel	620$00	670$00
Inglaterra	1/2 Libra	620$00	670$00
Ouro fino Barra		71$00	77$00

J. BURNAY, LDª
Notas estrangeiras
Papéis de crédito
RUA DO OURO, 72 TEL. 321273

BANCO DO ALENTEJO
GESTÃO DE CARTEIRAS DE TITULOS
TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS
Praça D. João da Câmara, 18 - Telef. 328045
Rua do Ouro, 52 - Telef. 30309

televisão



MADEIRA ISLAND SIEMENS
O MAIS MODERNO TV COM ECRAN TOTAL

HOJE

1.º Programa

1.º Periodo
- 12.45 Abertura e desenhos animados (Barney)
- 13.00 Feminino Singular
- 13.15 Arnie
- 13.45 Telejornal — 1.ª edição
- 14.00 Conheça o Portugal Desconhecido
- 14.15 Logo à Noite

2.º Periodo
- 14.40 Ciclo Preparatório TV
- 19.00 TV Educativa (Física Moderna)
- 19.30 Telejornal — 2.ª edição
- 19.45 TV Palco
- 20.10 Cartaz TV
- 20.25 Rodin em Lisboa)Exposição)
- 20.55 Cinemateca
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.00 Os Homens de Shiloh
- 23.40 Telejornal — 4.ª edição
- 23.50 Meditação e e fecho.

2.º Programa
- 20.30 Abertura e desenhos animados
- 20.45 Vária
- 21.00 Arnie
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.00 Os Bons Velhos Tempos
- 22.45 Encontro com o mundo (A Batalha de Monte Cassino, em Itália, na última guerra) e fecho.

AMANHÃ

1.º Programa

1.º Periodo
- 12.45 Abertura e desenhos animados (Archie)
- 13.00 O Caso da Semana
- 13.15 A Estranha Aventura
- 13.45 Telejornal — 1.ª edição
- 14.00 Dó, Lá, Si.
- 14.25 Hoje pode ver
- 14.35 TV Educativa (Ginástica Infantil)
- 14.50 O Mundo à Nossa Volta (Alaska)
- 16.30 Daniel Boone
- 17.20 Teledesporto
- 17.45 Programa feminino
- 18.05 As flores a seu mundo
- 18.50 Auditório musical (2.º Concerto, de Rachmaninof, para piano e Orquestra)
- 19.30 Telejornal — 2.ª edição
- 19.40 E a vida continua
- 20.00 Movimento
- 21.00 Se bem me lembro
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.00 Taco-a-Taco
- 00.15 Telejornal — 4.ª edição
- 00.25 Meditação e fecho.

2.º Programa
- 20.30 Abertura e desenhos animados
- 20.45 O Caso da semana
- 21.00 A estranha aventura
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.00 Noite de Cinema (O Denunciante)

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
C V P	56 5342	Aeroporto	71 1397
H de S José	86 0131	C R G E	53 7021
H de S Maria	73 0231	C Aguas	36 1361
P.S.P	36 6141	Combóios	32 6222

tempo

Situação do tempo

09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava geralmente encoberto chovia em quase todo o território excepto em Trás-os-Montes e Algarve e o vento era fraco ou moderado dos quadrantes Sul.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	11º
P. DOURADAS	3º
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	10º
LISBOA	13º
FARO	16º
FUNCHAL	16º

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA Máxima 18,6º

MONTALEGRE Mínima 0,3º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 14,5º
Atmosfera 13,2º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
11.53	3,1 m	5.12	1,5 m
		17.35	1,5 m
Dia 28			
0.11	3,3 m	6.10	1,3 m
12.48	3,3 m	18.31	1,3 m
Dia 29			
1.05	3,5 m	7.00	1,1 m
13.37	3,4 m	19.20	1,1 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente encoberto passando a pouco nublado a partir do começo da noite; períodos de chuva; vento moderado dos quadrantes do Sul fixando-se no Sudoeste.

AMANHÃ

NASCER ÀS 6.43
OCASO ÀS 20.25

DIA 2 DIA 9 DIA 17 Dia 25

rádio

EMISSORA 1. PROGRAMA
- 16.00 Noticiário
- 16.05 Melodias do cinema
- 16.30 Convívio — Programa da Juventude
- 18.05 Rádio escolar — Francês
- 18.30 Programa do serviço de informação publica das forças armadas
- 19.10 Passaporte musical, com Gilbert Becaud
- 19.30 Recordar é viver — por M.ª Natália Bispo
- 20.25 — 25.º Episódio do folhetim «A PASSAGEM»
- 20.45 Transmissão do teatro nacional de S. Carlos, da ópera em 3 actos «Parsifal», de Richard Wagner
- 02.00 Fecho

2.º Programa
- 16.00 Ciclo do Barroco Italiano
- 17.20 Música de Arco
- 17.30 O Compositor do mês: Robert Schumann
- 19.00 Música e músicos portugueses — por Nuno Barreiros
- 20.00 Diário sonoro
- 20.20 Música de arco
- 20.30 O coro de Azurem (Guimarães) sob a direcção do rev. padre Manuel Faria
- 21.00 De tudo um pouco
- 21.30 A palavra e a voz — pelo Rev. Dr. Videira Pires
- 21.45 Ao sabor da fantasia
- 22.00 Música da europa
- 23.00 Emissão em línguas estrangeiras
- 01.15 Fecho

PROGRAMA EM MF 2
- 23.00 de um dia para o outro — por Fernando Correia
- 00.30 Diário Sonoro
- 00.45 Escala na Madrugada — por Pedro Moutinho
- 02.00 Fecho

RÁDIO CLUBE - Onda Média
- 16.00 Noticiário
- 16.04 Programa C. D. C
- 18.02/21.00 Programa «Movimento»
- 21.00/24.00 «Quadrante 2-9-0»
- 21.03 Portugal além da Europa
- 21.15 Música para meditar
- 21.32 Impacto
- 22.30 Quando o telefone toca
- 23.05 Rubrica policial do inspector Varatojo
- 23.19 Tempo de fado
- 23.30 PBX
- 02.00 A noite é nossa
- 06.00 Diário rural
- 07.00 Talismã

MODULAÇÃO DE FREQUENCIA
- 16.00 Noticiário
- 16.04/17.56 «Programa CDC»
- 18.02 O nosso programa
- 19.04 Vértice
- 21.02 Boa Noite em FM
- 22.02 Programa à Gô-Gô
- 00.02 Em órbita-dois
- 01.02 Banda sonora Sonipol
- 02.00 Perspectiva
- 03.00 Fecho.

EMISSOR DE MIRAMAR
- 16.00 Noticiário
- 16.04/17.56 «Programa cdc»
- 17.56/21.00 «Norte-dia-a-dia»
- 21.02/24.00 «Genérico»
- 21.05 Só-Rádio
- 21.35 Vozes da Europa
- 21.45 Mensageiro do Evangelho
- 22.02 O arauto da verdade
- 22.16 Novas de alegria
- 22.30 Variedades
- 23.04 Clube da juventude

RÁDIO RENASCENÇA
- 16.00 Noticiário
- 16.05 Radiorama
- 18.00 Diálogo
- 18.23 Boletim litúrgico
- 18.30 Terço e Benção da Basílica dos Mártires
- 19.00 (Jornal do serviço de noticiários e reportagens do Rádio Renascença)
- 19.30 Página, 1
- 21.05 Meditando
- 21.08 Programa dos Sócios
- 22.00 Quando o telefone toca
- 22.30 Esquema, 13
- 23.05 a 23.ª Hora.

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

RÁDIO GRAÇA
Das 6.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

RÁDIO PENINSULAR
Das 10.00 às 12.00 e das 19.30 às 22.00

CLUBE RADIOFÓNICO DE PORTUGAL
Das 12.00 às 14.30

RÁDIO VOZ DE LISBOA
Das 17.00 às 19.30 e das 22.00 às 2.00

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO J-1

TODA A NOITE

ALCANTARA
Nogueira, Rua de Alcântara, 5-A (tel. 637563)

ALFAMA
Cruz de Malta, Largo do Chafariz de Dentro 36 (Tel. 886126)

ALVALADE
Líbia, Av. da Igreja, 4-B (Tel. 711681), **Celta,** Rua Moura Girão, 3-B (Tel 710621)

AMOREIRAS
Amoreiras, Praça das Águas Livres. 8-B (Tel. 681515)

ARCO DO CEGO
Providência, R. D. Filipa de Vilhena 9-C (Tel. 770324)

AREEIRO
Lusitânia, Av. de Roma, 18-A (Tel. 725443); **Poiés,** Rua Abade de Faria, 22-A (Tel. 721965)

ARROIOS
Magalhães, Av. Almirante Reis. 4-D (Tel. 49479)

BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, Praça das Casas Novas, Lote 66 (Tel. 310172)

BAIXA
Formosinho, Praça dos Restauradores, 18 (Tel. 30927)

BELÉM
Botânica, Rua da Junqueira 38 (Tel. 638132)

BENFICA
Macedo, Estrada do Poço, 69-C (Tel. 703697); **Canto,** Estrada das Laranjeiras, 202-B (Tel. 780841)

CAMPOLIDE
Nova, Rua de Campolide, 297 (Tel. 687475); **Ronil** R. Rodrigo da Fonseca, 153 (Tel. 683438)

CONDE BARÃO
Açoreana, Largo do Conde Barão 2 (Tel. 631330)

ESTEFÂNIA
Délio, Rua Açores, 32 (Tel. 52388)

LUMIAR
Patoleia Herdeiros, Rua do Lumiar, 122-124.(Tel. 790332)

PEDROUÇOS
Higilux, Rua de Pedrouços, 50-52. (Tel. 610280)

PENHA DE FRANÇA
Europa, Av. General Roçadas, 27-A (Tel. 843880; **Higiénica,** Rua Heliodoro Salgado 20-A (Tel. 844361)

S. SEBASTIÃO
Berna, Av. de Berna, 44-A (Tel. 773568; **Oliveira Viegas,** Rua Viriato, 29-A: (Tel. 48966 e 553601)

TURNO J-2
ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Mendes Gomes, Calçada da Ajuda 222 (Tel. 638256); **Tapada,** Calçada da Tapada 83-A (Tel. 634721)

ALTO DE S. JOÃO
Dalton, Avenida Mouzinho de Albuquerque à (Praça Paiva Couceiro) 7-A (Tel. 843571)

ANJOS
Antolin, Av. Almirante Reis, 88-B (Tel. 821773)

AREEIRO
Marbel, Av. de Roma, 131-A (Tel. 776235); **Chinde,** Rua Agostinho Lourenço, 6-B (Tel. 710331)

BAIRRO ALTO
Gonçalves, Rua da Rosa, 176 (Tel. 362687)

BAIRRO DA LIBERDADE
Zenel, Rua A, 182, (Tel. 651840)

BAIXA
Normal, Rua da Prata, 220 (Tel. 321342-325553)

BENFICA
Benfiluz, Estrada de Benfica, 444-A (Tel. 782606)

CAMPO DE OURIQUE
Findor, Rua Maria Pia, 514 (Tel. 687949)

CAMPO DE SANTANA
Peninsular, Campo dos Mártires da Pátria, 117 (Tel. 553308)

CASTELO
Santa Luzia, Rua da Saudade, 2-B (Tel. 869831)

ESTRADA DA DAMAIA
Progresso, Estrada da Damaia, 64-C (Tel 702226)

ESTRELA
Neves, Rua da Bela Vista 35 (Tel. 661251)

LUMIAR
Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93-A (Tel. 991131)

MADRE DE DEUS
Madre de Deus, Rua da Margem, 15-B (ao Bairro do Grilo) (Tel. 382470)

OLIVAIS
Simão, Rua Cidade de Cabinda, 16-A (junto à piscina) (Tel. 810581)

PENHA DE FRANÇA
Zema, Rua General Justino Padrel. 21 (à Calçada dos Barbadinhos) (Tel. 832580)

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Pichelei-ra, 140-B (Tel. 720703-728395)

S. BENTO
Micael, Rua de S. Bento, 380 (Tel. 662162)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sá da Bandeira, Rua Marquês Sá da Bandeira, 36-42 (Tel. 41961 è 54672)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nito Av. Comb. G. Guerra, 64 (Tel. 212070)

CAXIAS
Nova Rua Bernardim Ribeiro, 1-A (Tel. 242839)

PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva Av. Patrão Lopes, 4 (Tel. 2432039)

OEIRAS
Alcântara Guerreiro P. Resid. dr. Augusto de Castro Lote 10 (Tel. 2430691)

PAREDE
Grincho Av. da República, 87 (Tel. 2471204)

S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro (Tel. 263052)

MONTE ESTORIL
Lopes R. Hangar, 3 (Tel. 260008)

CASCAIS
Marginal Av. Marginal (Tel. 280078); **A. Costa** R. Freitas Reis, 24-C (Tel. 290214)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo P. D. João I Lote 146 (Tel. 932756); **Central** Av. Cardoso Lopes, 25 (Tel. 932210); **Igreja** P. da Igreja, 22-A (Tel. 937740); **Jardim** Av. Conde de Oeiras, Loja X-1 Reboleira (Tel. 938424)

DAMAIA
D. João V Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 970461)

VENDA NOVA
Nova R. Elias Garcia, 10 (Tel. 972530)

QUELUZ
Gil Av. Miguel Bombarda, 28 (Tel. 950117); **Simões Lopes** Av. Elias Garcia, 51 (Tel. 950123)

CACÉM
Araújo e Sá

MEM MARTINS
Química Est. de Mem Martins, 285 (Tel. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Tel. 960456)

SINTRA
Marrazes L. Afonso Albuquerque (Tel. 980058)

COLARES
Colares Abreja (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100)

ALHOS VEDROS
Gusmão R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 224020)

ALMADA
Galeno R. Capitão Leitão, 65-B (Tel. 2760565)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança Est. Nacional, 174 (Tel. 224302)

BARREIRO
Santa Marta R. dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (Tel. 2072141)

COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues L. 5 de Outubro, 62 (Tel. 270121)

MOITA
Silva Rocha P. da República, 16 (Tel. 239029)

MONTIJO
Montepio R. Almirante Reis, 93 (Tel. 230035)

SESIMBRA
Leão Av. Salazar (Tel. 229471)

SETÚBAL
Rosado Pinto P. do Bocage (Tel. 22484); **Nova** R. General Gomes Freire (Tel. 22052)

SEIXAL
Godinho L. da Igreja, 51 Tel. 2218580

PORTO

1.º TURNO

SUB-TURNO A

Alves da Silva, Av. da Boavista, 1016. **Azevedo (de),** Rua do Meiral, 503. **Gomes Ferreira,** Rua Faria Guimarães, 449. **Nau Victória,** Rua Nau Victória, 723. **Ordem da Trindade,** Rua Her. e Márt. Angola, s/n. **Terreiro,** Rua da Reboleira, 21

SUB-TURNO B

Antas (das), Av. Fernão de Magalhães, 1076. **Ant. Porta do Olival,** C. Mártires da Pátria, 122. **Falcão,** Rua de Santo Ildefonso, 61. **Ferreira,** Praça D. Afonso V, 55-B. **Lousada,** Largo do Campo Lindo, 62

COIMBRA

TURNO G

Rodrigues da Silva, R. Ferreira Borges, 32 (Tel. 24348) **S. José** Arcos do Jardim (Tel. 24697)

LEIA
motor

cinemas

CINEMA CASTIL (Tel. 530194)
15.00-17.00-19 00-21.45
(Grupo C - 14 anos)
Colorido «OS CLOWNS» de Fellini (Estacionamento Parque Castil)

MONUMENTAL (Tel. 555131)
15.15 e 21.30
(Grupo D - 18 anos)
«GETAWAY» (Tiro de escape) Steve Mcqueen, Ali MacGraw - um filme de Sam Pechinplan - Color

SATÉLITE (Tel. 555131)
15.30 - 18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos) 3.ª semana
Um filme de António Pedro Vasconcelos «PERDIDO POR CEM...» com José Cunha Marta Leitão, Ana Maria Lucas e Nuno Martins. Hoje e amanhã às 00.15 h. «PERDIDO POR CEM»

APOLO 70 (Tel. 763319)
15.15-18.30 e 21.45
(Grupo B-10 anos). 4.ª Semana. Technicolor. Jerry Lewis «O HOMEM DAS MULHERES». Hoje às 24.00 horas o riso da meia-noite (Grupo D-18 anos) «DAVEY, O FOLGAZÃO» de John Huston.

MUNDIAL (Tel. 538743)
18.30 e 21.45 2.ª Semana
(M. 18 anos). Michael Reardon, Isa Miranda e Barbara Bouchet num insólito e empolgante espectáculo! «NOVA YORQUE CLANDESTINA». Um filme em Technicolor de Pietro Zuffi. (Metro: Estação Picoas).

AVIZ (Tel. 47163)
15.30 e 21.45
4.ª Semana. Grupo B-10 anos) «CONTINUARAM A CHAMAR-ME RINITÁ. Terence Hill e Bud Spencer.

RESTELO (Tel. 610375)
21.30
(Grupo D-18 anos)
8.ª Semana «DESEJO DE AMAR»

VOX
15.15, 18.30 e 21.45
3.ª semana. (Grupo D 18 anos). Eastmancolor. Um filme de Claude Chabrol. «A CASA DOS DESEJOS». Jean Paul Belmond, Mia Farrow.

CINEMA LONDRES (Telef. 731313)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
5.ª Semana. (Grupo D-18 anos). Colorido. As seduções libertinas e o amor conjugal o filme de Eric Rohmer «AMOR ÀS 3 DA TARDE». (Snak-bar, Pub Flag. O melhor encontro gastronómico. Hoje à meia-noite e quinze (Grupo D 18 anos) «O GRIS TO» c/Alida Vallix, Steve Cochran

EUROPA (Tel. 661016)
21.30
(Grupo D-18 anos)
4.ª Semana. Eastmancolor. Realização de Terence Young «O CASOM VALACHI» com Charles Bronson e Lino Ventura. Às 15.15 «O ASSASSINO DE TROTSKY» (Grupo D-18 anos) Tardes infantis. (Grupo A-6 anos) Sábado e domingo às 18.15. Os maiores cómicos de todos os tempos Bucha e Estica em «APURADOS PARA O SERVIÇO»

IMPERIO (Tel. 555134/5)
15.15 e 21.30
(Grupo B 10 anos) 12.ª semana
William Holden - Alec Guinness em «A PONTE DO RIO KWAY» um filme de David Lean. Technicolor - Cinemoscope.

ESTÚDIO (Telef. 5551345)
15.30-18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos) 3.ª Semana
Color - Um filme de Jan Kadar «MULHER À DERIVA» Com Rade Marcovic e Milena Bravic
(Metropolitano: Alameda) Hoje e amanhã às 00.15 h. «MULHER À DERIVA»

ODEON (Tel. 326283)
15.15 - 18.15 - 21.30
(Grupo C-14 anos)- 6.ª Semana
Uma sensacional e explosiva novidade espectacular como nunca se viu igual «O INVENCÍVEL» Com Bruce Lee - Um fenómeno de judo e karate

ALVALADE (Tel. 717480)
21.45
(Grupo C-14 anos)
Um filme de Luis Buñnel «LABIRINTO INFERNAL» c/ Simone Signoret, George Marchal e Charles Vanel. Às 15.15 «OS MALUCOS DO ESTÁDIO» (Grupo C-14 anos. Círculo de cinema. Amanhã 00.30 ante-estreia do filme de Francesco Rosi O CASO MATTEI» com Gian Marie Volonte. Technicolor. (Grupo D-18 anos).

CONDES (Tel. 322523/326710)
14.00 - 16.30 - 19.00 e 21.45
(Grupo B-10 anos) 3.ª Semana
A alegria, a melodia, o luxo de Viena e de Johann Strauss «A GRANDE VALSA» Com Horst Bucholz, Mary Costa e Nigel Patrick - Panavision-Metrocolor

EDEN (Tel. 320768)
15.30 - 18.30 - 21.45
(Grupo C - 14 anos)
5.ª Semana. Cantinflas em «DOM QUIXOTE» (Cavalga de novo)

S. JORGE (Telef. 54151)
15.15-18.15-21.30 - 2.ª Semana
Grupo D 18 anos. A sensacional comédia «PARIS MANICÓMIO DO AMOR» Com Marthe Keller.

CASINO ESTORIL
17.00 e 21.30
(Grupo C-14 anos)
Eastmancolor «ERA UMA VEZ UM POLÍCIA» com Mirelle Darc, Michel Constantin e Nerve Hilian

IMPERIAL (Tel. 821933)
14.45 e 21.00
(Grupo D - 18 anos)
«COM JEITO VAI NA PANDEGA» e em complemento «UM BELÍSSIMO NOVEMBRO»
(Metropolitano: Arroios-P. Chile)

ROMA (Tel. 727778)
15.30 e 21.45
(Grupo B-10 anos) 4.ª Semana. «CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ» Terence Hiel e Bud Spencer

POLITEAMA (Tel. 326303)
15.15, 18.15 e 21.45
(Grupo B 10 anos)
Terence Hill e Bud Spencer «CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITA Gargalhada e um arraial de pancadaria — o melhor estilo vale tudo.
ATENÇÃO: Nas «matinées as crianças recebem uma estrela de Sheriff «Trinitá» Ciclo terror à meia-noite. Às 0.30 g. (Grupo D-18 anos) «MORRE MONSTRO MORRE»

BERNA (Tel. 776098)
21.45 ESTREIA
(Grupo D-18 anos)
Eastmancolor.. Um filme de Jean-Pierre Melvile «CAI A NOITE SOBRE A CIDADE» Alain Delon, Catherine Deneuve. Hoje às 15.15 e 18.30 últimas exibições (Grupo C-14 anos) «SEGUE-ME QUERIDO» de Carol Reed.

ROYAL (Tel. 865037)
15.00 e 21.00
(Grupo B-18 anos)
8.ª Semana «DESEJO DE AMAR» Em complemento «UM CASO PERDIDO»

TIVOLI (Tel. 50595)
21.45 ESTREIA
(Grupo D-18 anos)
Colorido. Dustin Hoffman em «CÃES DE PALHA» o filme de San Peckinpali. Hoje às 15.15 e 18.30 últimas exibições do filme «ALICE NO PAÍS DAS FADAS» de Walt Disney (Grupo A-6 anos)

ESTÚDIO 444 (Tel. 779095)
15.30-18.30 e 21.45
(Grupo C-14 anos)
«A ALIANÇA», Anna Karina, Jean-Claude Carrière. 2.ª Semana. Hoje e amanhã às 00.30 h. Cinema fora de horas. «CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITÁ». (Grupo B-10 anos)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

A. B. C.
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Pró menino e prá menina»

MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Cá vamos pagando e rindo»

CAPITÓLIO
21.45 (18 anos)
«Sexo, nunca! Somos britânicos»

VARIEDADES
21.45 (18 anos)
«Sua Excelência, o pendura»

MONUMENTAL
21.45 (18 anos)
«Adriano VII»

COLISEU
21.30 (6 anos)
«Circo da Páscoa»

LAURA ALVES
21.45 (14 anos)
«O Príncipe e a Corista»

VASCO SANTANA
21.45 (18 anos)
«Os Amigos»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.00 (18 anos)
«Desejo de amar»

RESTELO
21.30 (18 anos)
«Desejo de amar»

JARDIM CINEMA
21.30 (10 anos)
«Melinda»

CINEARTE
21.00 (18 anos)
«O Pecado»

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«As Escarpas do Medo»

MAYER
21.00 (17 anos)
«O Filho de Sinbad»

MOSCAVIDE
21.00 (10 anos)
«Uma pistola para Ringo»

OLÍMPIA
19.00 (14 anos)
«A noite do terror cego»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Estadium
21.30 (10 anos)
«Sonhos de um velho marinheiro»

PAREDE
Royal-cine
21.15 (14 anos)
«Um violino do telhado»

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.30 (14 anos)
«Era uma vez um polícia»

Palácio
21.30 (18 anos)
«Jovens fugitivos»

CASCAIS
S. José
21.30 (10 anos)
«A Aventura do Poseidon»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.30 (18 anos)
«Eva»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Escândalos na praia»

SINTRA
Carlos manuel
21.30 (18 anos)
«Em nome do povo italiano»

OUTRA BANDA

COVA DA PIEDADE
União Artística
21.15 (18 anos)
«Guerra entre homens e mulheres»

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Não desejarás a mulher do delicadinho»

Academia
21.15 (18 anos)
«Três irmãos»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«Doutor, cuidado com elas»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.45 (18 anos)
«Mulheres é comigo»

PORTO/Cinemas

CARLOS ALBERTO
21.30 (10 anos)
«O Espadachim da capa negra» e «O Preço de 5 jogadores».

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Malpertius»

JÚLIO DINIZ
21.30 (18 anos)
«Zapata»

OLIMPIA
21.30 (14 anos)
«A minha arma não perdoa».

S. JOÃO
21.30 (10 anos)
«Pedro, o pescador»

ÁGUIA D'OURO
21.30 (10 anos)
«Continuaram a chamar-me Trinitá»

COLISEU
21.30 (14 anos)
«Dom Quixote cavalga de novo»

VALE FORMOSO
21.30 (10 anos)
«Os Dez Mandamentos»

RIVOLI
21.30 (10 anos)
«A grande valsa»

BATALHA
21.30 (18 anos)
«O Bandido Bem-Amado»

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Eva»

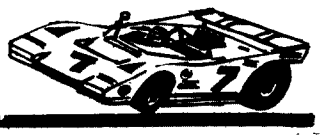
TRINDADE
21.3 (18 anos)
«À espera de julgamento»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.00 (10 anos)
«A Aventura do Poseidon»

TIVOLI
21.30 (14 anos)
Cantiflas «D. Quixote»

AVENIDA
21.00 (18 anos)
«Deliverance»

motor


BARS BOITES recomendados

HIPOPÓTAMO — Com Helder Reis Encerra aos domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. Telef. 48384.**

PRINCIPE NEGRO-Dancing com variedades. **Calçada da Glória, 2 Telef. 366987**

SOLAR DA HERMÍNIA — Herminia Silva, hoje e sempre. **Largo Trindade Coelho, n.º 10 e 11.** Encerra aos domingos. **Telef. 320164.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **Telefones 26461, 264526, 264596, 264621 e 264946.**

NINA — **Dancing** com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 34859-365167.**

EL CIDE — **Dancing** com variedades. Com o conjunto «X 4». **Rua Bernardo Lima, 18-A** (ao Conde Redondo). **Telef. 560538.**

CACO — **Dancing** com música ambiente, com singular quarteto. **Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.**

FANTASMA-Dancing Caveau — com variedades. Maria Helena, Odete Maria. Domingos Ramos e o fabuloso Tony Sandro e Garcia e o seu conjunto. **R. Gomes Freire, 145-b.** Aberto das 18 h. às 21 e das 22.30 h. às 05.00 h.

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. **Avenida Duque de Loulé, 69. Telef. 534117.**

LUSO — Grande elenco de folclore fado de Lisboa por Augusta Ermínda e José Luis Tomar, fado de Coimbra por Américo Silva. Em fado castiço Cristina Maria. **Travessa da Queimada, 10. Telef. 362889.** Aberto todos os dias.

SAN-PAYO — Bar-boite c/ música constante. Aberto até às 5 h. da madrugada. **Rua Rodrigues Sampaio, 34. Telef. 561422.** (Ar condicionado).

DL /ÚLTIMAS

DL
RENASCENÇA GRAFICA S. A. R. L.
PROPRIETARIO DO
DIARIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
REDACÇÃO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185 1.º, 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
SERVIÇOS TECNICOS
RUA LUZ SORIANO 44
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEX 1363
LISBOA PORTUGAL

A bola e o mundo

Diz-se, com certa aproximação, que o Mundo é uma bola. E há o mundo da bola. E há um tango a dizer que o Mundo gira. E há Mundos e fundos sobre bolas e mundos que giram.

No Mundo nem tudo é bola e nem só de bolas vive o Mundo.

O que é certo é que o Mundo gira apesar da bola e as bolas também giram apesar (ou por causa) do Mundo. Neste rebola-a-bola do Mundo, seja em Lisboa, em Madrid, em Londres ou Moscovo, o Mundo parece parar, alheado, alienado, atraído, enfeitiçado.

Aparências. O Mundo e a bola giram. Como diz o tango. E como diziam Copérnico e Galileu. Apesar de tudo move-se. O Mundo, está claro. Será uma fraca compensação. Mas compensação, apesar de tudo.

M. de A.

MUNICÍPIO DO PORTO

Grave situação financeira

Continuação da pág. 1

de 1971.

Saldo de gerência: saldo global da gerência, de 107.208 contos, e saldo disponível no valor de 64.728 contos; a dívida total da Câmara à Caixa Geral de Depósitos, em 31/12/72, era de 413.016 contos; a dívida da responsabilidade da própria Câmara era de 213.349 contos com a Caixa Geral de Depósitos e de 113.128 contos para com o Estado.

Dívida do serviço de transportes colectivos: o serviço de transportes colectivos devia à Câmara, no final da gerência de 1972, a importância de 20.000 contos. Foi cancelada a dívida de 40.842 contos pelo decreto-lei.

Industriais estrangeiros em Portugal

Estiveram no nosso País, onde permaneceram três dias, importantes financeiros do Japão, que tiveram reuniões de trabalho com administradores duma fábrica de margarinas da linha de Sintra.

TRIBUNAL PLENÁRIO

Em debate a instrução do processo pela D.G.S.

Prossegue às 10 horas do dia 3 de Maio, e não no dia 1, como se esperava, o julgamento de Maria Teresa Tengarrinha Dias Coelho e de João Pedro Lemos Santos Silva no Plenário Criminal de Lisboa. A primeira audiência realizou-se ontem de manhã, mas foi suspensa durante o depoimento das testemunhas de defesa da ré.

Os dois arguidos, de 18 e 22 anos, estudantes de Belas-Artes e de Agronomia, respectivamente, negaram categoricamente e em bloco todas as acusações que contra eles formularam a Direcção-Geral de Segurança e o Ministério Público. Maria Teresa Tengarrinha disse em tribunal que não prestou quaisquer declarações durante os interrogatórios policiais, afirmação depois corrobada pelos agentes da D.G.S. que depuseram como testemunhas de acusação.

João Pedro Santos Silva, negando o libelo acusatório, referiu-se à sua vida como estudante. Conforme noticiamos, respondem ambos por alegada filiação no Partido Comunista Português e na União dos Estudantes Comunistas.

TESTEMUNHA IMPUGNADA

Tanto o defensor de Maria Teresa, o dr. Manuel João da Palma Carlos, como de João Pedro, o dr. Francisco Salgado Zenha, requereram que ficasse consignado na acta — o teor da descrição que os réus apresentaram da instrução preparatória. O tribunal deferiu os requerimentos e mandou que fossem passadas certidões com que o Ministério Público, que no pleito é representado pelo juiz-ajudante dr. Costa Saraiva, virá a informar as diligências que afirmou ir fazer.

O dr. Francisco Salgado Zenha apresentou ainda outro requerimento, este indeferido pelo colectivo a que preside o desembargador dr. Morgado Florindo. Aquele advogado apresentou a sua oposição a que fosse ouvida ouvida em juizo a primeira testemunha oferecida pela cusação, umagentedaD.G.S.Atestemunha teria, interesse directo na causa, pelo que, nos termos da lei não deveria ser admitida a depor.

O tribunal indeferiu a pretensão da defesa, argumentando que o interesse do agente seria «**meramente reflexo e não directo**». Outros dois agentes da Direcção-Geral de Segurança produziram depois em juízo afirmações idênticas à da testemunha impugnada. A quarta testemunha de acusação — um agente feminino, de nome Maria de Lurdes, — faltou à chamada.

A audiência foi suspensa depois dos primeiros depoimentos das testemunhas de defesa da arguida.

Conforme se previa, não compareceu em juízo o terceiro dos réus referidos no despacho de pronúncia: a estudante Dália Rosa Falcato, cujo nome foi aliás repetidamente referido durante a audiência.

Julgamento político no Tribunal Militar de Aveiro

Um estudante do Instituto Superior de Economia, que se encontrava a prestar serviço militar num quartel de Leiria, começou ontem a ser julgado no Tribunal Militar Territorial de Viseu, por uma acusação da «conspiração» e de «instigação à prática de crimes contra a segurança do Estado».

Suspenso depois das alegações do defendor, o julgamento de José Fernando da Fonseca Simões de Sousa prosseguiu durante a tarde de hoje, esperando-se a leitura da sentença ao princípio da noite. O réu tem 24 anos e constituiu seu advogado o dr. João de Lima, de Viseu. A instrução preparatória do processo correu pela Direcção Geral de Segurança.

Na sua defesa, José Fernando Sousa negou parte das actividades que lhe são imputadas, mas afirmou os seus interesses intelectuais de natureza política e assumiu a autoria dalguns textos, em cuja divulgação teria colaborado, e que têm por tema principal **«a luta contra a chamada guerra colonial»**. Confirmando a sua participação em reuniões de índole particular, negou que as referidas no despacho de pronúncia tivesse qualquer objectivo político post-eleitoral.

A acusação não ofereceu testemunhas. Em defesa do réu depuseram os profs. Francisco Pereira de Moura e Adérito Sedas Nunes, o arquitecto Nuno Portas, Lino de Carvalho, Miguel Andrés e o alferes miliciano Sarmento e Castro.

O HOSPEDEIRO RECEBEU A POLÍCIA DE ARMA NA MÃO

O proprietário de uma pensão nas Escadinhas da Saúde, quando ontem à tarde, dois agentes da Brigada de Revisão Sanitária da P. S. P. lhe solicitaram os documentos relativos à licença para exploração daquele estabelecimento, ameaçou-os com uma espingarda e com um garrafão, recusando-se a abrir a porta.

O hospedeiro, que é já useiro e vezeiro em atitudes deste género, acabou por ser dominado e conduzido para os calabouços do Governo Civil, onde ficará detido até à elaboração do respectivo processo, após o que transmitirá para o Judiciária.

Exposição Rodin

Continua patente ao público na Fundação Gulbenkian a Exposição Rodin, a qual, em treze dias, já foi visitada por 20 mil pessoas.

Entretanto, vai realizar-se uma série de visitas guiadas, orientadas por críticos de arte portugueses. Na próxima segunda-feira, às 18 horas, realizar-se-á a primeira, orientada pelo arquitecto e crítico de arte Mário de Oliveira; a segunda, efectuar-se-á na quarta-feira, sob a orientação do prof. escultor João Fragoso, também às 18 horas.

O limite de inscrições para as visitas guiadas é de 40 pessoas, devendo os pedidos ser feitos nos serviços de recepção da Fundação Gulbenkian, na Avenida de Berna, dentro das horas normais de expediente.

Companhias Reunidas Gás Electricidade

AVISO AOS CONSUMIDORES

Trabalhos inadiáveis para a boa conservação das redes obrigam-nos a interromper, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica no próximo Domingo, nos seguintes Sectores e Zonas:

1.º Sector — **Concelho de Lisboa:** Bairro das Terras do Forno (todo), Rua dos Jerónimos 6 a 54 e 45 a 55, L. das Escolas (todo), C. do Galvão 1 a 45-A, L. do Figueiredo, Trav. do Figueiredo, Rua do Figueiredo e imediações (Das 8 às 12 horas).

3.º Sector - Ruas 1, 2, 3 e 4 ao B. da Serafina e imediações. (Das 8 às 12). C. da Quintinha (parte), C. dos Sete Moinhos, C. do Baltazar, B. da C. dos Mestres (parte) (Das 8 às 12 horas)

5.º Sector — Rua do Alecrim 27 a 57 (Das 8 às 12 horas)

6.º Sector — Rua da Madalena 188 a 224, Trav. da Madalena 2 a 50 e 5 a 9, Beco do Rosendo 2-C (Das 8 às 12 horas). Rua do Ouro 109 a 153 e 110 a 156, Rua dos Sapateiros 40 a 143. (Das 8 às 12 horas). Av. do Infante D. Henrique, Cais de Embarque dos Cacilheiros (Das 8 às 12 horas).

8.º Sector — Rua Pascoal de Melo 71 a 153, Vila Luz (toda), L. D. Estefânia 17 a 22 (seguidos (Das 8 às 12 horas).

10.º Sector — Az.ª do Vale Fundão e imediações, B. da Zona J de Chelas. (Das 8 às 12 horas) Zona I de Chelas, Rua Aquilino Ribeiro, Rua Dr. José Espírito Santo. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona **Concelho de Cascais — AMOREIRA:** Pai do Vento, Amoreira, Rua do Chafariz, Rua de Angola, Rua João António Gaspar, Rua Costa Pinto, Rua do Bairro Novo, Rua Castelo Branco, Rua das Calçadas, Rua do Covão e imediações. (Das 8 às 14 horas).

2.ª Zona **Concelho de Sintra — CACÉM:** Rua António Nunes Sequeira, Rua Nuno Álvares Pereira, Rua Elias Garcia e imediações. (Das 8 às 14 horas). **ALGUEIRÃO:** Rua Vasco da Gama, Av. D. Afonso Henriques e imediações. (Das 8 às 14 horas). **ALGUEIRÃO VELHO:** Est. Nacional e Est. da Barrosa. (Das 8 às 14 horas). **PERO PINHEIRO:** Granja dos Serrões. (Das 8 às 14 horas). Granja dos Serrões, Pedra Furada e Anços. (Das 8 às 14 horas). Sabugo e Vale de Lobos. (Das 8 às 14 horas). **MEM MARTINS:** Est. Lisboa-Sintra, Est. de Mem Martins, Rua Eng.º Carlos Santos, Rua da Lagoa da Marinha e imediações. (Das 8 àás 14 horas). A. da Bela Vista, Rua da Azenha e imediações (Das 8 às 14 horas) Montelavar (Das 8 às 11 horas). **MERCÊS:** Rua da Présa e imediações (Das 8 às 11 horas) **LAMEIRAS:** Largo Geriaco José Cunha Jor., Av. dos Combatentes do Ultramar, Largo do Penedo e imediações. (Das 10 as 14 horas).

3.ª Zona **Concelho de Mafra — PÓVOA DA GALEGA:** Circuito da Póvoa de Baixo. (Das 7 às 15 horas). **ERICEIRA:** Estrada Nacional (parte Norte). Bairro dos Pescadores, Rua dos Pocinhos e imediações. (Das 7 às 15 horas).

4.ª Zona **Concelho de Vila Franca de Xira — VILA FRANCA:** Rua Luís de Camoes, Rua 1.º de Dezembro, Trav. do Mercado, Rua António Palha, Rua Miguel Esguelha e imediações. (Das 8 às 14 horas) Povos (parte), Castanheira do Ribatejo, Vala do Carregado. (Das 8 às 14 horas) Margem Esquerda do Tejo. (Das 8 às 12 horas). Bom Sucesso, Trancoso de Cima, Trancoso do Meio, S. João dos Montes, Rondulha, Cotovios, Adanaia, Calhandriz, A-dos-Potes, Arcena. (Das 8 às 14 horas).

5.ª Zona — **Concelho de Arruda dos Vinhos:** A-de-Barriga, S. Tiago dos Velhos, Mata, Carvalha, Alcebela de Cima, Arranhó, Camondes e Loureira (Das 8 às 14 horas).

6.ª Zona - **Concelho de Alenquer:** Toda a rede de B. T. do Carregado. (Das 8 às 14 horas). Toda a rede de B. T. da Merceana (Das 8 às 14 horas).

Rui Sanches em Viana

A fim de se inteirar dos problemas afectos aos dois Ministérios da sua gerência e apreciar as obras em curso e terrenos para novos empreendimentos, deslocou-se esta manhã a Viana do Castelo o ministro Rui Sanches, para uma visita de trabalho de dois dias.

COLISEU
HOJE, às 21,30 h.
(Grupo B — 10 anos)
Últimos dias
CIRCO
As maiores atracções
— AMANHÃ —
À tarde, às 16 horas, entrada gratuita às crianças dos 6 aos 10 anos
BILHETES À VENDA

O "Exame Prévio" justificado pelo dr. Moreira Baptista

..O dr. César Moreira Baptista, secretário de Estado da Informação e Turismo, fez ontem mais uma comunicação através da rádio e da televisão, voltando a referir-se, tal como na sua anterior palestra — mas desta vez explicitamente — à reunião **«de oposição ao Regime»** realizada no princípio deste mês em Aveiro. Motivo da alusão: **«O problema da liberdade de Imprensa»**.

..Recordando os debates travados — na Assembleia Nacional — acerca da promulgação de uma nova lei de Imprensa, o dr. Moreira Baptista salientou que um dos factores considerados nas discussões então havidas foi **«a defesa do Ultramar a que fomos obrigados para combater interesses que nos são antagónicos e, infelizmente, se repercutem na frente interna, pois sabemos — todos os que estamos despertos para as realidades nacionais — que certos grupos políticos ostensivamente se solidarizam com os que atacam Angola, Moçambique e a Guiné»**.

..Para logo acrescentar: **«Que isto é exactamente assim, pôde agora verificar-se na reunião que em Aveiro juntou o que foi designado por «oposição ao «Regime». As mais iniludíveis demonstrações de apoio ao terrorismo foram ali feitas; conclusões no género de 'desenvolvimento de uma campanha nacional reclamando o fim da guerra colonial»; «fim da guerra colonial por imediatas negociações com os movimentos de libertação» pela oposição apresentados como «legítimos representantes dos povos das colónias, com vista à sua completa autodeterminação e independência», constam das que foram aprovadas e que estão a ser por aí profusamente divulgadas.»**

..Justificando as limitações que no nosso país são impostas à liberdade de Imprensa, o secretário de Estado da Informação e Turismo salientou:

. **«Há restrições? Pois há. São precisamente as indispensáveis para evitar uma escalada de pressões ideológicas e de deterioração da opinião pública susceptíveis, por exemplo, de pôr em causa a presença de Portugal em África onde tantos portugueses ao longo de gerações morreram em defesa de um património que o povo entende dever ser salvaguardado, para tanto dando, nalguns casos a vida dos seus filhos ou enfrentando as incomodidades de uma situação que todos desejariam evitar, tudo suportando sem queixas, que não sejam as que reacções humanas justificam. Não serão estes motivos — e outros se poderiam apontar — bastantes para que prevaleça o regime de exame prévio?»**

..O dr. Moreira Baptista respondia, assim, àqueles que, correspondendo ao apelo feito na sua anterior comunicação, lhe escreveram sobre **«o problema da censura à Imprensa, manifestando o seu desacordo com tal intervenção e desejando saber quando terminará, invocando para o efeito todos os argumentos geralmente apontados na defesa de uma liberdade completa para a exposição de ideias e opiniões»**.

..Entretanto, prometeu abordar duma próxima vez as questões levantadas por aqueles outros interlocutores que, pelo contrário, se lhe dirigiram perguntando **«que critério justifica que no teatro, no cinema, na rádio e na televisão, em livros, em jornais e revistas, se permita uma tão ampla divulgação de temas, que, pelas doutrinas políticas que exprimem e pela propaganda que fazem de ideologias totalmente opostas às raízes culturais que inspiram a nossa civilização, estão provocando uma erosão permanente nos princípios e valores até constitucionalmente estabelecidos»**.

LIVROS ESPANHÓIS
10 000 LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS
CEM EDITORES REPRESENTADOS
★
LIVRARIA TORRENS
RUA ANTERO DE QUENTAL, 14-A

mesa redonda

1.º CONGRESSO DE PROJECTISTAS E CONSULTORES

Os concursos projecto-construção favorecem a concentração capitalista

— afirma NUNO PORTAS

O I Congresso de Projectistas e Consultores será uma assembleia de profissionais ou uma reunião de dirigentes de empresas?

Irá discutir os problemas a cuja solução se deveria consagrar a actividade dos projectistas e consultores, como a elaboração dos planos de urbanização e os transportes colectivos? Procederá à definição de normas que assegurem a isenção dos gabinetes de projectistas e consultores em relação aos clientes e às empresas de produção? Denunciará o comércio de influências que caracteriza, sempre mais, a adjudicação dos contratos projecto-construção?

No entender do arquitecto Nuno Portas, investigador do Laboratório de Engenharia Civil, o congresso será uma reunião de dirigentes de empresas, o seu objectivo fundamental será aniquilar a concorrência que o profissionalismo liberal ainda faz aos gabinetes ligados ou dependentes das grandes empresas interessadas nas acções imobiliárias. **(Ler nas páginas centrais)**

1972: os preços no consumidor subiram 12 por cento

A evolução dos índices de preços elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística não obstante as deficiências de vária natureza que lhes têm sido apontados, não deixam dúvidas quanto á persistência, no ano passado, de tensões inflacionistas — reconhece a revista económica e financeira que acompanha o relatório do Banco de Portugal.

Terá ultrapassado 12 por cento a elevação média dos preços no período de Janeiro a Outubro, calculam os serviços do Banco Pinto e Sotto Mayor, a partir da ponderação das taxas de crescimento dos preços pela população de cada um dos distritos em relação a cujas capitais foram avaliados os índices.

Em relação a 1971, os índices de preços no consumidor calculados pelo Instituto Nacional de Estitística cresceram 10 por cento em Coimbra, 10,6 em Lisboa, 9,8 em Viseu, 9,1 em Evora, 11,1 no Porto e 17,1 em Faro. Não se terá verificado agravamento das tensoes inflacionsitas no conjunto do território metropolitano. Em Coimbra a taxa de crescimento do índice de preços em 1972 terá sido idêntica à registada em 1971. Em Lisboa, Viseu e Evora foi inferior. Apenas no Porto e em Faro por circunstâncias de caracter local, houve nítida aceleração da subida do custo de vida. No caso de Faro, a procura suscitada pelo turismo terá sido o principal factor de agravamento.

AS RENDAS DE CASA

Analisando o comportamento dos preços no co sumidor por grandes grupos de bens e serviços o Banco de Portugal afirma que a rúbrica **habitação** registou a taxa de crescimento mais elevada em todas aquelas cinco cidades. Já acontecera o mesmo em 1971. Os índices **alimentação** sofreram acréscimos de maior vulto do que no ano anterior, excepto em Viseu, onde se registou nítido afrouxamento. O aumento da cadência de crescimento foi muito acentuado no Porto e em Faro um pouco menor em Lisboa, práticamente igual em Evora. Quanto aos índices de **vestuário e calçado**, houve acentuada elevação em Lisboa, Porto e Evora, ao contrário do que se verificou em Coimbra, Viseu e Faro. E ainda de assinalar a progressão muito rápida, entre 1971 e 1972, da rúbrica de **higiene nas cidades de Lisboa, Viseu e Coimbra.**

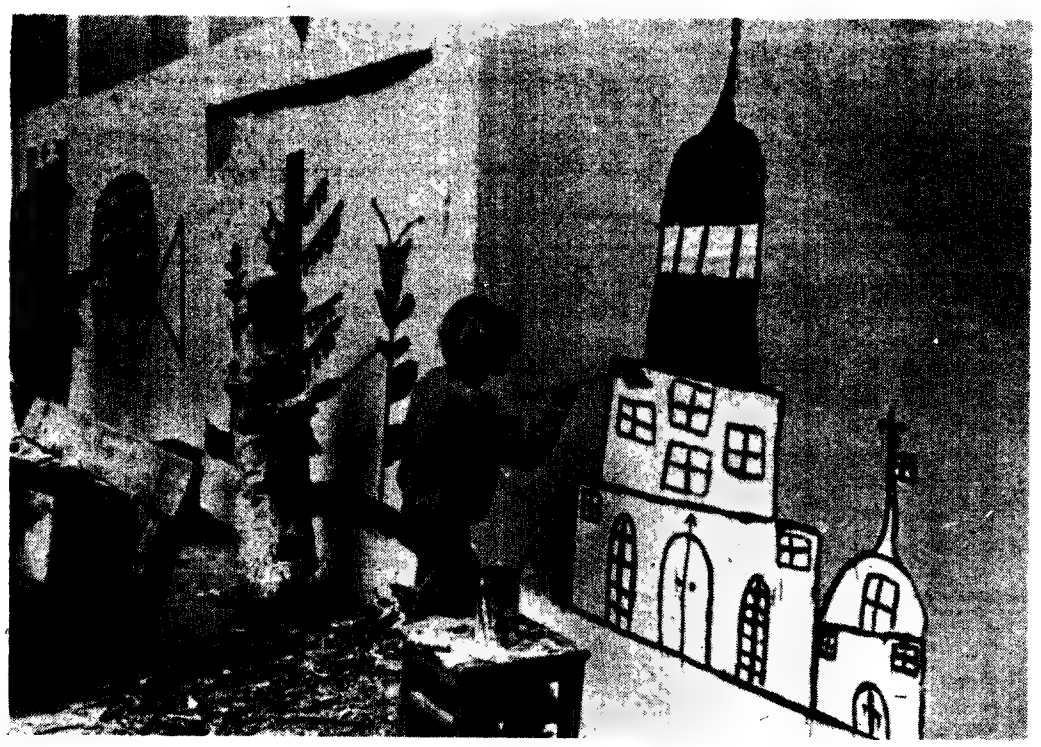
Segundo as estimativas do Banco Totta e Açores, o índice de preços no consumidor na cidade de Lisboa terá aumentado 8,3 a 9 por cento. A taxa de crescimento teria sido, portanto, **ligeiramente** inferior aos 10,6 por cento calculados pelo Instituto Nacional de Estatística. Mas o Banco Totta e Açores também constata uma sensível desacelaração em relação a 1971, o que o leva a escrever: «Embora constitua ainda uma taxa excessivamente elevada, a desaceleração verificada é animadora na medida em que permite esperar-se redução progressiva do crescimento dos preços».

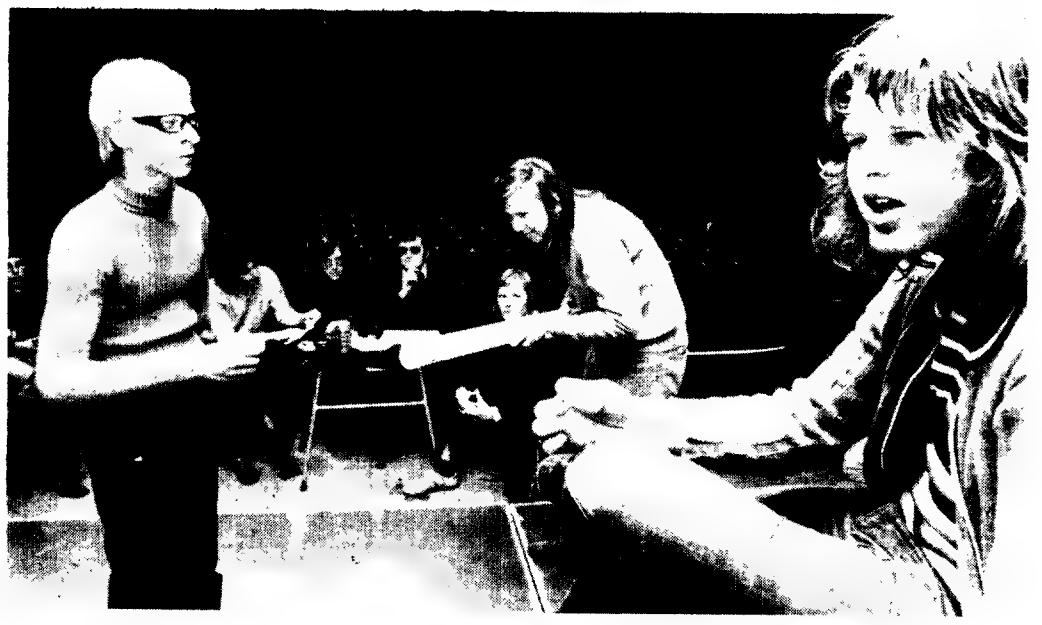
ALIMENTAÇÃO MAIS CARA

O índice geral dos preços por grosso em Lisboa registou, o ano passado, um aumento de 5,9 por cento, nitidamente superior ao acréscimo de 2 por cento verificado em 1971. A decomposição do índice geral por grupos de produtos permite concluir, segundo o Banco de Portugal, que práticamente todas as rubricas denotaram taxas de aumento superiores às de 1971. Foi particularmente intensa a aceleração do crescimento dos índices referentes a **bebidas e tabaco, matérias-primas não alimentares, excepto com-**

Continua na última página

Teatro e liberdade de expressão da criança





Como vai o teatro infantil em Portugal? Como poderia fomentar-se a animação cultural nas nossas escolas e que papel terá o jogo dramático nessa animação? Que aproveitamento é possível tirar do Teatro de Fantoches, das companhias de circo e das boas vontades das Colectividades de Recreio?

De experiência em experiência, um grupo de animadores de actividades infantis procura encontrar processos de efectivar a liberdade de expressão da criança. Seja pelo teatro entendido como meio de descoberta de uma nova relação com o mundo, seja pela expressão plástica, através da pintura e das actividades manuais, a criança revela potencialidades que é preciso detectar e animar, porque na sua materialização é o próprio interveniente que se descobre e se constrói.

assim vai o mundo

JUÍZES

Quatro magistrados italianos vão ser julgados por «ultraje à ordem judiciária». O que representa uma ofensiva dos sectores mais conservadores da magistratura tentando debelar uma crise que se alarga sobretudo a partir de casos como o de Pinelli, Valpreda ou Feltrinelli. Têm-se sucedido as medidas disciplinares, visando não só magistrados que fazem declarações desagradáveis mas também aqueles que investigam «casos quentes» e seguem vias ou pistas de que os ministérios discordam. Escreve o correspondente do «Le Monde» em Roma «que essas sanções tocam essencialmente juízes que dão à lei uma interpretação considerada demasiado flexível. Os elementos mais conservadores, e sobretudo o Ministério Público, caracterizam-se pelo respeito à letra dos códigos.

. . O principal acusado deste processo é exactamente um representante do Ministério Público de Roma, Franco Marrone, foram posteriormente processados os juízes Mario Barone, conselheiro do Supremo Tribunal e antigo presidente da Associação dos Magistrados; Luigi de Marco, presidente do Tribunal de Bai; Marco Ramat, juiz de instrução em Florença. Todos estes magistrados pertencem à corrente «magistratura democrática», que agrupa a esquerda e extrema-esquerda da Associação dos Magistrados.

DHOFAR, O QUE É?

Dhofar: 54 mil Km2, 80 mil habitantes, território no extremo sul da península arábica, politicamente integrado no sultanato de Mascate-Omam. Um único facto distingue aos olhos europeus este doutros fragmentos do mundo árabe: uma guerrilha que dura há nove anos, um território controlado em dois terços pelos guerrilheiros. Do outro lado do terreno, o jovem sultão Kabous (que depôs o velho déspota seu pai) e os ingleses. Estes inventaram o sultanato, formam os quadros do regime e do exército do sultão, conduzem a guerra aérea contra a guerrilha.

Desta guerra raro chegam notícias.

LAOS-BALANÇO DUMA "VIETNAMIZAÇÃO"

Das três frentes da Indochina, a do Laos é a que menos informação e mais bombardeamentos tem merecido. Tendo-se compreendido que os acordos de cessar-fogo não significam o fim dos bombardeamentos americanos, é oportuno lembrar que há um país mais bombardeado que o Vietname: o Laos. É difícil de imaginar como toda a realidade violenta. Para cálculos abstractos, os números podem falar: 14 mil «raides» mensais, antes do cessar-fogo.

Pelos acordos de Genebra, os E.U.A. reconhecem a independência e neutralidade do país. Daí em diante, a sua intervenção processou-se em escalada, substituindo a da antiga potência colonial, a França. Com 2,8 milhões de habitantes, o Laos é uma plataforma estratégica entre a China, o Vietname, o Cambodja, a Tailândia e a Birmânia. Conhece-se a importância da «pista Ho Chi Minh».

Ao contrário do Vietname, onde se verificou a mais directa das intervenções, a ocupação militar, onde os americanos assumiram a guerra directamente, o Laos conheceu desde o início a «vietnamização»: são «asiáticos» quem se bate, reservando-se os americanos tarefas de chefia e a guerra aérea. A administração, formalmente encabeçada pelo Governo de Suvana Phuma, é essencialmente controlada por 12 mil funcionários americanos, presentes a vários pretextos: desde a A. I. D. (Agência para o Desenvolvimento Internacional) à C. I. A. O «exército real», 60 mil homens, financiado pelos E.U.A. não se mostra à altira. Constutuíu-se então um exército mercenário, privativo da C.I.A., comandado por um antigo chefe de bando, Van Pao, e enquadrado por «boinas verdes». Progressivamente destroçado pelo Pathet-Lao, passou a ser dobrado pelo exército tailandês. É uma guerra evidentemente cara: custa aos americanos 200 dólares por habitante. No Laos, o rendimento médio anual é de cerca de 66 dólares por habitante. Os bombardeamentos fizeram 9 mil mortos por ano e transformaram em «refugiados» quase 700 mil pessoas — 30 por cento da população. O cessar-fogo, que entrou em vigor no fim de Fevereiro, parece abrir as melhores perspectivas à vitória do Pathet-Lao. É, de facto, a conquista de dez anos de resistência.

DINHEIRO

Emprestam-se rapidamente em boas condições 100 a 2.500 contos sobre hipoteca de prédios, partes de prédios ou construção, moradias e quintas.

Trata

AGÊNCIA PREDIAL DA MADALENA

(Mediadora Autorizada)

Rua da Madalena, n.º 182-1.º Dt.º (A Santa Justa)

Telefs.: 86 75 46 - 87 24 18

L. DE SOUSA MEDIADOR AUTORIZADO

ALBUFEIRA

APARTAMENTOS PARA VENDA

Aven. da República, 92 — Faro Tel. 23933

ÓLEO DE FÍGADO DE BACALHAU

seu lugar no conceito actual de saúde

O Gabinete de Estudos de Nutrição, acaba de editar um trabalho muito pleno de actualidade e interesse, no qual são analisadas as propriedades nutritivas do Óleo de Fígado de Bacalhau.

Entre outros assuntos de interesse, nele focados, destacamos: Aterosclerose e trombose coronária, osteo-artrite, tuberculose, feridas, queimaduras, úlceras propriedades bacteriostáticas e bactericidas do Óleo de Fígado de Bacalhau e dos seus ácidos gordos, carências de vitamina A e D, e suas consequências sobre a saúde.

Este livrinho pode ser obtido graciosamente. Basta que os interessados o solicitem para o apartado dos correios n.º 1382 Lisboa-1.

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/49 843 para o estabelecimento na freguesia de Amora, concelho do Seixal, de modificação da linha aérea para o posto de transformação da Estação de Captação de Águas da Câmara Municipal do Seixal, na Quinta da Princesa, incluindo a mudança da tensão de 6 para 15 kV, com 483 metros de comprimento.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de licenciamento, em 18 de Abril de 1973.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

assim vamos nós

AGRURAS DO VINHO

O Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos fez o balanço dum ano agitado: «A nota mais saliente que nos apresenta a actividade neste ano de 1972 que agora terminou é o verdadeiro afundamento da nossa exportação para o Ultramar. A política de restrições quantitativas, que já vigorava no ano anterior, conduziu a que para todo o Ultramar se atingissem, em 1972, apenas 74.968.711 litros, volume portanto inferior ao total das exportações para o estrangeiro, que atingiu 81.124.972 litros». O Grémio queixa-se ainda de ter imobilizados nada menos de 766 mil contos, à espera de transferência. Acentua-se ainda «a verdadeira ofensiva contra o vinho bem patente em certos sectores angolanos e com largos reflexos em campanhas jornalísticas, hábil e sistematicamente concertadas».

Na leitura do relatório conclui-se que o avanço conquistado nos EUA não compensa integralmente o recuo no «mercado ultramarino».

LINGUAGENS

Numa entrevista à «O Século», o ministro Mota de Campos definiu os principais problemas da indústria portuguesa, empregando uma linguagem que vem fazendo escola entre os responsáveis da economia nacional:

. «O fundamental problema é, evidentemente — como está expressamente referido na formulação dos objectivos do Plano —, o da adaptação da indústria portuguesa aos condicionalismos decorrentes do processo de integração económica europeia. Nesta conformidade, impõe-se à indústria portuguesa revigorar e afinar a gestão empresarial e técnica; apelar para mais evoluídos processos tecnológicos, com o correspondente esforço de formação de capital, numa base fortemente selectiva; reorientar a produção, tendo em vista adequadas especializações em subsectores mais dinâmicos; e promover a modernização e reconversão de muitas unidades inviáveis — o que tudo supõe uma iniciativa privada esclarecida e diligente, capaz de tomar as decisões convenientes e oportunas e de organizar os apoios de que carece para seleccionar os seus projectos de investimento, promover a sua eficaz e económica realização e empreender as necessárias acções de conquista de mercados. A par disto, a indústria portuguesa, para crescer ao ritmo desejado, terá de fazer consideráveis investimentos — até porque só um grande progresso tecnológico lhe permitirá obter os ganhos de produtividade que hão-de compensar salários crescentes e só a sua desejada expansão permitirá criar os postos de trabalho que, somados aos proporcionados em mais larga escala pelo sector dos serviços, nos permitirão lutar contra o flagelo da emigração».

PLANTAS

AZÁLEAS-RHODODENDROS E PLANTAS EXÓTICAS

ÁRVORES DE FRUTAS E AR LIVRE

CONSTRUÇÃO DE JARDINS — PARQUES — POMARES — ORNAMENTAÇÕES

ANTIGO JARDIM DE S. FILIPE NÉRI

Rua de Campolide, 270-A-295-A — Tel. 68 06 25-68 86 58 — LISBOA

PRIVATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

A assistência a «sinistrados do trabalho» (e, no fundo, a sinistrados em geral) é também e sobretudo uma questão que as companhias de seguros, os empresários e previdência encaram em termos económicos. Não só estão em jogo somas fabulosas. Os patrões pensam também em termos de dias perdidos, de recuperação efectiva da mão de obra. As companhias de seguros, por defesa dos seus próprios interesses têm um certo interesse numa assistência mais rápida e especializada. Num artigo publicado no «boletim informativo» do Grémio dos Seguradores (n.º 13), a questão é directamente posta. Neste sentido conclui: «Verificadas as condições em que presentemente funcionam os nossos estabelecimentos hospitalares públicos, insuficientes para fazer face às exigências duma clínica traumatológica actualizada, parece não haver quaisquer dúvidas quanto à vantagem das seguradoras disporem de serviços médicos privativos para utilização dos seus sinistrados». Segundo o autor, este esquema privado seria consideravelmente mais caro do que o dos hospitais públicos, mas compensador. No fundo, tanto as companhias de seguros como os empresários (para não falar no mais directo interessado, a vítima do acidente) sentem necessidade dum sistema mais eficaz. Do seu ponto de vista, a privatização de alguns sectores da assistência poderá significar a constituição dum novo sector de investimento rentável, neste caso, clínicas.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Agostinho Leite Fari, Rua Afonso de Albuquerque — CACÉM

O TEATRO COMO MEIO DE CRESCIMENTO DA CRIANÇA

A educação das crianças volta às páginas da nossa «Mesa-redonda», agora sob o prisma da educação pelo movimento, do jogo dramático. Para o grupo dos nossos entrevistados de hoje, a expressão teatral é factor imprescíndivel da educação. Mas os componentes desta «mesa-redonda» declaram que não são pedagogos especializados e que, se nos seus depoimentos, invadem o campo da psicopedagogia, isso apenas quer dizer que o mundo da criança, a que dedicam o melhor do seu entusiasmo, não pode partir-se em segmentos, antes pelo contrário se apresenta como uma globalidade em busca da sua expressão. Entendem que o teatro infantil, se puder existir com espontaneidade e liberdade, é o melhor meio de libertar essa expressão global, que não pretende ser espectáculo nem obra de arte mas acaba por atingir o valor da mais pura criação artística.

Depõem sobre estes temas: Maria Emília Correia, actriz e aluna do ISCEF; Carlos Paniágua Feteiro, empregado de escritório e director do Grupo de Teatro Amador de Loures; Pedro Viegas, reeducador na Escola de Reeducação Pedagógica e aluno do INEF; Licínio de Carvalho Coelho, director do Grupo Amador de Teatro (GAT) de Coimbra e aluno de Direito; Natércia Gonzaga, profissional de Teatro, animadora da Escola de Reeducação Pedagógica e da Colectividade de Recreios de Samora Correia. Esclarecem que estão apenas no início de uma pesquisa: procuram reunir-se para reflectir em conjunto sobre estes assuntos, a partir da experiência de cada um. Pelo DL, o jornalista Avelino Rodrigues coordenou os seus depoimentos, começando por pedir-lhes que dessem uma ideia do que se passa com o Teatro Infantil em Portugal.

PEDRO VIEGAS: Pelo movimento, a criança conquista a sua presença espacial

EMÍLIA CORREIA: «Pelo jogo dramático, a criança faz a descoberta participativa do mundo»

EMÍLIA CORREIA — O teatro infantil que se pratica no nosso país, afora uma ou outra experiência, é um teatro alienante, um teatro dogmático, de moral catequística, nada apoiado na psicopedagogia infantil, a qual chega a ser desdenhada pelos construtores desses espectáculos. Sei de pessoas responsáveis que têm montado espectáculos para crianças em 10 ou 15 dias, substituído o encenador duas ou três vezes, cedendo ao comercialismo, à vulgaridade, à facilidade, no maior desrespeito pelos valores mais profundos da criança. Recorrem nas encenações a efeitos cómicos primários e grosseiros para provocar o riso, ao exagero do trágico para atrair a atenção, ao artifício (sempre pernicioso), ao arremedo da «comédia dell'arte».

A relação espectáculo-espectador decalca a relação entre o professor-agente e o aluno passivo.

Nem outra coisa seria de escapar sabendo como esses espectáculos estão em geral entregues a empresários oportunistas, desligados à partida de tudo o que possa significar trabalho sério de formação, que implica, entre nós, um esforço não compensado pelas bilheteiras. Daí que estes espectáculos sejam montados, pelos vendilhões, em certas épocas que de antemão se sabem satisfatórias, ao encontrarem as crianças de férias escolares, altura escolhida pelos pais para imporem o seu processo de gratificação e sanção.

O teatro infantil que entendemos dever fazer-se nada tem a ver com esta deterioração.

PANIAGUA — o Teatro Infantil não tem benefeciado dos grupos de teatro de amadores o interesse que justificadamente merece. Nenhum grupo o pratica com regularidade e a grande maioria nunca pôs em cena qualquer espectáculo do género.

São óbvias as razões do desinteresse: por um lado, a criança e, entre nós, um ser que quase não merece a atenção dos adultos, cedo esquecidos, por uma educação defeituosa e alienatória, da sua mais ou menos recente condição de crianças; por outro, os grupos que praticam teatro com um fim, digamos, didáctico, orientam as suas realizações para uma finalidade imediata, isto é, uma plateia de adultos, esquecendo-se de que uma enorme percentagem desse público, carrilada num absentismo cultural por onde sossegadamente desliza, é irrecuperável. É como trabalhar para um presente que logo é passado, não o futuro que julgamos visar.

É que, se uma das finalidades do teatro de amadores é exactamente a de criar um novo público, um público constante e atento, então deveríamos criá-lo desde início, porque esse mais longo e talvez mais obscuro caminho, será também o da certeza mais concreta.

DL — Se bem entendo, vocês pretendem deslocar o teatro infantil das salas públicas de espectáculos (onde não parece possível) para a escola como instrumento de formação da criança.

Pensamos no jogo dramático como meio de apelar para as motivações profundas da criança, inserindo-a num processo de criança pelo qual retenha o maravilhoso que o quotidiano comporta (e não o maravilhoso pelo maravilhoso ao mesmo tempo que permite a libertação do nível tensional nas relações escolares e familiares.

O teatro não seria isolado de todo um processo de animação cultural na escola, envolvendo o jogo, a expressão dramática, a música, a plástica, e outras manifestações artísticas, praticadas sem o compromisso afectivo da presença dos pais ou professores absorventes. Será através de todas estas actividades que a criança satisfará a sua necessidade emocional de exploração íntima e descoberta participativa do mundo.

DL — Mas não se podem esquecer as diferenças sociais que existem entre crianças da mesma escola e, logo a dificuldade de todas se encontrarem mobiliadas pelo mesmo tipo de emoções...

PANIAGUA — Embora as diferenças sociais também ajam sobre as crianças, particularizadas nos respectivos ambientes familiares, é possível fazê-las reagir mais colectivamente (porque ainda mais perto da pureza) ao mesmo estímulo, desde que este contenha o germe da aventura e da liberdade, que umas conhecem e a que outras aspiram. A criação de grupos — agora quase extintos, principalmente nas cidades maiores (os da «nossa rua») — traria às crianças, cada vez mais influenciadas pelo individualismo competitivo dos adultos e pela clausura do seu habitar, o conhecimento de como pode viver-se em comunidade em vez de em competição.

Nesses espectáculos, deviam desde logo as crianças sentir-se libertas de tutelas, que o respeito ou o temor quase sempre condicionam as suas reacções. Espectáculos para crianças, só para crianças, ou, pelo menos, com as crianças separadas dos adultos.

DL — Vocês acreditam que as nossas escolas estejam preparadas para aceitar essa ideia de animação cultural em clima de liberdade?

EMÍLIA CORREIA — É evidente que este trabalho implica a existência de animadores devidamente preparados e não pode ficar entregue a empirismos. Nas nossas escolas, os professores apoiam-se em textos pobres e circunstanciais para orgonizarem as habituais festas escolares que constituem um fim em si mesmas. A criança não se exprime espontâneamente. É um actorzinho a ser julgado. E aos olhos dos pais o menino precoce que recita o poema com gestos estereotipados — receita do professor — sendo o sucesso facilitado pela babadice dos familiares e mestres que souberam escolher os melhores alunos, estimulando uma tendência para a competição, que se revela prejudicial e antipedagógica. Lá se vai o trabalho colectivo, lá se perdem os alunos com maiores dificuldades de estudo ou de relação, porventura recuperáveis por uma tarefa mais ajustada à sua realidade humana.

O Teatro como matéria escolar tem sido estimulado (na Alemanha...)

PEDRO VIEGAS — Quando a Emília falou da necessidade de inserção da criança no quotidiano, eu concordo ser indispensável assegurar que ela tenha os pés assentes no chão e não ande a voar num mundo alienante de lobos maus e príncipes com orelhas de burro. Mas não podemos esquecer que o mundo infantil é um universo mágico-fenomenista e que este aspecto mágico é essencial. A dificuldade está em ser capaz de compreender as necessidades da criança, perceber as suas linhas de força, servir de detonador das iniciativas que despontam e que a criança muitas vezes tem dificuldade em prosseguir e materializar. O animador tem de ser artista e pedagogo. Ora o que de facto tem acontecido é que a formação do professor e logo a formação que ele vai dar às crianças é unidimensional: programas, estratégias, truques «pedagógicos»; não conece o meio em que vive, nem as ligações entre as várias actividades da vida da criança as relações entre as várias actividades da vida da criança nem as relações interdisciplinares. Entregaram-lhe uma escola um grupo de crianças e mandaram-no preparar os alunos para serem mais tarde produtores-padronizados. Não se fala já — como é que se poderia pensar nisso? — na formação das pessoas mas no número de aprovações que a escola apresenta. O prestígio da escola é que conta, a instituição é mais importante que as pessoas e por isso trabalha-se com base em interesses primários, que são o exame, a nota, o rendimento da instituição ou do estabelecimento.

E o director interroga-se: que posso eu mostrar para que se veja que a escola é a melhor? Formas de autogestão, de expressão livre, são postas à margem e combatidas desde a esfera mais elevada, porque são mais difíceis de controlar e exigem mais capacidade educativa. É necessário ter os meninos bem arrumados, que eles não risquem as paredes nem façam disparates nos intervalos. Em alguns liceus, depois de horas e horas de aulas, proíbem-se as crianças de correr no recreio! Neste ambiente, como é possível entender a participação activa das crianças em espectáculos livres de teatro? O teatro, a educação pelo movimento só têm sentido como meio de formação para a acção.

DL — Parece que vocês entendem que o teatro é um processo infalível de educação. E falam com tanto afinco, que seria legítimo concluir estarem convencidos que, sem o teatro, toda a formação estaria trancada. Será mesmo assim?

PEDRO VIEGAS — Do mesmo modo que não consigo pensar do homem sem falar de sociedade também não consigo desligar o pensamento do movimento. São realidades indissociáveis.

O campo de acção do movimento é o mundo. É o mundo que solicita o homem, que o estrutura. Privemos uma criança de som, de luz, de cor, de movimento, da presença do outro — e ela morrerá ou o seu comportamento evoluirá patologicamente. É pelo movimento que o homem se ajusta à realidade exterior, sem que isto implique uma acomodação, pois a acção do homem funciona como transformador da mesma realidade, quando interpreta o envolvente de modo pessoal.

O movimento humano também é social, não como soma de movimentos individuais mas como relação (identificada ou não).

O movimento parte de um corpo (realidade dinâmica) e por ele definimos a nossa presença espacial. O pensamento que ele projecta situa-nos no tempo, leva-nos à conquista do nosso espaço vital e do nosso tempo individual (evolução histórica da pessoa não puramente descritiva mas relacional). Este processo leva-nos ao conhecimento dos outros e de nós próprios, justificando-nos como seres inacabados em permanente construção social.

E assim que eu vejo o valor educativo e formativo do teatro, como meio ao serviço da construção da pessoa. Claro que ele terá de servir o homem e não uma técnica, utilizando esta e não se deixando instrumentalizar por ela. Claro que se trata de um teatro vivido por quem nele participa e não de um espectáculo a que se assiste numa plateia espartilhada.

DL — A liberdade de expressão é condição essencial para a validade do jogo dramático infantil. Ora o que acontece é que os adultos não parecem estar muito dispostos a perder a oportunidade que têm de preparar as crianças de acordo com os padrões da sociedade adulta. Como sair do beco sem saída?

EMÍLIA CORREIA — Na nossa sociedade, o apelo para a expressão livre é geralmente limitado, não só pela inexistência de incentivos e meios de efectivação, como ainda pela sujeição do indivíduo, desde cedo, às convenções que é obrigado a admitir (por mais liberal que seja a sua educação) ao ter necessidade de se adaptar ao meio que lhe condiciona o desenvolvimento da sua vida afectiva — processo de conhecimento.

Assim fica privada de um contacto directo com a criação artística, (no caso; jogo dramático), que a remeteria para o seu autêntico lugar na sociedade, na natureza e lhe permitiria uma aprendizagem rudimentar com as técnicas primeiras de comunicação de massas.

LICÍNIO DE CARVALHO — A criança tem sido olhada apenas como futuro elemento a integrar no contexto vivencial que os adultos valoram de adequado. A visão futural do adulto presente subordina e limita as potencialidades da criança para a sua própria construção, aplicando-lhe (por vezes com «louváveis» intuitos de defesa) os juízos de valor mais ou menos tradicionais. O homem feito é mais a continuidade do estabelecido que uma nova força geradora de inovações. Para se ganhar o presente, adia-se portanto o futuro.

A legislação proteccionista da criança é uma autobiografia desta tomada de posição. Proibitiva ou permissiva, é-o apenas nos estritos limites de um direito «maior» — o direito da família do qual faz parte o estatuto genérico da menoridade. Sem pretender retirar outras ilações e aduzir até alguns proveitos, o certo é que o resultado mais em evidência é serem considerados essencialmente os danos físicos, económicos e morais (aspectos mais frequentemente confrontados nos chamados Tribunais de Menores) com ligeiríssimo alcance destes aos aspectos culturais e de desenvolvimento humano específicos do pequeno ser. De uma forma geral, a tutela destes interesses da criança é abandonada a um certo «comportamento do homem normal», relegando ao instituto familiar as iniciativas neste senti-

Continua na pág. dez

espelho da imprensa

UM OLHO ABERTO E OUTRO FECHADO

Concordamos plenamente com J. Pereira, quando afirma que «a saúde é um assunto de interesse fundamental para o País a exigir um esforço rápido e sério para sair do atraso sanitário em que nos encontramos...». Mas já não podemos estar de acordo, quando se pretende que os «centros de saúde» possam só por si arrancar o País ao tal «atraso sanitário»; e isto porque tal atraso é apenas um dos muitos outros atrasos de que não pode ser dissociado — e que não são uma mera questão de haver mais ou menos médicos, hospitais e especialidades farmacêuticas.

Ao contrário de que J. Pereira possa pensar, não é derrotismo irresponsável denunciar os fracassos de uma medicina que não vê outra saída para muitos operários velhos de trinta e poucos anos, que não seja reformá-los por invalidez comprovada por doença que não consegue combater. Derrotismo mal intencionado é manter um olho aberto e outro fechado para tudo o que contraria e ameaça para bem da saúde da Nação, o «statuo quo» sanitário actual e não só, com que a alopatia continua a infringir o juramento hipocrático.

Jornal da Marinha Grande 13-4-73

HOSPITAL DE SANTA MARIA

PREPARADORES DE 2.ª CLASSE DO LABORATÓRIO CENTRAL DE ANÁLISES CLÍNICAS E DO LABORATÓRIO DA URGÊNCIA

Está aberta inscrição, até ao dia 7 de Maio próximo, para o preenchimento dos lugares acima referidos.

Os candidatos deverão possuir curso adequado e idade compreendida entre os 21 e os 39 anos.

Todos os esclarecimentos serão prestados na Secretaria do Hospital.

AUTONOMIA AÇORIANA

«E que a autonomia não é apenas uma palavra que antecede a designação de distrito de que fazemos parte. Autonomia é uma conquista de nossos avós conseguida com muito trabalho e muita luta, com muita prova de recta intenção, de honestidade; tanta canseira e desgosto.

«E preciso começar a educar os partidos políticos do continente e habituá-los a contentarem-se com que os Açores lhes enviem para lá deputados governamentais e nunca mais deputados dos governos.

«E preciso que acabem de vez as candidaturas chamadas oficiais («Autonomia dos Açores» de 28 de Janeiro de 1894).

«E preciso que todos se convençam, e especialmente os poderes públicos, de que as reclamações açorianas não obedecem a qualquer intuito de insubordinação, mais ou menos dissimulado, que no momento presente da vida nacional seria menos patriótico. Elas inspiram-se num profundo sentimento de justiça, que tem sido constantemente violado em nosso prejuízo (idem de 19/3/1893).

«Nas afrontas à nossa dignidade e nos assaltos despóticos à nossa fazenda se justifica o movimento caloroso, a revolução pacífica, iniciada com a maior popularidade pela autonomia açoriana» (idem de 26 de Março do mesmo ano)

«Revolução pacífica chamaram-lhe os nossos honrados avós. Reclamar respeito pelos frutos dela não é mendigar favores, é defender um direito.

«E entre essas duas atitudes vai uma distância tão grande como a que separa a ignomínia da honra, a sabujice da integridade de carácter.

Correio dos Açores, 4-4-73

CENÁCULO DOS CARCAÇAS

Realizou-se no passado dia 16 de Dezembro do ano de 1972 que findou a habitual reunião dos «Carcaças».

A notícia vem na realidade um pouco atrasada, mas convém que os prezados leitores saibam — para justificação da demora — que se trata duma teler-reportagem, que é dada em deferido, por o cronista se encontrar ausente da Metrópole.

Como o artigo presente é uma espécie de reconstituição histórica, humorística-aeronáutica, não será desacertado falar um pouco da essência deste cenáculo e quando foi fundado.

Pois, precisamente há 17 anos, como consta duma acta histórica, «aos oito dias do mês de Fevereiro de 1956 e nesta cidade de Lisboa, teve lugar uma reunião dos oficiais pilotos no activo das Forças Aéreas, com mais de 20 anos de diploma, tendo-se decidido, por unanimidade», a constituição dum círculo, com o fim de tornar mais íntima a união de todos os pilotos que naquele fossem ingressando.

Posteriormente o termo «círculo» seria modificado para «cenáculo», por razões expressas nas seguintes considerações:

Cenáculo: A casa em que Jesus celebrou a última ceia aos seus discípulos e por extensão será uma reunião de pessoas de escol e em que a admissão de outrem não é fácil

Houve assim nos tempos contemporâneos o Cenáculo de Antero de Quental, grupo de amigos de que Eça de Queiroz fez descrição fantasiosa num dos seus livros.

Ora — diz agora o articulista — se os componentes do cenáculo não serão pessoas especificamente de escol, são com certeza todos de escola, da Escola Militar de Aviação... Está portanto certo!

À referida reunião histórica presidiu o general Frederico Costa, que foi assim o primeiro dirigente desta inspiradíssima tertúlia de aviadores. Além dele, e na qualidade de fundadores, aparecem os nomes de, como vem na acta: almirante Paulo Viana, almirante Cardoso de Oliveira, general Dario de Oliveira, general Humberto Pais, general Costa Macedo, coronel Telo Pacheco, comodoro Manuel Sanches, capitão-de-mar-e-guerra José dos Santos, general Venâncio Deslandes, general João de Freitas, coronel Rodrigues Costa, brigadeiro Costa Franco e coronel José de Carvalho.

Essas reuniões de confraternização, dentro da mais sã disposição e camaradagem, obedeciam a uma cláusula estatuária.

«Qualquer membro do cenáculo que ouse falar em assuntos de serviço durante a reunião anual será evacuado da sala pelo processo mais rápido».

E esta cláusula, ao longo de 14 reuniões (não houve nos anos 1958-1959-1960), tem sido escrupulosamente respeitada.

«Mais Alto», Fevereiro 1973

COMO SE FAZ UM JORNAL?

A manutenção de um jornal, modesto como o nosso, é sempre difícil. Apesar de os prelos o apresentarem só de quatro em quatro meses, parece a quem nele trabalha que o jornal é... semanal.

Na realidade, textos não deixam de aparecer, especialmente a possibilidade de transcrições de revistas da especialidade — mas quererá o nosso público, uma espécie de «Readers Digest»? Vamos pela negativa.

Assim, hora a hora se vai complicando o NOTICIARIO, procurando evitar o uso da tesoura e cola, mas a elas nos socorrendo sempre que preciso.

Corremos o risco da monotonia? Claro que sim. Mas esse risco é, ao mesmo tempo, a nossa linha de rumo — sempre olhando para ele de soslaio, sempre procurando evitá-lo.

Tudo isto a propósito e em apoio a uma circular interna da nossa empresa, chamando a atenção para o nosso boletim e alertanto os de boa-vontade, a fim de eles kolaborarem. Porque (e aí talvez uma parte da razão da ausência de muitos) julgavam que o NOTICIARIO era somente um veículo publicitário.

Noticiário transnautica, Janeiro 1973

VIRTUDES TURÍSTICAS

Aproxima-se o dia consagrado ao turista, em Portugal, este ano marcado para o próximo dia 25 de Abril, e nesse dia, todos os turistas que se encontram em Portugal vão ser alvo de especiais amabilidades a somar àquelas que costumam receber de todos os portugueses.

Trata-se de uma confirmação das virtudes especiais do nosso povo, da sua maneira galharda e fidalga de receber sendo, também, uma oportunidade para demonstrarmos as nossas reais possibilidades neste tão importante sector.

Por outro lado, a riqueza da gastronomia portuguesa e a soberana especialidade da viticultura nacional, estarão à prova, prova antecipadamente ganha concerteza.

O «Dia do Turismo» que vai de novo comemorar-se em Portugal deve ser, uma vez mais, uma autêntica jornada de propaganda que envolva e reclame todas as virtudes turísticas do nosso País.

Como nos anos anteriores as celebrações deste ano decorrerão sob o signo da Flor, como símbolo da amizade e expressão da tradicional hospitalidade portuguesa.

Com sorrisos, flores e simpatia ganharemos certamente a cruzada do turismo que representa tão grande interesse e se reveste de grande valor para a economia nacional.

DIÁRIO DO RIBATEJO, 17-4-73

FALTA DE ESPAÇO

De Pelotas, do sr. Dr. Maximiano Pombo Cirne, vice-cônsul de Portugal naquela cidade veio uma carta dirigida com primores de quem há muito convive nos segredos da doce língua materna. Recheada de recordações de um passado que testemunha a decisão, a inteligência, o bairrismo com que muitos, antes de nós lutaram pela sua terra natal, inconformados com o marasmo fatal em que viveu sepultada.

As férias da Páscoa dar-me-ão o ansiado desejo de comunicar particularmente com o bom amigo e Bunheirense Ilustre. Quisera que o nosso jornal fosse campo cabonde para nele deixar estes exemplares testemunhos. Mas nem o espaço nem a nossa modéstia o permite.

O Progresso de Marlose, 10-4-73

PROCISSÕES PADRES E CORRELATIVOS

Cumpre-nos, agora, destacar o facto — com suas implicações de propaganda que também pode caber nestas palavras de encómio em pról da cidade, e da sua tradição: — Braga cidade da Semana Santa maior de Portugal.

Tudo nela lhe está conforme o timbre e a grandeza. As ruas estreitas e a que o roxo do damasco empresta notas de solenidade como raro se dá. O público, que sabe ajoelhar diante dos nichos e dos «calvários» abondes. O esvoaçar da brisa, soprada do lado do mar, que parece asa que perpassa e tange os panos que drapejam na urbe — tanto o merino como o cheviote dos devotos. Finalmente, a liturgia, toda impregnada de motivos bragueses e que vêm de antiquíssimas eras, tudo, numa palavra, confere a Braga arcebispal um cunho ímpar e quaresmal que outra nenhuma tem.

Razão teve, então, o Arcebispo Primaz quando, logo a seguir, e em cerimónia que muito cara havia de ser a todos os bracarenses, (tratava-se duma homenagem ao comendador Santos da Cunha, na Sala principal da Irmandade de Santa Cruz), pronunciou estas palavras apologéticas, quanto sopitas e suasórias:

— «Estão errados os que não querem procissões».

Elas, são ainda uma apreciação civico religiosa na axiologia contemporânea. E que importa alçapremar, quer em defesa da Igreja quer do próprio meio geográfico em que decorrem. Vêde como Braga se alteia e cresce no tamanho de urbe católica e turística por excelência!

«Indelével (havia de confessá-lo também o Antiste bracarense) a imagem que me ficou do Largo de Santa Cruz neste dia, ao deparar-se-me tão grande multidão de fieis para ver passar a Procissão dos Passos!»

— Como nunca o há sido! — diremos também nós por nossa conta.

Pois sirvam estas palavras de antídoto contra a corrosão de alguns que ousam afirmar para aí: — «As procissões tem seus dias contados». Ou, o que é pior, se esforçam, e pouco lhes falta, para que ajam no propósito de acabar com elas. Incluíndo padres, e correlativos...

Para já, assinale-se a grandiosidade que teve a Procissão dos Passos. E que mesmo se repita: — «Estão errados os que não querem procissões».

Correio do Minho, 17-4-73

MARCA TP-T6-73

Turismo ÁFRICA

angola moçambique

Tours TAP

ANGOLA e MOÇAMBIQUE — duas regiões de turismo para serem descobertas por si, agora!

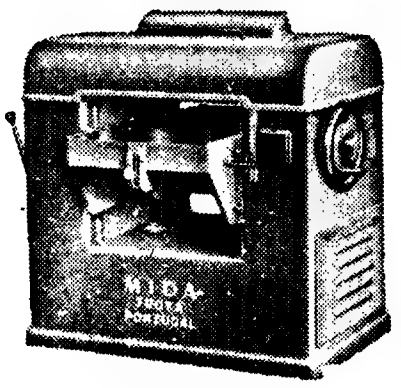
Viagens acompanhadas durante 15 dias.
1.º TOUR com partida a 20 de Maio a bordo do Boeing 747-B.
De LISBOA desde Esc. 15 100$00.
Do PORTO e FARO — desde Esc. 15 300$00.

Inscreva-se já... e faça turismo em ÁFRICA! Procure o seu Agente de Viagens e informe-se dos programas que pomos ao seu dispor.

TAP
TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES

UMA COMPANHIA QUE CRESCE EM TERMOS DE FUTURO

«MIDA»



UMA FÁBRICA ALTAMENTE ESPECIALIZADA NO FABRICO DE MÁQUINAS PARA AS INDÚSTRIAS DE:

- **SERRAÇÃO**
- **CARPINTARIA**
- **MARCENARIA**

DESENGROSSADEIRA
Mod. 510 - 610 - 810

Fábrica: TROFA (Tel. 94923/4/5)

FILIAL EM LISBOA:
AV. DEFENSORES DE CHAVES, 3/A (TELEF. 44147)

SENSACIONAL...

Encaradora	1000$00
Secadores Cabelo	140$00
Aspiradores	1200$00
Frigoríficos Mol	1790$00
Panelas Pressão	290$00
Máq. de Lavar Automáticas	4500$00
Sofás Camas	1800$00

Mercado de Electrodomésticos

ESTRADA DE BENFICA, 705

SINDICATOS ALEMÃES EM DEFESA DOS IMIGRANTES

A Confederação Alemã dos Sindicatos (DGB) está pronta a oferecer-vos todas as possibilidades de trabalho, em comum espírito de solidariedade com os companheiros alemães na luta pelos vossos interesses — diz aquela organização de trabalhadores no primeiro número do boletim de informações em português destinado aos nossos emigrantes e publicado neste mês de Abril.

Ao mesmo tempo que pretende informar os emigrantes portugueses acerca dos problemas socio-políticos da Alemanha, o boletim promete trazê-los ao corrente dos acontecimentos relacionados com os problemas do trabalho em Portugal.

O boletim apresenta o resumo de um documento da DGB analisando a situação dos trabalhadores estrangeiros e exigindo a reforma da lei vigente que acusa de anacrónica e de responsável pela dificuldade de integração dos imigrantes. Segundo a Confederação, enquanto o trabalhador estrangeiro está em igualdade de direitos com o alemão no âmbito das leis de trabalho e de direito social, fica muito prejudicado pela lei dos estrangeiros, a qual se presta a muitos abusos por parte das entidades públicas.

Em concreto, pede-se que seja revista a lei que condiciona a licença de permanência à garantia de que a mesma não prejudique a República Federal Alemã. A DGB exige prescrições concretas que reconheçam o direito de permanência aos imigrantes munidos da autorização de trabalho passada pelas entidades competentes. Os trabalhadores com mais de cinco anos de actividade na RFA e que não estejam atingidos por qualquer ordem de expulsão deveriam obter o direito de permanência por tempo indeterminado; passados dez anos de permanência, deveriam ter o direito de não poderem ser expulsos. Em todos os casos o trabalhador nunca ficaria obrigatoriamente ligado a determinadas empresas ou lugares, como acontece presentemente.

O direito de permanência seria apenas limitado pelas normas aplicáveis aos estrangeiros do Mercado Comum, segundo as quais, o imigrante após seis meses de ausência perde os direitos adquiridos. Mas deveriam ter-se em conta as circunstâncias desta ausência, considerando-se justificadas as ausências por motivo de detenção do passaporte e as resultantes de situações políticas ou de serviço militar.

ACTIVIDADES POLÍTICAS

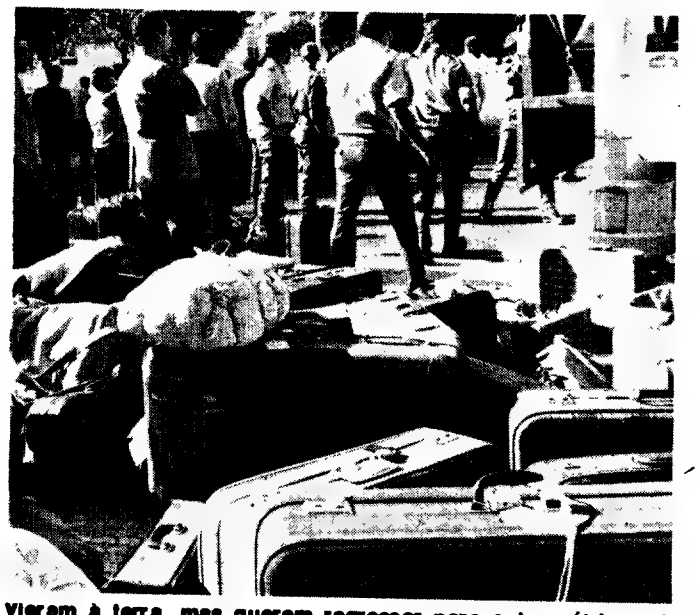
Sempre de acordo com o documento da DGB, o direito fundamental da liberdade de pensamento implicaria a anulação das leis que limitam ou anulam as actividades políticas dos estrangeiros na Alemanha, limitações incompatíveis com o espírito da democracia. Os procedimentos legais com vista à expulsão deveriam conduzir-se de maneira a não afectar os interesses públicos ou privados dos trabalhadores estrangeiros e deveriam limitar-se aos seguintes casos: actividades contrárias aos princípios de liberdade democrática ou de segurança da RFA; cumprimento de pena superior a um ano decorrente de sentença contra crimes lesivos da lei dos estrangeiros ou cumprimento de penas por reincidência nos mesmos crimes; perda da liberdade por castigos de crimes contra a segurança; perigos para a saúde pública, se não for possível recorrer a medidas de segurança para cada caso; falta de recursos ou negação ao direito de mantimento dos agregados familiares a seu cargo no território alemão; falta de passaporte válido (que as autoridades alemãs deveriam conceder ao imigrante sempre que o seu país lho recusasse por motivos políticos).

A defesa do imigrante contra quem se levantar a hipótese de expulsão deveria ser convenientemente assegurada pelos serviços oficiais, com a colaboração de um Conselho que deveria existir em todos os centros de grande concentração industrial e seria constituído por representantes dos Conselhos de Pessoal, sindicatos, organizações religiosas e instituições caritativas. Em caso algum a ordem de expulsão deveria executar-se sem prévio procedimento judicial.

Em favor dos trabalhadores estrangeiros deveria, em casos especiais, alargar-se o âmbito do direito de asilo político que pela legislação em vigor está limitado a indivíduos perseguidos.

A «ROTAÇÃO»

Um dos problemas que mais preocupam os trabalhadores estrangeiros é a antiga «lei da rotação», que em certos estados proíbe a permanência de imigrantes em território alemão por períodos superiores a cinco anos, com vista a impedir a fixação dos estrangeiros e sobretudo das suas famílias. Em Dezembro passado, a DGB protestou vigorosamente contra esta lei, exigindo que fossem anuladas tais medidas. Em resposta à reacção dos sindicatos, o Ministério do Interior recordou a declaração governamental de 31 de Janeiro de 1972, na qual se dizia que a lei dos estrangeiros não determinava com exactidão o tempo de permanência na RFA. Os sindicatos continuam a sua luta neste campo, tendo já conseguido que os governos das províncias do Reno (Nordrhein e Westfalen) e da Baviera e Scheswig-Holstein suspendessem a execução da lei da rotação.



Vieram à terra, mas querem regressar para outra pátria onde possam ganhar a vida, mesmo que sejam explorados

Foi uma primeira vitória, mas a DGB continua a luta, sabendo que a batalha ainda não está vencida.

CLÍNICA DE DIAGNÓSTICOS DR. FERNANDO TEIXEIRA

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM PERMANENTE

Rua Rodrigues Sampaio, 38-1.º
Telefs. 55 55 27 - 55 55 61
ENFERMAGEM GERAL E DE REABILITAÇÃO ESPECIALIZADA
PEDIATRIA — PARTOS
ASSISTÊNCIA MÉDICA
SERVIÇO PERMANENTE NA SEDE E DOMICILIÁRIO

DEPARTAMENTO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Rua Rodrigues Sampaio, 30-C, 2.º Dt.º
Telefs. 55 55 27 - 55 55 61
SERVIÇO PERMANENTE INCLUINDO DOMINGOS E FERIADOS
SERVIÇO DE URGÊNCIA
COLHEITAS DOMICILIÁRIAS

CASAS PARA ALUGAR

Em prédios que administramos, temos andares para alugar, tanto em Lisboa, como na Amadora, Damaia, Queluz, Almada, Alvercа, V. F. Nira, Barreiro, linha de Cascais, etc.

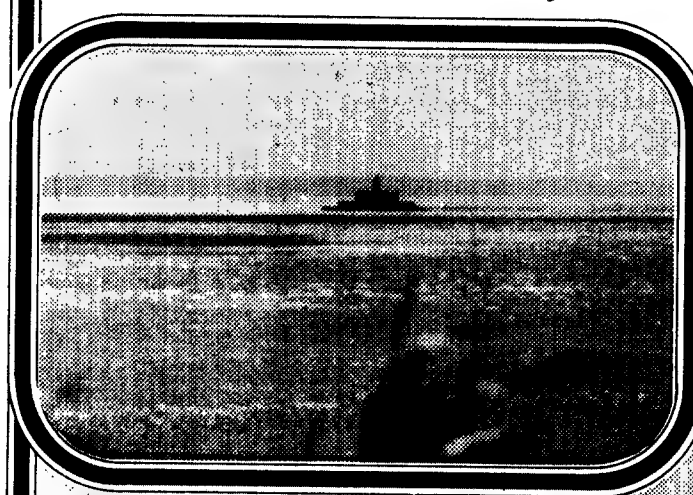
Não cobramos aos inquilinos qualquer importância a título de comissões.

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES INVICTA, LDA.
LISBOA — Rua dos Sapateiros, 231, 1.
Telef. 3 47 55 - 36 93 84

Comece a viver como alguns já vivem!

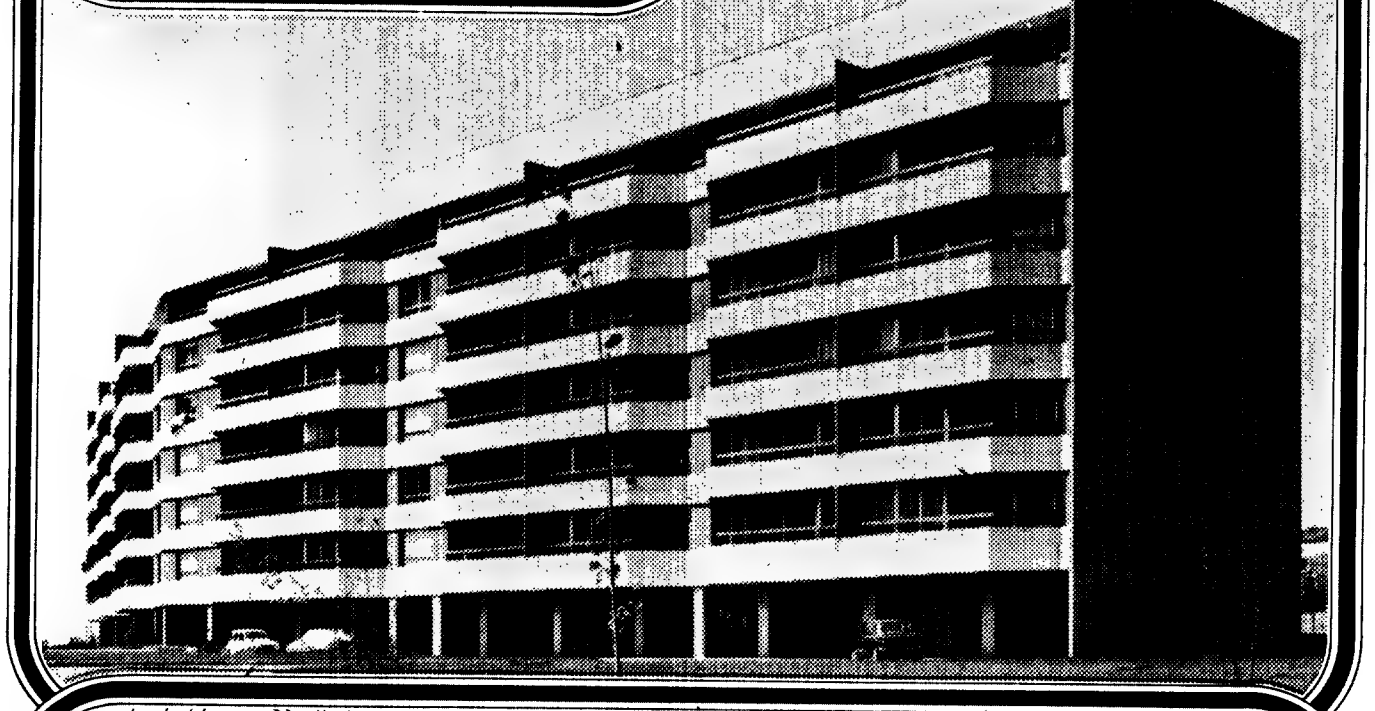
Este ano mesmo. Nestas férias.
O silêncio repousante. O ar puro.
Os livres horizontes. O espaço habitacional que convida ao relax.
Uma técnica de construção com raízes na arte de viver.

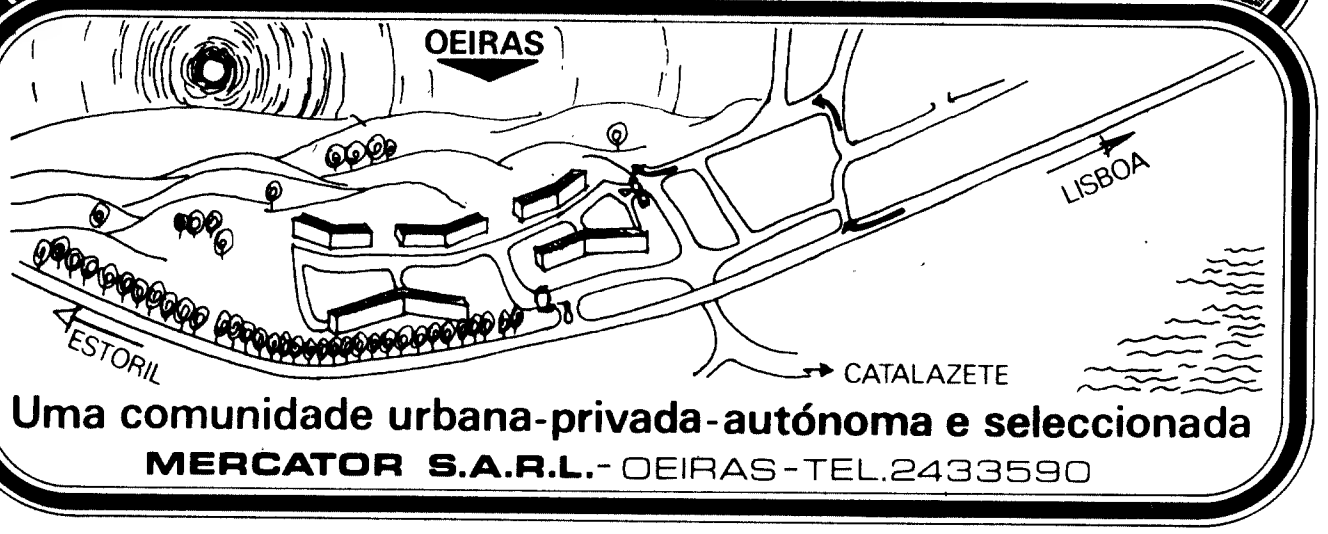
Esperamos por si hoje mesmo, ou em qualquer outro dia das 10 às 19 horas.



ALTO DA BARRA

PUBLINTER





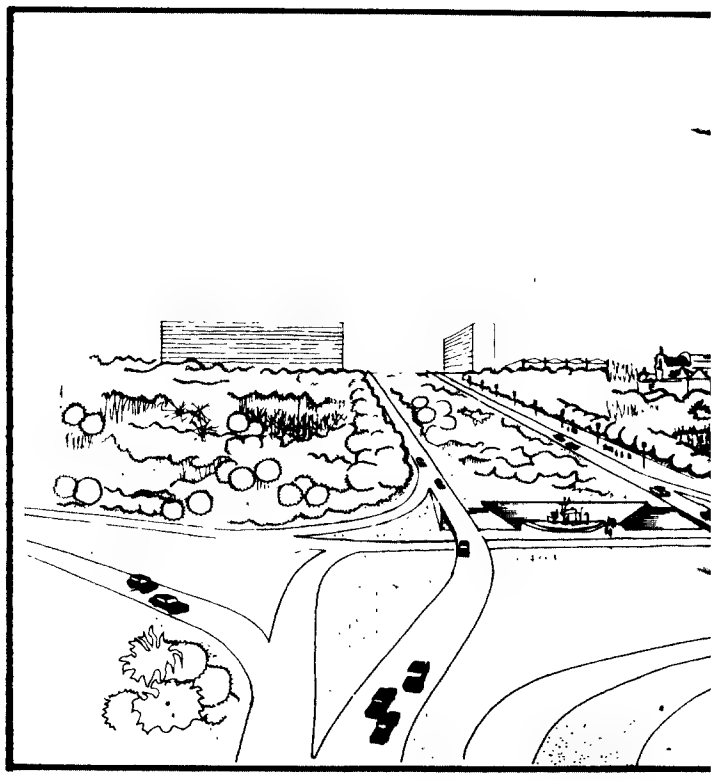
Uma comunidade urbana-privada-autónoma e seleccionada

MERCATOR S.A.R.L. - OEIRAS - TEL. 2433590

1.º CONGRESSO DE PROJECTISTAS E CONSTRUTORES

O crescimento económico e o desenvolvimento técnico do nosso País conferiu relevância à actividade de projectista e de consultor. Exercida inicialmente como profissão liberal, depois em pequenas equipas, interessa sempre mais as grandes empresas, em particular aquelas que se dedicam a operações imobiliárias e de colocação de capitais. Cresce o número e a importância dos contratos entre o Estado e os gabinetes de projectistas e de consultores, para a realização de planos sanitários. Paralelamente e correspondente à crescente interligação entre as empresas portuguesas e as grandes empresas estrangeiras ou multinacionais, cresce também a importação de projectos o recurso de consultores estrangeiros.

-Pergunta o arq. Nuno Porto



Assim se projecta o prolongamento da Avenida da

AS GRANDES EMPRESAS A CONCORRÊNCIA ENTRE OS

É neste contexto que se vai realizar em Lisboa, de 7 a 10 de Maio, o I Congresso de Projectistas e Consultores. Participarão nos seus trabalhos mais de quatro centenas de projectistas e consultores, na sua maioria engenheiros, arquitectos e economistas, que discutirão quarenta e seis comunicações.

Para esclarecimento dos problemas com que se debatem os projectistas e consultores e para melhor conhecimento dos objectivos deste I Congresso, ouvimos o arquitecto Nuno Portas, autor de uma das comunicações já distribuídas e que será relator de uma das comissões de trabalho do congresso.

AS RAZÕES DE UM CONGRESSO

Quais as razões que levaram à organização deste congresso aqui e agora? Irão ser discutidos apenas os problemas da profissão ou também os problemas sociais e económicos que são a razão de ser da sua existência? De quem partiu a iniciativa de realização de um congresso de projectistas e consultores?

— Trata-se de um congresso centrado em questões de organização das profissões que fazem projectos de todo o género, da engenharia até à economia, e não de análise dos problemas da situação portuguesa. Por outras palavras, vai-se falar de gabinetes de projecto, honorários, exportação e importação de serviços, e não do processo de urbanização, da situação sanitária ou rodoviária, das poluições ou da arquitectura.

Parece de notar também que o congresso não foi organizado pelos organismos profissionais — ordens e sindicatos. Tende até a ultrapassá-los, havendo quem pense numa nova organização de empresas ou gabinetes de projecto. Isto corresponde a um fenómeno que há tempo se vinha a desenhar: da fase das profissões liberais exercidas e título individual ou das pequenas associações, está-se a passar à criação e ao aumento de dimensão de empresas de projectos. A defesa dos interesses destas empresas já não é assegurada pelas «ordens profissionais» e exige outro tipo de associação, eventualmente de carácter gremial, dirigido provavelmente a um maior controle do mercado das encomendas. Esta estratégia, a verificar-se supõe que as ordens e os sindicatos das profissões liberais ganhem uma função sindical que não têm tido.

UMA EMPRESA DE PROJECTISTAS NÃO É UMA EMPRESA COMO AS OUTRAS

Mas o que é uma empresa de projectistas ou consultores? Quais são as actividades a que se dedica? Possui características específicas?

— Uma empresa ou gabinete de projectistas e consultores não é mais que um agrupamento de técnicos exercendo a profissão no campo de planeamento, projecto ou controle de execução, aplicado ao campo da urbanística, arquitectura, engenharias, desenho industrial e de interiores, ou ainda à organização e gestão de empreendimentos.

O estatuto de organização empresarial não lhe acrescenta nem retira atribuições ou obrigações nos resultados sociais do exercício profissional, mas é um facto que, devido a novas formas de ligações económicas destas empresas, o interesse público impõe, com urgência, uma regulamentação adequada, uma legislação clara e uma vigilância que ressalve a ideoneidade dos serviços que prestam.

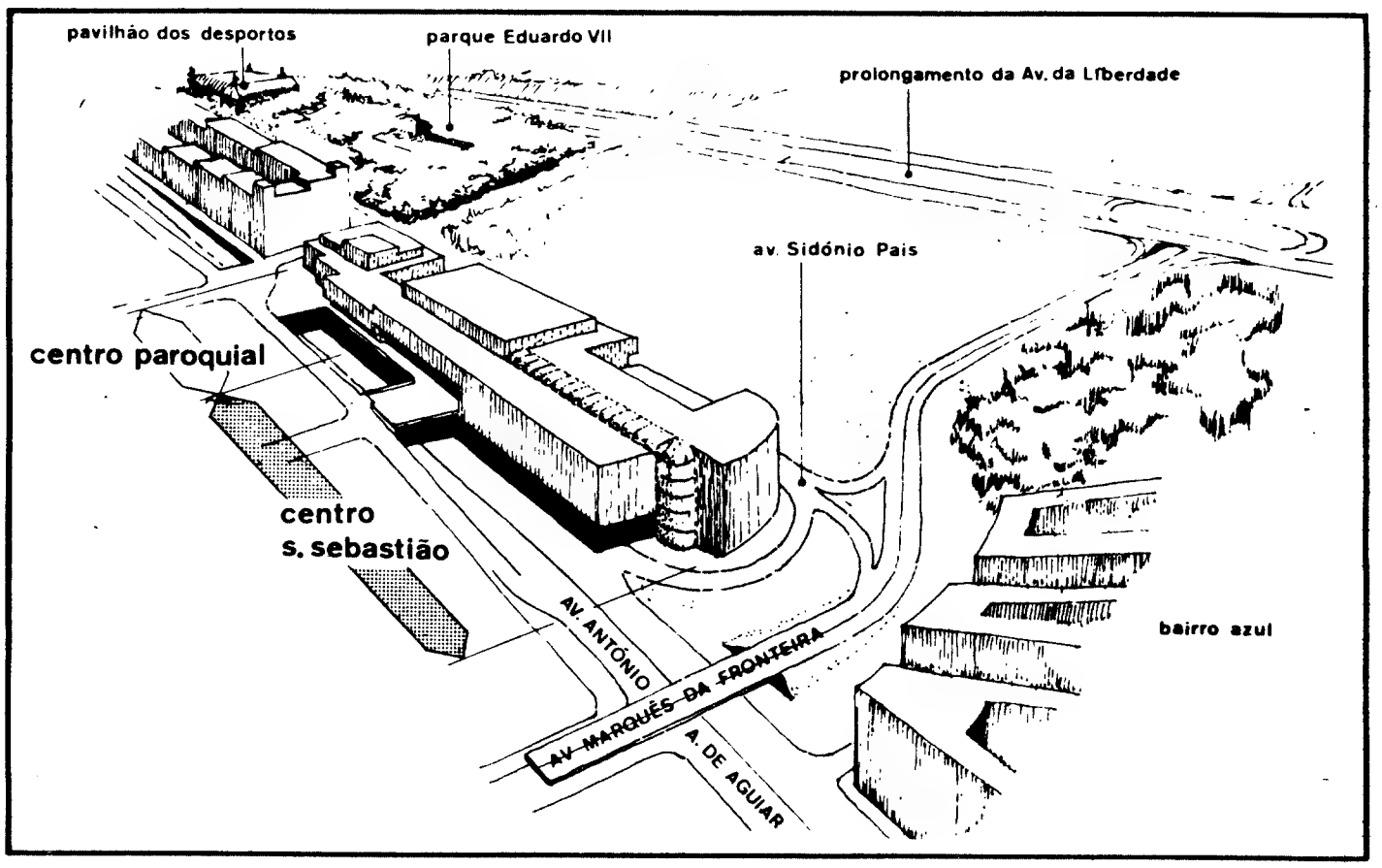
É preciso chamar a atenção do público em geral para algumas diferenças em relação à situação empresarial típica: é o caso da responsabilidade técnica, artística e mesmo legal se manter individual. Quero dizer, trata-se de um domínio onde a autoria é muito importante e personalizada, seja individual, seja em equipa. Aqui verifica-se portanto um conflito de interesses: as empresas nominais ou anónimas têm tendência a aparecer como as autoras — por outras palavras, a comprar pelo salário a propriedade intelectual das soluções produzidas pelos seus técnicos — para que possam continuar a ser chamadas como intermediárias de novas encomendas. Por outro lado, os técnicos têm, apesar de tudo, contactos com a clientela e estão sempre na iminência de deixar a empresa para se estabelecerem por conta própria — porque, tal como na medicina ou na advocacia, a procura de projectos se orienta ainda, e penso que se orientará sempre de algum modo, para a confiança em certas personalidades. Claro que este mecanismo é muito mais forte nos domínios onde a procura de soluções é menos mecânica ou depende mais de qualidades de visão e imaginação de alternativas.

PEQUENAS E GRANDES EMPRESAS

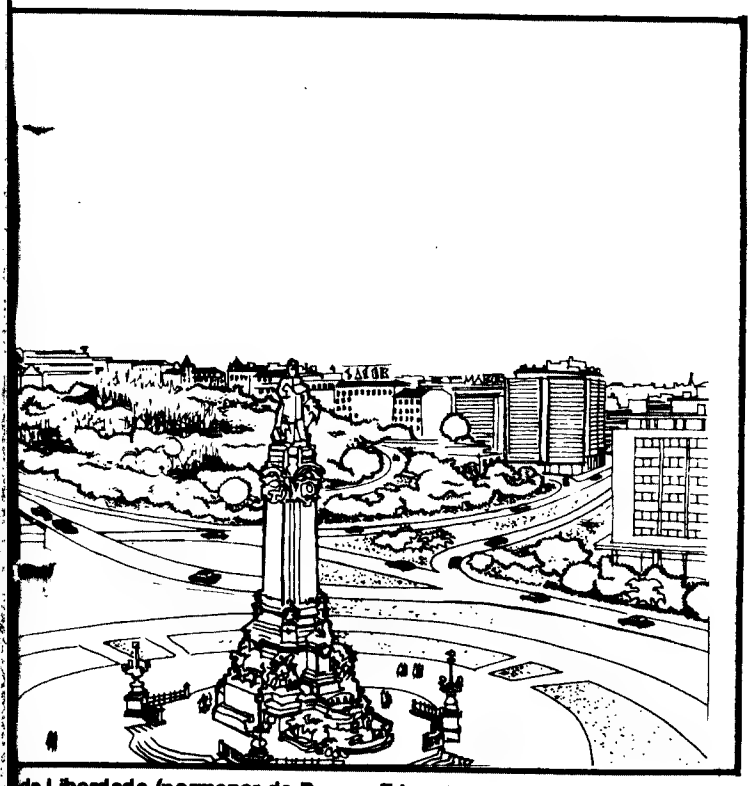
Se isto é assim, ocorre perguntar: quais são as vantagens que levam à criação das grandes empresas de projectos?

— É evidente que esta nova fórmula responde a necessidades objectivas, por exemplo derivadas da complexidade e da dimensão com que aparecem cada vez mais os problemas. sobretudo alguns dos problemas postos pelo sector público. Em princípio, um agrupamento maior tem vantagens, chamadas «de escala», para reunir em permanência maior número de especialidades e serviços comuns — informação, gestão, centro de cálculo, etc. Mas também acontece, por cá, que empresas com imagem de marca (nome, instalações, número de empregados) não correspondem, na prática, a um pessoal permanente de alta qualidade. Os patrões que dão o nome à firma começam a ter pouco contacto com a solução dos problemas devido às preocupações de promoção que a empresa impõe e têm muita dificuldade em reunir, com permanência, as tais pessoas altamente qualificadas. Claro que há excepções — mas são poucas nos campos que conheço.

É aqui que aparecem os consultores que executam tarefas **ad hoc**, mais ou menos especializadas (às vezes o próprio projecto), e que dão os seus nomes ao **curriculum** da grande empresa — nomes nacionais ou estrangeiros que pelo seu prestígio inspiram a confiança técnica ou política que o cliente não encontraria no pessoal permanente. Naturalmente que a grande empresa sabe que essas personalidades estão sobreocupadas, que não estão habituadas a trabalhar juntas, que o trabalho vai sofrer com toda uma montagem de ocasião com aparência de que não é... mas a verdade é...



Perspectivas do centro de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa, segundo o anteprojecto dos arq. Nuno Teotónio Pereira, Gonçalo Byrne e Nuno Portas



da Liberdade (pormenor do Parque Eduardo VII)

S VÃO ANIQUILAR PROFISSIONAIS?

que o nível de exigência também não é, ou não pode ser, alto...

Reflectindo sobre estas tendências, apareceu-me importante apresentar ao Congresso uma tese contra qualquer classificação dos gabinetes de projecto que favoreça a fórmula empresarial e os gabinetes de maior dimensão, ou a reunião sob a mesma administração de várias especialidades, por saber que essas características não asseguram **a priori** aos clientes um serviço mais atento e completo.

O que não quer dizer que defenda qualquer espécie de individualismo profissional, o qual para a maioria das encomendas de responsabilidade se não soube adaptar, agora por defeito e inércia, à alteração das exigências técnicas. É preciso que seja bem entendido: não se trata de defender uns bons (pequenas equipas) contra uns maus (grandes empresas). Seria cair na mesma falácia dos que pretendem impôr a grande empresa como a única forma «actual» e capaz de merecer confiança. Uma acumulação excessiva de trabalho num pequeno grupo dará como resultado a mesma degradação da qualidade. O que me pareceu dever defender foi que a administração pública se não deixe guiar por uma imagem de mercado como outrora se deixava guiar por certos nomes dentro de um círculo social restrito — o que me leva a defender a prática de concursos de propostas para adjudicação das encomendas de projectos, única maneira de aproveitar melhor as potencialidades técnicas do País, levar as profissões a organizar-se melhor (para o que é essencial distribuir melhor as oportunidades) e, sobretudo, permitir a constituição e a concorrência de grupos jovens que defendam por essa forma a sua capacidade de resolver problemas sem que tenham que passar a depender da meia dúzia de grandes empresas ou dos nomes mais conheciods.

GRANDES EMPRESAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

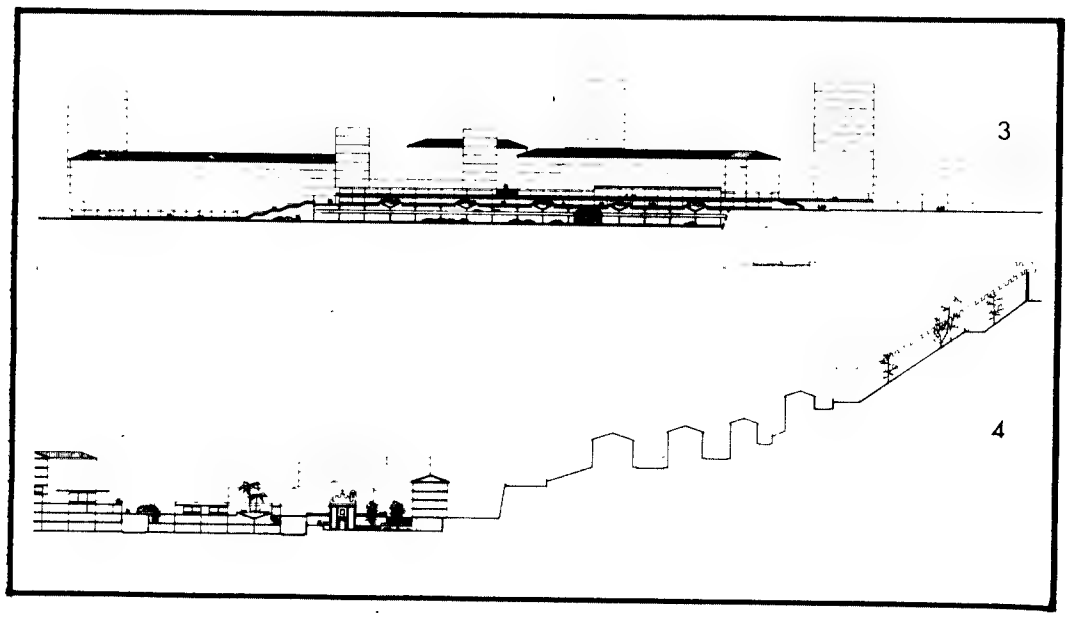
Haverá quem pense que estes problemas interessam apenas os próprios profissionais. Haverá quem acrescente que «os profissionais são privilegiados, que se arranjem entre eles...» Ora a actividade dos projectistas e consultores interfere com a vida de cada um de nós. Para além dos problemas de arrumação profissional, há outros problemas bem mais importantes. É o caso, por exemplo, da crescente dependência dos gabinetes de projectos em relação aos grandes grupos económicos. Quais são as consequências dessa dependência sob o ponto de vista público ou cívico?

— Temos hoje gabinetes de projecto — em geral firmas de média ou grande dimensão — que pertencem a grupos económicos multivariados, englobando, por exemplo, negócios imobiliários e empresas de construção ou fornecimento de materiais e equipamentos. Temos outras que dependem directa ou indirectamente de organizações bancárias que investem em projectos, designadamente imobiliários. Temos outros que dependem de empresas de construção que se aprestam a fornecer o chamado serviço chave-na-mão: «nós dizemos-lhe o que precisa e quanto lhe convem gastar, projectamos, construímos e equipamos e, se precisar, ainda financiamos o seu empreendimento».

Ora bem, estas dependências abalam o velho edifício da independência do profissional perante os interesses económicos, que as profissões liberais sempre serviram de algum modo, mas dos quais dependem, agora, objectiva e subjectivamente.

Essa independência relativa, sustentada pelos códigos das profissões técnicas, teve importante função histórica, devendo-se-lhe a proposta de soluções inovadoras, por vezes contra os interesses imediatos. A nova situação, na minha opinião, exige um esclarecimento não moralista, mas que pode ser um pouco mais moralizador e que por isso mesmo vou apresentar no congresso sob a forma seguinte: existem incompatibilidades entre certas ligações de interesses e certas prestações de serviços técnicos que gabinetes privados fazem por delegação dos serviços públicos. Sendo assim, como pode um gabinete de projectos ligado a uma empresa imobiliária ou de colocação de capitais propôr-se executar um plano regional ou utbano no qual manipula informação oficial reservada e toma decisões que valorizam umas áreas em detrimento de outras? Como pode um gabinete de projectos estar contratado pela administração para fazer um plano urbanístico e através de uma outra secção sua, estar a trabalhar para proprietários ou promotores privados da mesma área elaborando, por exemplo, projectos de loteamento que ele próprio irá informar? Não esqueçamos, a este respeito, que se negoceia muito mais com aprovações de planos do que com a execução efectiva deles.

Estas incompatibilidades são evidentemente graves e é estranho que o seu exame não estivesse claramente posto na agenda do congresso. Se não verdadeiras estas considerações, então entender-se-á melhor porquê, na actual conjuntura «inflacionista», o capital se tenha vindo a interessar de modo tão flagrante por este ramó de actividade tradicionalmente «independente».



Assim ficará o Martim Moniz, em Lisboa, segundo a maqueta do projecto

A PERDIDA INDEPENDÊNCIA DAS PROFISSÕES LIBERAIS

A crescente importância assumida pelos projectistas e consultores não terá apenas tornado evidente uma situação de dependência que sempre existiu?

— Há uns anos atrás, no domínio das obras públicas como no do urbanismo — e — arquitectura, as entidades tidas como qualificadas procuravam caracterizar-se pelos resultados profissionais — (pelo nível técnico do seu trabalho) — e pela ética profissional. Pretendiam não fazer cedências perante pressões consideradas menos legítimas de clientes de construtores ou de entidades públicas mais retrógradas. Muito menos misturavam a actividade de projectistas liberais com a de comerciantes ou industriais, no ramo ou nos seus derivados. Os que não eram assim (e eram muitos) teriam outros ganhos, mas não beneficiavam de prestígio profissional.

Esta pretensão não deixava de ser ambígua à luz de uma crítica mais radical: em regime capitalista e sob o beneplácito da administração, as profissões serviam interesses de acumulação de valor da propriedade privada-dominante — e de capital. Mas justificavam-se perante a sociedade, o que não deixava de ser importante, pelos pequenos ou às vezes grandes limites que tentavam impor àqueles interesses em nome da racionalidade da sua intervenção, ao definir planos para a administração (fossem de rega, de urbanização ou de reservas naturais) ou ao obrigar os seus clientes a respeitar os mesmos planos quando a racionalidade destes parecia fundamentada. E batiam-se, ainda por cima, por novos estilos que mordiam os comodismos e a cultura reaccionária. Em resumo: o melhor das profissões afirmava-se pela «qualidade» e pela «isenção», num espaço evidentemente parametrizado pelos interesses fundiários, dos promotores e do Estado...

À parte esta incómoda intervenção profissional, os técnicos saíam à estacada, em congressos e publicações, a denunciarem os tais parâmetros, a pressionarem no sentido da defesa dos interesses colectivos.

ANIQUILAR A CONCORRÊNCIA DO PROFISSIONALISMO LIBERAL

Mas quais são as características da situação actual? E como situar o Congresso em relação a esta nova situação?

— A situação presente é substancialmente outra. O processo de concentração do capital leva os grandes grupos, designadamente bancários, a interessarem-se pelas acções imobiliárias e obras públicas. A ampliação dos interesses sobre o território, e na indústria da construção, concentra-se igualmente nas duas ou três regiões interessantes para as actividades produtivas — Lisboa, o Algarve e o litoral Norte. A administração pública identifica estes interesses com o conceito de promoção do desenvolvimento e não só se mostra incapaz de os canalizar para actividades directamente produtivas, como ainda se obriga a abrir-lhes ou alargar-lhes o mercado, sem contrapartidas correspondentes para os curtos sociais que geram.

A identificação chegará ao ponto de aceder às pressões dos grupos mais fortes no sentido de impôr práticas restritivas aos grupos de menor capacidade. É provável, assim, que este Congresso marque um passo no sentido das tentativas de aniquilamento da concorrência que à actividade de projectos manejada pelos grandes grupos de capital, ainda oferece um fragmentário e desigual profissionalismo liberal. Neste caso, serão argumentos como os da **dimensão,** da **integração multidisciplinar,** da **eficiência,** que provavelmente aparecerão neste Congresso como cavalo de Tróia de «outros serviços» que, a mostrarem excessivamente a sua composição, poderiam levar a administração a retrair-se perante o conhecimento pelo público dos interesses disfarçados sob a capa dos projectos técnicos.

PROJECTAR É UMA ACTIVIDADE INTERESSANTE PARA O CAPITAL

As conclusões do Congresso permitirão confirmar ou refutar os receios expressos pelo arquitecto Nuno Portas. Mas poderá inquirir-se, desde já, quais os benefícios que os grandes grupos económicos buscam na criação de gabinetes de projectistas e consultores. O engineering, o planear, o projectar, tornou-se uma actividade interessante para o capital. **Interessante em si mesma** já que uma partilha, entre poucos, da quase totalidade dos encargos oficiais e privados se traduz num «chiffre d'affaires» não desprezível e portanto numa avultosa acumulação de capital pelas firmas mais conhecidas. Mas, sobretudo, **interessante pelos interesses que gera:** pelo conhecimento antecipado das «realidades» de que se apossa; pela capacidade em favorecer, através das suas decisões «técnicas», certos interesses em detrimento de outros; pela proximidade da administração que lhe é permitida e que pode vir a ser usada para o tráfego de influências; pela promoção de nova clientela que se obtém a partir dos valores criados pela actividade de planeamento que lhe fora cometida... etc., etc.

GABINETES INDEPENDENTES E GABINETES DE EMPRESAS PRODUTORAS

Como evitar a confusão entre promoção do desenvolvimento e interesses privados, como assegurar a independência do poder público?

— Parece-me necessário distinguir juridicamente dois tipos de gabinetes: **gabinetes de projecto de estatuto independente,** trabalhando sob contrato ora para o cliente ora para os fornecedores, ou para ambos, mas por encargo expresso do primeiro;

gabinetes de projecto ligados economicamente ou integrados em empresas produtoras, quer no plano urbanístico quer no da construção ou fornecimento de equipamentos, ou dependentes dos mesmos grupos financeiros.

Esta diferença de estatuto é da maior importância para os clientes e designadamente para o cliente **público,** correspondendo a tipos de consulta ao mercado diferentes, na medida em que os gabinetes do segundo tipo deverão ser excluídos da encomenda de projectos que sejam realizados através de concursos públicos feitos os termos correntes.

No caso do planeamento urbano e regional, é ainda mais importante a distinção entre os dois tipos de estatuto. Não é aceitável que empresas ligadas ou dependentes de interesses financeiros, fundiários ou imobiliários, radicados no território do plano, sejam encarregadas de acções de planeamento.

A ESTRATÉGIA DE CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL

As encomendas dos serviços públicos, e muito particularmente o «concurso concepção-construção», tornam cada dia mais vã a isenção do projectista em relação aos grandes grupos financeiros. E ameaçam a própria independência dos serviços públicos.

A execução de projectos para edifícios por encargo oficial ilustra um campo melindroso da «isenção»: a independência dos profissionais, perante a entidade cliente, em relação a empreiteiros e produtores. Tem-se entendido que o profissional escolhe para o cliente a solução mais racional e conveniente para as suas exigências de função, custo e prazo, e que lhe estão interditas «ligações» com sistemas construtivos ou de equipamentos que sapem aquela independência na escolha. É inaceitável a existência de situações de dependência ou articulação económica dos gabinetes de projectistas e consultores que levem a ocultar preferências ditadas pelos interesses do grupo, sob forma de recomendações técnicas.

Embora seja a mais frequente, a ecomenda oficial não é presentemente a única forma de prestação de serviços. O «package deal» — o nosso «concurso concepção-construção» ou, mais expressivamente, «de chave na mão» — constitui uma resposta hábil da indústria às exigências de **eficácia** e de **financiamento** na realização de grandes empreendimentos. Pretende justificar-se pela debilidade dos serviços públicos ou pela desorganização do trabalho dos gabinetes de projecto. É uma tendência que serve, ao mesmo tempo, a estratégia da concentração do capital a nível nacional e multinacional.

Neste caso, as exigências de isenção ou de independência do projectista em relação à indústria não fazem já sentido: as opções técnicas do gabinete de projectistas confundem-se com as conveniências dos sistemas associados no mesmo centro de decisão financeira. Se interessa ao prestígio técnico do gabinete associar-se com um bom sistema construtivo (se é que o pôde escolher em função da natureza do problema a resolver), não tem sentido a exigência de qualquer garantia prévia de isenção profissional. A situação dos técnicos do gabinete de projectistas é, neste aspecto, semelhante à dos técnicos empregados numa empresa de construção ou outra: o dono da obra vai avaliar e decidir pelo conjunto dos serviços e custos propostos e não só pelo projecto ou solução técnica.

Mas não se esqueça que **programar** e **avaliar** são funções inalienáveis da Administração: será trágico para os interesses da maioria (se eles contam) que se transfira para gabinetes ou para a facilidade de «chave na mão» a primeira das funções — programar, e que, em consequência, se venha também a enfraquecer, senão a desistir, da segunda — avaliar das soluções propostas.

A concluir as suas declarações, o arquitecto Nuno Portas afirmou-nos:

— As situações exemplificadas mostram como os problemas actuais do exercício das profissiões técnicas se traduzem na passagem do «profissional liberal singular» para a «organização», e na transferência da interior preponderância do sector público para o sector privado que se concentra em poucos e sempre mais potentes centros de decisão.

Não gostaria de ver no Congresso, razões «técnicas» ou de «racionalidade» tentarem mascarar uma realidade que se traduz na situação contraditória da «tecnoestrutura»: a técnica, o saber, são cada vez mais orientados ou dependentes das estratégias do capital; os técnicos, os cientistas, cada vez mais participam na definição dessas mesmas estratégias.

CRISE DE RELAÇÕES PÚBLICAS ENTRE OS "PUBLIC RELATIONS"?

Os «public relations» andam apreensivos com as repetidas referências da Imprensa ao seu trabalho e sobretudo com a imagem pública que daí pode surgir. Terá havido, parece, uma inflação de «public relations» pouco preparados os quais serão responsáveis por uma certa crítica da parte de algumas pessoas atentas. A profissão sentiu-se atingida e reage, com certa violência. O artigo que a seguir se publica dá nota dessa insatisfação e saiu publicado na «folha informativa» da Sociedade Portuguesa de Relações Públicas.

Tem-se visto ultimamente na nossa Imprensa uma série de referências à actividade profissional que abracámos. Ou porque está na moda, ou porque as pessoas e as instituições sentem uma maior necessidade em comunicar, ou apenas porque há quem não distinga Publicidade de Relações Públicas, ou pura e simplesmente quem não saiba o que são Relações Públicas, começa sobre esta actividade, a criar-se uma imagem que se não nos precavemos, poderá não ser aquela que mais desejamos.

Sempre houve e haverá em todas as actividades e profissões, maus executantes e maus profissionais, portanto não é nada que nos surpreenda. Na nossa actividade, no entanto, um mau profissional pode causar danos por vezes muito difíceis de remediar e sobretudo criar situações que ponham em causa os resultados que pretendemos atingir.

Como tudo quanto é novo, também as R. P. se prestam a especulações diversas e a processos menos sérios de trabalho. Estamos naquela fase em que uma grande parte do público, mal informado, não estará totalmente apto a distinguir um aventureiro dum verdadeiro profissional. Lembro-me quanto há uns anos trabalhava numa empresa de organização, terem aparecido uma série de aventureiros que numa óptica de «terra queimada» liquidaram o mercado vendendo como trabalho de qualidade inferior, deixando cicatrizes profundas ainda hoje sensíveis. Foi um longo e árduo caminho que tiveram de percorrer, aqueles que verdadeiramente válidos e honestos quiseram dignificar a profissão. Foi sobretudo, por um grande trabalho de preparação e estudo que conseguiram voltar a merecer o respeito em que hoje são tidos.

Quanto a mim, os profissionais de R. P. estão no limiar duma nova era. Um público mais exigente, uma maior vontade de participação, um desejo de verdade, um pedir de satisfações e um exigir de responsabilidades, fazem com que não mais um indivíduo ou uma instituição possam viver fechados, isolados, mudos e indiferentes do mundo que nos rodeia.

Pelas necessidades que então se sentem, há que recorrer a quem ajude a comunicar, a quem ajude a estar presente naquela presença activa, colaborante, participativa; a quem ajude finalmente a estabelecer um diálogo construtivo que integre todos os participantes numa sociedade que quer caminhar para o futuro. Os profissionais de R. P., têm pois um mundo de trabalho e de oportunidades de serem úteis. Têm um mercado, e aí é que começa o problema!.

Vão surgir os maus profissionais, vão surgir os pseudo-profissionais, vão aparecer estrangeiros ávidos de conquistar um mercado por desbravar, normalmente mal informado e com uma predisposição admirativa de novas técnicas sobretudo se são apresentadas em língua estrangeira. Vão surgir indivíduos, que por alguma vez terem desempenhado qualquer tarefa parecida com as R. P., se dizem capazes de desempenhar a totalidade da função. Aqueles que verão uma parte como sendo o todo. Aqueles que se preocuparão apenas com os resultados imediatos, naquela ganância de conquista de mercados.

E a nós profissionais, membros duma associação de profissionais, que compete evitar o degradamento da actividade, de evitar criar-se um clima de desconfiança entre aqueles que precisam do nosso trabalho e de frustração entre aqueles que têm um trabalho sério, honesto e válido para oferecer.

Porquê estas reflexões?. Volto de novo ao princípio: porque tenho visto ultimamente na Imprensa algumas referências menos abonatórias e trabalhos francamente mais de R. P. e porque receio que, se não desmascararmos certas actividades, a que pretensos inici dos chamam de «Public Relations», nos veremos a breve espaço comparados com os seus autores.

Se vai de viagem poderá transportar fácilmente a «Tippa S» em passeios, em férias... Há sempre lugar para a «Tippa S», porquanto não é mais alta que o comprimento de um cigarro, mede 2 1/2". Ficará fascinado com a sua leveza de toque e suavidade do movimento do carro.
Não haverá, pois, mais problemas dactilográficos.
A «Tippa S» é fornecida na cor moderna: antracite e em estojo portatil fácilmente transportável.

SOC. DE REPRESENTAÇÕES
SIDA - SUECA *limitada*
R. DE S. NICOLAU, 17 TEL. 369331 LISBOA

BILHETE DE IDENTIDADE

Verifique se o seu bilhete de identidade atingiu ou está próximo de atingir o prazo de validade, ou se está desactualizado. Se assim for, procure renová-lo ou actualizá-lo quanto antes. Pode ser-lhe necessário de um momento para o outro.

O Arquivo de Identificação em Lisboa está aberto das 8 da manhã às 8 da noite sem interrupção de 2.ª a 6.ª-feira, e ao sábado de manhã. Procure evitar as horas de ponta que são as do meio da manhã ou do meio da tarde e o dia de maior afluência que é o sábado.

Para renovar o bilhete de identidade, não precisa de certidão de nascimento se entregar o bilhete anterior, mesmo caducado. Se o não entregar, precisa, além da certidão, de justificar as circunstâncias em que o extraviou.

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção - Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Alcácer do Sal, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/49853 para o estabelecimento, na freguesia de Santa Maria do Castelo, no referido concelho, de uma linha aérea a 30 kV, com 9160 m, do poste n.º 18 da linha RA 30-51-1-1 SUMATE ao poste n.º 54, em Cachopos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção - Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 18 de Abril de 1973.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/49819 para o estabelecimento na freguesia da Caparica, concelho de Almada, de modificação da linha aérea a 15 kV para o posto de transformação 15-1-049 Sobreda da Caparica, com diminuição de comprimento de 20 m, e incluindo a supressão de um apoio no traçado.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 18 de Abril de 1973.

O Engenheiro Chefe,
Guilherme Martins

Por
CALVET DE
MAGALHÃES

polémica

"A INTEGRAÇÃO DAS CRIANÇAS CEGAS"

Não costumo fazer rectificações de gralhas ou responder a esclarecimentos considerados desnecessários, desde que se conte com leitura atenta dos escritos em causa.

Torna-se no entanto necessário, a propósito da nota do Gabinete de Informação do Ministério da Saúde e Assistência, inserta na última «Mesa-Redonda», sublimar em objectividade certas afirmações de natureza subjectiva.

Quanto às gralhas, do meu artigo de 16 de Março, onde está Suiça deve ler-se Suécia. Também se deve notar que não se indicou o Serviço Para Cegos da Biblioteca Nacional de Lisboa, a cargo do dr. Filipe Pereira.

Quanto ao esclarecimento do GIMSA informa-se: o conceito «moderno» de integração escolar, na classificação académica do GIMSA (inserção de alunos deficientes em classes comuns acompanhados por um professor especializado e com recurso a material específico), não nasceu em 1968 por determinação do MSA. É anterior à criação do MSA. O que se considera moderno são os métodos nizadas na dinâmica de grupos, professores comuns integrados, coordenação periódica de direcção de turma em equipa polivalente (professores não especializados, professores especializados, encarregados de educação), integração especial.

Seria ridículo que qualquer pessoa, mesmo leiga, considerasse integração a inserção de um aluno cego numa classe **comum** sem mais nada,. Mesmo a propósito do caso da Casa Pia, referente a 1939 declarei no meu artigo: «Os contactos com a C.P. de Lisboa eram efectuados através dos profs. C.F. e P.G.» Já havia então «professores especializados» (permanentes) em contactos diários e recurso a material especial. Mais adiante declaro: «Os cegos integrados nas classes comuns dos estabelecimentos vulgares de ensino estão normalmente auxiliados por classes de apoio. Este serviço do MSA compreende, basicamente, a existência de uma ou duas professoras especializadas que cuidam das crianças individualmente ou em grupo, em certas horas do dia, numa sala cedida para esse fim e com o material didáctico necessário». Depois relato a integração dos cegos em Chicago e torno a afirmar «sujeitos a todas as exigências de organização escolar, são apoiadas (classes de apoio) por professores especializados». Falo depois dos congressos que têm preconizado a educação integrada. Torno a escrever: «a educação integrada exige a elaboração de planos de educação total, o modo mais eficaz para a sua educação, formação de professores e doutros técnicos especializados». Falo seguidamente da integração segundo Teresinha Rossi, do dr. Jean Kinmore, que elogiou o ensino integrado português (e com quem se esclareceram muitos aspectos da actual concepção de integração), etc., etc., e vem agora o GIMSA declarar que «parece inferir que por integração entende o simples acesso do aluno deficiente a uma escola normal»! Isto é, seria o único director da escola que não saberia o que é o ensino integrado de cegos, embora trabalhe com este problema, como dirigente, desde 1961, apesar do meu artigo e do inserido no «Diário Popular» reconhecerem as enormes vantagens do ensino integrado» segundo o GIMSA.

O artigo inserido no «Diário Popular», em 7 de Fevereiro de 1973, foi publicado com a responsabilidade do editor do jornal. Fui eu, devido à redacção em português «administrativo», que o classifiquei de «origem oficial». O GIMSA vem agora declarar que o artigo é da responsabilidade do Serviço de Protecção à Infância e Juventude;

— Foi o MSA que quis criar história marcando a data de 1968 como início da integração escolar. Se não foi a panorama histórica dos esforços iniciais mas sim a descrição sumária da situação de integração pode-se considerar o artigo do SPIS como de orientação negativa, especialmente para o nosso meio, não por mim, mas como processo de trabalho nacional. A técnica de despersonalização utilizada é errada e provocou imediatas e humanas reacções;

Seg1undo o GIMSA somente se pode falar de integração a partir de 1968, devido aos seguintes factos:

Alunos cegos integrados numa turma normal da Escola Francisco Arruda

a) O acesso de casos esporádicos não basta para caracterzar o «ensino integrado» que exige uma estruturação estabilizada;

b) Data a partir da qual (1968) se pode falar da integração na plena acepção da palavra;

c) Só a partir de 67-68 foi possível contar com uma professora especializada para trabalhar neste programa educativo.

Não aceito este ponto de vista que levaria a considerar que só as iniciativas oficiais é que determinam historicamente o progresso das coisas pedagógicas. Só me interessa a competência, pelo que considero em plano de igualdade os funcionários públicos e os privados. Há técnicos especializados fora do âmbito oficial por esse Portugal desconhecido.

Ao determinar-se a integração a partir de uma data, considero obrigação escalonar as fases sucessivas, desde as artesanais, que o conceito tem tido, ou então não se indicava qualquer ano (1968).

Quanto «às despesas», o GIMSA não leu o que escrevi sobre o meu próprio Ministério. «O MEN nunca concedeu, apesar de solicitado, qualquer verba (salvo o pagamento dos respectivos professores». Vem agora o GIMSA falar de 233 contos mensais (?) gastos até hoje com os vencimentos e subsídios de especialização das duas professoras de apoio que trabalham na E.P. Francisco Arruda, por conta do MSA.

Considero que as verbas gastas pelo Estado constituem um dever relativamente ao direito dos cegos à educação. Não considero as verbas gastas com os vencimentos do pessoal docente (neste caso as do Men, desde 1961, seriam muito maiores, sem falar das bolsas de estudo do IASE) muitas ou poucas, são as necessárias. Quanto aos 100 contos gastos com o material considero pouco, relativamente ao que tivemos de arranjar por verbas não orçamentadas (parece inferir-se que o GIMSA desconhece o que eram as verbas circum-escolares, que cessaram a partir de 1972, e o que se pode ou não ir buscar aos Núcleos de Acção Social Escolar) e através de organismos privados (Gulbenkian):

Quanto aos «estabelecimentos de ensino, especialmente os mais beneficiados financeiramente», segundo a linha geral do artigo, fui levado ao erro por considerar o ensino integração alvo de protecção material especial. Assim também o entenderam alguns colegas querendo saber como se poderiam obter os referidos reforços.

É evidente que a partir do Orçamento de 1974, por ter sido oficialmente organizado, passarão a es escolas a dispor de verbas especiais a conceder através do parecer da direcção-Geral da Administração Escolar.

É natural que o MSA (já tinha chegado los meuos ouvidos, através da dr. D. Leonoreta Leitão), considerada a sua acção minimizada no artigo da «Mesa Redonda», mas essa minimização não é nada inferior à que se depreende do artigo do SPIS relativamente aos esforços que alguns professores têm dedicado ao assunto, muito tempo antes dos serviços oficiais estarem estruturados para planificar e coordenar a integração escolar das crianças cegas.

Melhorou a situação do operário nos países industrializados

O emprego progrediu em 1972 nos países industrializados, ao mesmo tempo que o desemprego baixou e os salários continuaram a subir. Em contrapartida, a inflação atingiu proporções alarmantes em vários países, atingindo mais fortemente alguns grupos mais vulneráveis, como os reformados e as famílias numerosas — diz o boletim «Informations», da Organização Internacional do Trabalho.

Mas nos países subdesenvolvidos o desemprego e o subemprego continuaram a agravar-se, tornando maior o fosso entre os dois grupos de países.

No que respeita ao emprego, os Estados Unidos viram aumentar em 3,3 por cento durante o ano, o número de trabalhadores no conjunto das suas actividades económicas, enquanto na Austrália se verificou um aumento de 1,4 por cento e no Japão, Finlândia e Nova-Zelândia perto de 1 por cento. A Suécia e a Grã-Bretanha mantiveram o «status quo», ao passo que a República Federal Alemã e a Itália baixaram cerca de 2 por cento.

O desemprego aumentou pelo menos em trinta países, dos 50 que transmitiram as suas estatísticas à O. I. T. Estão neste caso a Austrália, a Finlândia, a Índia e a Jugoslávia, ao contrário do que aconteceu em cerca de vinte países (Chile, Suécia, Dinamarca, Espanha e estados Unidos etc.) O desemprego atingiu mais os jovens e as mulheres do que os homens e os adultos. Nos Estados Unidos por exemplo, o número de mulheres desempregadas é superior ao dos homens em 180 mil e na Itália, cerca de dois terços dos desempregados são jovens com menos de trinta anos.

A análise dos dados de 125 países demonstra que os bens de consumo continuaram a subir de preço mais aceleradamente do que em 1971. Em consequência deste fenómeno foram tomadas medidas anti-inflacionistas em mais de uma dezena de países, como a França, os Estados Unidos, a Noruega, a Holanda e a Grã-Bretanha. No fim do ano, a situação apresentava alguma melhoria em muitos países industrializados e mesmo em outros em vias de desenvolvimento.

A situação dos salários é menos conhecida, pois só 40 países comunicaram as suas estatísticas. A O.I.T. julga poder concluir, no entanto, que em muitos países os salários nominais tiveram um aumento de 4 por cento e mesmo em alguns casos de 5 por cento. Os salários médios das mulheres aumentaram mais que os dos homens. Nas indústrias transformadoras notaram-se os maiores aumentos, sobretudo no Japão. No entanto que o aumento dos preços de bens de consumo absorveu, em quase todo o lado, a subida de salários.

Os trabalhadores mais novos (com menos de 30 anos de idade) são os mais sujeitos ao desemprego

A O.I.T. conclui positivamente que o ano de 1972 foi favorável aos trabalhadores dos países industrializados, mas nada adiantou em relação aos trabalhadores dos países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento.

O TEATRO E A CRIANÇA

Continuação da página trez

do, de pouco importando a ascese dialéctica da criança em direcção ao homem-a-criar.

É neste plano que, deduzidas escassas excepções, está colocado o teatro infantil no nosso país.

Gonzaga Natércia — Ao falar-se do teatro na escola, não podemos esquecer que ela não pode suprir todos os males, todas as carências fundamentais da escola e da sociedade, que têm a ver com factores económicos e estruturas culturais. De resto, há outras dificuldades de circunstância, além da disciplina clássica que não é possível vencer. Os professores em geral não têm preparação, faltam os espaços onde a criança possa mover-se à vontade. Nas nossas escolas superlotadas, as festas em salas fechadas reprimem as crianças na sua possibilidade de expressão: «não façam barulho», «tenham juizinho», «não sujem o chão...»

Para falar, com franqueza, não vejo possibilidades de verdadeiro teatro infantil nas nossas escolas. Estou muito céptica. Em contrapartida acredito nas possibilidades das sociedades e clubes de cultura e recreio. São um campo a explorar, mesmo que actualmente as mil e tantas colectividades do País pouco mais façam do que bailaricos e a maioria dos sócios não veja a importância da educação pelo teatro. A verdade é que também se encontram nessas colectividades pessoas capazes de acamaradar com as crianças e de se interessarem por elas. A minha experiência diz-me que isso é possível.

DL — Vamos sair da escola. Que outras hipóteses se oferecem de espectáculo infantil, além da escola e das salas de empresas de espectáculo?

Falando de meios pobres de espectáculo infantil, apetece-me recordar o circo, que as crianças tanto admiram.

Desde há umas dezenas de anos que as Companhias de Circo visitam as zonas mais remotas do nosso País, onde jamais se verificaram outros espectáculos para crianças. Muitas vezes os seus empresários deixam-nas entrar gratuitamente para os seus espectáculos, chegando mesmo a oferecê-los a escolas. Actualmente mantém-se o mesmo estado de coisas com a única diferença da televisão ter inundado a provincia, passando, neste caso, a concorrente do circo.

O circo contagia a criança com a sua alegria, audácia, ritmo e cor. Por sua vez, a criança — sendo movida por impulsos e contendo uma energia que a supera — identifica-se com tal manifestação artística e toma-a para si. Assim, é vulgar o desenvolvimentro, na escola ou na rua, tanto tro, ca escola ou na rua, tanto por iniciativa das crianças, como do adulto em relação a elas. Na realidade os truques desse mundo maravilhoso do circo estão a descoberto, além de que não se apresentam como sobrenaturais, mas sim, com consistência humana! Isso deslumbra a criança, impelindo-a para a acção, mas jamais a entorpece.

A própria configuração do circo é de molde a criar um ambiente propício à comunicação. Aí as atenções do público convergem para o centro do redondel donde a acção se irradia em todos os sentidos. Da cadeia estabelecida surge a participação do espectador, embora nem sempre interfira fisicamente. Há que considerar que, face à sua autenticidade, a criança ainda que estabeleça o jogo dramático, não se limita apenas a representar o que vé ou experimenta, mas imediatamente faz essa transposição para a vida. Por esse motivo, os temas escolhidos para desenvolver ou expor não deverão ser de índole destrutiva, como tantas vezes acontece em programas de televisão!...

No circo — entre os seus muitos motivos — deparase-nos por exemplo: o arrojo dos acrobatas, a elasticidade dos trapezistas, a graça dos palhaços, podendo tudo isto fazer crer no espírito da criança que está nas mãos do homem a possibilidade de arquitectar toda a fantasia.

LICÍNIO DE CARVALHO

LICÍNIO DR CARVALHO: A criança é «tutelada» em nome dos princípios louváveis do mundo adulto, para que se garanta a continuidade do estabelecido.

GONZAGA NATÉRCIA: Cepticismo quanto ás possibilidades de teatro autêntico na escola

O Teatro de Fantoches, para lá de outras manifestações não menos apoiáveis, reveste virtualidades inapreciáveis a um primeiro contacto. O reduzido custo, o apelo à imaginação, a exigência de participação, a força onírica, a capacidade de crítica, o expressionismo característico de que se reveste, tornam o Teatro de Fantoches um dos veículos culturais de maior adesão infantil. Afastado dos circuitos comerciais face às suas características, e exceptuadas algumas manifestações de feira, de resto sem preocupações estéticas ou culturais, têm sido escassas as tentativas para familiarizar a criança protuguesa ao mundo dos «bonecos» e às suas inegáveis potencialidades.

Mas é bem visível, quando tal lhe é facultado, a adesão imediata da criança sobretudo quando lhe é dada a oportunidade de intervir, desde o primeiro momento, na realização do «jogo». Pirmeiro é a fabricação dos bonecos, a modelação, a caracterização plástica e a definição dos personagens que, no trabalho da criança, resulta da aposição de vários elementos parasitas a que atribui certa valorização e que regra geral, exercem função crítica sobre o ambiente a que pertence com o inevitável aclaramento dos juízos de valor que a crítica pressupõe. Depois a escolha de temas, por invenção ou reconstrução. Neste caso, a fabricação pressupõe a escolha e esta uma acção orientada, de fora, através do adulto.

Estabelecidas as condições, organizado o material e definidas as funções, a acção pode começar, quer seja treinada-dirigida quer resulte de improvisação mesmo que haja uma direcção exterior não interveniente.

Na acção, o manuseamento e a intervenção, a consciência de que o trabalho dos companheiros é essencial para que o próprio resulte e vice-versa interliga os elementos, a tarefa torna-se colectiva, o indivíduo dilui-se, e ficam apenas as suas raízes psíquicas em confrontação com o colectivo a realizar. A acção libertadora e crítica, revela-se formadora por um lado, e desmistificadora do convencional-formal por outro. Um mesmo sentido, no fundo.

Pelo lado do espectador, identificado com a acção ou oposto a ela, a vibração emocional destrói a conduta tradicional e liberta as reacções. Os vários caminhos (que as soluções definitivas implicam), exigem, só por si de quem dirige consistentes conhecimentos socio-psicológicos, a que o improviso tem que ser totalmente alheio. Neste campo, justo é salientar a actividade de alguns grupos com evidência para o TEUC que,, há alguns anos, e com actividade permanente, vem realizando espectáculos deste tipo, promovendo experiências, acalentando a participação infantil e compilando observações, desenhos! respostas a inquéritos e outros trabalhos através das conclusões das quais o grupo se orienta para as sucessivas realizações.

DL — Emília Correia, que já tem actuado em vários espectáculos públicos destinados ao público infantil, poderia talvez falar-nos da sua experiência pessoal.

EMÍLIA CORREIA — Algumas experiências orientadas por pessoas interessadas no problema educativo, tendo o teatro como meio, apenas atingem uma minoria, uma elite. Pessoalmente participei em algumas realizações esporádicas e posso testemunhar que os vigilantes (pais e professores sobretudo) são incapazes, e ainda bem que isso sucede, de manietar a participação das crianças durante o espectáculo: elas agitam-se, criticam, interferem na representação, dão achegas, obrigam à transformação do espectáculo. Vi mães duma certa «classe snob acotovelarem os filhos para que se comportassem «respeitosamente».

Aprendi que o movimento, a cor, o som, são bem mais importantes do que o texto em si, porque o seguimento lógico dos diálogos, construídos por adultos, dificilmente se ajusta à idade e ao ritmo psicológico da criança. Aliás é normal a dificuldade que os autores de peças infantis têm em aproximar-se do ritmo infantil: quase sempre mais não fazem do que transpor para os textos a sua perspectiva do mundo adulto.

Na linha do que atrás citei, o mais importante não é o teatro para crianças mas o jogo dramático feito pela por elas mesmo. Elas são levadas para manifestações espontâneas que assentam sobre a expressão dramática e se desenvolvem pelo jogo. As brincadeiras «às casinhas», aos índios, as bonecas, aos polícias e ladrões são muito frequentes e constituem a dramatização de situações, vestidos os personagens de falas e gestos apropriados ocupando um espaço em que a fantasia se permite viagens, numa maior ou menor exploração. É a criança que inventa, decide da figura a viver, no cenário. Improvisa, mima, exterioriza-se livremente. Umas vezes o gesto gera a palavra, outras è a palavra que gera o gesto.

O trabalho de improvisação vem permitir que a criança, colocada perante dados impulsionadores que de si partem e que funcionam como estímulos, de dificuldade crescente, supere os seus obstáculos e possa evoluir. É todo o indivíduo que é mobilizado com todos os seus conhecimentos e recursos, e utilizando, a par disso, a relação social como material. Daí que este jogo conduza à unificação da personalidade e à descoberta das suas possibilidades e meios de expressão.

Muitas vezes o poder da imaginação, se é exercitada, é uma surpresa mesmo para a criança, pois cada situação lhe fornece dados para a seguinte.

O jogo dramático pode, deste modo, transformar-se num instrumento de cultura, revelador psicológico, exercício de espírito crítico, descoberta da inventiva, procura de um método pessoal, iniciação à vida social, e terapêutica (o psicodrama, pelo qual ela projecta as suas motivações agressivas, a dissimulação, os conflitos mais profundos).

DL — No fim de tudo isto, vocês ainda acreditam que o Teatro Infantil tenha algumas possibilidades entre nós. Sobretudo parece que acreditam nas possibilidades dos grupos de amadores.

O que pretendemos, não é que os grupos de amadores troquem o seu Teatro para adultos pelo Teatro Infantil, mas que os façam coexistir nos seus programas de acção. Que ao Teatro de que imediatamente colhem o eco, o aplauso, o diálogo, juntem esse outro mais imediato nos seus frutos, mas que pode ser o alicerce do objectivo que andamos buscando.

Não um Teatro em que o maravilhoso-sobrenatural aliene as crianças frente às dificuldades que a vida depois lançara no seu caminho, mas naquele outro que faz da aventura, do risco, da liberdade o encontro com o mundo da infância.

Neste Teatro podem também os grupos encontrar um óptimo meio de adestramento técnico, desde os métodos de comunicação, até às expressões corporal e vocal que, em espectáculos para crianças, poderão atingir um nível interpretativo muito mais saliente.

Actividade paralela e talvez mais importante, será a de organizar grupos de ciranças para realizarem os seus próprios espectáculos, com base nos jogos dramáticos citados pela Maria Emília, responsabilizando-as por todos os seus pormenores e tarefas, não com um directivismo de tipo paternalista, mas dando plena liberdade ao seu pendor mimético, à sua criatividade, de modo a conseguir por em acção todo o seu potencial psico-motor, o pensamento-movimento de que fala o Pedro Viegas.

N. da R. — Nem a Mesa Redonda nem os nossos entrevistados consideram que o tema ficou esgotado. Têm consciência que mais não se fez que apontar algumas linhas de reflexão, prometendo levá-las por diante numa próxima oportunidade. Mas isso também vai depender do interesse que esta primeira abordagem despertar entre os nosso leitores e sobretudo entre aqueles que possam ter maiores responsabilidades no campo da educação infantil e no mundo dos espectáculos.

AO SERVIÇO DO HOMEM

Que o teatro considere o homem como ser bio-psico-social e nele procure a sua razão de ser.

Que sirva de criação total ao ser humano.

Que seja mundo à conquista da criança.

Que tenha em conta as capacidades de percepção infantil.

Que não seja meio de educação quando esta se baseia no imutável, no não-permissivo, no constante.

Que eduque de dentro para fora (libertando) e não de fora para dentro (coagindo).

Que sirva de reflexão e não de aceitação passiva.

Que projecte o tempo da nossa vida de modo a levantar mais dúvidas do que certezas e dogmas.

Que seja mudança e crítica ao hábito.

Que seja mais crítico do que descritivo.

Que não sirva tanto como espectáculo (considerando este como unidireccional) mas mais a comunicação (pluridireccional).

Não morra ao baixar o pano mas nasça ao partir daí.

Que esteja em todo o lado onde houver gente e não só nos núcleos centrais de cultura, que o aceitam como um facto em si, não o modificando.

Sirva de meio à cultura

PEDRO VIEGAS

PARA A SOBREVIVÊNCIA DO CIRCO

A julgar pelos pesados encargos morais e materiais das companhias de circo itinerantes é de crer que a sua extinção esteja para breve, caso as entidades oficiais não queiram tomar providências.

Eis alguns dos problemas que afectam essas Companhias:

— O pagamento mensal de taxas no montante de milhares de escudos.

— A ausência total de subsídios.

— A falta de assistência social.

— A necessidade de ginásios para treinarem no inverno.

— A não existência de habitação condigna no inverno.

— Impossibilidade dos seus filhos frequentarem assiduamente a escola, dada a sua pouca permanência em cada terra.

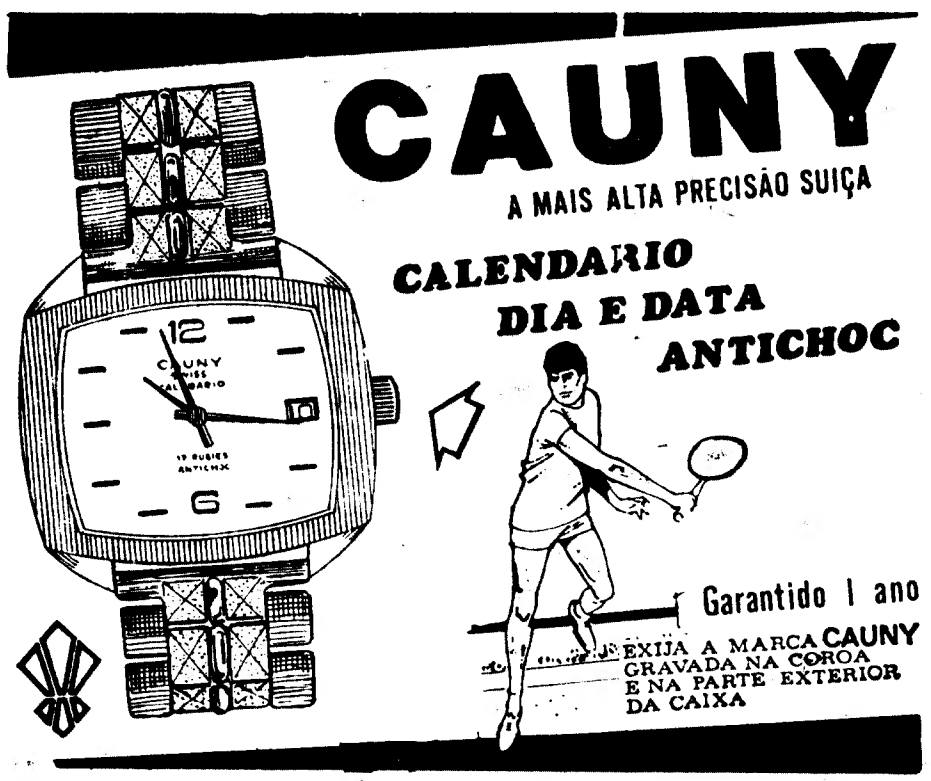
— Dificuldade de montar o circo em certos locais, por motivos de as Câmaras Municipais negarem muitas vezes tal autorização, (talvez por desconhecerem o valor cultural que o circo representa para o povo).

Assim:

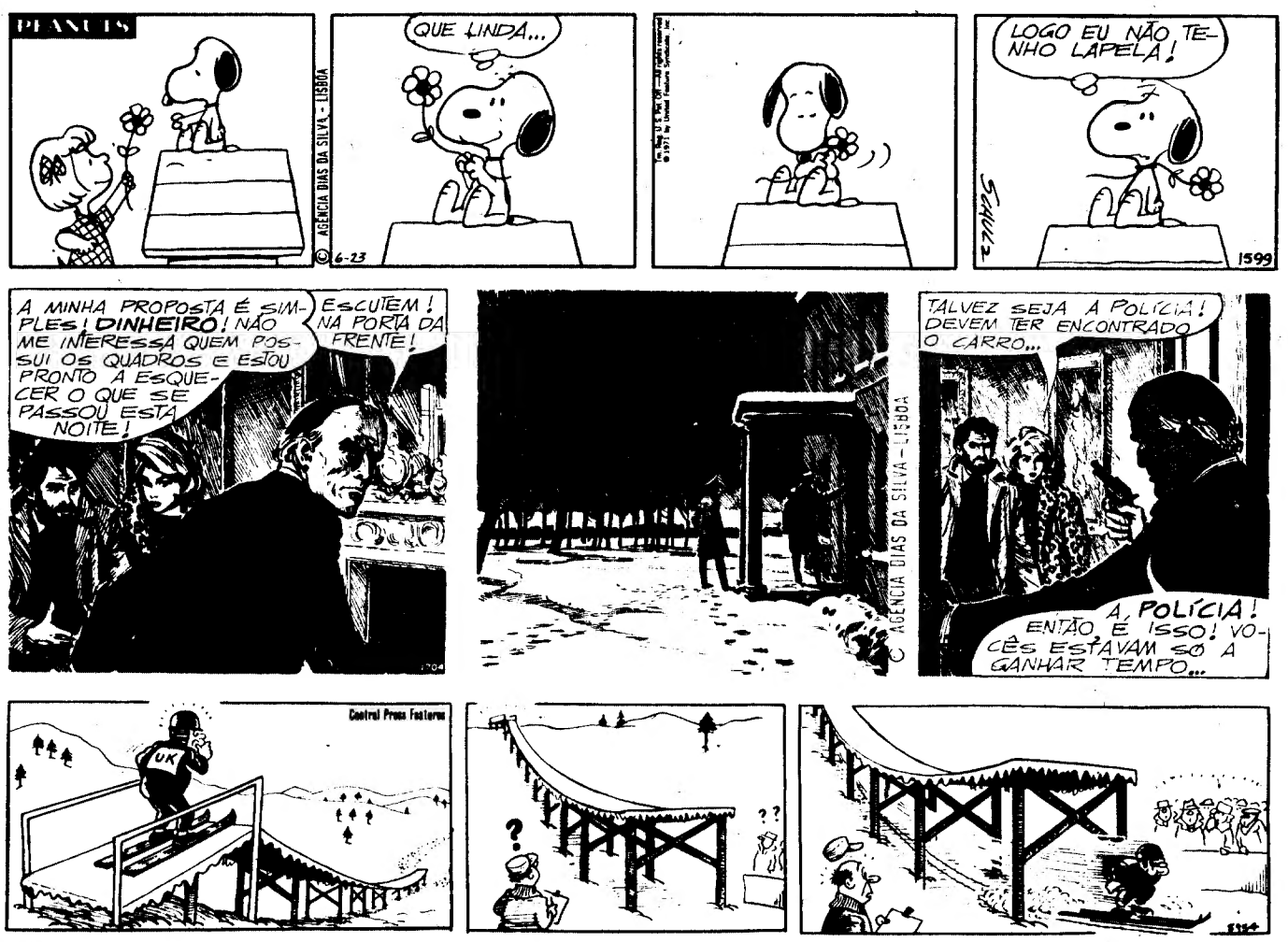
— Como a profissão do artista de circo é tão dignificante como a doutro qualquer artista, há que integrá-la na sociedade e não marginalizá-la.

Reconhecendo que o circo é um importante factor educativo-formativo dos jovens, há que apoiá-lo oficialmente e contar com ele como instrumento de educação de base.

GONZAGA NATÉRCIA



A imprensa de todo o mundo reclama a liberdade de expressão

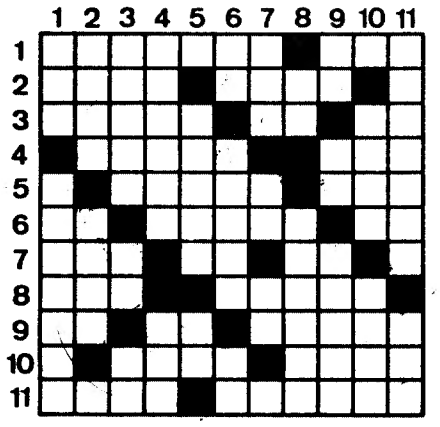


PASSATEMPOS

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 10411

HORIZONTAIS:

1 Aquentar. Afonso (abrev.).
2 Mau. Move os remos.
3 Tornar gordo. Sua Eminência. Idem.
4 Osso par da face, que forma o esqueleto das maçãs do rosto. Medida de superfície.
5 Retrocede. Vai para fora.
6 Artigo definido (ant). Povo. Sufixo que designa estado.
7 Um dos pontos cardeais. Artigo definido. Tempo do verbo ir.
8 Rio da Escócia. Pesadume.
9 Atmosfera. Nosso Senhor (abrev). Deseja ardentemente (fig).
10 Madres. Nome de algumas tribos indígenas do Brasil, em Mato Grosso.
11 Descerro. Acorrento.



VERTICAIS:

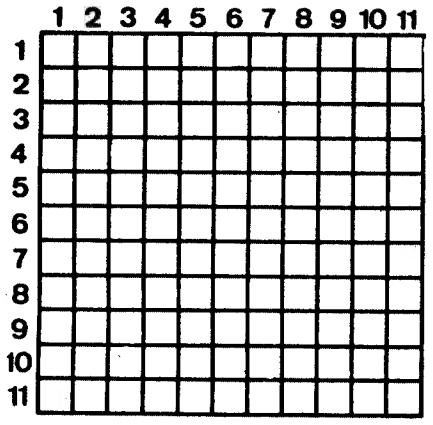
1 Donzela de Orleães. Descobre.
2 Aquele que. Luz da Lua.
3 Dar uivos. Vi. Abreviatura da palavra inglesa mister (senhor).
4 Metam em mala. Recusa.
5 Quinhão. Pronome reflexo.
6 Érbio (s.q.). Da Rússia. Sadia.
7 Rente. Campeão. Batráquio.
8 Pronome pessoal. Adianta.
9 Em partes iguais. Artigo definido. Inflamar.
10 A Pérsia. Prender com elos.
11 Pacato. Guarneço de asas.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 6567

HORIZONTAIS:

1 Agita. Cidade de Portugal.
2 Cabeça (pop). Erguem.
3 Cantão da Suiça. Mil cento e um em romano. Arara.
4 Ave trepadora. Repisa.
5 Modo de proceder. Soluças.
6 Ice. Três iniciais que se encontram juntas em muitas passagens bíblicas com o significado de Ah! oh!
7 Artigo definido (ant). Antigo Testamento. Reis. Muito digno (Abrev).
8 Fluído aeriforme. Nome de mulher. Irmão do pai.
9 Fêmea do cavalo (pl). Corta com serra.
10 Habitação de índios na América do Sul. Maquinismo para tecer.
11 Logro (fig.). Transpõe.



VERTICAIS:

1 Tratam por tu. Antiga cidade da Mésia Superior.
2 Sujo. Casa com aparelhagem para fazer vinho ou azeite.
3 Combinara. Trepe.
4 Ema. Mói. Rio da Suiça.
5 Malas pequenas.
6 Seiscentos em romano.
7 Matizaras.
8 Troça. Aves pernaltas. Letra grega.
9 Aloja em tendas. Numeral cardinal.
10 Chuvisco (Bras). Olhas atentamente.
11 Gostais muito de. Fizera doação de.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10410

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Prefa. Gasta.	1 Pt. Afama. MD.
2 Topes. Açora.	2 Rol. Ito. Pio.
3 Lima. Mace.	3 Epidauro. N. S.
4 Derrama.	4 Temera. Maga.
5 Fiara. Raras.	5 Asara. Vilar.
86 Atua. Riga.	6 Gate.
7 Mor. Val. Air.	7 Gamar. Liava.
8 Omitiam.	8 Acamar. Asir.
9 Áleas.	9 Socariam. Rn.
10 Minga. Vinha.	10 Tré. Agi. Chá.
11 Dosar. Arran.	11 Aa. Isara. An.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6566

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 POBREZA. MCV.	1 Pala. OBRIGA.
2 Apossar. Ari.	2 Opinião. Mal.
3 Lia. Proar.	3 Boa. Rirá. Ri.
4 An. Alas. Cré.	4 Rs. Amor. Tré.
5 Irmã. Aboiz.	5 Espia. Arrá.
6 Caio. Ru.	6 Zara. Ócio.
7 Borracho.	7 Arosa. Havre.
8 Ria. Som.	8 A. Bro. Aos.
9 Im. Trova. Pe.	9 Marcou. Ga.
10 Garra. Rogas.	10 Cr. Ri. Topar.
11 Alie. Pesara.	11 VILEZA. Mesa.

Provérbio: Pobreza obriga a vileza.

"OS KOLANS"

PARA QUE SERVE UMA EMPRESA?

Por JACQUES COMBELLES

«Os parasitas do nosso mundo, mais do que qualquer outro, já não têm direito de cidade... Economicamente, a era das assistências terminou; amanhã, ao nível das produções, de todas as produções, os Governos e as instituições internacionais já não darão nada aos «pobres ricos». Sendo a vocação das nações industrializadas alimentar nos próximos decénios as bocas esfomeadas do Terceiro Mundo, não poderão, ao mesmo tempo, alimentar os seus próprios «pactos cambiais». (Jacques Block Morhange).

Proclamado e considerado, durante demasiado tempo, a **varíola** do mundo económico, o lucro é um dado «amoral» que já é tempo de reabilitar, porquanto este termo de lucro é o mais simples e o mais realista diagnóstico geral de saúde da empresa; condiciona simultaneamente e de forma indissociável a capacidade de autofinanciamento e inovação tecnológica por um lado e, por outro, um justo coeficiente de repartição entre os comparsas da aventura socio-economica: com efeito, o salário pago já é, não o esqueçamos, uma parte do lucro realizado na venda.

Estamos em presença de um «círculo de equilíbrio dinâmico» que B. Zimmern descreve como devendo ser o objectivo central da política geral de qualquer sociedade: lucros — capacidade de financiamento — investimentos — produtos — volume de negócios — lucro..., depende o futuro da sociedade da boa saúde dos diferentes parâmetros.

Se bem que se verifique que qualquer levantamento abusivo sobre as disponibilidades do mercado financeiro é gerador de paralisia industrial e que qualquer desvio ou esbanjamento é um crime, a capacidade de autofinanciamento, própria de cada empresa, parece um preliminar indispensável a qualquer mobilização exterior de capitais, a fim de limitar os riscos de «aventura» em que se poderiam deixar comprometer certas empresas, prisioneiras do turbilhão vertiginoso das tecnologias que põe em causa os processos de industrialização e síntese, muitas vezes de forma brutal e imprevisível, a curva de via dos produtos.

Em face desta erosão, só a capacidade de inovação permanente da empresa lhe permitirá prolongar o mais possível o seu período de crescimento.

Com efeito, se, como todos os seres biológicos, as nossas empresas «nascem, crescem e morrem», têm uma curva de vida cuja única parte interessante é constituída pelo crescimento; por isso, devem ser animadas pela vontade de progresso firme e manter, ao mesmo tempo, a sua rentabilidade a alto nível, porquanto o lucro é o trampolim do seu aumento futuro.

«... O objectivo do lucro é também permitir a inovação tecnológica e o desenvolvimento; ora, apenas as firmas de alta rentabilidade podem consagrar a este sector fundamental da pesquisa e do desenvolvimento os recursos necessários ao seu crescimento», afirma Jacques Maisonrouge.

Os progressos tecnológicos, em aceleração constante, exigem actualmente investimentos cada vez mais sérios, no âmbito de estratégias de mercados cada vez mais estudados.

Neste contexto é evidente que, para a empresa, querer a qualidade não é viável sem esta capacidade de inovação tecnológica, implicando a procura da qualidade óptima uma vontade de inovação permanente e de criatividade dirigida.

Devemos notar também que, quando se dedica à «concepção» de novos produtos, esta capacidade de inovação (esta criatividade industrializável) não pode desprezar a estética industrial, antes deve integrá-la no caderno de encargos.

A fealdade tem de ser banida e a procura da qualidade deve integrar a solução óptima do belo, da forma útil, porque feito por e para homens.

Estas breves reflexões sublinham bem que é a política geral da empresa que está em causa também. A vontade de «qualidade» constitui, de facto, uma opção de base que as direcções-gerais têm de ser as primeiras a exprimir claramente.

REPARTIÇÃO

...«porque não é possivel mobilizar as energias sem uma gestão sã e altos salários».

Justo coeficiente de repartição quer dizer: não apenas «dar» o mais possível, mas também «levantar» o menos possível da venda, o que pondera a noção de «margem» e a substitui pela de «margem de equilíbrio» ajustada ao caso particular de cada produção e calculada em termos de justa suficiência por produto ou família de produtos.

Numa situação de equilíbrio (quando esse equilíbrio é realizado), o social passa sem dúvida pelo económico. Mas, numa alternativa de progresso e quando existem desvios que podem constituir obstáculos importantes, não se devem inverter os termos da relação causal? Actualmente, uma imensa contradição sacode em França o mundo do trabalho; é, de facto, a da hierarquia dos salários.

E preciso, certamente, que exista uma certa hierarquia, senão toda a gente quereria ser guarda de jardim público; como veremos adiante, se a qualidade deve ser a preocupação de cada um, não deve, ao tornar-se a preocupação de todos, passar a ser a preocupação de ninguém. Isto não impede que «as actuais diferenças de salários sejam chocantes», declara recentemente um professor do ensino técnico do Norte. O tema da revalorização dos baixos salários é admitido por todos, mas o consenso popular detém-se aí.

Contudo, o problema poê-se doravante, com clareza, às empresas.

De Karl Marx... «de cada um segundo as suas capacidades a cada um segundo as suas necessidades» a João XXIII... «um mínimo de bem-estar é indispensável ao exercício da virtude» há toda uma escala de valores; a escala dos salários faz parte dela, por isso é que, embora formuladas interrogativamente, as conclusões de Georges Valance, publicadas em **L'express**, deveriam fazer reflectir: «Para já, e para o futuro, sabendo-se que uma acção «igualitarista» não se pode limitar apenas aos salários, não seria prova de bom senso, numa sociedade como a França, reduzir progressivamente e sem interrupção os desvios actuais?

Simultaneamente, parece indispensável ao progresso da economia e ao seu equilíbrio que o sentido económico seja despertado e desenvolvido no assalariado.

Uma justa repartição do lucro da empresa deve remunerar, de forma indissociável, equitativa e justa, tanto o fornecedor de fundos (accionista), que aceita muitas vezes para as suas economias o risco de um investimento na Bolsa, como o artífice (no sentido daquele que exerce a sua arte, portanto aplica a sua competência ao êxito da empresa). Para este, «justa repartição» quer dizer nível de vida decente e digno da pessoa humana, mas o accionariato do assalariado tende a reunir estes dois fornecedores numa única e mesma pessoa. O excesso, quando existe, não deverá, por isso, ir «engrossar» «pés-de-meia»; de todas as nações industriais, a França é a que tem mais capitais improdutivos. Para evitar que isso paralise a progressão industrial, tais somas deveriam ser reinvestidas para se tornarem geradoras de novos lucros.

Tem-se falado muito da participação no sentido da participação financeira, da participação nos frutos da expansão da empresa.

Este aspecto (ter a sua parte) é provavelmente o aspecto menor. Com efeito, existe outro, complementar e inseparável do primeiro, o da participação activa na vida e na narcha da empresa (tomar parte).

Em França, actualmente, a participação e a preparação das decisões revestem-se (nomeadamente aos olhos dos quadros) da maior importância.

Mas seria um erro grave acreditar que, porque expressa com força e clareza pelos quadros, esta vontade de participação é sectorial: de facto, está latente no coração de todos os homens. Não se deve ver nela apenas uma transposição da propensão um tanto irritante, mas anódina, dos franceses para reconstituírem a sua nação e o mundo no Café du Commerce. Há muito mais e muito mais sério.

E preciso que recebamos esta vontade como uma aspiração profunda do ser, enraizada no coração da pessoa humana, reagindo como tal contra um meio ambiente materializante e, portento, empobrecedor. Esta consciencialização a todos os níveis sacode também o mundo do trabalho; eis um testemunho entre muitos: Michel Somerano, cinquenta anos, operário na fábrica de Fives-Lille-Cail, rosto burilado, golpeado — queimado por um lança-chamas alemão —, põe em algumas frases, com toda a clareza, o problema;

A peça que fixo a uma ponte pesa toneladas. E preciso apresentá-la neste ou naquele sentido a esta ou aquela máquina, isto é, adaptar de cada vez o sistema de fixação. A minha enorme pedra desloca-se por cima da cabeça de centenas de camaradas e de máquinas que valem milhões. Se eu cometer um erro, se a peça se soltar, de uma coisa poderei estar certo: os homens, os patrões e os tribunais lembrar-se-ão que eu era responsável».

Reconhecer-se, sentir-se «responsável» é próprio do homem. O respeito devido a este alto valor moral fundamenta o respeito da pessoa humana e dá todo o seu sentido à participação. Mas, para que esta deixa de ser uma palavra, uma utépia, um piedoso voto uma reivindicação, é necessário que as estruturas das empresas realizem uma verdadeira mutação.

E preciso distinguir três graus na participação:

— Participar na vida da empresa é, em primeiro lugar, estar informado da vida dessa empresa; conhecer os seus objectivos, as condições em que reparte os seus lucros e decide os investimentos;

— O segundo grau da participação è o da consulta;

— O grau último é a participação na própria decisão. Encontram-se aqui implicados ao mesmo tempo, as estruturas da empresa e os esquemas de tomadas de decisões; este género de participação situa-se ao nível das conpetências; implica informação e formação prévia, corrente de comunicações dentro da empresa.

É evidente que esta solução da participação comanda, consequentemente, uma disposição das estruturas tradicionais.

O futuro das nossas empresas parece, com efeito, cada vez mais condicionado pelo carácter operacional das suas estruturas.

E evidente que estamos longe, sob este ponto de vista, de estruturas autocríticas ou burocráticas (consoante se trate de empresas privadas ou de administração) que deveriam, mas não é ainda o caso, pertencer ao passado.

Estamos além das estruturas de descentralização dos poderes.A este nível, a que nos conduz a evolução, estamos na fase da integração que cincilia eficácia e participação.

Tudo leva a crer que, por muito progressiva que seja, esta evolução será irreversível; por isso, deve ser tomada a sério.

Uma tal opção é incómoda; exige:

— Uma melhor definição gradativa dos poderes de decisão e tomadas de responsabilidades aos diferentes níveis das competências na empresa.

— A instalação de sistemas eficazes e completos de informação, preparação e controlo das decisões;

— Uma gestão transparente com a finalidade de associar cada um à obra colectiva e fazê-lo participar no êxito comum; por muito importante que sejam os investimentos a realizar, a fim de atingir este objectivo, o preço não parece demasiado elevado, desde que se esteja persuadido de que, a partir de agora (pois a expansão parece ainda mais inevitável no futoro, à medida que a formação fizer a sua obra e favorecer de modo progressivo a integração do conjunto do pessoal), a eficácia óptima só se obtém através do desenvolvimento máximo dos homens que «são» e «fazem» a empresa.

Este encadeamento constitui, de facto, a nova arte de decidir e assumir; vendo bem, é de um **novo humanismo industrial que se trata**.

Portanto é permitido concluir que, se a eficácia da empresa não p sa por uma participação qualquer, esta, para ser plenamente vivida, deve ir ao ponto de modelar estruturas que favoreçam a integração dos homens; é precisamente esta integração que condiciona a qualidade.

De um artigo publicado na «Indústria de Moçambique»

Subida de preços no consumidor

Continuação da primeira página

bustíveis e **produtos manufacturados.** Sublinhe-se, ainda, que o índice **alimentação** cresceu 6,8 por cento. Para este aumento concorreram sensivelmente os acréscimos dos preços da fruta, legumes, produtos hortícolas, peixe e conservas de peixe e, em menor grau, os preços das carnes frescas e preparadas. O relatório do Banco de Portugal sublinha mais uma vez, que a variação de tais índices não traduz com suficiente aproximação a realidade da evolução dos preços praticados. Assim, o aumento de 8,9 por cento do índice de **produtos da metrópole** e a progressão de 2,3 por cento dos **produtos do estrangeiro** «deverão ser interpretados como simples indicação de tendência para agravamento dos preços».

O Gabinete de Estudos Económicos do Banco Totta e Açores escreve, por sua vez, a propósito da evolução do índice de preços por grosso em Lisboa: «o índice referente a Lisboa registou uma subida de 5 a 6 por cento, o que mau grado as imperfeições do dispositivo de cálculo deste índice, quer talvez significar que subsiste um clima inflacionista ao nível das relações inter-industriais».

Ao apreciar em termos globais a evolução dos preços durante o ano passado adverte o Banco de Portugal: «a continuação da tendência para ajustamento a níveis mais elevados **de preços** determinando o desenrolar da actividade económica num clima de sensíveis tensões inflacionárias, que, a prosseguirem, **poderão afectar determinados equilíbrios fundamentais, não só nos aspectos de carácter conuntural como ainda no próprio processo de desenvolvimento».**

MENOR SUBIDA DOS SALÁRIOS

Em que medida a progressão dos preços afectou o crescimento dos salários reais? Citem-se os elementos disponíveis.

Segundo o Banco Pinto e Sotto Mayor, «os salários mantiveram a tendência ascensional desenhada em anos anteriores, revelando-se mais acentuada no sector agrícola onde os efeitos da emigração se fazem sentir mais pronunciadamente». Ao contrário, o Banco Totta e Açores afirma ter havido uma desacelação tanto da emigração como dos salários: «Talvez esta desacelação da emigração explique a desacelaração da taxa de crescimento dos salários nominais (9 por cento em 1972) e o ligeiro aumento do desemprego registado pelo Serviço Nacional de Emprego (32 mil em 1972; 30 mil em 1971)». A fazer fé no Banco Totta e Açores, os acentuados aumentos de salários verificados nos anos anteriores teriam sido consequência directa da emigração. Os trabalhadores, tanto os que partiram como os que ficaram viram aumentado o seu nível de vida graças à emigração.

Poderá concluir-se ainda, que os salários reais sofreram uma redução em 1972, uma vez que o aumento dos salários nominais parece não ter acompanhado o aumento do custo de vida.

Baseando-se nos dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estaítistica, o Banco de Portugal afirma que os índices ponderados dos salários rurais registaram, em 1972, taxas de crescimento inferiores às de 1971. Os elementos estatísticos referentes a trabalhadores masculinos mostram um aumento de 11,4 por cento, em confronto com 14,8 por cento em 1971, enquanro o índice para trabalhadores femininos teve uma progressão de 11,2 por cento, bastante inferior à taxa de 14,8 por cento correspondente a 1971. No que respeita a salários industriais, nos três primeiros trimestres do ano passado verificou-se um afrouxamento da cadência de aumento dos salários nominais na indústria e nos transportes na cidade de Lisboa. Note-se que já se verifica um afrouxamento em 1971. Ao contrário na cidade do Porto terá havido um aumento ligeiramente superior ao abservado em 1971.

Também o Banco de Portugal conclui não se ter verificado em 1972 um aumento dos salários reais, ou seja do poder de compra dos trabalhadorez:

«Do confronto do comportamento em 1972, dos índices disponíveis sobre preços no consumidor e salários profissionais em Lisboa e Porto, resulta que no decurso do ano passado deverá ter-se verificado uma relativa estabilização dos níveis dos salários reais.

De notar que á luz dos citados índices gerais, a tendência de estabilização relativamente aos salários reais para a cidade do Porto traduz uma quebra do ritmo progressão que vinha caracterizando os últimos anos».

E uma tendência, a estabilização dos salários reais, que não se verifica nos países industrializados da Europa. Aí, a progressão dos preços não tem impedido o aumento do poder de compra.